
**RELATÓRIO DAS LINHAS DE
ACÇÃO GOVERNATIVA
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013**

**MELHORAR O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO
E PLANEAR UM DESENVOLVIMENTO A
LONGO PRAZO**

**Governo da Região Administrativa Especial de Macau da
República Popular da China
Relatório das Linhas de Acção Governativa
para o Ano Financeiro de 2013**

Índice

Introdução.....	7
------------------------	----------

Prioridades das acções governativas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2013 – Melhorar o bem-estar da população e planear um desenvolvimento a longo prazo.....	11
--	-----------

1. Construção dos mecanismos eficientes de governação de longo prazo e compartilha dos frutos do desenvolvimento em comunhão de esforços	12
(1) Aumento do investimento de recursos e promoção prioritária de projectos relacionados com a vida da população	12
(2) Tomada de medidas apropriadas ao bem-estar da população	21
2. Construção do centro mundial de turismo e lazer e promoção da diversificação adequada da economia	23
(1) Implementação do grande plano de desenvolvimento e intensificação da capacidade global	23
(2) Complementaridade das vantagens regionais e promoção de um desenvolvimento conjunto	25
(3) Aperfeiçoamento do ambiente da cidade e promoção de uma vida de qualidade	27
3. Reforço do funcionamento dos mecanismos do Governo, aumento da eficácia da Administração Pública	30

Conclusão.....	33
-----------------------	-----------

Apêndice: Calendário das principais acções governativas das diversas áreas para o ano de 2013.....	37
---	----

Índice

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2013 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

—— Síntese ——

Área da Administração e Justiça.....	169
Área da Economia e Finanças	209
Área da Segurança.....	225
Área dos Assuntos Sociais e Cultura.....	241
Área de Transportes e Obras Públicas.....	263
Comissariado contra a Corrupção.....	281
Comissariado da Auditoria	287

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2013

—— Síntese ——

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2013 (Síntese).....	295
---	------------

**Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2013**

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2013

**Chefe do Executivo CHUI SAI ON
13 de Novembro de 2012**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Venho hoje, em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em cumprimento da Lei Básica, apresentar a esta nobre Assembleia, reunida em plenário, as Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2013.

Durante o ano que passou, o Governo da RAEM cumpriu, escrupulosamente, os princípios orientadores “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, e desenvolveu as suas acções de forma pragmática e pró-activa. Com o forte apoio do Governo Central e em comunhão de esforços com a população, superámos entraves de origem interna e externa, conseguindo manter a estabilidade no desenvolvimento social, político, económico e cultural. Estamos conscientes que ainda existe espaço para melhoria no processo da governação e que existem diferentes problemas na sociedade, pelo que envidaremos esforços para otimizar a governação e, de forma pragmática, procurar encontrar soluções.

No decurso do corrente ano, e face à complexidade e às constantes mutações verificadas na conjuntura político-económica internacional, o Governo da RAEM persistiu na implementação de políticas fiscais e financeiras equilibradas, conseguindo manter um desenvolvimento económico estável. No primeiro semestre do corrente ano, o nosso PIB registou um crescimento real de 12,6%, comparativamente ao período homólogo do ano passado, estimando-se que este ano a economia se mantenha em crescimento positivo; a taxa de desemprego manteve-se em níveis baixos, situando-se em 2,0% no terceiro

trimestre do corrente ano. Implementámos o Regime de Reserva Financeira, composta, até Setembro do corrente ano, por uma reserva básica de 98.801 milhões de patacas e por uma reserva extraordinária de 895 milhões de patacas e cujo montante total pode atingir 64.635 milhões de patacas, quando for efectuada a liquidação do orçamento financeiro do ano passado. Dispomos, ainda, de uma reserva cambial de 132.748 milhões de patacas. Em termos gerais, o crescimento económico tem-se mantido, a situação financeira permanece estável e a qualidade de vida da população continua a melhorar, o que significa que Macau está a avançar no processo da concretização do objectivo de edificar um centro mundial de turismo e lazer.

O desenvolvimento do sistema político foi um dos temas fundamentais da governação do corrente ano. Na sequência do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional ter ratificado a Proposta de revisão da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau em 2014 e registado a Proposta de revisão da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa em 2013, a RAEM finalizou o respectivo processo legislativo, consolidando a base do desenvolvimento do sistema político.

Na prossecução do lema “ter por base a população”, envidámos todos os esforços no aperfeiçoamento de diversas medidas relacionadas com a qualidade de vida da população. As 19 mil habitações públicas estão a ser gradualmente construídas e distribuídas, conforme o planeado, e já foi dado início ao planeamento da fase seguinte. Com vista a promover um desenvolvimento saudável do sector imobiliário, foram adoptadas uma série de medidas destinadas ao arrefecimento do mercado imobiliário. Pretendemos otimizar o aproveitamento dos recursos de solos, assegurando as necessidades básicas de habitação da população, e adoptar políticas de habitação que atendam aos interesses globais da sociedade.

Nos últimos anos, Macau vem registando um acelerado desenvolvimento económico, e as causas da inflação têm vindo a sofrer alterações, sendo que para além dos factores importados, a procura interna está a ganhar cada vez mais influência. O Governo reforçou a inspecção na importação de produtos alimentares e nos preços de venda a retalho, tendo, também, procedido à revisão e à alteração dos regulamentos relativos aos direitos e interesses dos consumidores. Tendo em conta os impactos da inflação, causada pela procura interna, no bem-estar da população e para atenuar a pressão por esta sentida, adoptámos várias medidas adequadas ao reforço do apoio às camadas vulneráveis da população. No próximo ano, continuaremos a acompanhar e aperfeiçoar as políticas relativas às regalias sociais, bem como a adoptar medidas benéficas para a população, com vista a que todas as camadas sociais possam usufruir do progresso económico e de uma melhor qualidade de vida.

No corrente ano, o Governo da RAEM criou o “Conselho para o Tratamento de Incidentes Imprevistos”, dirigido pelo Chefe do Executivo. Iremos reforçar as nossas capacidades de identificação e de resposta a situações de perigo, empenhados na garantia da segurança da vida e dos bens dos residentes.

Introdução

O Governo da RAEM atribui a maior importância a um desenvolvimento equilibrado, pelo que tem reforçado a supervisão da segurança e da qualidade do serviço das instituições de utilidade pública e melhorado as acções no âmbito da protecção ambiental, de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Para um melhor aproveitamento dos recursos humanos de Macau e em consonância com o posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer e Plataforma Regional de Serviços Comerciais, o Governo da RAEM realizou consultas sobre políticas demográficas para promover o desenvolvimento sustentável de Macau.

Após a realização de estudos, e tendo em conta a realidade de Macau, o Governo da RAEM definiu o conceito “grupo social de rendimentos médios”, de modo a poder, assim, responder às suas necessidades, de uma forma mais cuidada e abrangente. No próximo ano, iremos continuar a promover o estabelecimento do regime de qualificação profissional, a criar mais oportunidades de acesso a programas de auto-aperfeiçoamento, bem como a implementar medidas de redução e isenção fiscais, contribuindo para a criação de um ambiente favorável à mobilidade social.

Desde o retorno de Macau à Pátria, o Governo da RAEM tem aumentado gradualmente a aposta de recursos na área da educação, aperfeiçoando o respectivo sistema. Continuaremos a empenhar-nos na edificação de um ambiente social de valores humanistas, promovendo o espírito de “respeito para com os professores”, “respeito pelos idosos” e “prazer em ajudar”, com vista a garantir a transmissão às gerações vindouras das virtudes tradicionais dos cidadãos de Macau herdadas dos antigos.

Assente nas bases do Acordo-Quadro de Cooperação entre Guangdong-Macau, iremos empenhar-nos na ampliação da cooperação regional, desenvolvendo o papel de Macau como plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Participaremos activamente no desenvolvimento da Ilha de Hengqin, tirando o melhor proveito da Zona piloto do CEPA em Nansha, com vista a expandir o espaço de desenvolvimento de Macau.

No sentido de concretizar os objectivos das acções governativas, iremos acompanhar paulatinamente a actualidade, investindo um maior esforço numa governação científica; iremos aperfeiçoar o mecanismo de funcionamento da Administração Pública, evidenciando o espírito de responsabilização e de governação em observância da Lei; vamos reforçar os trabalhos de edificação de um governo íntegro e os de auditoria, bem como garantir a justiça social; pretendemos assegurar a liberdade de imprensa; auscultaremos amplamente as opiniões da população e pretendemos definir as políticas com base em estudos científicos e estratégicos, concretizando as metas de desenvolvimento.

**Prioridades das acções governativas do Governo da Região
Administrativa Especial de Macau para o ano 2013 —
Melhorar o bem-estar da população e planejar um desenvolvimento a longo prazo**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Passo agora à apresentação das prioridades das acções governativas para o ano 2013.

O Governo da RAEM continuará a dedicar esforços na promoção da diversificação adequada da economia e no aperfeiçoamento dos benefícios destinados à população, persistindo no princípio da governação de “ter por base a população”, atendendo às necessidades da sociedade, ouvindo as opiniões da população, aproveitando as vantagens existentes e concertando um desenvolvimento harmonioso. Em comunhão de esforços com a população, continuaremos a construir um futuro próspero para Macau.

1. Construção dos mecanismos eficientes de governação de longo prazo e partilha dos frutos do desenvolvimento em comunhão de esforços

Para dar continuidade à elevação da qualidade de vida da população, o Governo da RAEM irá empenhar-se no estabelecimento de mecanismos eficientes de longo prazo. Para além de promovermos um estável desenvolvimento económico global e de assegurarmos um investimento adequado dos recursos, esforçar-nos-emos por criar regimes e sistemas regulamentados, estáveis e de longo prazo, e adoptar medidas em tempo oportuno, como também nos propomos estabelecer de forma estável mecanismos eficientes de longo prazo.

(1) Aumento do investimento de recursos e promoção prioritária de projectos relacionados com a vida da população

O Governo da RAEM, com base nos trabalhos já realizados, irá empenhar-se no desenvolvimento de planos de longo prazo em diversos domínios, designadamente do sistema de segurança social, da saúde, da educação, da segurança de habitação, entre outros. Iremos, também, promover a eficácia dos mecanismos de longo prazo, melhorar constantemente os vários diplomas legais, promover a aplicação dos recursos de forma activa e cautelosa, e elaborar planos de curta, média e longa duração, com pragmatismo e visão voltada para o futuro.

Mecanismos eficientes de longo prazo para a segurança social

É nossa intenção construir uma estrutura de benefícios diversificada e multi-nível, e já se encontra preliminarmente estabelecido o Regime de segurança social de dois níveis no âmbito do **Fundo de Segurança Social**.

No âmbito do fortalecimento da construção de regimes, encontram-se já publicadas as leis relativas ao “Regime da Segurança Social” e às “Contas individuais de previdência” e o regulamento administrativo sobre o “Procedimento de atribuição de verbas aos titulares das contas individuais de previdência”, e num futuro próximo dar-se-á início aos trabalhos de elaboração da lei sobre o “Regime do Fundo de Previdência Central”,

bem como de outros diplomas, designadamente o regulamento administrativo sobre o “Pagamento das contribuições do regime do fundo de previdência central e a aplicação e fiscalização das verbas”.

No âmbito do investimento de recursos e com vista a assegurar o funcionamento do regime de segurança social durante os próximos tempos, nos anos 2013 e 2014, o Governo irá injectar uma verba anual adicional de 5.000 milhões de patacas no Fundo de Segurança Social, e em 2015 e 2016 mais uma verba anual de 13.500 milhões de patacas, ou seja, nos próximos quatro anos será injectado um total de 37.000 milhões de patacas. Concomitantemente, o Governo está a ponderar um aumento moderado da percentagem da dotação das receitas brutas do jogo para o Fundo de Segurança Social e vai continuar a racionalizar a proporção das contribuições, prevendo-se, ainda, que dentro em breve o Conselho Permanente de Concertação Social promova negociações relativas ao aumento do montante das contribuições.

No âmbito da consolidação da segurança a longo prazo para a terceira idade, regista-se que, actualmente, já recebem a Pensão para Idosos cerca de 90% dos contribuintes com 60 ou mais anos de idade e que reúnem os requisitos para tanto. Enquanto principal modalidade de prestação do regime de segurança social, a Pensão para Idosos tem como objectivo proporcionar aos residentes garantias básicas de segurança na terceira idade. A segurança social da RAEM opera segundo os regimes de repartição e de seguro social, isto é, os mais jovens efectuem as contribuições para o Fundo de Segurança Social e os idosos gozam dos respectivos benefícios, com base na solidariedade intergeracional, e, assim, mantém-se um desenvolvimento sustentável do regime, estando garantida a qualidade de vida dos residentes na terceira idade. Um sólido regime de segurança social deve ser assegurado em conjunto pelo Governo, pelas empresas e pelos particulares. A relação entre as contribuições e os benefícios, em particular entre as contribuições e a Pensão para Idosos, é uma manifestação de direitos e de deveres. O Governo irá estudar a viabilidade da inclusão do Subsídio para Idosos no âmbito das prestações da segurança social, com vista a elevar a eficiência administrativa na atribuição da Pensão para Idosos e do Subsídio para Idosos. Assentes nos vários suportes e nos diversos tipos de protecção, pretendemos que o montante da Pensão para Idosos seja superior ao nível mínimo de subsistência. Assim, na sequência da realização de uma profunda avaliação da estrutura financeira do regime de segurança social, do estudo sobre o aumento dos valores das contribuições, e tendo sido decidido o aumento das verbas a injectar pelo Governo, propomo-nos elevar, no próximo ano, a Pensão para Idosos para 3.000 patacas.

De acordo com as normas do regime de poupança central, cada residente permanente de Macau qualificado tem direito a uma verba de activação de 10.000 patacas injectada pelo Governo na sua conta individual, e a mais 6.000 patacas injectadas respectivamente nos anos 2011 e 2012. O idoso que abra a sua conta e o indivíduo que obtenha a competente autorização pode proceder ao levantamento parcial ou total da verba da respectiva conta.

Conscientes dos enormes contributos dos idosos para o progresso social de Macau, temos responsabilidades na garantia do seu bem-estar na velhice. Assim, o Governo da

RAEM criou um grupo interdepartamental liderado pelo Instituto de Acção Social, com vista a efectuar estudos de avaliação sobre diversas questões relacionadas com os idosos, nomeadamente no que se refere à saúde, habitação, protecção pós-aposentação, entre outras. O Governo tem vindo a incentivar a prestação de cuidados domiciliários aos idosos dentro do bairro onde vivem, e irá constantemente aperfeiçoar as leis e diplomas relativos à protecção dos direitos e interesses dos idosos, empenhando-se na prestação de um maior número de serviços em prol do seu bem-estar. No próximo ano, iremos conceber planos de desenvolvimento de serviços de médio e longo prazo para os idosos, garantindo-lhes uma vida com suporte, digna e activa.

No âmbito da assistência social, o Governo através de uma série de medidas estabeleceu regimes de assistência no âmbito financeiro, social e educativo, de curta, média e longa duração, com vista a proporcionar garantias básicas de vida para as pessoas mais carenciadas, e simultaneamente lançou planos de apoio ao emprego, permitindo a auto-sustentabilidade dos beneficiários.

No decorrer deste ano, foi criado o mecanismo de acompanhamento e de ajustamento periódico do índice mínimo de subsistência. Actualmente, o índice mínimo de subsistência foi elevado para 3.360 patacas, e uma vez mais irá ser actualizado no ano mês de Janeiro do próximo ano, de acordo com o mesmo mecanismo. Além disso, durante este ano, demos início aos trabalhos relativos à avaliação e atribuição de subsídios a pessoas portadoras de deficiência, passando os titulares do cartão de registo de avaliação de deficiência a gozar de serviços médicos gratuitos, e através de estudos sobre as necessidades destas pessoas em relação aos serviços e aos equipamentos, será elaborado o plano de desenvolvimento dos serviços de reabilitação.

No âmbito dos serviços de apoio social, vamos reforçar os mecanismos regulares, aperfeiçoar o sistema de apoios financeiros, e impulsionar uma maior cooperação com associações civis, com vista a promover serviços sociais mais diversificados e adaptados às necessidades.

Com vista a aperfeiçoar com maior celeridade as condições dos equipamentos sociais, prevemos que entre o período de 2013 e 2015 entrem em funcionamento 43 novas instalações de serviços sociais destinadas a crianças, jovens, idosos, famílias, bem como à comunidade e aos toxicodependentes, orçadas em cerca de 910 milhões de patacas. A par disso, está já planeada a reserva de terrenos na zona dos novos aterros destinados à construção destas instalações sociais.

Mecanismos eficientes de longo prazo para o sistema de saúde

Prosseguindo a política de “tratamento adequado e prevenção prioritária”, o Governo continua a aumentar o investimento de recursos na área da saúde, a aperfeiçoar o sistema, a melhorar os equipamentos médicos e a otimizar continuamente a rede dos cuidados de saúde primários e os serviços médicos especializados; iremos também aproveitar plenamente os recursos médicos comunitários, trabalhando para que as instituições médicas públicas, as sem fins lucrativos e as privadas desempenhem plenamente o seu

papel, e envidando esforços para elevar a qualidade dos serviços médicos, em prol da saúde dos nossos residentes.

No âmbito dos cuidados de saúde primários, os residentes de Macau gozam actualmente de uma rede de serviços de cuidados de saúde primários considerados exemplares pela Organização Mundial de Saúde. Temos centros de saúde ou postos de saúde em todos os bairros comunitários, que oferecem mais de dez tipos de serviços aos utentes, designadamente no âmbito da saúde de adultos, da saúde pré-natal, do planeamento familiar e da saúde infantil; Os residentes de Macau que, através da consulta do centro de saúde, sejam encaminhados para o Centro Hospitalar Conde de São Januário para a realização de exames adicionais estão isentos do pagamento de qualquer taxa.

No âmbito dos cuidados médicos especializados, com o envelhecimento da população de Macau, as despesas de saúde com os idosos têm vindo a crescer gradualmente. Actualmente, mais de 80% dos pacientes do hospital público gozam gratuitamente de tratamentos especializados e de cuidados de reabilitação, que estão em constante aperfeiçoamento. O Centro Hospitalar Conde de São Januário oferece, neste momento, 22 serviços de especialidade e de reabilitação, designadamente a prestação de serviços médicos especializados mais adequados aos idosos, através da sua urgência, da área de internamento e de consultas externas. Vamos não só aumentar os investimentos para enfrentar casos de doenças crónicas, como no aperfeiçoamento do serviço de encaminhamento de doentes para tratamento no exterior, designadamente para instituições médicas privadas em Macau, em Hong Kong ou no Interior da China.

O Governo da RAEM dá importância ao investimento de recursos **no âmbito dos recursos comunitários de saúde**. Presentemente, existem 13 organizações sem fins lucrativos que recebem financiamento de longo prazo para a prestação de serviços médicos, designadamente serviços hospitalares e serviços gerais de consulta de medicina tradicional chinesa, medicina ocidental e de odontologia. Anualmente, são concedidos cerca de 500 mil financiamentos.

No âmbito da construção de instalações médicas, o Governo da RAEM já elaborou o Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde, que, implicando um investimento de milhares de milhões de patacas, visa estabelecer em Macau, antes do ano 2020, um sistema de saúde da mais alta eficiência. Para tal, de acordo com os planos de curta, média e longa duração, iremos construir o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, o Edifício do Serviço de Urgência e o Edifício de Especialidades do Complexo Hospitalar Conde de São Januário e o Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane, e iremos, ainda, construir e ampliar outras instalações, num total de 11 centros de saúde e 2 postos de saúde. Entretanto, antes da conclusão do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, e para facilitar o acesso dos residentes das Ilhas aos cuidados de saúde, foram já criados o posto de urgência e o serviço hospitalar de reabilitação das Ilhas. Mais, encontram-se em curso as obras de ampliação, construção e reconstrução de várias instalações médicas, prevendo-se para 2013 a conclusão do projecto de ampliação do Edifício de Urgência do Complexo Hospitalar Conde de São Januário e a construção

do novo centro de saúde da Taipa, o que contribui eficazmente para o melhoramento das condições de acesso a consultas.

Relativamente ao tempo de espera para consultas especializadas no hospital público, o Governo da RAEM presta grande atenção ao mecanismo de triagem, permitindo que os doentes com maior urgência possam ser atendidos em tempo oportuno, e vai procurar encontrar formas que permitam encurtar o tempo de espera dos restantes pacientes.

O nível profissional da equipa médica está directamente associado à qualidade geral dos serviços médicos da Região. O Governo da RAEM irá, através do investimento e da reorganização de recursos, reforçar a formação e o recrutamento do pessoal médico e de enfermagem, como irá promover a formação contínua do pessoal médico, e incentivar a sua participação no projecto de acreditação internacional, e ainda incentivar a investigação científica; irá, também, aperfeiçoar as normas profissionais e promover uma reforma na área da saúde, a fim de responder às exigências do futuro.

Temos executado com determinação o “Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo”, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro do corrente ano, investindo grandes esforços no desenvolvimento de acções de divulgação e de trabalhos de execução da lei, e pretendemos reforçar a cooperação com os residentes, empenhando-nos na construção de um ambiente sem fumo. Concomitantemente, vamos continuar a reforçar os trabalhos de prevenção e controlo na área da saúde pública, através da contínua cooperação regional ao nível do sistema de saúde.

Mecanismos eficientes de longo prazo para o sistema educativo

A “construção da prosperidade de Macau através da educação” é uma das linhas de acção governativa que o Governo da RAEM está determinado em implementar. No processo da implementação de políticas educativas, o Governo tem por objectivos promover a elevação da qualificação dos cidadãos e a formação de recursos humanos locais qualificados, objectivos estes que abrangem todos os níveis e domínios educativos.

No âmbito do ensino não superior, o Governo tem investido o maior esforço na concretização do Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior, promovendo, em termos institucionais e de recursos, o desenvolvimento da causa educativa, especialmente a implementação eficaz das políticas de escolaridade obrigatória e escolaridade gratuita. Está também empenhado na implementação do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, que permite a salvaguarda institucional dos professores no que respeita à elevação da sua capacidade profissional e à melhoria das suas condições de trabalho. O Governo tem vindo a apostar na promoção do desenvolvimento do ensino especial e do ensino técnico-profissional, na aceleração da implementação, a nível secundário, da medida de ensino em turmas reduzidas, na optimização do rácio professor/aluno e do rácio turma/professor, no reforço da capacidade linguística, nas condições psico-físicas e na consciência moral dos alunos, bem como no impulsionamento da educação contínua e da aprendizagem permanente

para a elevação das capacidades profissionais e da qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando, assim, a partir da formação de recursos humanos qualificados, uma garantia eficaz do desenvolvimento sustentável de Macau.

O investimento no ensino não superior é prioritariamente assegurado pelo orçamento anual do Governo. Em 2012, o orçamento para o ensino não superior foi cerca de 4.160 milhões de patacas, enquanto que para o ano 2013 será de cerca de 5.250 milhões de patacas, o que representa um aumento anual de mais de 26%. Relativamente ao Fundo de Desenvolvimento Educativo, o Governo irá estudar a atribuição faseada de dotações financeiras, visando o desenvolvimento máximo das suas funções de reserva e ajustamento do financiamento educativo. Para 2013 será atribuído a este Fundo um orçamento de cerca de 700 milhões de patacas, o que representa um aumento anual de 25,7%. A implementação da política de escolaridade gratuita de 15 anos e o facto de cerca de 85% dos alunos do 12.º ano terem ingressado no ensino superior nos últimos anos, êxitos alcançados ao longo destes anos, são demonstrativos do empenho do Governo no investimento contínuo nos recursos educativos. Relativamente ao investimento na escolaridade regular de 15 anos, o Governo investiu cerca de 310 mil patacas em cada aluno das escolas aderentes, e cerca de 200 mil patacas em cada aluno das escolas não aderentes.

Quanto ao regime de subsídios, o Governo tem vindo a conceder vários subsídios, designadamente o subsídio de propinas, o subsídio para o ensino recorrente e o subsídio para aquisição de manuais escolares. Também é dado apoio aos alunos provenientes de famílias com dificuldades económicas, no sentido de garantir o seu acesso ao ensino. Pretendemos, através do Fundo de Acção Social Escolar, aperfeiçoar o mecanismo de apoio aos alunos provenientes de famílias com dificuldades económicas, promover um desenvolvimento físico saudável dos alunos e proporcionar-lhes assistência médica. Para esse efeito, em 2013 será atribuído a este Fundo um orçamento de cerca de 440 milhões de patacas, representando um aumento anual de 35,2%.

No âmbito do ensino superior, o Governo está empenhado na aceleração dos trabalhos de aperfeiçoamento dos diplomas legais sobre o ensino superior, bem como na elaboração de planos de desenvolvimento a médio e longo prazo, no sentido do desenvolvimento pleno das funções que os estabelecimentos de ensino superior desempenham em três vertentes: ensino, investigação e serviço à sociedade.

O Governo da RAEM, firme no investimento de recursos no ensino superior, irá aumentar, significativamente, o número e o montante das bolsas de mérito destinadas a premiar os alunos que obtêm excelente aproveitamento escolar. Tendo em conta a promoção do desenvolvimento de recursos humanos qualificados, continuaremos a apoiar a realização de intercâmbios multi-níveis entre alunos dos estabelecimentos de ensino superior de Macau, do Interior da China e de outros países e regiões, através de uma diversidade de meios. Para ajudar os cidadãos de Macau a frequentar cursos de ensino superior, foram lançadas medidas de alargamento dos limites de rendimento médio mensal per capita dos membros do agregado familiar dos candidatos à concessão de bolsas-empréstimo, tendo o número de bolsas sido aumentado para 4500. Além disso, foram

igualmente aumentados os montantes das bolsas-empréstimo, de mérito e especiais: no que se refere às bolsas-empréstimo e às bolsas de mérito cujos montantes mensais oscilavam entre 2.000 e 4.000 patacas, o montante máximo foi actualizado para 4.500 patacas, quanto às bolsas especiais que variavam entre 2.400 e 4.800 patacas, o montante máximo foi actualizado para 5.400 patacas. Foi, ainda, criado o “Plano de Financiamento para Atracção de Alunos Excelentes para Frequência de Cursos de Educação” com o objectivo de encorajar, através da concessão de bolsas de mérito, os alunos excelentes a frequentar cursos de educação e a permanecerem em Macau após a sua conclusão, servindo assim a causa educativa local. Em 2012 foi, pela primeira vez, atribuído aos alunos do ensino superior o subsídio para aquisição de material escolar, no montante de 2.000 patacas, o que representa o carinho e a consideração que o Governo da RAEM tem depositado nos cidadãos de Macau que frequentam estabelecimentos de ensino superior.

Estamos empenhados na elevação da qualidade de ensino superior, na optimização contínua das condições e instalações pedagógicas dos estabelecimentos de ensino superior e em apoiar a formação de professores com vista a criar uma equipa docente de elevada qualidade e eficácia, permitindo, assim, o reforço da nossa capacidade competitiva na área do ensino superior, em prol do desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia de Macau. O novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, que é uma estrutura moderna, verá as suas obras concluídas num futuro muito próximo, e com a sua entrada em funcionamento, será aberta uma nova página no desenvolvimento do ensino superior de Macau.

A criação de uma base de dados de recursos humanos é um projecto de importância para o Governo da RAEM. O Gabinete de Apoio ao Ensino Superior concluiu a recolha de informações sobre os cidadãos locais que frequentam estabelecimentos de ensino superior, dentro ou fora de Macau, que proporciona, assim, fundamento para o projecto de avaliação da procura de recursos humanos face ao desenvolvimento socio-económico de Macau a médio e longo prazo, que terá início no próximo ano, no sentido da futura elaboração adequada de políticas de recursos humanos.

No âmbito das políticas de juventude: Os jovens são a esperança do desenvolvimento social. O Governo da RAEM, empenhado na formação de uma nova geração competitiva, tem vindo a impulsionar o desenvolvimento integral dos jovens, pautado pelos valores da moralidade, inteligência, saúde, associativismo e estética. Temos depositado os maiores esforços na criação de uma cultura escolar digna e na promoção do trabalho de voluntariado, e temos vindo a apoiar a participação dos jovens nos assuntos sociais e no serviço à sociedade, bem como a promover valores positivos junto dos jovens, a reforçar os estudos sobre a situação do País, a intensificar as acções de educação cívica e de generalização do Direito, a promover a qualidade cívica junto dos alunos e a incentivar a realização de acções de sensibilização sobre o amor pela Pátria e por Macau. Pretendemos conquistar o consenso social para uma elaboração acelerada de políticas de juventude de longo prazo para Macau.

Vivemos hoje numa sociedade que se tem vindo gradualmente a diversificar, impulsionada pelas novas tecnologias e com acesso às novas informações divulgadas na internet. Neste contexto, os jovens não podem deixar de crescer num ambiente complexo e diversificado, o que exige um maior carinho e um esforço acrescido por parte da família, da escola, do Governo e da sociedade, que devem trabalhar em conjunto, partilhando a responsabilidade da educação e preconizando uma correcta filosofia de valores humanos e éticos. É nossa responsabilidade acarinhar e apoiar os jovens no planeamento de uma vida positiva, bem como no desenvolvimento de um pensamento independente e crítico e da sua capacidade de inovação e de empreendimento.

Mecanismos eficientes de longo prazo para assegurar a habitação

O Governo da RAEM prosseguirá o princípio de “habitação para todos, bem-estar para todos”. Nos últimos anos, em resultado do desenvolvimento social, do crescimento demográfico e do ambiente mundial de baixos rendimentos, a procura de habitações em Macau tem continuamente aumentado. Estamos atentos às necessidades básicas de habitação da população, e definimos objectivos de curto e médio prazo, que visam manter um equilíbrio a longo prazo entre a oferta de habitações públicas e a do mercado imobiliário, criando um ambiente coordenador de três vertentes – habitação económica, habitação social e habitação particular – com vista a responder às expectativas das diferentes camadas sociais.

No âmbito do aperfeiçoamento da regulamentação: Com vista a implementar as políticas da habitação pública, o Governo da RAEM elaborou a “Lei da habitação económica” e o regulamento administrativo relativo à “Prorrogação do prazo da aplicação do plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social”. Com vista a aliviar os encargos fiscais, o Governo procedeu à revisão do “Regulamento da Contribuição Predial Urbana” e do “Regulamento do Imposto do Selo”. Para regulamentar a actividade de mediação imobiliária e salvaguardar os direitos e interesses dos residentes, definimos a “Lei da Actividade de Mediação Imobiliária” e já foi apresentada à Assembleia Legislativa a proposta de lei do “Regime jurídico da promessa de transmissão de edifícios em construção”. Com vista a uma gestão rigorosa e sistemática dos recursos de solos da RAEM, empenhámo-nos na resolução legal dos terrenos concedidos mas não aproveitados e encontrando-se já concluídos os trabalhos de revisão da “Lei de Terras” e de elaboração da “Lei do Planeamento Urbanístico”, que serão submetidas à apreciação da Assembleia Legislativa. Além disso, e com o objectivo de promover um desenvolvimento saudável do mercado imobiliário, lançámos várias medidas, designadamente o imposto do selo especial sobre a transmissão, dentro de um curto prazo, de bens imóveis destinados a habitação, com fins comerciais, de escritórios ou de estacionamento de veículos motorizados, restrições quanto ao limite máximo de crédito para a aquisição de fracções autónomas e directivas destinadas a regulamentar a compra e venda de fracções autónomas de edifícios em construção.

No âmbito das medidas a curto prazo: O Governo da RAEM tem vindo a concretizar, tal como planeado o projecto de construção das 19 mil fracções de habitação pública e a

alojar, sucessivamente, os agregados familiares em lista de espera. Estamos, actualmente, a proceder à optimização das instalações complementares e do serviço de transporte das zonas onde se situam essas habitações públicas. No primeiro trimestre do próximo ano, será reaberto o concurso para habitação social e económica. O limite máximo de rendimento mensal dos candidatos à habitação económica foi actualizado, sendo que para agregados familiares com um elemento, o limite máximo de rendimento mensal é de 19.355 patacas, e para agregados familiares com dois elementos ou mais é de 38.710 patacas, ajudando-se dessa forma os cidadãos sem capacidade de compra de habitação no mercado imobiliário, o que destaca o papel das habitações económicas no equilíbrio do mercado imobiliário. Com tal ajustamento, cerca de 80% da população passa a estar abrangida para efeitos de candidatura à habitação económica. Relativamente à habitação social, o limite máximo de rendimento mensal será aumentado em função do ajustamento do valor do risco social, possibilitando a candidatura de mais residentes que realmente necessitam deste tipo de habitação. Para além de otimizar o mecanismo de monitorização do estado de edifícios, evitando os perigos resultantes da falta de manutenção, pretendemos que os proprietários recorram ao Fundo de Reparação Predial, no sentido de assegurar a conservação e reparação dos edifícios. É de salientar que a revisão do “Regulamento Geral da Construção Urbana” encontra-se praticamente concluída e será submetida à apreciação da Assembleia Legislativa, o que, também, vem contribuir para a optimização do mecanismo relativo à segurança dos edifícios.

No âmbito das medidas a médio prazo: Logo que concluído o projecto das 19 mil habitações públicas, daremos início aos trabalhos do novo projecto das habitações públicas, já em fase de planeamento. Para além da construção de 6.300 habitações públicas, já conhecida, o Governo continuará a proporcionar reservas de terrenos para a construção de habitações públicas. Iremos estabelecer um mecanismo regular para a apresentação de candidaturas às habitações públicas, bem como estabelecer um prazo de espera relativo às habitações sociais. Estaremos atentos ao equilíbrio da procura e oferta do mercado, aumentando a oferta através do aceleração do processo de aprovação e apreciação dos projectos dos edifícios residenciais privados. Os projectos que aguardam aprovação envolvem cerca de 30 mil fracções autónomas e os projectos que se encontram em construção envolvem cerca de 8 mil fracções autónomas.

Como todos sabem, os recursos de solos de Macau são muito limitados, pelo que o Governo tem que definir um planeamento a longo prazo, ponderando o grau de premência das situações e os interesses globais. Iremos criar um regime de reserva de terrenos para a construção de habitações públicas e destinar terrenos, no planeamento das novas zonas urbanas, para a construção de habitações e infra-estruturas públicas, assegurando um desenvolvimento a longo prazo das habitações públicas, através de políticas de solos. Actualmente, o Governo está a proceder à abertura do concurso público destinado à zona A, uma das cinco zonas de aterro, prevendo-se que o projecto de aterro esteja concluído em 2015, que ocupará uma área de 137,8 hectares, incluindo terreno destinado à construção de habitações públicas. O concurso público referente à zona E, que ocupa uma área de 60 hectares, terá lugar no início do próximo ano. Tendo em conta as opiniões relativas à construção de habitações, e baseando-nos no conceito de “terra de Macau destinada

a residentes de Macau”, iremos proceder a um estudo aprofundado sobre a respectiva definição, à reserva de terrenos e à elaboração de legislação, bem como à definição de restrições de aquisição e de transmissão; numa perspectiva de longo prazo, nas cinco novas zonas de aterro serão reservados terrenos destinados à construção de habitações destinadas aos residentes de Macau, de modo a proporcionar-lhes uma escolha mais variada na aquisição de habitação.

Tendo em consideração os dados recolhidos e os resultados da avaliação científica da necessidade real de recursos de habitação pública no futuro, o Governo irá proceder à distribuição das habitações públicas de forma imparcial, justa e transparente. Para garantir a disponibilidade de recursos financeiros, iremos equacionar a possibilidade de criação de um fundo de desenvolvimento das habitações públicas. Intensificaremos as funções do Conselho para os Assuntos de Habitação Pública, permitindo aos residentes o acesso às habitações públicas ou ao mercado imobiliário, consoante a sua própria capacidade e necessidade, optando pela habitação que considerem adequada, através de arrendamento ou aquisição. O Governo irá empenhar-se na salvaguarda de um desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

(2) Tomada de medidas apropriadas ao bem-estar da população

Nos primeiros nove meses do corrente ano, registou-se uma taxa de inflação acumulada de 6,29%. A taxa de inflação referente ao mês de Setembro subiu 5,69% em relação ao idêntico mês de 2011, o que representa um abrandamento na subida. Porém, devido ao aumento da procura em geral, a taxa de inflação continuará a subir, razão pela qual o Governo da RAEM continuará atento aos impactos da inflação na vida da população, designadamente ao impacto na qualidade de vida dos grupos mais vulneráveis. O Governo, para além de assegurar o funcionamento eficaz e a longo prazo do sistema, irá oportunamente reforçar as medidas complementares e de emergência, no sentido de garantir o bem-estar da população.

No decorrer do corrente ano, o crescimento económico tem-se mantido globalmente estável. Tendo em vista a situação financeira do Governo em 2012, no próximo ano propomo-nos injectar mais 6.000 patacas em cada conta do Regime de Poupança Central, no sentido de reforçar a implementação do Regime de Segurança Social de Dois Níveis. Em simultâneo, relativamente ao Plano de Participação Pecuniária, propomo-nos atribuir, no próximo ano, o montante de 8.000 patacas a cada residente permanente e o montante de 4.800 patacas a cada residente não permanente. Para além disso, em 2013 propomo-nos elevar o montante do Subsídio para Idosos para 6.600 patacas.

Em relação ao Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo, para o próximo ano, iremos prolongar o período de apoio de seis para oito semanas, de modo a reforçar o apoio aos grupos em situação vulnerável.

O Governo continuará a assegurar o apoio financeiro às famílias com dificuldades. Para tanto, iremos atribuir, por uma única vez, mais uma prestação às famílias que, actualmente, já são beneficiárias de apoio financeiro. Iremos, também, continuar a conceder abonos e subsídios especiais aos três tipos de famílias em situação vulnerável e pretendemos ampliar

o âmbito de aplicação destas medidas, no sentido de alargar gradualmente a rede de apoio às famílias carenciadas. Daremos seguimento à dinamização do Projecto de Serviço sobre Vida Positiva e do Plano de Apoio Comunitário ao Emprego, elevando desta forma o nível de independência dos indivíduos com dificuldades económicas.

O Governo irá continuar a isentar, por um ano, do pagamento da renda as famílias arrendatárias de habitações sociais, e a implementar o plano provisório de atribuição do abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social que preencham os requisitos. A prorrogação da concessão da subvenção de rendimentos permite aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, com baixo rendimento e que reúnam os requisitos, receber um montante até 4.400 patacas por mês. Por outro lado, e com o objectivo de aumentar a competitividade no mercado laboral dos residentes, o Governo irá reforçar a formação de iniciação profissional e a de aperfeiçoamento profissional.

Iremos reforçar o investimento na educação, concretizando os compromissos assumidos nas linhas de acção governativa. Daremos continuidade ao regime de subvenção para aquisição de livros. Para o próximo ano lectivo, propomo-nos elevar o montante desse subsídio concedido aos estudantes do ensino primário e secundário de 1.900 patacas para 2.400 patacas, e aos estudantes do ensino infantil de 1.500 patacas para 2.000 patacas, no sentido de atenuar os encargos dos pais na aquisição de material didáctico. No próximo ano, iremos continuar a conceder o subsídio ao abrigo do Programa de Subsídio de Aquisição de Material Escolar aos estudantes de Macau que estejam a frequentar cursos de ensino superior ou de pós-graduação, dentro ou fora de Macau, elevando este subsídio de 2.000 para 3.000 patacas, com vista a aliviar os seus encargos com a aquisição de livros, materiais de referência e de aprendizagem.

O ano 2013 vai ser o último ano de implementação do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo de três anos. Continuaremos a atribuir, a cada residente de Macau, que tenha completado 15 anos de idade, um subsídio máximo de 5.000 patacas. Em seguida, iremos proceder ao balanço da implementação desse Programa.

Pretendemos, também, manter o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde para cada residente de Macau e elevar o respectivo valor de 500 patacas para 600 patacas. Daremos continuidade à atribuição da subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, no montante de 200 patacas por mês para cada unidade habitacional.

Com a aplicação das subvenções e das participações, o Governo prevê despesas na ordem dos 9.773 milhões de patacas.

Para o próximo ano, as medidas de redução e de isenção fiscal incluem: o ajustamento da percentagem de redução no imposto profissional da população activa de 25% para 30%, com o limite de isenção em 144.000 patacas; a isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto

do selo sobre as apólices de seguros, incluindo o seguro de vida e do imposto do selo sobre operações bancárias; a isenção da taxa da licença de reclames e tabuletas das unidades comerciais e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração e a isenção da contribuição predial urbana para residentes de Macau até 3.500 patacas, a manutenção do valor de 200.000 patacas de matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos (que anteriormente era de 32.000 patacas) e a isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões. Os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir a primeira habitação continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel (aplicada apenas a unidades habitacionais) até 3 milhões de patacas do valor da propriedade.

Com base nas medidas de redução e de isenção fiscal acima mencionadas, propomos a devolução de 60% do imposto profissional do corrente ano aos residentes de Macau que efectuaram o pagamento do imposto, com o limite máximo de devolução de 12.000 patacas, de modo a aliviar o encargo do grupo social de rendimentos médios. Os residentes irão receber a devolução do imposto no ano 2014.

Com a manutenção destas medidas de redução e de isenção fiscal, acrescidas da introdução da nova medida de devolução de imposto, o Governo deixará de receber receitas fiscais num valor aproximado de 1.612 milhões de patacas.

2. Construção do centro mundial de turismo e lazer e promoção da diversificação adequada da economia

O posicionamento do centro mundial de turismo e lazer corresponde ao desenvolvimento diversificado e sustentável de Macau, pelo que temos de agarrar bem as oportunidades que nos são oferecidas e elevar a capacidade global de Macau, a fim de criar uma base firme para o seu futuro desenvolvimento.

(1) Implementação do grande plano de desenvolvimento e intensificação da capacidade global

Observando a tendência do desenvolvimento económico, quer local, quer externo, estamos cautelosamente optimistas quanto à economia geral de Macau no próximo ano, prevendo-se um crescimento positivo. Para fazer face à conjuntura financeira internacional e ao impacto resultante da 3.ª Flexibilização Quantitativa dos Estados Unidos da América, o Governo da RAEM continuará a adoptar medidas positivas e eficazes para prevenção dos riscos financeiros e, em simultâneo, continuará a preparar-se para flutuações no fluxo de capital e para o risco do sobreaquecimento do mercado imobiliário, bem como para assegurar o desenvolvimento de indústrias competitivas, no sentido de manter o crescimento estável da economia. Iremos, também, supervisionar de perto o nível da segurança e liquidez dos activos das reservas patrimoniais, acompanhar a evolução da conjuntura financeira internacional e promover a diversificação das carteiras de investimento

com vista a aumentar a taxa de rentabilidade. Para além disso, iremos estudar e aperfeiçoar a “Lei de Enquadramento Orçamental” em vigor e iniciar o respectivo processo de revisão, de forma a que os orçamentos financeiros da RAEM tenham uma base jurídica que permita uma execução mais segura, regulamentada e que corresponda à realidade, reforçando desta maneira a sua regulamentação e supervisão.

O Governo não só continuará a monitorizar e a ajustar o ritmo do desenvolvimento do sector do jogo, como também a prestar apoio ao desenvolvimento das indústrias associadas ao sector do turismo integrado, nomeadamente ao impulsionamento do desenvolvimento das indústrias não relacionadas com o jogo, à elevação da sua capacidade de recepção e dos seus serviços, à optimização das instalações e serviços complementares, e, ainda, pretendemos incentivar as operadoras do jogo a assumirem as suas responsabilidades sociais, promovendo assim um jogo responsável e o desenvolvimento saudável do sector.

No próximo ano, o Governo irá consolidar as actuais fontes de turistas e explorar potenciais novos mercados, desenvolvendo itinerários turísticos multi-destinos, com vista a diversificar os produtos turísticos. Irá enriquecer o turismo cultural, explorar e promover mais elementos turísticos com características locais, no sentido de proporcionar mais instalações de lazer e criar um ambiente agradável para se viver.

Iremos envidar esforços para assegurar o desenvolvimento das indústrias que necessitem de apoios, nomeadamente as indústrias de restauração, de convenções e exposições, da medicina tradicional chinesa e as indústrias culturais e criativas. A indústria de convenções e exposições, tem vindo a registar um desenvolvimento contínuo e estável, e já se tornou numa indústria emergente que tem vindo a contribuir para o crescimento económico de Macau e que promove, em simultâneo, o desenvolvimento global dos sectores correlacionados. O Governo irá continuar a apoiar a formação dos profissionais para o sector de convenções e exposições e a cooperar com as associações do sector, tais como a Associação Internacional de Convenções e Exposições, na realização de acções de formação no domínio da organização de convenções internacionais. Por outro lado, tendo como objectivo acelerar o desenvolvimento deste sector, no próximo ano entrará em funcionamento o Fundo das indústrias culturais e criativas.

O Governo da RAEM tem implementado várias medidas de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, designadamente no que se refere ao melhoramento das condições de exploração comercial e o apoio dado na área financeira e de recursos humanos. Simultaneamente, e com base na experiência acumulada na realização da Semana Dinâmica de Macau, iremos dar continuidade ao estabelecimento de plataformas com vista a promover os produtos de Macau no mercado do Interior da China. No âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, iremos criar um plano de empréstimos sem juros para apoiar financeiramente os jovens empreendedores locais sem recursos a criarem os seus próprios negócios. Propomo-nos estabelecer o limite máximo do montante da verba de apoio em 300.000 patacas e um prazo máximo de 8 anos para amortização do empréstimo.

O Governo da RAEM, no âmbito do mercado de trabalho, empenhar-se-á em assegurar os direitos e interesses dos residentes de Macau e em combater rigorosamente o trabalho ilegal. Iremos lançar estudos relativos à revisão da “Lei das relações do trabalho” e à questão do seguro de acidentes de trabalho, assim como iremos promover o processo legislativo do “Regime do trabalho a tempo parcial”. Actualmente, o Conselho Permanente de Concertação Social encontra-se a realizar estudos para promover o consenso entre empregadores e empregados no que se refere à fixação do salário mínimo para os trabalhadores dos serviços de limpeza e de segurança, do sector de administração de propriedades. Ao mesmo tempo, reforçaremos o trabalho de fiscalização e de controlo dos trabalhadores não residentes, e incentivaremos as empresas a promoverem a progressão na carreira dos trabalhadores residentes. Em cooperação com as empresas de grande dimensão, iremos estimular a realização de um plano de aperfeiçoamento e de formação profissional destinado aos seus trabalhadores que ocupam cargos da camada base e que recebem um salário relativamente baixo, de modo a elevar a respectiva capacidade profissional, de forma a permitir-lhes o acesso a um rendimento mais razoável e a promoção a cargos superiores.

A criação de regimes de qualificação profissional é essencial para formar profissionais, aprofundar a exploração do mercado de recursos humanos e preparar quadros profissionais necessários ao desenvolvimento sustentável da RAEM. Continuaremos a promover a criação de regimes de qualificação profissional de diversos sectores, designadamente os do pessoal das áreas da acção social, da construção civil e da saúde.

(2) Complementaridade das vantagens regionais e promoção de um desenvolvimento conjunto

No ano passado, o Governo da RAEM promoveu, activamente, a integração económica regional, intensificando a cooperação com o Interior da China e com as regiões adjacentes, e conseguiu a complementaridade e ganhos mútuos entre Macau, o Interior da China e os países de língua portuguesa, o que contribuiu para o desenvolvimento económico da RAEM e para a elevação do nível dos serviços comerciais prestados, promovendo-se, assim, de uma forma ordenada a diversificação adequada da economia.

Na sequência da implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, e com a cooperação mútua que se estabeleceu, a economia, a sociedade e a população das duas regiões alcançaram novos êxitos. A participação na exploração das duas zonas – Ilha de Hengqin e Nansha – permitiu-nos aperfeiçoar a estrutura, otimizar o planeamento e adquirir experiência e construir, assim, uma base sólida para a obtenção de melhores resultados de cooperação para a fase seguinte.

Nos últimos 4 anos, afectámos 5.500 milhões de patacas na reconstrução da Província de Sichuan. Os 105 projectos de construção civil e o projecto de aquisição de equipamentos destinados à recuperação de pessoas portadoras de deficiência serão concluídos até finais do corrente ano, sendo posteriormente submetidos a vistoria e auditoria. O apoio dado por Macau na reconstrução de Sichuan demonstra a boa tradição da população de Macau – amar a Pátria.

Com o estabelecimento e entrada em funcionamento da Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan, reforçou-se a promoção do intercâmbio e da cooperação a nível educativo, cultural e turístico entre os dois territórios, tendo igualmente sido reforçados os serviços prestados à população de Macau em Taiwan.

No futuro, e no que se refere ao processo de cooperação regional, iremos, por um lado, reforçar o desempenho das nossas funções e consolidar as nossas próprias vantagens através da promoção do desenvolvimento comum da região e, por outro lado, tendo em conta as necessidades e as capacidades da RAEM, iremos envidar mais esforços na promoção da cooperação regional e na optimização constante das infra-estruturas, de modo a acompanhar o ritmo de desenvolvimento de Macau e a responder às necessidades reais dos residentes.

No próximo ano, em articulação com a implementação do 12.º Plano Quinquenal do País e a concretização das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, iremos adoptar uma atitude mais pragmática e perspectivada para o futuro, participando activamente na cooperação regional e promovendo o desenvolvimento coordenado como centro mundial de turismo e lazer e plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, empenhando-nos no melhoramento das condições de vida da população e na procura da complementaridade de vantagens na região.

Com a implementação do Suplemento IX ao Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau, iremos reforçar o apoio às empresas locais, de modo a permitir que estas retirem proveito das oportunidades resultantes da liberalização do comércio de serviços, alargando o mercado e elevando o seu estatuto.

Para além de aprofundar a implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau e de envidar mais esforços na participação da exploração na Ilha de Hengqin, o Governo pretende concluir, no início do próximo ano, a elaboração do plano director de construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, iniciar os trabalhos preparatórios de edificação das principais construções no Parque e promover a definição de outros projectos para o mesmo. Pretendemos, ainda, apoiar e incentivar a realização e o desenvolvimento, no Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, de projectos de investimento originários de Macau que se revelem viáveis, promovendo, assim, a participação activa das pequenas e médias empresas locais, concretizando a estratégia da diversificação adequada da economia. Tendo sido decididas, com a intervenção do Governo, algumas medidas especiais que permitem a operação e o desenvolvimento das pequenas e médias empresas locais nos grandes projectos de investimento na Ilha de Hengqin, continuaremos a incentivar e a apoiar o seu estabelecimento naquela Ilha. A cooperação no âmbito da área de demonstração global do projecto-piloto do CEPA em Nansha constitui um veículo importante para a promoção da nossa participação na exploração de Nansha. Com a introdução do projecto de construção

de um porto de cruzeiros em Nansha, com a promoção de viagens individuais em barcos de recreio e com o desenvolvimento das indústrias criativas e culturais, criaremos novos espaços para o desenvolvimento sustentável de Macau.

Iremos, em articulação com a concretização progressiva da nova via de acesso entre Macau e Guangdong, estudar a implementação de novas formas de passagem alfandegária, optimizando ao mesmo tempo as condições de vida da população e de exploração de negócios na zona norte de Macau, bem como iremos melhorar o ambiente do Canal dos Patos. Com a mudança das instalações do Mercado Abastecedor para a zona do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau no próximo ano, iremos alargar a dimensão do Mercado Abastecedor, optimizar o respectivo modelo de gestão e o mecanismo de fiscalização, assegurando o abastecimento de produtos frescos e de animais vivos.

Para elevar a eficiência da entrada e saída de mercadorias através das fronteiras, iremos introduzir novas modalidades que facilitem os serviços alfandegários sem papel. Iremos concretizar sistematicamente o planeamento do desenvolvimento regional e a construção das infra-estruturas para o transporte transfronteiriço, melhorando os resultados e a eficácia da cooperação regional nos âmbitos da educação, abastecimento de água e de electricidade, protecção ambiental e segurança alimentar.

O ano 2013 será um ano assinalável, com a realização do Fórum da Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e, por ocasião do seu 10.º aniversário, será realizada com solenidade a cimeira ministerial. Pretendemos, assim, aproveitar as nossas vantagens decorrentes dos estreitos laços estabelecidos com os países de língua portuguesa e os de língua latina para desenvolver formas de cooperação com Guangdong, Fukian e com a Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, bem como com outras regiões do Interior da China, no sentido de reforçar o papel de Macau como plataforma de serviços de cooperação económica e comercial.

Além disso, com base nos estreitos laços de cooperação existentes entre Macau e Hong Kong, iremos aproveitar os mecanismos existentes na Administração Pública e a ligação entre as duas comunidades cívicas, em prol do desenvolvimento comum das duas regiões.

(3) Aperfeiçoamento do ambiente da cidade e promoção de uma vida de qualidade

Na base do desenvolvimento estável da economia e da sociedade, devemos esforçar-nos no aumento da competitividade da população de Macau e no melhor aproveitamento das vantagens dos quadros qualificados locais para promover um desenvolvimento coordenado entre a sociedade económica e o bem-estar da população. No sentido de acompanhar a implementação do grande plano de desenvolvimento e alcançar um desenvolvimento sustentável da sociedade de Macau, as ideias conceptuais da Política Demográfica da RAEM consistem principalmente em elevar a qualidade da população, optimizar a estrutura demográfica, elevar a competitividade global dos recursos humanos e em criar condições para uma vida de qualidade dos cidadãos.

Após uma análise global dos resultados dos Censos 2011 e de outros estudos especializados, o Gabinete de Estudo das Políticas já deu início à consulta pública sobre o Enquadramento da Política Demográfica. Iremos organizar e resumir as opiniões apresentadas pelos diversos sectores sociais para definir, de forma cautelosa, uma política demográfica que possa responder às necessidades do desenvolvimento de Macau.

O Centro Histórico de Macau testemunhou o intercâmbio das civilizações oriental e ocidental ao longo de mais de 400 anos. Este Património Cultural de características singulares é uma jóia da humanidade. Para poder explorar mais recursos culturais e históricos, iremos melhorar as formas de protecção do nosso património cultural tangível e intangível, tendo a “Lei de Salvaguarda do Património Cultural” sido já submetida à apreciação da Assembleia Legislativa, de modo a preservar e a revitalizar as construções históricas. Empenhar-nos-emos no reforço da sensibilização para a importância da transmissão das culturas e na construção de mais infra-estruturas culturais, bem como na formação de quadros qualificados nestas áreas, no sentido de criar um bom ambiente cultural com base na riqueza da nossa cultura local, e pretendemos também promover actividades criativas que enriqueçam a vida cultural dos residentes de Macau.

Os macaenses e os portugueses aqui residentes têm-se esforçado e contribuído para o desenvolvimento de Macau. Continuaremos a manter esta excelente tradição de harmonia entre as diferentes comunidades, trabalhando em conjunto para o desenvolvimento da sociedade de Macau.

O Governo, no âmbito dos assuntos relativos ao desporto, tem encarado o melhoramento da condição física dos residentes como uma tarefa principal. De acordo com o resultado da Avaliação da Condição Física da População de Macau, verifica-se um aumento do nível da condição física global da população, apesar de se ter registado um ligeiro decréscimo relativamente à população infantil e jovem. Atenta a grande importância deste resultado, o Governo pretende aumentar a dimensão das actividades desportivas para todos e promover actividades físicas entre pais e filhos, assim como incentivar as escolas a valorizar a disciplina de educação física como uma componente essencial do ensino. A par disso, continuaremos a otimizar progressivamente o modelo de funcionamento de gestão dos assuntos desportivos e a formar mais atletas locais, com potencial.

A “Lei de Segurança Alimentar” foi já submetida à apreciação da Assembleia Legislativa. Estão também concluídos os trabalhos preliminares relativos ao estabelecimento do Centro de Segurança Alimentar e pretendemos reforçar o controlo e a gestão sobre a segurança dos alimentos, bem como intensificar o contacto e o intercâmbio entre Macau e Guangdong no quadro da segurança alimentar.

Tomando como referência as tendências do desenvolvimento de diferentes cidades do mundo, do progresso social e do crescimento económico, registou-se um aumento acelerado de vários tipos de veículos motorizados, que acarreta, assim, um crescimento da pressão diária do trânsito rodoviário, do qual decorrem outros problemas, tais como a poluição ambiental, congestionamentos, entre outros. Um sistema de transportes colectivos

eficaz é a melhor forma de aliviar a sobrecarga das vias rodoviárias, contribuindo para reduzir o tempo de deslocação dos residentes e libertar mais recursos de solos, que podem assim ser alocados à construção de mais habitação pública e de espaços verdes.

O metro ligeiro assume um papel crucial no sistema de transportes colectivos, pelo que damos a maior importância a este projecto, designadamente nas vertentes técnica, de qualidade e de segurança. Temos auscultado atentamente as opiniões da população, para que o sistema de transportes colectivos possa atingir verdadeiramente os nossos objectivos de servir a população e resolver os problemas de tráfego. O autocarro é o meio de transporte da maioria da população. Percebemos que ainda existe um certo desfasamento entre o novo modelo de serviços de autocarros e as necessidades de transporte dos residentes. No próximo ano, o Governo concentrar-se-á no melhoramento da segurança no trânsito, das carreiras e da qualidade dos serviços de autocarros, de modo a otimizar de forma contínua a rede rodoviária das diversas zonas, com vista a melhorar o desenvolvimento do trânsito da cidade.

No que respeita aos transportes para o exterior, iremos aperfeiçoar de forma contínua a ligação dos postos de fronteira terrestres, marítimos e aéreos, no sentido de atenuar a pressão resultante do aumento do fluxo de passageiros. Depois de concluídas, no próximo ano, as obras do Novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, serão lançados testes operacionais gerais, estando prevista a sua abertura ao público no primeiro semestre de 2014. No âmbito da aviação civil, o Governo irá implementar gradualmente o Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, tendo em consideração os resultados dos estudos prévios deste Plano, com vista a prestar aos residentes e aos turistas um serviço de transportes de excelência para o exterior.

O Governo da RAEM continuará a melhorar as instalações municipais e a sua gestão, bem como a procurar soluções adequadas à resolução do problema das inundações e, no próximo ano, irá construir estações elevatórias de águas pluviais, realizar obras de melhoramento da rede de drenagem, respectivamente, na Zona da Barca, Baía do Norte do Bairro de Fai Chi Kei e na Taipa, de modo a aumentar a capacidade de escoamento de água.

O Governo da RAEM dá grande importância às opiniões recolhidas durante a consulta do projecto do “Plano Director dos Novos Aterros Urbanos” e, com base naquelas, irá desenvolver progressivamente os planeamentos da habitação pública, das instalações comunitárias e das zonas verdes, procurando, assim, ampliar o espaço de vida da cidade e aperfeiçoar o ambiente habitacional, com vista a elevar a qualidade de vida dos residentes.

A protecção ambiental tem sido, a nível internacional amplamente discutida, e tendo em consideração as metas de redução de emissões de dióxido de carbono definidas no Interior da China, o Governo pretende implementar ordenadamente várias medidas que permitam o desenvolvimento da protecção ambiental, nomeadamente ao nível legislativo. Iremos aperfeiçoar, de forma contínua, o funcionamento do “Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética”, conceder apoios financeiros às escolas e realizar mais acções de promoção e divulgação junto da comunidade, no sentido de otimizar as acções e as

finalidades deste Fundo. No intuito de promover o uso de veículos ecológicos, foi elaborado o regulamento administrativo sobre a “Fixação dos limites de emissão de gases de escape a que devem obedecer os novos automóveis aquando da sua importação” e, no próximo ano, elaborar-se-á um plano de financiamento, com um orçamento previsível de 400 milhões de patacas, com vista à substituição dos veículos altamente poluentes, e à sua eliminação faseada. Está também planeada a introdução, na Taipa, e a título experimental, do primeiro percurso de autocarro eléctrico de Macau. Além disso, o Governo irá implementar o projecto de construção da Estação de Tratamento de Água Renovada junto à Estação de Tratamento de Águas Residuais de Coloane, explorando e desenvolvendo, de forma activa, os recursos de água reciclada. Ao mesmo tempo, será planeada a optimização da Estação de Tratamento de Águas Residuais na Península de Macau e da Central do Sistema de Recolha Automática de Resíduos Sólidos.

Actualmente, a segurança em Macau continua relativamente estável. Atendendo às necessidades do desenvolvimento socio-económico e da criação do Centro Mundial de Turismo e Lazer, o Governo irá reforçar progressivamente os recursos humanos na área da segurança, recorrer à tecnologia e intensificar o policiamento, aperfeiçoar a sua gestão interna, promover as relações entre a polícia e o público, melhorar os planos de contingência e prevenir e combater a criminalidade, tudo no sentido de manter a segurança e a ordem públicas.

A generalização do conhecimento científico é um alicerce importante para elevar a qualidade e a competitividade da população, pelo que o Governo da RAEM continuará a envidar mais esforços nos trabalhos de generalização científica, por forma a aumentar os conhecimentos científicos dos residentes e formar quadros qualificados do sector de serviços de alta tecnologia.

No âmbito das telecomunicações, o Governo pretende, por um lado, reforçar a monitorização do funcionamento e segurança das redes de telecomunicações, e, por outro lado, em função da situação real, pretende abrir gradualmente o mercado de telecomunicações e melhorar o respectivo mecanismo de regulação, e o “Contrato de concessão do serviço terrestre de televisão por subscrição” será objecto de uma análise profunda.

3. Reforço do funcionamento dos mecanismos do Governo, aumento da eficácia da Administração Pública

No ano passado, o Governo da RAEM promoveu, de forma contínua, a reestruturação dos serviços públicos e o aperfeiçoamento dos serviços prestados, bem como o desenvolvimento do sistema político. O desenvolvimento do sistema político é uma demonstração bem sucedida da implementação dos princípios orientadores “um País, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, que reflecte a vontade de todas as comunidades de Macau em encontrar consensos e harmonia, mesmo perante ideias diferentes.

No próximo ano, iremos aplicar a “Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa” constante do Anexo II da Lei Básica e a “Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da RAEM”, recentemente revista e alterada, por forma a garantir que as eleições para a Assembleia Legislativa sejam realizadas de forma justa, imparcial e aberta. Iremos valorizar e manter as virtudes da tradição de Macau: a simplicidade, o pragmatismo, a harmonia e a tolerância, criando uma atmosfera política harmoniosa, aberta, racional e dialogante.

Os esforços e a dedicação de todos os trabalhadores da Administração Pública são indispensáveis para a implementação do grande plano de desenvolvimento do Governo. Ao longo dos tempos, os trabalhadores da Administração Pública têm permanecido nos seus postos e trabalhado arduamente na prestação de serviços aos residentes, contribuindo para a sociedade. A par do desenvolvimento e do progresso da sociedade, trabalhadores da Administração Pública será exigida a elevação contínua da sua qualidade global, de forma a permitir o melhoramento da prestação de serviços do Governo.

O Governo da RAEM persiste no conceito da governação científica e na implementação da tomada de decisão de forma científica e transparente. Todavia, a experiência mostra-nos que, por vezes, e por questões relacionadas com a capacidade de execução dos Serviços, as políticas lançadas não têm produzido os efeitos pretendidos. Por esta razão, precisamos de reflectir profundamente sobre este problema e introduzir as melhorias que se venham a revelar necessárias. No próximo ano iremos estudar a criação de um regime de gestão de desempenho do Governo, sendo indicadores importantes para a avaliação do desempenho a capacidade e os resultados de execução dos Serviços, a sua resposta com acções concretas e eficazes em relação às políticas definidas e a adequação das medidas tomadas face aos objectivos definidos. Em primeiro lugar, iremos implementar o regime de avaliação do desempenho dos dirigentes e, de seguida, iremos promover e incrementar o sentido de responsabilidade dos trabalhadores da Administração Pública, bem como o seu espírito de bem servir e, ainda, a ética profissional, com o objectivo de promover o aumento da eficácia na execução das políticas, através do estabelecimento desse regime.

Nos últimos anos, os serviços competentes estudaram aprofundadamente a questão da duplicação de estruturas e sobreposição de funções na Administração Pública, nomeadamente as funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e a sua relação com outros serviços públicos. O Governo, com base nos estudos realizados, irá identificar de forma prudente e objectiva as situações de sobreposição de competências e de duplicação de funções dos órgãos, bem como irá planear de forma científica e pragmática os ajustamentos, as reestruturações e a simplificação da estrutura orgânica da Administração Pública.

A prossecução da implementação e da divulgação da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau é uma responsabilidade constitucional do Governo da RAEM. No próximo ano, por ocasião do 20.º aniversário da promulgação da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, iremos não só dar continuidade à sua divulgação, através de diferentes meios, como envidaremos os maiores esforços junto da comunidade e dos residentes para uma melhor compreensão da Lei Básica da Região Administrativa

Especial de Macau. Em simultâneo, continuaremos a dar atenção à divulgação generalizada de outros diplomas legais fundamentais, de forma a aumentar a consciência social sobre a necessidade de conhecimento e de cumprimento das leis, aprofundando-se assim o conceito de Estado de Direito na sociedade.

O Governo da RAEM irá envidar os seus esforços para apoiar a construção de instalações e de software destinadas aos órgãos judiciais, para melhorar as condições de trabalho e as regalias dos magistrados judiciais e, no próximo ano, proceder-se-á à revisão da “Lei de Bases da Organização Judiciária”.

Ao longo destes últimos três anos, têm sido realizados com êxito os trabalhos de recensão e de adaptação da legislação anteriormente vigente em Macau. Antes do retorno de Macau à Pátria, entre 1976 e Dezembro de 1999, foram promulgadas um total de 2123 leis e decretos-lei, e destes encontram-se, ainda, em vigor 712. Porém, alguns deles estão desactualizados face ao desenvolvimento que a conjuntura social e o sistema jurídico sofreram após o retorno de Macau à Pátria, pelo que necessitam de ser objecto de um estudo aprofundado, com vista à sua alteração ou mesmo revogação. A conclusão destes trabalhos está prevista para o início do próximo ano e os seus resultados serão divulgados atempadamente, concluindo-se assim uma tarefa significativa na história da construção do sistema jurídico da RAEM. Além disso, o Governo da RAEM irá continuar a aperfeiçoar o mecanismo de coordenação legislativa, de forma a promover a implementação do plano de iniciativas legislativas.

Com o desenvolvimento económico e da tecnologia, bem como o aumento significativo das relações dos residentes de Macau com o exterior, o tratamento de dados pessoais passou a assumir um papel crucial nas actividades socio-económicas e na vida quotidiana dos residentes. O Governo da RAEM pretende intensificar os seus esforços na protecção da privacidade dos residentes e de outros direitos de personalidade, de forma a criar condições básicas para a manutenção, a estabilidade e a harmonia do Estado de Direito em Macau.

O Comissariado contra a Corrupção, tendo em conta os princípios da independência e da legalidade, dedica-se à defesa da integridade e da justiça na sociedade. No próximo ano, o Comissariado contra a Corrupção irá reforçar os trabalhos de fiscalização, tratar eficientemente os assuntos da provedoria de justiça, realizar continuamente o “Plano para uma Gestão Íntegra”, reforçar os trabalhos de sensibilização da integridade junto da população, promover a criação de um sistema comunitário íntegro e a formação de uma cultura de integridade.

Este ano, o Comissariado da Auditoria conseguiu alcançar progressos consideráveis na promoção dos trabalhos de auditoria de maior envergadura e profundidade, na supervisão da gestão e aplicação dos recursos públicos e na reforma da gestão financeira. No próximo ano, o Comissariado de Auditoria irá otimizar os recursos humanos e os processos de trabalho, alargar progressivamente a aplicação da auditoria apoiada por técnicas informáticas e envidar mais esforços nas auditorias concomitantes aos grandes empreendimentos públicos.

Conclusão

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Com a implementação faseada do grande plano de desenvolvimento de Macau, a RAEM entrará numa fase de desenvolvimento sustentável. Iremos manter a nossa convicção, alargar a nossa visão e trabalhar em conjunto com a população para a construção de um belo lar na RAEM.

Ao implementar o grande plano de desenvolvimento e impulsionar o melhoramento contínuo da vida da população, devemos pôr em prática, de uma forma rigorosa, os princípios orientadores “um País, dois sistemas” e “Macau governado pela sua gente” com alto grau de autonomia, cumprir escrupulosamente a Lei Básica de Macau, ter sempre em mente os lemas de “ter por base a população” e de uma governação íntegra assente nos valores científicos. Devemos ser pragmáticos, estar preparados para perigos enquanto vivemos em tempos de paz, respeitar as regras objectivas de desenvolvimento e a vontade dos cidadãos em ter um ambiente onde todos vivem e trabalham com tranquilidade e alegria. Iremos manter uma harmonia entre o homem e o ambiente e procuraremos atingir uma diversificação adequada da economia, que tenha em consideração as características demográficas da população, os recursos da RAEM e o ambiente ecológico. Estamos determinados em caminhar para um desenvolvimento sustentável com um crescimento económico estável e um bom ambiente ecológico, benéficos para a vida da população.

Estamos conscientes dos múltiplos desafios com que nos podemos deparar na implementação do grande plano de desenvolvimento, designadamente a inadequação das condições reais aos objectivos a longo prazo; a sobreposição de problemas emergentes nas diferentes fases; a necessidade de responder a eventuais conflitos estruturais e complexos. Iremos concretizar os nossos compromissos e não recuaremos perante dificuldades, assumindo rigorosamente as nossas responsabilidades e agregando a sabedoria e as forças da população de Macau. No processo de auto-aperfeiçoamento contínuo, devemos procurar conhecer bem os problemas e as dificuldades existentes, elevar o nível de governação baseado na lei e aproveitar as vantagens e a dinâmica do sistema de uma região administrativa especial.

Sentimos profundamente a prosperidade e o poderio da Pátria, que conduzem o progresso contínuo da RAEM. O apoio do Governo Central é fundamental para a implementação do nosso grande plano de desenvolvimento. Estamos conscientes de que só com o apoio, a paciência e a supervisão da população é que podemos aperfeiçoar as acções de governação e assegurar a harmonia, a estabilidade e o progresso de Macau.

No próximo ano, continuaremos a aproveitar, da melhor forma, as nossas vantagens e dinamizar todas as forças interventivas da sociedade. Empenhar-nos-emos na construção de um centro mundial de turismo e lazer, na aceleração da diversificação adequada da economia, na criação de melhores condições para o desenvolvimento de empresas locais

Conclusão

e na disponibilização de mais oportunidades para o progresso dos cidadãos, construindo assim uma sólida base para um desenvolvimento económico a longo prazo.

A nossa acção governativa continuará a pautar-se pela tomada de medidas vocacionadas para a elevação da qualidade de vida da população. Iremos dar a maior atenção aos assuntos que preocupam a população, e tratá-los-emos de forma activa. Iremos resolver de forma adequada os problemas que surjam no processo de desenvolvimento. Procuraremos elevar a eficiência das medidas de curto prazo que visam beneficiar a população e pretendemos criar um mecanismo de governação que seja eficaz a longo prazo.

Devemos acompanhar de perto as tendências do desenvolvimento, estudar aprofundadamente as realidades sociais da RAEM, aproveitar bem as oportunidades existentes, articular as nossas acções com a evolução dos tempos e caminhar estavelmente para um futuro brilhante. Devemos ser determinados e cautelosos ao enfrentar desafios e impactos, ser tolerantes com a diversidade de opiniões, consolidar resultados já alcançados e explorar novas oportunidades, preservar as tradições enquanto promovemos a inovação, assegurando assim, a nível global, um grande progresso e avanço da RAEM. Com os objectivos e o rumo bem definidos, empenhar-nos-emos pragmaticamente nas tarefas existentes e planearemos progressivamente o futuro. Devemos promover, juntamente com os cidadãos, a ponderação dos interesses globais da sociedade, manter a nossa convicção no pragmatismo e activismo, reflectir mais e empenhar-nos na plena concretização do princípio de “um País, dois sistemas”.

Finalmente, gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa, a todos os cidadãos e à equipa de trabalhadores da Administração Pública pelo tanto que contribuíram, no ano que passou, para a execução da acção governativa, e ao Governo Central e respectivas instituições estabelecidas em Macau pelo grande e empenhado apoio na governação da RAEM.

Dou por terminada a minha intervenção.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os meus agradecimentos.

Apêndice:

Calendário das principais acções governativas das diversas áreas para o ano de 2013

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2013 (Domínio da Administração Pública)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Optimização do modelo das políticas e reordenamento das funções orgânicas				
1.	Normas para a Consulta de Políticas Públicas	Aplicação efectiva das normas, verificando a sua eficácia e procedendo ao respectivo aperfeiçoamento.	Já iniciado	Acção permanente
2.	Estrutura da Administração	Reordenar as funções dos organismos públicos a partir de três aspectos: funcionamento, pessoal e prestação de serviços e optimizar a estrutura orgânica da Administração.	Acção permanente	Acção permanente
3.	Atribuições do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e dos serviços relacionados	Aprofundar a análise e os estudos sobre as funções da área da cultura e dos desportos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, do Instituto Cultural e do Instituto do Desporto.	Acção permanente	Acção permanente
II Elevação da qualidade dos serviços integrados e dos serviços automáticos interdepartamentais e promoção do projecto "Governo Electrónico"				
4.	Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau	Executar a terceira fase de construção do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, aperfeiçoando a sua gestão e funcionamento.	2012	2013
5.	Serviços automáticos interdepartamentais	1. Promover os serviços automáticos interdepartamentais a partir da área exclusiva para prestação de serviços automáticos já estabelecida no Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau. 2. Melhorar os serviços dos quiosques automáticos para prova de vida. O número de postos para a instalação destes equipamentos passa de 26 para 28 e o número de quiosques também será aumentado de 27 para 30.	Já iniciado	Acção permanente
			2013	2013

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Através das visitas domiciliárias de funcionários do Fundo de Pensões, auxiliar os pensionistas do Fundo de Pensões, do Fundo de Segurança Social e do Instituto de Acção Social a completar em conjunto as formalidades para a emissão de documentos da prova de vida. 4. Instalar os quiosques automáticos para a renovação dos bilhetes de identidade de residente e dos documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau, bem como o lançamento do serviço electrónico de levantamento de documentos.		
6.	Reconhecimento da Carta de Qualidade/ Prémio de Serviço de Alta Qualidade	Definir os novos objectivos para a avaliação no âmbito do reconhecimento da Carta de Qualidade para o ano de 2013. Realizar a segunda edição do Prémio de Serviço de Alta Qualidade.	2013	2013
7.	Consulta de processos <i>online</i>	O Centro de Informações ao Público desenvolve o sistema de consulta de processos <i>online</i> através de telemóvel, facilitando aos cidadãos a consulta sobre o andamento dos processos.	2013	2014
8.	Gestão da qualidade ISO9001	Candidatura da Divisão de Licenciamento Administrativo do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais à certificação do sistema de gestão da qualidade no âmbito de apreciação, aprovação e fiscalização de licenciamento administrativo, licenças e autorização.	2013	2013

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
9.	Portal do Governo	Explorar o novo Portal do Governo, aumentando a sua eficácia.	2012	2014
10.	Infra-estruturas informáticas	1. Expandir a aplicação do mecanismo permanente do sistema de recuperação de dados pós-catástrofe do Centro de Dados do Governo. 2. Elaborar instruções para a gestão de projectos informáticos. 3. Elaborar instruções regulamentares para as páginas electrónicas dos serviços públicos. 4. Estudar e elaborar o quadro orientador para planos de contingência em caso de crise do sistema informático.	2012	2013
11.	Sistema de circuitos de aplicação do Governo Electrónico	Concluir as acções de desenvolvimento do sistema de circuitos de aplicação do Governo Electrónico.	2012	2013
III Aperfeiçoamento da gestão centralizada do pessoal e da dimensão do corpo de funcionários e optimização do regime de contrato e planeamento das acções de formação				
12.	Concurso centralizado	Concluir progressivamente em 2013 o concurso centralizado de adjunto-técnico e realização do concurso de técnico superior.	2012	Acção permanente
13.	Dimensão do número de pessoal	Elaborar o enquadramento geral da dimensão razoável do número de trabalhadores do Governo.	Acção permanente	Acção permanente
14.	Regime de contrato	Elaborar os projectos de diplomas legais de acordo com os resultados da consulta sobre a Revisão do Regime de Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos.	2010	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
15.	Regime de cessação de funções do Chefe do Executivo e dos titulares dos principais cargos	Continuar o acompanhamento do projecto sobre o Regime de cessação de funções do Chefe do Executivo e dos titulares dos principais cargos, aperfeiçoando a respectiva regulamentação e promover a entrada no processo legislativo.	Acção permanente	Acção permanente
16.	Queixa e conciliação	Elaborar o documento normativo sobre o mecanismo de queixa e conciliação dos trabalhadores da função pública.	2013	Acção permanente
17.	Comissão de Avaliação das Remunerações	Estudar e apresentar opiniões sobre o mecanismo de actualização das remunerações dos trabalhadores da função pública.	Já iniciado	Acção permanente
18.	Cursos fundamentais	Abrir os seguintes cursos fundamentais: 1. 5.º Curso de Mestrado em Administração Pública (MPA) da RAEM. 2. Curso de Altos Estudos sobre a Lei Básica. 3. Cursos temáticos dirigidos a quadros superiores de Macau. 4. 1.º Curso do Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa. 5. O 4.º Curso do Programa de Formação de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa será realizado, após conclusão do 3.º curso no início de 2013. 6. 1.º Curso de Mestrado em Tradução e Interpretação.	2009 2010 2013 (Lançamento do Curso) 2013	Acção permanente Acção permanente 2015 2014 Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
IV Reforço do regime de responsabilização e da noção de administração segundo a lei e colaboração nas acções de combate à corrupção e acções de auditoria				
19.	Responsabilização dos titulares de cargos públicos	1. Aperfeiçoar a avaliação do mérito do desempenho dos titulares de cargos públicos. 2. Continuar a otimizar o regime de gestão administrativa e financeira, elevando a transparência das acções governamentais. 3. Estreitar as relações de cooperação com o Comissariado contra a Corrupção e o Comissariado de Auditoria e, através da divulgação, educação e fiscalização, continuar a incutir os valores de integridade e aplicação racional dos recursos públicos.	Já iniciado Acção permanente	Acção permanente Acção permanente

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2013 (Domínio da Justiça)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Implementação do plano de produção legislativa para 2013 e colaboração eficaz com a Assembleia Legislativa no âmbito da apreciação dos diplomas				
1.	Implementação do plano de produção legislativa	1. De acordo com os resultados dos exames, lançar oficialmente no próximo ano o Sistema de Coordenação Central da Reforma Jurídica. 2. Promover a execução regular do plano de produção legislativa e continuar a assegurar a sua elaboração, produzindo relatórios sobre a execução do plano em cada etapa do processo. 3. O Governo da RAEM, em resposta às necessidades reais de desenvolvimento social, elabora adequadamente o plano de produção legislativa para o ano de 2013, colaborando com a Assembleia Legislativa na apreciação das propostas de lei.	2013	Ao longo do ano
II Conclusão dos trabalhos de recensão e adaptação legislativos e publicitação sistemática da legislação vigente				
2.	Conclusão dos trabalhos de recensão e adaptação legislativos	1. Publicar o resultado da recensão das 2 123 leis e decretos-lei anteriormente vigentes e publicados deste 1976 até 19 de Dezembro de 1999.	Já iniciado	Conclusão do trabalho em 2013

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Continuar a proceder a estudos sobre a viabilidade legislativa dos diplomas legais, após adaptação jurídica e verificação das versões revistas nas línguas chinesa e portuguesa das leis e decretos-lei importantes com traduções imprecisas, com base nas conclusões das acções de recensão e adaptação das leis e decretos-lei anteriormente vigentes em Macau. 3. Estreitar as relações de intercâmbio e de cooperação com a Assembleia Legislativa sobre a integração das novas versões dos diplomas legais adoptadas e ainda vigentes no processo legislativo e sua publicação.		
III Continuidade nos trabalhos de divulgação jurídica e elevação da consciência social do princípio da legalidade				
3.	Aprofundamento da rede de cooperação vocacionada para a divulgação da Lei Básica	1. Realizar uma série de grandes actividades comemorativas do 20.º aniversário da promulgação da Lei Básica. 2. Concluir a construção do Pavilhão de Exposições sobre a Lei Básica, tornando-o numa base para a divulgação da Lei Básica. 3. Criar a página electrónica dedicada à temática da Lei Básica, transmitindo de forma sistemática aos cidadãos diversas informações sobre a Lei Básica, facilitando a sua compreensão e aprendizagem. 4. Planos para introduzir o Projecto de Financiamento para acções de divulgação da Lei Básica, incentivando associações, organismos e centros comunitários na concepção e realização de actividades de divulgação da Lei Básica.	Início do ano 2013	Ao longo do ano

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
4.	Construção de uma rede de divulgação jurídica virada para jovens	1. Concluir progressivamente a produção da Documentação Pedagógica de Referência sobre a Lei Básica, no sentido de apoiar as escolas no ensino da Lei Básica. 2. Melhorar a comunicação com as escolas, promovendo cursos de divulgação jurídica junto das escolas primárias e secundárias e do "Plano de Generalização da Noção de Direito nas Escolas – Conhecer a Lei e as normas de cortesia", procedendo à avaliação e revisão do conteúdo dos cursos originais e à sua sistematização, transformando-os em cursos de divulgação jurídica contínuos e eficazes. 3. Construir uma série de painéis de exposição itinerantes nas escolas, para melhor assimilação de conhecimentos jurídicos pelos alunos, tornando-os bons cidadãos, conhecedores e respeitadores da lei.	Já iniciado	Acção permanente
5.	Desenvolvimento integrado de redes diversificadas de divulgação jurídica quotidianas	1. Continuar a integração das redes de recursos da Administração e da sociedade civil com diversas acções de divulgação jurídica, procedendo-se a formação sobre temas específicos para destinatários diferentes, aprofundando a compreensão das respectivas leis.	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Aperfeiçoar o sistema informático dos materiais de propaganda de divulgação jurídica, procedendo-se à sistematização das brochuras e panfletos de generalização do direito, tornando o actual sistema informático num modelo elementar contendo a legislação mais usada em Macau, facilitando aos cidadãos o conhecimento e a prática das leis de Macau. 3. Continuar a divulgação jurídica de forma diversificada, aumentando o interesse da população pela aprendizagem do direito, introduzindo modelos de divulgação modernos, tais como <i>Apps</i> para telemóvel, em articulação com as redes de transmissão de informações mais correntes das páginas electrónicas, para fácil obtenção de informação jurídica, através de modelos de divulgação práticos e úteis, aumentando o seu interesse na aprendizagem do direito.		
IV Aprofundamento da formação jurídica e preparação de quadros qualificados				
6.	Formação jurídica	1. Dar prioridade às acções de formação diversificadas que ajudem a elevar o nível de trabalho profissional dos trabalhadores da Administração Pública. 2. Continuar a articulação das actividades de formação integradas no âmbito do acompanhamento da reforma jurídica, contribuindo para a sua divulgação e assegurando a aplicação e concretização dos novos diplomas legais por parte dos seus operadores.	Início do ano 2013 Ao longo do ano	

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Continuar a realização das acções de formação diversificada abertas no ano de 2012 e abrir novos cursos de formação individual dirigidos aos trabalhadores dos serviços públicos com necessidades específicas. 4. Continuar a realização de diversas acções de formação através de seminários ou <i>workshops</i>, permitindo alargar o intercâmbio entre os juristas locais e os juristas provenientes de outros países ou regiões, sobre os conhecimentos e experiências relacionados com o direito, a economia e a sociedade da RAEM. 5. Continuar a cooperar com a Associação dos Advogados de Macau para organizar cursos sobre disciplinas específicas destinados aos advogados estagiários e cursos de formação complementar especializados para advogados e estagiários.		
V Articulação com os órgãos judiciais				
7.	Formação de magistrados e funcionários de justiça	1. Continuar o 4.º Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, a concluir no dia 17 de Julho de 2013, prevendo na altura o preenchimento de mais vagas para magistrados. Por outro lado, será organizado um novo curso de formação de magistrados.	Já iniciado	Ao longo do ano

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Continuar a colaborar com o Instituto Nacional de Formação de Juízes e o Instituto Nacional de Formação de Magistrados do Ministério Público do Interior da China, o Centro de Estudos Judiciários de Portugal e a Escola Nacional de Magistratura de França na realização de acções de formação contínua e de cursos de reciclagem para magistrados, ou realizar acções de cooperação na área jurídica e judiciária, de acordo com o Programa de Cooperação na Área Jurídica entre a União Europeia e Macau. 3. Concluir o 3.º Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça Judicial e de Oficial de Justiça do Ministério Público, previsto para o dia 26 de Abril de 2013, com 120 formandos na formação. 4. Continuar a formação para efeitos de acesso às carreiras de oficial de justiça judicial e de oficial de justiça do Ministério Público, aberta em 2012 e que será concluída em 2013.		
8.	Revisão da legislação processual e introdução do regime de arbitragem e reconciliação	1. A proposta de lei intitulada "Alterações ao Código de Processo Penal" foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa, avançando agora o Governo da RAEM para cooperar com a comissão permanente nos respectivos trabalhos de debate na especialidade, aperfeiçoando a revisão do Código.	Já iniciado	Ao longo do ano

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. O Governo da RAEM promoverá a melhoria do projecto da Lei de Bases da Organização Judiciária, preparando-o para submeter ao processo legislativo em 2013.		
		3. No que toca à revisão do Código de Processo Civil, finalizados os trabalhos de análise preliminar, recolha de dados e estudo comparativo, o sentido principal das alterações consiste na elevação da eficiência dos órgãos judiciais, simplificação dos procedimentos processuais e distribuição racional de recursos judiciais.	Já iniciado	Acção permanente
		4. Aprofundar o estudo e análise de opiniões constantes no relatório sobre o desenvolvimento na RAEM do mecanismo de resolução de litígios por via extrajudicial, apresentado pelo grupo de trabalho <i>ad hoc</i> do Conselho Consultivo para a Reforma Jurídica. Esta missão terá por base os resultados da análise preliminar e assentará no reforço de diálogo entre serviços públicos e organismos privados, para definir as medidas e o rumo de desenvolvimento do regime de conciliação.		
		5. Estudo sobre o alargamento do âmbito da arbitragem, procedendo sistematicamente à formação especializada e técnica dos árbitros.	2013	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
VI Reforço do diálogo e cooperação com a Assembleia Legislativa				
9.	Articulação com a Assembleia Legislativa	1. Na apresentação de uma proposta de lei à Assembleia Legislativa, iremos desenvolver com maior profundidade e de forma mais pormenorizada as razões e objectivos da iniciativa legislativa na Nota Justificativa, esclarecendo os antecedentes e as consequências da sua aprovação, as medidas preparatórias para a sua implementação, entre outros. Após a entrega da proposta de lei à Assembleia Legislativa, iremos com a maior brevidade transmitir a este órgão as informações sobre o processo e os resultados da consulta e estudos pertinentes e informações no âmbito de Direito Comparado, com vista a assegurar uma melhor compreensão dos motivos que justificam a apresentação da proposta de lei em causa e do seu conteúdo. 2. O Governo da RAEM irá manter um diálogo eficaz e uma cooperação estreita com a Assembleia Legislativa para concluir todos os trabalhos de recensão e adaptação legislativa que têm decorrido nos últimos três anos. 3. Aperfeiçoamento contínuo do mecanismo de resposta às interpelações por escrito dos deputados à Assembleia Legislativa, colaborando com a Assembleia Legislativa no exercício das suas responsabilidades de fiscalização das políticas governamentais.	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
VII Desenvolvimento das acções no âmbito do Direito Internacional e alargamento das relações de cooperação com o exterior				
10.	Assuntos no âmbito do Direito Internacional	1. No exercício dos poderes delegados pelo Governo Central e contando com o seu apoio e em cumprimento da Lei Básica, o Governo da RAEM continuará a investir esforços para consolidar e alargar as relações de intercâmbio e cooperação com outros países e regiões, implementando os assuntos jurídicos do âmbito internacional e regional. 2. Continuar a acompanhar os trabalhos relacionados com o Protocolo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com o Interior da China e as negociações sobre o Acordo de Cooperação no Âmbito de Processos Penais e o Acordo sobre a Confirmação e Execução Recíprocas de Decisões Arbitrais com Hong Kong. 3. Continuar a acompanhar a negociação e discussão sobre o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e o Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga entre o Governo da RAEM e o Governo da Coreia. 4. Acompanhar as negociações relativas à celebração de acordos em matéria judiciária com outros países, considerando prioritário o desenvolvimento dos respectivos trabalhos com os países lusófonos e outros com os quais já foi autorizado o estabelecimento de negociações.	Já iniciado	Ação permanente

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2013 (Domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Desenvolvimento activo das acções do Centro de Segurança Alimentar para fiscalizar em todas as vertentes a segurança dos géneros alimentícios				
1.	Medidas de fiscalização	1. No que toca à gestão de situações de risco, lançamos o programa de fiscalização da segurança e circulação de géneros alimentícios, testando e recolhendo amostras de géneros alimentícios no mercado, criando e aperfeiçoando a base de dados sobre a distribuição da indústria alimentar em Macau, aplicando a Lei da Segurança Alimentar e assegurando a execução eficaz das medidas de fiscalização e gestão da segurança alimentar. Em caso de detecção de situações de risco, será posto em funcionamento o mecanismo de resposta de emergência para uma rápida resolução dos problemas e adopção de medidas de prevenção adequadas e correspondentes às necessidades reais. 2. Na avaliação de situações de risco, será desenvolvido um inquérito sobre géneros alimentícios específicos em circulação em Macau, analisando a situação de risco da segurança alimentar em Macau, criando a base de dados para a avaliação de riscos, bem como o sistema de identificação das fontes. Serão desenvolvidas de forma ordenada as acções de padronização de segurança alimentar em Macau, de acordo com a gravidade e a premência das necessidades sociais, fornecendo aos respectivos sectores as devidas instruções.	Início do ano 2013	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Na transmissão de situações de risco será criado um mecanismo de divulgação de informações sobre a segurança alimentar, para informar oportunamente os cidadãos sobre a situação da segurança alimentar, bem como para permitir a todos os cidadãos e a todos os sectores de actividade a compreensão dos riscos alimentares, reforçando a cooperação regional e o mecanismo de transmissão de informações, aumentando, assim, a garantia da segurança alimentar em Macau.		
II Acompanhamento rigoroso das obras de construção do novo Mercado Abastecedor e realização dos preparativos para a mudança do Mercado				
2.	Construção do novo Mercado Abastecedor	1. O novo Mercado Abastecedor entrará na fase de construção no próximo ano e será lançado o concurso para as obras de acabamentos e decorações em função do andamento a obras. 2. Introduzir o modelo de gestão e o mecanismo de fiscalização adequados para o desenvolvimento real da sociedade, aumentando a eficiência da gestão e reforçando a capacidade de fiscalização. 3. A fim de assegurar o funcionamento estável do Mercado Abastecedor, coordenar eficazmente a transferência dos grossistas para continuação da sua exploração no novo mercado, assegurando o fornecimento de alimentos frescos em Macau.	Início do ano 2013	2015

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
III Esforços contínuos para aliviar o problema das inundações a fim de facilitar a circulação dos residentes				
3.	Medidas de aperfeiçoamento	1. Continuar as obras na estação elevatória de águas pluviais da Baía do Norte do Bairro Fai Chi Kei, reforçando a capacidade de escoamento de águas nas Zonas de Horta e Costa, Rua da Barca (Bairro de San Kio) e parte de Fai Chi Kei, aliviando as situações de inundação destas zonas, causadas pelas tempestades. 2. Continuar as obras de construção da estação elevatória de águas pluviais no Porto Interior, reduzindo a probabilidade de inundações durante o período das marés-cheias e de chuvas fortes ou tufões, reduzindo a sua gravidade. 3. Desenvolver as obras de construção do novo posto de bombas de águas residuais da Rotunda do Ouvidor Arriaga, na Taipa, a fim de elevar a capacidade de escoamento de águas residuais, evitando que as mesmas transbordam para o sistema de águas puras poluindo as águas costeiras.	Já iniciado	Acção permanente
IV Obras para a construção do projecto de complexo turístico no Lago Sai Van e aumento de espaços para ocupação de tempos livres				
4.	Organização do progresso das obras	1. Dar início aos trabalhos preparatórios antes da obra de construção do projecto de complexo turístico na Praça do Lago Sai Van, sendo o concurso para as obras do projecto principal concluído no primeiro semestre do ano.	Já iniciado	2014

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Previsão de conclusão da construção das instalações estruturais do projecto de complexo turístico na Praça do Lago Sai Van em 2014. 3. Organizar adequadamente o controlo de tráfego nas áreas circundantes durante obras, reduzindo o seu impacto sobre os residentes.		
V Aperfeiçoamento das facilidades e gestão municipais e criação de melhores condições para a população fazer compras				
5.	Gestão de mercados e cemitérios	1. Concluir em 2012 a construção do Mercado Provisório da Ribeira do Patane e mudança dos vendedores do mercado. O antigo mercado da Ribeira do Patane será destruído e ali construído um complexo de mercado com 11 andares. As obras de reconstrução do mercado da Ribeira do Patane serão iniciadas em 2013, prevendo-se a sua conclusão em 2016. 2. Construção de um mercado e um centro para compras de 2000 metros quadrados em articulação com as necessidades de compra dos cidadãos, depois da construção da habitação pública de Seac Pai Van em Coloane, prevendo-se a sua entrada em funcionamento em 2013. 3. Desenvolver as obras de remodelação do Mercado de S. Domingos, desde o piso 1 até ao piso subterrâneo -1, por fases, optimizando as condições do mercado, para que os cidadãos se sintam confortáveis nas compras. 4. Continuar em 2013 as obras de reconstrução do Bloco B do Complexo Municipal do Mercado de Tamagnini Barbosa.	Já iniciado Já iniciado	2016 Quarto trimestre de 2013

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		5. Construir no cemitério de Mong Há um edifício ossário, aumentando a disponibilidade de ossários nos cemitérios municipais, prevendo-se a conclusão das obras até ao final de 2013.		
		6. Desenvolver estudos sobre a realização de funerais ecológicos nos cemitérios que apresentem condições, com vista a reduzir as necessidades de terrenos para enterros, para que aqueles sejam introduzidos na altura apropriada, bem como coordenar as mudanças do actual paradigma.	Já iniciado	Acção permanente
		7. Transformar a zona E junto do Lago Nam Van num espaço de lazer, de recreio e de leitura.	Início do ano 2013	Ao longo do ano
VI Aprofundamento das acções de educação cívica e elevação das qualidades humanas da população				
6.	Aprofundamento da educação cívica e construção duma sociedade harmoniosa	1. Continuar a educação cívica sob o lema "Construiremos em conjunto uma sociedade harmoniosa", sendo eixo de divulgação "dar importância às virtudes cívicas, velar pelo cumprimento das leis e respeito pelos outros" e incentivar as pessoas a darem importância às virtudes cívicas e à protecção da comunidade, salvaguardando em conjunto o ambiente urbano e a ordem social, bem como incentivar o respeito entre os grupos étnicos, a harmonia entre pessoas com e sem deficiência e a ajuda mútua entre vizinhos, no sentido de construir uma sociedade solidária, harmoniosa e de inter-ajuda.	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Continuar a realização do Convívio de Educação Cívica, organizando a participação dos serviços públicos, instituições de ensino, associações de pais das escolas, órgãos de comunicação social e associações que prestam serviço social, para partilha das experiências obtidas nas acções de educação cívica, das perspectivas sobre o futuro desenvolvimento da educação cívica e, através da reunião dos contributos de todos os agentes, promover em conjunto as acções de educação cívica e elevar as qualidades humanas da população de Macau.		
7.	Promoção da boa vizinhança junto dos bairros comunitários	1. Continuar a promover o espírito de ajuda mútua e de boa vizinhança para a criação de uma sociedade harmoniosa, bem como as relações de amizade e de inter-ajuda entre os cidadãos e criar um bom ambiente social. 2. Tornar os centros e postos de prestação de serviços ao público como ponto forte de aproximação da comunidade através de formas variadas, tais como visitas aos bairros, convívios com as associações e fóruns, com vista a recolher amplamente as opiniões de diferentes sectores da sociedade e desenvolver as diversas acções de boa vizinhança.	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Realizar sessões recreativas, exposições e acções de convívio dirigidas à comunidade, promovendo a comunicação, a cooperação e a amizade entre os cidadãos e estimulando a participação activa nos assuntos públicos comunitários e no conhecimento do espírito comunitário, a fim de promover a coesão plena dos grupos comunitários.		
VII Consolidar a imagem de Cidade Turística e elevar o índice global de qualidade de vida				
8.	Embelezamento das instalações e pontos turísticos da cidade e alargamento do espaço de actividades e de lazer	1. Dar continuidade, em 2013, aos trabalhos de melhoramento do ambiente urbano, tendo em conta as construções classificadas de Património Mundial, as vias públicas e as características dos bairros antigos, integrando assim os diferentes pontos do Património Mundial, alargando a zona turística de Macau e intensificando a actividade comercial dos bairros antigos. 2. Dar continuidade ao melhoramento dos estabelecimentos públicos, tais como os jardins, as zonas de lazer ou as praças já existentes, alargando os espaços de lazer, para que a distribuição destes espaços e respectivos equipamentos correspondam às necessidades dos cidadãos. 3. Construção e reconstrução, em 2013, de vários sanitários públicos, continuar a instalar contentores de compressão de lixo e de depósitos de lixo nas várias zonas de Macau, com vista a melhorar as condições de salubridade dos bairros.	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		4. Promover o plano de separação de resíduos sólidos recicláveis e a sua recolha e aumentar os pontos de recolha de lixo reciclável e garrafas de vidro. Aumentar as categorias de lixo reciclável, incluindo peças de mobiliário e resíduos provenientes de estabelecimentos de restauração, com vista à concretização das metas de protecção ambiental.		
		5. Criação em 2013 do Centro de Actividade de Seac Pai Van, a fim de prestar serviços aos residentes daquela zona.		
		6. Promover obras nas zonas de leitura e nas salas multimédia em várias bibliotecas, com vista a oferecer espaços de leitura, bem como optimizar o ambiente de leitura.		
9.	Conservação de espécimes animais raros e ampliação de espaços verdes	1. Continuar a promover as acções de formação de habilitação dos trabalhadores e estabelecer relações de intercâmbio e estudos com peritos homólogos de regiões vizinhas e aprender com eles para instalar uma rede de vídeo-conferência com a Base de Procriação e Conservação de Panda Gigante de Chengdu, com vista a utilizar meios tecnológicos para assegurar o apoio técnico à distância, bem como elevar as condições de conservação dos pandas gigantes e realizar preparativos para a sua procriação.	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
10.	Enriquecimento das actividades de ocupação de tempos livres dos cidadãos e diversificação de ofertas culturais	2. Aumentar os espécimes animais com vista a atrair mais público para visitar os jardins.	Já iniciado	Ao longo do ano
		3. Continuar em 2013 o projecto de melhoria da qualidade das paisagens verdes de jardins e parques e do ambiente de Macau e concretizar, por fases, os resultados dos respectivos estudos. Em primeiro lugar, melhorar os espaços verdes dos bairros e ruas antigas da península de Macau.		
		4. Aproveitar por completo os espaços limitados para alargar a paisagem verde da cidade de Macau, continuar colocar plantas com formas figurativas junto das passagens para peões, viadutos, praças, parques municipais, depósitos de lixo, sanitários públicos, estações elevatórias de águas residuais e parques de estacionamento.		
		1. Continuar a promover a organização de actividades típicas nas quadras festivas tradicionais e especiais.		
		2. Principais exposições previstas para 2013: À Luz de Águas e Montanhas: Pinturas de Wang Jian e Wang Hui e da Escola de Yushan do Museu do Palácio e Museu de Xangai, Exposição de peças valiosas de Napoleão I a Napoleão III, Exposição de pintura realista dos Estados Unidos da América e Exposição de cultura e serviços de chá do Museu do Palácio.		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Continuar a organizar actividades que aproveitam os recintos temáticos, incluindo: organização de acções de promoção da leitura nas bibliotecas, actividade cultural Fórum do Auditório do Carmo no Museu da História da Taipa e Coloane, e exposição sobre a cultura do chá e acções de convívio em torno do chá na Casa Cultural de Chá. 4. O Centro Cultural de Macau irá continuar a realizar uma gama variada de actividades e espectáculos artísticos e culturais de alta qualidade, com conteúdo criativo e inspirador, trazendo para os cidadãos e turistas eventos culturais de nível internacional.		
VIII Desenvolvimento de relações de cooperação entre a Província de Guangdong e Macau e reforço do intercâmbio no âmbito da segurança alimentar				
11.	Cooperação Guangdong-Macau	1. Promover a concretização dos projectos previstos no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, nomeadamente os procedimentos de desalfandegação e optimização dos procedimentos da declaração electrónica. 2. Continuar a aumentar as categorias de géneros alimentícios sujeitos a inspecção e aprovação e desenvolver relações de intercâmbio, troca de experiências e diálogo com a Administração Geral de Controlo de Qualidade, Inspecção e Quarentena da RPC e os serviços homólogos de Guangdong, organizando pessoal técnico para formação técnica de inspecções específicas no Centro Técnico de Inspecção Sanitária de Shenzhen, nomeadamente a inspecção de pesticidas e de toxinas em bivalves.	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Dar continuidade ao aperfeiçoamento do mecanismo de cooperação sobre inspecção alimentar entre as duas regiões, intensificar a comunicação e o intercâmbio de informações sobre a segurança alimentar, elevando a capacidade das medidas de contingência em caso de sinistro de segurança alimentar, resolvendo oportunamente os problemas de segurança alimentar entre as duas regiões. 4. Continuar a aprofundar a cooperação com os Serviços de Inspeção e Quarentena Transfronteiriça de Zhuhai, no sentido de aperfeiçoar o modelo de fiscalização dos vegetais e mariscos exportados para Macau, aumentando a garantia da segurança alimentar dos mesmos, bem como cooperação na realização de estudos sobre o risco de importação de organismos nocivos em produtos alimentares estrangeiros.		

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2013 (Outros domínios)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Assuntos eleitorais				
1.	Eleição da Assembleia Legislativa	Assegurar a normalidade na realização da eleição para a 5.ª Assembleia Legislativa no estrito cumprimento da Lei Básica de Macau e de acordo com o regime eleitoral local.	2013	2013
2.	Recenseamento eleitoral	Cooperar positivamente com as associações e escolas para incentivar mais cidadãos qualificados a inscreverem-se no recenseamento eleitoral e continuar com as acções de divulgação do serviço de recenseamento automático.	2013	2013
II Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente				
3.	Renovação do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente	Promover junto dos cidadãos a renovação dos Bilhetes de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente, desde os finais de 2012 até 2017.	No final do ano de 2012	2017
4.	Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente com <i>chip</i> sem contacto	Concluir em 2012 o <i>upgrading</i> do sistema lançado oficiosamente em 2013.	Já iniciado	2013
III Acções de reinserção social e do Instituto de Menores				
5.	Serviços de reabilitação	1. Lançar acções pedagógicas sobre o Direito destinadas aos reabilitados que estão recebendo assistência do Departamento de Reinserção Social, auxiliando-lhes para uma melhor compreensão e cumprimento da legislação de Macau.	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
6.	Acções de reeducação social de jovens infractores	2. Desenvolver, em colaboração com as entidades comerciais e o Estabelecimento Prisional de Macau, o programa de apoio na procura de emprego aos reclusos, realizando visitas dos empregadores ao estabelecimento prisional para recrutamento de reclusos prestes a serem libertados, organizando com antecedência o trabalho para os reclusos libertados, a fim de apoiar a sua integração harmoniosa na sociedade.	Já iniciado	Acção permanente
		3. Continuar as acções de divulgação na comunidade, unindo forças de todos os sectores da sociedade para apoiar a reintegração social das pessoas reabilitadas.		
		1. Promover acções de jovens embaixadores contra o crime, instituindo jovens embaixadores contra o crime aqueles que tiverem recebido orientações, através da constituição de grupos liderados pelas associações civis para divulgação contra o combate ao crime e do cumprimento das leis nos centros de juventude.		
		2. O Conselho de Reinserção Social irá proceder à análise profunda e pormenorizada do conteúdo do relatório detalhado sobre a revisão do regime da liberdade condicional, apresentando propostas de alteração com base nas opiniões recolhidas pelos serviços competentes e pelos operadores de Direito.		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
7.	Acções de reabilitação de menores	Desenvolver acções de estudo e avaliação sobre grupos de orientação e programas de orientação para compreender os seus resultados e para aperfeiçoamento do projecto e detalhes operacionais.	Já iniciado	Acção permanente

Calendário das principais acções governativas da área da Economia e Finanças para o ano de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Prevenção dos riscos financeiros para manter um crescimento estável				
1.	Reforço da supervisão financeira para assegurar a estabilidade do sistema financeiro	Continuar a efectuar uma supervisão contínua às instituições autorizadas, mediante inspecções "on-site", "off-site" e demais métodos de supervisão; implementar efectivamente o regime legal de garantia de depósitos; criar um mecanismo de avaliação interna relativamente científico e objectivo; continuar a implementar, por etapas, do "Novo Acordo de Capital" do Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (CCSB); proceder à supervisão da segurança e estabilidade do sistema monetário e financeiro, no sentido de elevar a capacidade da prevenção dos riscos financeiros.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
2.	Gestão efectiva da Reserva Financeira, nos termos da lei	Criar, com base em princípios científicos, uma carteira de investimento que não seja apenas apropriada ao regime da Reserva Financeira da RAEM, mas também viável na realidade, procurando, desta forma, elevar os retornos provenientes da aplicação dos fundos da Reserva.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
3.	Prestação de melhores serviços aos investidores para atrair investimentos estrangeiros	Adoptar medidas efectivas para estimular e incentivar o investimento, promovendo e diligenciando para que os planos privados possam ser realizados conforme a data prevista. Continuar a aperfeiçoar e reforçar o serviço "One-stop" aos investidores, simplificando as formalidades de investimento, aumentando a eficiência dos serviços prestados e reduzindo os custos de investimento dos empresários estrangeiros para que seja acelerada a concretização dos projectos de investimento em Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
4.	Manutenção do desenvolvimento estável dos sectores predominantes	Dar acompanhamento às mudanças das condições económicas internas e externas e aos eventuais impactos respectivos sobre o sector do jogo e turismo de Macau, promovendo estudo de medidas eficazes por forma a evitar grandes oscilações no seu desempenho e assegurando a manutenção da estabilidade do respectivo desenvolvimento.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
5.	Manutenção da aplicação do investimento público de dimensão apropriada, promovendo o desenvolvimento de novas actividades económicas	Manter investimento público de dimensão apropriada, enviando esforços para assegurar a estabilidade económica. Promover activamente o desenvolvimento de novos sectores de actividade económica que abrangem, entre outros, as convenções e exposições, a medicina tradicional chinesa, para cultivar novos pontos de crescimento económico.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
6.	Reforço do estudo da conjuntura e políticas económicas	Acompanhar os efeitos subsequentes da crise financeira internacional e a evolução do desenvolvimento económico mundial, intensificando os estudos sobre a nova conjuntura e novos problemas relacionados com o mercado financeiro local, com vista à adopção de medidas de contingência atempadas.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Apoio às pequenas e médias empresas para a vitalização empresarial: implementação e aperfeiçoamento das medidas de apoio				
7.	Implementação eficaz dos planos de apoio a pequenas e médias empresas (PMEs), plano de garantia de créditos e políticas de incentivos financeiros e monetários	Implementar, com eficácia, os "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico", "Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial" e "Incentivos Fiscais no âmbito da Política Industrial". Para um melhor desempenho do	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		papel dessas medidas, continuar a pôr em prática a carta da qualidade dos citados planos, otimizar constantemente os procedimentos administrativos internos e aperfeiçoar o processo de apreciação de pedidos e os serviços prestados, no sentido de elevar o número de empresas beneficiadas.		
8.	Continuidade de apoio ao desenvolvimento das PMEs através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC)	Financiar, através da utilização eficaz dos recursos do FDIC, as actividades que contribuam para a elevação do nível de exploração empresarial e o aumento da competitividade das PMEs, ajudando-as na conquista de mercados internos e externos e na procura de oportunidades de cooperação comercial.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
9.	Apoio às PMEs na criação do seu <i>website</i> empresarial	Promover estudo para a concessão de apoio financeiro às PMEs para a criação do seu <i>website</i> empresarial, ajudando-as a valorizar a sua imagem, promovendo e divulgando os seus produtos e serviços, identificando potenciais clientes com recurso a formas modernas e de baixo custo, procurando assim conquistar espaços de expansão quer no mercado do Interior da China quer no estrangeiro.	No primeiro semestre de 2013	No segundo semestre de 2013
10.	Empenho na atenuação efectiva das dificuldades sentidas pelas PMEs em matéria de recursos humanos	Continuar a proceder à revisão dos procedimentos administrativos respeitantes aos pedidos de importação de TNRs, promovendo estudo para otimizar as respectivas formalidades e elevando a eficiência global dos trabalhos, em resposta às mudanças operadas na sociedade local. Para prestar apoio ao desenvolvimento das PMEs, continuar a acelerar o ritmo de tratamento dos seus pedidos de	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		contratação de trabalhadores não residentes, procedendo à análise e apreciação respectiva, de forma pragmática e rigorosa, por forma a aliviar atempadamente as suas dificuldades sentidas na contratação de mão-de-obra.		
Apoio às pequenas e médias empresas para a vitalização empresarial: aumento da competitividade empresarial				
11.	Impulsionamento da modernização da gestão empresarial	Facultar às empresas cursos de formação sobre criação de negócios e desenvolvimento empresarial, promovendo a reforma e reconversão empresarial. Continuar a implementar o "Programa de Incentivos para a Certificação de Sistemas Internacionais de Gestão", prestando apoio às empresas para a implementação do modelo de gestão sistemático e a obtenção da respectiva certificação internacional. Intensificar os serviços de "Consultadoria e Informação sobre Sistemas de Gestão" prestados, impulsionando as empresas/instituições a encorajar os seus trabalhadores a obter a respectiva certificação de qualificação. Empenhar-se na prestação de apoio às empresas na criação de um sistema de contabilidade perfeito. Reforçar os trabalhos relativos aos cursos de formação destinados às PME's, por forma a elevar o seu nível de gestão operacional e a qualificação dos seus gestores e trabalhadores. Fomentar a aplicação das tecnologias de informação (IT) para o aumento da produtividade empresarial.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
12.	Apoio às PMEs no desenvolvimento de novos mercados	Prestar apoio às PMEs no reforço da cooperação externa, na criação da plataforma de cooperação e no alargamento de canais de cooperação, ajudando-as para o aproveitamento das oportunidades de expansão comerciais e das diversas políticas e medidas preferenciais no âmbito do CEPA para conquistar os mercados do Interior da China e criar produtos de marca vocacionados para a venda doméstica. Tirar melhor proveito das vantagens da Delegação Económica e Cultural do Governo da RAEM em Taipei, no sentido de apoiar as empresas de Macau no estabelecimento de parceria económica e comercial com as empresas de Taiwan.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
13.	Apoio às PMEs para a participação no desenvolvimento da Ilha de Hengqin (Ilha de Montanha)	Empenhar-se em motivar e apoiar, com dinamismo, a participação do sector empresarial de Macau no desenvolvimento da Ilha de Hengqin, através da "Comissão de Apreciação dos Projectos de Macau no Desenvolvimento de Ilha de Hengqin", da "Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A." e do respectivo grupo de trabalho. Proceder activamente apresentação às empresas locais, sobre o ambiente de investimento e as diversas políticas preferenciais em Hengqin, organizando delegações para visita de estudo e intercâmbio e ajudando os potenciais investidores empresariais na coordenação e diálogo com as entidades de Zhuhai, dedicando-se, assim, a prestar apoio administrativo e serviços necessários para a participação das PMEs nos projectos de desenvolvimento de Hengqin.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
14.	Apoio às PMEs no desenvolvimento de produtos e serviços de marca de Macau	Valorizar o papel do "Macao Ideas", visando captar mais empresas com características locais para aderirem a esse projecto, dinamizando as respectivas acções de publicidade em Macau e no exterior e promovendo as funções do "Macao Ideas" como centro de transacções de produtos e serviços de marca de Macau. Instalar, a título experimental, nas zonas comerciais das diversas cidades do Interior da China, centros de exposição de produtos de Macau a curto prazo, através da imagem do "Macao Idea".	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
15.	Apoio contínuo na realização da "Semana Dinâmica de Macau"	Continuar a dar apoio na realização de uma série de actividades da "Semana Dinâmica de Macau" nas províncias e cidades do Interior da China, para a promoção e publicidade dos produtos fabricados em Macau, serviços de Macau, produtos com características próprias de Macau e produtos dos Países de Língua Portuguesa, com a finalidade de criar uma plataforma de intercâmbio para as PMEs do Interior da China e de Macau, reforçando a cooperação económica e comercial entre as duas partes.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Apoio às pequenas e médias empresas para a vitalização empresarial: reforço dos diversos serviços destinados às empresas				
16.	Valorização plena das funções do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do Núcleo de Serviço às PMEs (SMEC)	Proceder à integração dos serviços e recursos do MBSC e do SMEC, em função das necessidades do desenvolvimento das PMEs, optimizando, continuadamente, os serviços que lhes são prestados.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
17.	Melhoramento contínuo dos serviços das bolsas de contacto para a promoção da cooperação empresarial	Proceder, de forma gradual, ao melhoramento e reforço da promoção dos serviços das bolsas de contacto, a fim de alargar a rede de mercado das PME's para efeitos de procura de oportunidades de parceria comercial.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Aceleração do desenvolvimento do sector de convenções e exposições para promover a diversificação adequada da economia: promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições				
18.	Valorização eficaz do papel da entidade responsável pelo sector de convenções e exposições	Reforçar os apoios técnico e administrativo prestados à Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições e aos grupos de trabalho subordinados, nomeadamente o "Grupo para a Política e Investigação do Desenvolvimento de Convenções e Exposições" e o "Grupo para o Desenvolvimento da Cooperação Externa". O Departamento de Desenvolvimento de Convenções e Exposições e das Actividades Económicas da Direcção dos Serviços de Economia irá reforçar os seus trabalhos de estudo e aperfeiçoar os serviços administrativos prestados, no sentido de desempenhar efectivamente as suas funções de promoção, de encaminhamento e de prestação de apoio, em prol do desenvolvimento do sector de convenções e exposições.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
19.	Implementação eficaz e aperfeiçoamento do "Plano de Estímulo às Convenções e Exposições"	Com base na experiência no primeiro ano de funcionamento do referido Plano e nas opiniões apresentadas pelo sector recolhidas sobre a mesma matéria, promover, durante o ano de 2013, a revisão e alteração, em tempo oportuno, dos respectivos preceitos e dos projectos de apoio contemplados	No primeiro semestre de 2013	No primeiro semestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		no mesmo Plano, simplificando ainda mais as formalidades administrativas dos pedidos, aperfeiçoando e optimizando os ditos projectos de apoio.		
20.	Continuidade dos trabalhos para atrair a vinda e realização de feiras de marca do exterior em Macau	Para elevar o nível de internacionalização das conferências e exposições realizadas em Macau, contribuindo para a concretização do posicionamento como centro mundial de turismo e lazer traçado em prol do desenvolvimento do território e valorizando o seu papel enquanto plataforma regional de serviços comerciais, continuar a esforçar-se para atrair a vinda a Macau de mais entidades organizadoras de conferências e feiras de marca do exterior para a realização das suas actividades, prestando ainda apoio para que as actividades de exposição de produtos de marca dos diferentes territórios e regiões possam ser realizadas em Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
21.	Incubação da indústria de feiras e exposições de marca de Macau	Envidar esforços para a realização, com sucesso, da "Feira Internacional de Macau (MIF)" (em Outubro), do "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental (MIECF)" (em Março), da "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau" (em Agosto) e da "Exposição de Franquia de Macau (MFE)" (em Julho), procurando torná-las em feiras e exposições de marca a nível regional. Além disso, continuar a apoiar o sector empresarial na realização da "China (Macau) International Automobile Exposition" e da "China Macau International Yachts Import and Export Exhibition", entre outros eventos.	Já iniciado	Em Março, Julho, Agosto e Outubro de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
22.	Empenho na formação de pessoal qualificado do sector de convenções e exposições	Para além de continuar a prestar apoio ao sector de convenções e exposições na organização de cursos com certificação de qualificação profissional, empenhar-se também em incentivar os respectivos operadores a organizar cursos teórico-práticos, por forma a elevar a capacidade real dos profissionais no exercício desses trabalhos, contribuindo também para o crescimento e a robustez da equipa de pessoal qualificado do sector.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
23.	Reforço da cooperação regional do sector de convenções e exposições	Reforçar a cooperação regional, procedendo ao desenvolvimento complementar com as regiões vizinhas no sector de convenções e exposições. Através da cooperação regional estreita, coordenar e promover o desenvolvimento sinérgico e integração do mesmo sector na região. Ao mesmo tempo, alargar o âmbito de cooperação com as regiões vizinhas nos aspectos como organização conjunta das exposições e participação mútua em convenções e exposições, criando em conjunto uma marca regional de convenções e exposições, a nível internacional. Apoiar o sector local a cooperar-se com as respectivas instituições e empresas do Interior da China, consolidando a cooperação entre as duas partes nas áreas como a formação do pessoal, investigação e pesquisa, intercâmbios sectoriais e troca de informações. Ajudar também os operadores locais do sector para realizar visitas de estudo a países ou regiões estrangeiras prestigiadas na organização de convenções e exposições para tomarem conhecimento dos planos de	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		desenvolvimento e experiências das regiões de sucesso, alargando a visão do sector local e elevando o nível global do sector de convenções e exposições de Macau.		
24.	Reforço da promoção e divulgação do sector de convenções e exposições de Macau	Elaborar pela DSE, juntamente com outros serviços envolvidos, um plano publicitário e promocional, com produção de vídeos promocionais sobre actividades de convenções e exposições, para reforçar, no próprio território e nas regiões continentais e estrangeiras, a promoção e divulgação das actividades de convenções e exposições de Macau e o seu papel como local de destino para a realização dessas mesmas actividades.	No primeiro semestre de 2013	No segundo semestre de 2013
Aceleração do desenvolvimento do sector de convenções e exposições para promover a diversificação adequada da economia: impulsionamento da reconversão industrial				
25.	Apoio à indústria do vestuário para a sua reconversão em direcção à produção de artigos de alto valor acrescentado e para o desenvolvimento de marcas próprias	Facultar serviços de apoio técnico e serviços de apoio em <i>design</i> , organizando "Festival do Vestuário de Macau", no sentido de proporcionar uma plataforma para o desenvolvimento dos estilistas locais de vestuários e respectivas marcas de <i>design</i> . Prestar apoio para o desenvolvimento de <i>designs</i> com características locais, ajudando estas produções na prospecção de oportunidades de negócios nos mercados internos e externos, além do encorajamento a <i>designs</i> e marcas locais para participarem em exposições na China e no exterior.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
26.	Aumento da competitividade dos produtos industriais	Apoiar as empresas na utilização de formas e métodos de concepção (<i>designs</i>), produções, gestão técnica e logística	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		adequadas para a realização da resposta rápida, incentivando e promovendo as empresas para a elevação da qualidade e segurança dos seus produtos. Alargar o âmbito dos serviços prestados aos produtos industriais locais no que diz respeito ao envio dos mesmos ao exterior para efeitos de testes e análises.		
27.	Promoção da alteração da forma de gestão empresarial adoptada pelo sector industrial	Elevar os conhecimentos das empresas quanto à gestão do fornecimento em cadeia, gestão de marcas, sistemas de gestão e as normas sobre técnicas de produção.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Aceleração do desenvolvimento do sector de convenções e exposições para promover a diversificação adequada da economia: coordenação na promoção do desenvolvimento do sector logístico moderno e das indústrias cultural e criativa e de medicina tradicional chinesa				
28.	Coordenação na promoção do desenvolvimento do sector logístico moderno	Participar nos trabalhos da Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico, promovendo a definição de políticas estratégicas e medidas vocacionadas para o fomento à expansão dessas actividades. Realizar em Macau cursos sobre actividades logísticas destinados aos praticantes do sector e membros da "União das Associações de Logística e de Aquisições da China", esforçando-se pela co-organização dos cursos de formação profissional de certificação de logística com reconhecimento internacional e pela disponibilização de cursos de formação sobre gestão e operação logística, incentivando os operadores locais para estreitarem laços de cooperação com os seus congéneres das regiões vizinhas, por forma a alargar o seu horizonte de desenvolvimento.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
29.	Coordenação na promoção do desenvolvimento da indústria cultural e criativa	Continuar a instalar na MIF o "Pavilhão de Criação de Macau", delineando uma zona de exposições dedicada exclusivamente à indústria cultural e criativa e organizando actividades temáticas relacionadas com este sector. Empenhar-se na valorização do papel do "Centro de Exposição de Produtos de Macau" (Macao Ideas), reforçando as acções de conjugação empresarial e apoiando os operadores do campo cultural e criativo locais na industrialização das suas actividades e na identificação de espaço de expansão. Facultar também cursos de formação de <i>design</i> criativo mais diversificados, tais como desenhos de animação, produções videográficas e cinematográficas, gestão de actividades culturais criativas, etc., a fim de formar profissionais qualificados na indústria cultural e criativa.	Em 2013	Trabalhos com continuidade
30.	Promoção do desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa	Participar na construção e desenvolvimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, de acordo com as condições próprias de que Macau dispõe, e mediante a " <i>Guangdong-Macau Traditional Chinese Medicine Technology Industrial Park Development Co., Ltd.</i> ". Encorajar as empresas locais na aplicação do seu investimento ou no desenvolvimento das suas actividades no Parque, proporcionando ainda apoio para a criação e o desenvolvimento de marca da indústria de medicina tradicional chinesa local, através da execução das actuais medidas e serviços de promoção e de publicidade, tais como a prestação de apoio e incentivos financeiros para a participação em feiras e exposições, etc.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
31.	Apoio ao desenvolvimento do sector dos serviços, nomeadamente a venda a retalho, serviços turísticos, restauração, entre outros	Ajudar o sector na criação de um sistema de gestão de qualidade e na elevação da qualificação dos seus profissionais, facultando ao sector de venda a retalho cursos de formação pública ou de formação interna por encomenda de empresas, dando apoio às empresas de prestação de serviços na introdução ou criação de um modelo de gestão sistematizada que melhor adapte às suas necessidades, além de proporcionar às empresas sugestões sobre a operação e venda empresariais, através dos serviços de mediação prestados a favor das PME's.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Aceleração do desenvolvimento do sector de convenções e exposições para promover a diversificação adequada da economia: outras políticas e medidas para a promoção do desenvolvimento da economia adequadamente diversificada				
32.	Valorização plena do papel do FDIC	Valorizar plenamente as funções do FDIC, lançando planos de apoio em tempo oportuno, com vista a promover o desenvolvimento saudável e sustentável da economia.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
33.	Captação de projectos favoráveis à diversificação adequada da economia através dos serviços prestados aos investidores	Optimizar o serviço "One-stop" para investidores, os serviços para actividades <i>offshore</i> e de fixação de residência por investimento, facilitando, deste modo, a implementação dos projectos de investimento em Macau por empresas nacionais e estrangeiras, impulsionando a diversificação adequada da economia local.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
34.	Empenho na definição de políticas de recursos humanos vocacionadas para os sectores	Prestar, de forma prioritária, apoio específico ao desenvolvimento das actividades económicas consideradas relevantes, quer no domínio de formação de recursos humanos quer no de contratação de trabalhadores não	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
	propícios à promoção do desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias locais	residentes. Facultar, em articulação com a projecção de Macau como um centro mundial de turismo e lazer, apoio adequado, na vertente da distribuição de mão-de-obra, destinado não só às PMEs como também a algumas actividades emergentes, nomeadamente as convenções e exposições e as indústrias cultural e criativa.		
Aprofundamento da cooperação regional e promoção da construção de plataformas: fortalecimento da cooperação Guangdong-Macau				
35.	Aprofundamento da implementação do CEPA	Apoiar e incentivar o sector empresarial para tirar melhor proveito das políticas do CEPA no desenvolvimento e promoção dos produtos e serviços de marca de Macau, com vista à conquista de mercados nacionais e estrangeiros. Captar investimentos através do CEPA, com vista a impulsionar a reconversão e valorização das indústrias locais e promover a diversificação adequada da economia. Continuar a efectuar, de melhor forma, os trabalhos de elaboração do balanço e de avaliação do estado da implementação do CEPA, promovendo o enriquecimento, aperfeiçoamento e implementação do seu conteúdo. Intensificar a cooperação com o Interior da China no reforço da implementação do CEPA, valorizando em pleno o papel de impulsionamento e promoção das cidades exemplares para a implementação do CEPA.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
36.	Promoção da implementação do "Acordo-Quadro de Cooperação entre Guangdong e Macau", reforçando o fomento da cooperação entre as duas partes	Empenhar-se, conforme as prioridades das acções definidas anualmente por ambas as partes, na concretização dos diversos projectos de parceria económica, comercial e do investimento, concebidos para o ano a que diz respeito. Implementar o "Acordo para o Fortalecimento da Cooperação Estratégica e Global" e o "Acordo de Cooperação Estratégica no Apoio ao Desenvolvimento das Empresas de Macau no Mercado Doméstico", ambos celebrados com os Serviços do Comércio e Cooperação Económica com o Exterior da Província de Guangdong.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
37.	Empenho na promoção activa da participação no desenvolvimento da Ilha de Hengqin (Ilha de Montanha)	Promover, através da Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A., a construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa e da Zona dos Parques Industriais de Cooperação Guangdong-Macau, prevendo a conclusão das tarefas principais do plano geral de construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no início do ano de 2013, estando a encetar-se os trabalhos preparativos para a construção dos edifícios principais do Parque e procedendo acompanhamento aos processos de aprovação de projectos, etc. Mediante a constituição da comissão de avaliação de projectos, apoiar os projectos de investimento de Macau que satisfaçam as condições pré-definidas a concretizarem-se na Ilha de Montanha como forma de participação no seu desenvolvimento, particularmente através dos investimentos de grande dimensão, ou seja, mediante o	Já iniciado	Trabalhos com continuidade. Parcialmente concluídos no princípio de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		modelo de "grandes investimentos promovem pequenos investimentos", para impulsionar a participação das PME locais na exploração da Ilha. Organizar actividades conjuntas com Zhuhai vocacionadas à captação de investimentos e negócios, reforçando o estudo de políticas e medidas para a participação de Macau na exploração da Ilha da Montanha.		
38.	Aprofundamento da cooperação económica e comercial entre Guangzhou e Macau	Servir a Zona Integrada de Nansha, projecto piloto experimental no âmbito do CEPA, de plataforma de relevância para o impulsionamento da cooperação bilateral, com foco no maior intercâmbio e cooperação nas áreas económicas e comerciais e de convenções e exposições, turismo, educação e cultura. Continuar a organizar ou apoiar, como sempre, o sector empresarial de Macau para visita de estudo ao Distrito de Nansha, prestando apoio para a implementação dos seus projectos de investimento em Nansha.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
		Continuar a realização da "Feira de Produtos Famosos de Macau-Guangzhou", juntamente com os Serviços do Comércio e Cooperação Económica com o Exterior do Município de Guangzhou, de modo a promover as marcas de qualidade, produtos famosos e serviços dos dois territórios	Já iniciado	Em Janeiro de 2013
39.	Reforço da cooperação Guangdong-Macau no sector de convenções e exposições	Continuar a apoiar a comunidade empresarial de ambas as partes para a participação recíproca de eventos de convenções e exposições realizados, organizando delegação empresarial de Macau para participar nas feiras importantes	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		de Guangdong, como por exemplo, a “<i>Guangdong International Wine Spirits Expo</i>”, incentivando as empresas de Guangdong para participarem em actividades económicas e comerciais de grande dimensão realizadas em Macau, dando continuidade ao planeamento global e desenvolvimento coordenado das indústrias de convenções e exposições de Guangdong e de Macau. Em torno dos projectos e temas adequados, realizar, por ambas as partes, eventos conjuntos e feiras circulares, concorrendo, em conjunto, para a realização de feiras e exposições internacionais em grande escala, com vista à formação de marcas de conferências e feiras a nível internacional. Empenhar-se na construção de uma plataforma de partilha de informações para os operadores de conferências e feiras de Guangdong e de Macau, incentivando as associações comerciais nessa área de ambos os territórios a proporcionar, por via de internet, as respectivas políticas e medidas, calendário de convenções e exposições e sessões de promoção, assim como informações de mercado internacional em diferentes formas, nomeadamente a interconexão das páginas electrónicas e a comunicação periódica. Prestar apoio a empresas especializadas em conferências e feiras de Macau na penetração em Guangdong e realização de eventos em regime de serviços transfronteiriços, facilitando a abertura de contas bancárias em divisa, em Guangdong, pelos prestadores de serviços de conferências e feiras de Macau, estimulando a liquidação de contas em RMB para os serviços transfronteiriços de convenções e exposições.		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
40.	Promoção da cooperação das PME's de ambas as regiões	Promover o fortalecimento de cooperação das PME's das duas regiões através do recurso à política de projectos pilotos de carácter experimental em Guangdong no âmbito do CEPA. Fomentar a reconversão e valorização das empresas de Macau estabelecidas na Província de Guangdong, em conformidade com as orientações do seu Governo Provincial, dando apoio às empresas locais para conhecer o ambiente de negócios e as políticas e medidas preferenciais adoptadas pelo Governo de Guangdong, ampliando ainda as suas áreas de cooperação e de intercâmbio.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
41.	Aprofundamento da cooperação Guangdong-Macau na implementação do CEPA	Procurar, em primeiro lugar, concretizar a liberalização do comércio de serviços entre o Interior da China, Hong Kong e Macau.	Já iniciado	Em finais de 2014
42.	Continuação da promoção da cooperação financeira regional	Continuar a fomentar a cooperação financeira entre Guangdong e Macau, procurando abrir caminho para a constituição de instituições transfronteiriças, e a realização de operações em RMB e de liquidação de fundos, entre outros.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
43.	Reforço da cooperação Guangdong-Macau nas áreas de propriedade intelectual e de critérios	Promover a implementação dos projectos de cooperação anuais definidos no "Memorando de Cooperação Guangdong-Macau no Domínio da Propriedade Intelectual", nas vertentes como partilha de informações e recursos, divulgação e formação, intercâmbios e visitas mútuas, entre outras. Fomentar a concretização do "Acordo do Grupo Especializado para os Trabalhos de Critérios Guangdong-	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		-Macau", reforçando a cooperação bilateral na definição de critérios, na troca de informações e na formação do pessoal a esse respeito, etc.		
44.	Exploração conjunta dos mercados dos Países de Língua Portuguesa e do resto do mundo	Dar continuidade à realização de actividades de promoção comercial externa nos Países Lusófonos, juntamente com os serviços de coordenação económica da Província de Guangdong, providenciando apoio às empresas de Guangdong na exploração dos mercados dos países lusófonos, da União Europeia e do resto do mundo através da plataforma de serviços comerciais de Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
45.	Reforço da cooperação e intercâmbio em matéria de recursos humanos qualificados	Aprofundar o intercâmbio e a cooperação em matéria de recursos humanos qualificados das duas regiões, impulsionando a partilha de informações e recursos em matéria de pessoal qualificado. O Governo irá estabelecer um mecanismo de comunicação eficaz com os serviços públicos competentes e criar uma página electrónica específica para servir de plataforma interactiva de informações sobre o emprego no Interior da China, intensificando a cooperação no desenvolvimento de recursos humanos das duas regiões, acrescentando mais tipos de trabalho para os testes de técnicas profissionais segundo o modelo "1 Teste 2 Certificados", optimizando os procedimentos para melhorar o funcionamento e implementando os testes segundo o modelo "1 Teste 3 Certificados".	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Aprofundamento da cooperação regional e promoção da construção de plataformas: criação de plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa				
46.	O Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa irá prosseguir os seus esforços na realização efectiva de trabalhos de apoio, em coordenação com o funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum de Macau	Empenhar-se, de forma prioritária, na prestação de assistência coordenada ao Secretariado Permanente para o lançamento dos diversos trabalhos definidos para o ano de 2013, nomeadamente o desenvolvimento dos trabalhos preparativos para a realização da 4.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau, desempenhando, de forma efectiva, o papel de Macau enquanto plataforma de serviços económica e comercial para a cooperação entre a China e a Lusofonia.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
47.	Promoção do intercâmbio e da cooperação económica e comercial entre o Interior da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa	Continuar a valorizar o papel de Macau enquanto plataforma de serviços comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa, organizando delegações empresariais de Macau para participarem no “Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, deslocando-se ainda aos países lusófonos para vistas de estudos e participação em feiras e conferências. Reforçar os trabalhos de promoção comercial para a captação de investimentos, executados conjuntamente por empresas de Macau e do Interior da China na sua	Já iniciado	Planear a organizar delegações empresariais em Fevereiro, Maio, Junho, Julho, Agosto e no terceiro trimestre de 2013, para participarem

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		deslocação aos Países de Língua Portuguesa, organizando encontros para a cooperação económica e comercial entre o Interior da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa, ajudando a realização de sessões de bolsas de contacto entre as empresas de Macau e do Interior da China e os empresários dos Países de Língua Portuguesa. Convidar as empresas dos países lusófonos para participarem nas importantes actividades económicas e comerciais do Interior da China, apoiando as empresas dos países lusófonos a identificar prospekções de negócios no mercado do Interior da China.		nas diversas actividades económicas e comerciais, tais como, visitas de estudo, feiras e exposições, entre outras a realizar em países lusófonos.
48.	Acompanhamento dos projectos de investimento e de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	Prestar serviços de informação às empresas do Interior da China, de Macau e dos Países de Língua Portuguesa, estimulando a criação de relações de cooperação e contactos entre empresas.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
49.	Participação activa na cooperação económica da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas	Organizar uma delegação de representantes de Macau para participar na "Feira de Cooperação Económica e Comercial da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas" (no terceiro trimestre) e nas respectivas actividades de natureza económica e comercial, providenciando apoio à Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas no reforço das relações económicas e comerciais com a Lusofonia e os Países da União Europeia. Continuar a promover o intercâmbio e a cooperação entre Macau, a Região do Pan-Delta do Rio das	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		Pérolas e as regiões ultramarinas, no domínio de protecção ambiental, através do MIECF 2013. Sob o enquadramento do "Protocolo de Cooperação da Propriedade Intelectual da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas", tomar uma atitude activa quanto à participação e colaboração nos projectos de cooperação definidos pela "Conferência Conjunta sobre a Cooperação na Área de Propriedade Intelectual da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas" e acções de intercâmbio organizadas pelos membros da região em causa. Participar ainda na "8.ª Reunião de Cooperação e Intercâmbio na Área de Propriedade Intelectual da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e 9.ª Conferência Conjunta sobre Propriedade Intelectual da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas".		
Aprofundamento da cooperação regional e promoção da construção de plataformas: promoção da cooperação com demais províncias e municípios do Interior da China, bem como com outros países e regiões				
50.	Promoção da cooperação Fujian-Macau	Fortalecer, sob os mecanismos de encontros entre altas entidades governamentais e da Comissão de Promoção da Cooperação Económica Fujian-Macau, a cooperação económica e comercial entre as duas regiões. Prosseguir a organização de delegações empresariais de Macau para participarem nas actividades de promoção económica e comercial de grande envergadura em Fujian, apoiando Fujian na organização de delegações empresariais para a participação em conferências e feiras em Macau, organizando ainda delegações conjuntas para visitas de estudo aos	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
51.	Valorização plena das funções dos Gabinetes de Ligação do IPIM nos municípios de Hangzhou, Jieyang, Chengdu, Shenyang e Fuzhou	Países de Língua Portuguesa. Ajudar as empresas de Fujian na conquista dos mercados da Lusofonia e do resto do mundo através da plataforma de Macau. Prestar assistência aos empresários locais para visitas de estudo às zonas de desenvolvimento-chave em Fujian, designadamente a Zona Integrada de Experimentação de Pingtan e a Nova Zona de Wuyi, no sentido de dinamizar, activamente, a participação das empresas macaenses na exploração e construção das zonas económicas na margem oeste do Estreito de Taiwan. Reforçar a divulgação, <i>in loco</i>, das funções dos referidos Gabinetes de Ligação, intensificando as ligações com os serviços de coordenação económica e comercial, câmaras de comércio, associações e organismos de promoção comercial dessas localidades. A par disso, os referidos Gabinetes de Ligação irão organizar delegações das câmaras de comércio e organizações associativas representativas de Macau para visitas de estudo às referidas localidades, prestando ainda apoio na procura de oportunidades de negócio e na realização de sessões de bolsas de contacto, ajudando, por outro lado, a sociedade empresarial dessas localidades na sua deslocação a Macau para efeitos de visita de estudo e participação em conferências e feiras. Providenciar apoio às empresas macaenses interessadas na aplicação dos seus investimentos naquelas cidades continentais.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
52.	Organização de delegações empresariais de Macau para se deslocarem a outras províncias e municípios do Interior da China para a realização de actividades de intercâmbio	Organizar delegações empresariais de Macau para se deslocarem a outras províncias e municípios do Interior da China para visitas e missões de estudos e participação em feiras e exposições, etc., providenciando diligências para que sejam captadas mais empresas das províncias e municípios para visitarem o território, participando em acções de intercâmbio e feiras e exposições de relevo, designadamente a MIF e o MIECF, por forma a impulsionar a cooperação económica e comercial entre Macau e o Interior da China.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
53.	Impulso à cooperação económica e comercial entre Macau e Taiwan	O IPIM irá avançar com a implementação do protocolo de cooperação celebrado com o "Taipei World Trade Center" em 2009, no sentido de organizar delegações empresariais de Macau para participarem nas actividades de promoção económica e comercial em Taiwan, tais como a "Taipei International Chain and Franchise Exhibition" e a "Taipei International Food Show", convidando, ao mesmo tempo, os serviços de coordenação económica e comercial e as empresas de Taiwan para a participação na MIF, na Cimeira dos Empresários Chineses do Mundo e nos demais eventos a realizar em Macau, dinamizando a cooperação empresarial Macau-Taiwan. Além disso, em articulação com os trabalhos da "Delegação Económica e Cultural do Governo da RAEM" em Taipei, será promovida a cooperação na área do comércio e investimento entre Macau e Taiwan e entre estes e outros países e regiões (designadamente os Países de Língua Portuguesa).	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
54.	Reforço das ligações económicas e comerciais com a ASEAN	Planear a organização de delegações empresariais de Macau para visitas de estudo e intercâmbio e participação em feiras nos países/territórios membros da ASEAN, valorizando o papel de Macau em relação às câmaras de comércio da ASEAN, por forma a impulsionar o intercâmbio e a cooperação bilaterais no âmbito da sociedade civil, prosseguindo a prestação de apoio na instalação da zona de exposição relativa à ASEAN na MIF.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
55	Continuidade na expansão da rede de cooperação e ligação económicas e comerciais internacionais	Coordenar os trabalhos da apreciação, em articulação com a Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito da política do comércio da RAEM. Apoiar a organização da delegação de representantes para participar na 69. ^a Conferência da UNESCAP a realizar em Banquecoque da Tailândia, no próximo ano de 2013. Continuar a coordenar os serviços envolvidos para a participação nas reuniões, seminários e <i>workshops</i> organizados por diversas comissões da UNESCAP. Colaborar com a UNESCAP na organização do "Workshop de Estudo de Temas Emergentes para Decisores da Política Comercial na Região da Ásia-Pacífico".	Já iniciado No terceiro trimestre de 2013	Em Maio de 2013 No terceiro trimestre de 2013
		Participar nas actividades organizadas pela Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC), continuando a coordenação dos serviços relevantes para a participação nas reuniões e actividades organizadas pelos grupos de trabalho da tutela da APEC.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Manutenção do pleno emprego				
56.	Promoção do emprego, mantendo uma baixa taxa de desemprego	Continuar a otimizar o serviço de colocação profissional, simplificando os procedimentos administrativos, implementando as medidas de eletrónica, aperfeiçoando os procedimentos de trabalho sobre a conjugação de emprego e elevando a eficácia e os resultados do serviço de colocação profissional. Reforçar a comunicação e cooperação entre as partes laboral e patronal e promover activamente a concertação entre oferta e procura de recursos humanos, dando continuidade à coordenação e ao acompanhamento da fiscalização das diversas acções de recrutamento de grande envergadura. Exortar às empresas para a contratação e a promoção prioritárias de TRs. Continuar a reforçar o acompanhamento e o apoio na integração e reintegração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade, intensificando o trabalho de aconselhamento profissional. Reforçar o serviço de aconselhamento profissional dos jovens que se vão integrar no mercado de trabalho, cooperando com instituições de ensino e associações para prestar aos jovens o serviço de planeamento da sua carreira profissional ou o de aconselhamento profissional. Encorajar os empregadores na contratação de indivíduos com deficiência, reforçando o serviço de aconselhamento e colocação profissionais dos indivíduos com deficiência. Proceder, de forma contínua, à expansão da "Base de dados do pessoal do sector de	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		convenções e exposições". Promover, através das acções de formação a proporcionar, a elevação das qualificações profissionais e níveis técnicos dos TRs, no sentido de impulsionar a sua ascensão profissional, nomeadamente a dos trabalhadores de base.		
57.	Reforço do controlo de TNRs, assegurando o direito ao emprego dos TRs	Apreciar rigorosamente os pedidos de importação de TNR's, nos termos da lei, pondo em concretização as normas legais respeitantes à contratação prioritária de TRs por entidades patronais, aplicando rigorosamente as políticas e medidas de importação de mão-de-obra definidas pelo Governo da RAEM, observando, com firmeza, o princípio de que a contratação de TNRs visa somente suprir, por igual custo e eficácia, a inexistência ou insuficiência de TRs adequados. Proceder ao ajustamento atempado do número de TNRs em conformidade com as mudanças das condições económicas e a situação da procura e oferta de mão-de-obra, dando continuidade aos trabalhos de melhoria do conteúdo de informações divulgadas sobre TNRs, cooperando estreitamente com os serviços competentes nas acções de combate ao trabalho ilegal. Colaborar com as instituições académicas e de investigação na realização de estudos sobre recursos humanos, em articulação com estudos desencadeados no âmbito da política demográfica.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
58.	Fiscalização da situação de utilização de pessoal nas empresas	Aperfeiçoar o mecanismo de denúncias sobre trabalho ilegal, mantendo comunicação estreita com os serviços competentes na fiscalização das autorizações de contratação	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
59.	Reforço na formação profissional e aumento da capacidade de integração laboral dos TRs	e de permanência junto dos TNRs. Verificar o cumprimento, por parte dos empregadores, do número de TRs que devem ser mantidos ao seu serviço, conforme o estipulado nas respectivas autorizações para a contratação de TNRs. Continuar a organizar cursos de formação profissional diversificados, intensificando a formação nos sectores de exposições e convenções, de venda a retalho, de serviços domésticos, entre outros, a fim de satisfazer as necessidades de trabalhadores manifestadas pela sociedade. Lançar cursos de formação, tendo em conta a procura de trabalhadores na sequência da implementação do sistema de metro ligeiro. Realizar cursos de formação profissional, desenvolvendo cursos de formação sobre gestão e supervisão e gestão avançada, e cursos que sejam orientados para prosseguimento de formação com certificação profissional, proporcionando ao pessoal do nível médio uma formação para efeitos de ascensão profissional. O CPTM planeia realizar em 2013 cerca de 800 cursos de formação, disponibilizando cerca de 18.000 vagas de formação, incluindo cursos de formação destinados ao público em geral e os de formação interna por encomenda de instituições. Continuar a organizar, em conjunto com associações e instituições profissionais, locais ou do exterior, cursos para a certificação de qualificação profissional, dando prosseguimento às actividades realizadas no âmbito do "Plano de Formação de Apoio ao Emprego Destinado a	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		Indivíduos de Meia-idade" e aos cursos desenvolvidos ao abrigo do "Training Series for the Middle-Aged". Prosseguir o lançamento das "Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional", promovendo a implementação de testes de técnicas profissionais para diferentes tipos de trabalhos, procedendo ao estudo sobre a elaboração de políticas de incentivo para encorajar os empregadores a criarem uma cultura de gestão empresarial com base na "formação de recursos humanos e desenvolvimento profissional". Reforçar as acções de formação profissional destinadas às classes mais carenciadas, planeando a organização ou co-organização com empresas sociais de cursos de formação profissional especializada para os indivíduos com deficiência.		
60.	Intensificação contínua dos trabalhos sobre segurança e saúde ocupacional	Dar relevo à execução dos regulamentos sobre segurança e saúde ocupacional, promovendo continuamente a divulgação, formação e orientação sobre segurança e saúde ocupacional, acompanhando e supervisionando os locais de trabalho com o objectivo de aí melhorar as condições de segurança e saúde, apoiando as empresas para prestarem cuidados de saúde ocupacional aos trabalhadores, a fim de prevenir e reduzir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais. Continuar a reforçar o intercâmbio e a cooperação na área da segurança e saúde ocupacional com entidades das regiões vizinhas envolvidas nesta matéria	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Empenho na garantia da qualidade de vida da população				
61.	Adopção de medidas de apoio para aliviar as dificuldades da vida quotidiana sentidas pela população	Proceder à implementação eficaz e ao estudo atempado de medidas que visam aliviar as pressões sobre a vida quotidiana da população local, dando continuidade às políticas de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, bem como às medidas do subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos, entre outras, minimizando os efeitos da inflação, procurando, desta forma, garantir a estabilidade das condições de vida da população em geral. Em consonância com a situação do emprego dos trabalhadores de diversos sectores, lançar atempadamente cursos a fim de diminuir os prejuízos decorrentes de factores económicos externos e demais factores. Continuar a organizar cursos de formação subsidiados para pescadores durante o período de defeso da pesca, para aliviar as suas dificuldades económicas durante esse período, elevando a sua capacidade na integração laboral e na mudança de emprego.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
62.	Acompanhamento dos efeitos da inflação sobre as condições de vida da população e manutenção da estabilidade da oferta de produtos no mercado	Manter um estreito contacto com o sector para garantir a estabilidade da quantidade de armazenamento, oferta e preços de mercado dos artigos de primeira necessidade da população. Reforçar a inspeção do mercado, procedendo à fiscalização da evolução dos preços dos produtos combustíveis e dos bens alimentares, para que possam	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		ser tomadas, de forma atempada, medidas preventivas. Intensificar as acções de fiscalização no mercado local, a fim de conhecer a situação de estabilidade em termos de armazenamento e abastecimento de bens alimentares, cereais e seus derivados e a evolução da oferta e procura dos referidos produtos alimentares no mercado em períodos distintos, procurando assim assegurar a estabilidade da oferta e procura no mercado local. Diligenciar para prevenir o açambarcamento de produtos com o intuito de elevar os preços respectivos. O Grupo de Trabalho Interdepartamental para os Preços dos Produtos Alimentares irá reforçar os trabalhos de investigação e estudo dos preços dos produtos alimentares, recolhendo atempadamente e publicando em tempo oportuno os dados sobre preços praticados no mercado.		
63.	Exploração de canais de abastecimento de produtos alimentares	Empenhar-se em estreitar a comunicação e a ligação com o Ministério do Comércio do Estado, incentivando e apoiando o sector para visitas aos locais no Interior da China e no exterior, para efeitos de pesquisa de locais adequados de abastecimento para eventual fornecimento de produtos alimentares ao território, no sentido de alargar as fontes de abastecimento dos produtos supramencionados com destino a Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
64.	Reforço da supervisão e controlo da segurança de produtos, particularmente a segurança alimentar	Reforçar as acções de vistoria e de inspecção aleatória dos produtos comercializados no mercado, no sentido de assegurar a segurança dos produtos e a saúde da população. Intensificar a comunicação com a Administração	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		Geral de Qualidade, Supervisão, Inspeção e Quarentena do Interior da China, divulgando periodicamente informações sobre produtos inseguros. Estudar, em cooperação com esta entidade competente, os padrões de segurança para diferentes tipos de produtos, diligenciando para promover, de forma gradual e ordenada, o reconhecimento dos mesmos. Convidar peritos do Interior da China a deslocar-se a Macau para, por um lado, realizarem seminários no domínio de segurança dos produtos, no sentido de reforçar a consciência do sector sobre esta matéria, e, por outro, providenciarem aos inspectores formação específica com vista a elevar a sua capacidade na execução da lei. Continuar a realizar, nos termos do mecanismo já estabelecido, acções de inspecção ao conteúdo da rotulagem dos produtos alimentares pré-embalados, dando particular atenção aos casos de produtos fora do prazo, punindo os que violaram as normas reguladoras de rotulagem.		
65.	Protecção efectiva dos direitos e interesses dos consumidores	Intensificar a fiscalização do mercado de bens de consumo, com especial atenção dada à segurança dos produtos alimentares. Empenhar-se no aumento da fama dos mecanismos de "Lojas Aderentes" e "Lojas Certificadas", no reforço da promoção e educação no sentido de elevar a consciência de autodefesa dos consumidores, bem como no combate às acções que provoquem prejuízos aos consumidores, nos termos da lei. Reforçar a investigação sobre os preços, com vista a elevar a transparência dos	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		preços de produtos no mercado. Aumentar os tipos de produtos e o número de locais de venda sujeitos à investigação sobre os preços, fortalecendo os trabalhos da investigação específica e a frequência de divulgação de informações relativas aos referidos trabalhos. Aumentar a eficiência administrativa e a taxa de utilização do "Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo".		
Continuidade no reforço da governação com base em princípios científicos				
66.	Reforço contínuo da monitorização do sector do jogo	Intensificar as acções de monitorização ao sector nas vertentes de: controlo do número de mesas de jogo; comissões pagas aos promotores de jogo; sistemas de video-vigilância instalados nos casinos; verificação do cumprimento dos contratos; registo dos promotores do jogo e seus colaboradores; controlo interno, auditoria, etc., no sentido de promover o desenvolvimento adequado e ordenado do sector do jogo. Fomentar activamente o jogo responsável com vista ao combate ao jogo patológico e ao jogo problemático.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
67.	Reforço da administração e fiscalização das finanças públicas	Aperfeiçoar a regulamentação financeira dos serviços públicos e dos organismos autónomos, com vista à criação de um regime orçamental adequado a Macau. Optimizar o processo orçamental relativo ao "Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração" (PIDDA), procedendo a uma revisão global em relação ao mesmo Plano. Uniformizar os números de contribuintes e procedendo à integração dos seus dados. Aplicar e gerir a Reserva Financeira nos termos da lei.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
68.	Prosseguimento das acções de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (AML/CFT), nos termos da lei	Valorizar, de forma eficaz, a função de coordenação do Gabinete de Informação Financeira no melhoramento do sistema de recolha e análise de informações no domínio financeiro, promovendo o sistema de apresentação de participações sobre transacções suspeitas através da rede <i>Internet</i> , intensificando a formação profissional do seu pessoal e reforçando a cooperação interdepartamental para o combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, nos termos da lei. Prestar apoio no aperfeiçoamento das medidas preventivas para o combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo adoptadas pelos diferentes sectores de actividade económica, efectuando uma supervisão rigorosa, procurando minimizar o risco da prática de actividades <i>AML/CFT</i> por criminosos através do sistema financeiro local. Reforçar a cooperação com organizações de cariz internacional na área <i>AML/CFT</i> , bem como com outros países e regiões para, em conjunto, combater as actividades de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
69.	Revisão, alteração ou elaboração de diplomas e regulamentos legais da área da economia e finanças em tempo oportuno	Área do sector do jogo: Realizar estudos para a elaboração do diploma legal que define a localização, características, regras de permanência e funcionamento das áreas de jogo. Área do comércio externo: Concretizar, de forma progressiva, os trabalhos de revisão da "Lei do Comércio Externo", do "Regulamento das Operações de Comércio Externo"	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		e do "Regulamento de Certificação de Origem", entre outros, promovendo a optimização do desenvolvimento das actividades do comércio externo, das convenções e exposições e dos sectores conexos. Área da propriedade intelectual: Aperfeiçoar continuamente as legislações sobre a propriedade intelectual, procedendo à revisão do "Regime Jurídico da Propriedade Industrial". Área das finanças públicas: Rever de forma global a legislação tributária vigente, incluindo a proposta de lei do Código Tributário anteriormente retirada pelo Governo, que será novamente apresentada após efectuada a sua revisão e realizadas as alterações respectivas; elaborar o texto legal relativo às «Normas de Desempenho Profissional dos Contabilistas» e promover à respectiva consulta de opiniões junto do sector contabilístico; proceder à alteração do «Estatuto da Comissão de Registo dos Auditores e dos Contabilistas» na parte respeitante aos contabilistas, na sequência do desencadeamento do processo de revisão do «Estatuto dos Contabilistas»; rever as «Normas de Contabilidade», melhorando a regulação contabilística das empresas locais em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade. Área das actividades financeiras: Continuar a revisão do "Regime Jurídico do Sistema Financeiro" e respectivas normas legais; alterar o regime legal da actividade seguradora,		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		no sentido de sua harmonização com as disposições obrigatórias da RAEM, elevando as condições de acesso e exercício destas actividades e optimizando ainda os regimes sobre a concessão de licenças, a supervisão e a disciplina da actividade seguradora; continuar a coordenação dos trabalhos referentes à revisão da lei sobre o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, efectuando-se ainda a respectiva consulta legislativa. Área do trabalho: Estudar a alteração da "Lei das Relações de Trabalho" e o "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais"; proceder ao estudo e elaboração do "Regime do Trabalho a Tempo Parcial"; estudar e elaborar propostas viáveis para o combate efectivo ao trabalho ilegal pelo grupo de trabalho interdepartamental; continuar o acompanhamento dos trabalhos legislativos referentes à proposta de lei sobre a "Garantia de Créditos Emergentes das Relações Laborais" e ao projecto do regulamento administrativo do "Fundo de Garantia Salarial".		
70.	Reforço da produção estatística	Concluir os trabalhos de recolha de informação do "Inquérito aos Orçamentos Familiares 2012/2013"; preparar a revisão do período base do índice de preços no consumidor; iniciar análises e estudos temáticos no domínio demográfico; reforçar a promoção dos "Resultados Pormenorizados dos Censos 2011" e da aplicação do "Sistema de Informação Geográfica dos Censos 2011"; preparar a realização em Macau da Reunião Satélite do 59º Congresso Mundial de Estatística.	Já iniciado	Em 2013

Calendário dos trabalhos principais a desenvolver na área de segurança para o ano 2013

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Serviços de Polícia Unitários				
1.	Gestão dos recursos humanos e planos	Apoio técnico e administrativo	Ano inteiro	Ano inteiro
		Gestão de recursos financeiros		
		Gestão de recursos materiais e bens		
		Gestão de recursos humanos		
2.	Modernização e desenvolvimento dos organismos	Apoio de informações e tecnologia de comunicação	Ano inteiro	Ano inteiro
		Modernização administrativa: Rever e otimizar o sistema de gestão interna, informatizando o trabalho de administração, regulando e publicando os documentos electrónicos, regularizando o documento destinado ao uso interno, elaborando e divulgando as regras específicas		
		As actividades de planeamento e controlo: Elaborar/publicar o plano de acção anual, o relatório do plano de acção anual, bem como relatórios de informações, de operações, e de técnica; analisar a técnica e a teoria actuais		
		Formação e treinamento policiais: abordar as necessidades de formação profissional; elaborar/publicar o plano de formação interna e externa; organizar cursos de análise de informações (Hong Kong), de combate ao branqueamento de capitais, de investigação criminal (Hong Kong e China), de gestão de crises, de anti-terrorismo (Hong Kong e China) e de treino policial (Cantão/China)		

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
3.	Planeamento e coordenação dos trabalhos de informações e de segurança	Processamento de informações: Processar as informações policiais políticas e operacionais, bem como as estratégicas, elaborar o estudo/relatório de situação de informações, estabelecer e manter o sistema de informações Investigação criminal: técnicas operacionais, gerir o sistema de integração de informações, coordenar e cooperar com o órgão judicial, elaborar o estudo/relatório sobre o crime e infracções Medidas sobre a segurança: Coordenar operações de vigilância e perseguição, definir e classificar os documentos e os equipamentos, coordenar operações contra informações, elaborar directivas e propostas, definir regras de execução permanente Intercâmbio de informações e cooperação: Manter a comunicação com as autoridades e órgãos judiciais, com o Interpol, a cooperação inter-departamental com os serviços públicos, as ligações policiais, bem como com a companhia de segurança privada, elaborar relatório de informações, organizar e participar em encontro periódico Participação no grupo de trabalho e comissão especializada: reuniões especializadas, elaborar parecer e estudo, coordenar o encontro periódico inter-regional, continuar a acompanhar o plano de construção do edifício de comando complexo dos SPU, continuar a implementar o plano de vigilância electrónica	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
4.	Planeamento das operações e a sua coordenação	Controle de planos de emergência, contingência e de operações: Rever e actualizar os planos de protecção civil, segurança do aeroporto, segurança de instalações importantes, elaborar o projecto de segurança de actividades em grande envergadura, elaborar o plano de acção e as regras de execução permanente, bem como as determinações nas acções especiais Controle e coordenação de operações policiais: patrulhamento motorizado e a pé, patrulhamento especial, efectuar operações sectoriais e conjuntas, coordenar as operações de inspecção policiais, cooperar com a Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo Chinês, elaborar o estudo de operação e relatório, redigir os dados estatísticos Realização de exercícios e inspecção: estudar e organizar exercícios sectoriais/conjuntas, participar nos exercícios locais/regionais e internacionais, controlar e avaliar os órgãos policiais(PJ e CPSP) Trabalhos de apoios nos eventos e festivais Segurança do pessoal, documentos e instalações: no que respeita à execução das regras de sigilo, classificação e reconhecimento do pessoal, documentos e recursos materiais, guardar os documentos, protecção e segurança das instalações importantes, elaborar e publicar as regras especiais	Ano inteiro	Ano inteiro
			Durante os eventos e festivais	Durante os eventos e festivais

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Planeamento e coordenação de segurança: planeamento de segurança em geral, planear as matérias anti-terroristas e semelhantes, planeamento de segurança de actividades de grande envergadura, o plano de construção do edifício de comando complexo dos SPU e segurança rodoviária		
5.	Informação e comunicação	Desenvolvimento e programação de informática: elevar a estrutura dos equipamentos na rede interna dos SPU, desenvolver e adquirir "hardware/software" para o centro de análise de informações, efectuar a concepção e a exploração das aplicações destinadas ao centro de planeamento operacional, fornecer apoio informático interno aos SPU, optimizar e actualizar o sistema de integração de informações Apoio técnico: salvaguardar a rede, o sistema e os equipamentos, fornecer apoio técnico, avaliar e actualizar os equipamentos informáticos destes Serviços, participar no plano de videovigilância (CCTV)	Ano inteiro	Ano inteiro
6.	Publicação e relações públicas	Etiqueta diplomática e comunicação social: elaborar e coordenar a etiqueta diplomática dos SPU, ligação com o exterior, elaborar e publicar as notas de imprensa, definir as regras para a ligação com os meios de comunicação social Divulgação de documento de informações: criar, melhorar e manter a imagem dos SPU, divulgar panfletos temáticos e técnico	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Informação interna e externa: apoiar e coordenar a organização de reuniões, elaborar e apresentar o relatório em sumário, analisar as notícias, divulgar o sumário das notícias, publicar revista anual sobre o relatório das actividades dos SPU, actividade de sensibilização junto à população		
Visita e encontro a nível académica e cultural				
7.	Cooperação e relação com o exterior	Intercâmbio e coordenação com os organismos congéneres: Portugal, Estados Unidos da América, Inglaterra e Singapura; Interpol	Ano inteiro	Ano inteiro
Serviços de Alfândega				
8.	Uso comum do documento de declaração alfandegária entre os Serviços Alfandegários de dois lugares	Abordar os pormenores da execução com os Serviços Alfandegários de Guangdong, iniciar a título experimental na Zona Fronteira Industrial Zhuhai – Macau	1.º metade do ano	1.º metade do ano
9.	Combate ao contrabando pelo veículos com matrículas da China e de Macau	Optimizar os "hardware e software" do sistema de avaliação de risco, analisar de forma integrada os veículos de alto risco	2.º metade do ano	2.º metade do ano
10.	Combate ao tráfico de droga transfronteiriço	Manter a troca de informações e cooperação de investigação com os serviços policiais e alfandegários de Macau e das regiões vizinhas	Ano inteiro	Ano inteiro
11.	Combate à violação/infracção de direitos de propriedade intelectual	Elevar a capacidade profissional na execução de lei dos agentes alfandegários e cooperar com as entidades competentes de direito de marcas	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
12.	Regularizar e concretizar os trabalhos de segurança nos arredores e nas fronteiras da Universidade de Macau em Hengqin	Abordar e concretizar a acção de segurança com o Serviço de Defesa Fronteira de Guangdong	Ano inteiro	Ano inteiro
13.	Actualização, manutenção e optimização do sistema de base de dados informáticos	Efectuar o procedimento de aquisição após estudo e análise, bem como os planos de execução anuais casos existentes	Ano inteiro	Ano inteiro
14.	Recrutamento, promoção e formação profissional	Após elaborar o plano, efectuar o respectivo procedimento de abertura de concurso, e desenvolver as actividades de formações em coordenação com os respectivos serviços	Ano inteiro	Ano inteiro
15.	Reconstrução e ampliamento do comando e o desenvolvimento e a reconstrução do posto alfandegário nas lhas	Analisar, estudar, elaborar plano e conciliar com o fornecedor do projecto para efectuar o procedimento de aquisição, bem como a coordenação das obras de construção	Ano inteiro	Ano inteiro
16.	Concluir a substituição das novas embarcações dos SA e renovação contínua dos seus veículos	Acompanhar e inspecionar o plano de construção da fábrica de construção de navios até a distribuição das embarcações aos subgrupos. Estudar os diversos tipos de veículos adequados às diferentes necessidades funcionais dos SA, definir novamente os equipamentos dos seus veículos e efectuar a sua aquisição anual	Ano inteiro	Ano inteiro
Corpo de Polícia de Segurança Pública				
17.	Acção policial e segurança	Garantir a ordem pública e a tranquilidade da sociedade; prevenir, investigar e combater a criminalidade; proteger os bens públicos e particulares	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Impedir a entrada clandestina; manter os serviços migratórios; responsabilizar pela saída e entrada, permanência e fixação de residência do território, tratar os documentos emitidos pelo CPSP	Ano inteiro	Ano inteiro
		Fiscalizar os veículos e peões, escoar o trânsito	Ano inteiro	Ano inteiro
18.	Promoção do pessoal e acções formativas	Treino anual de Atiro	Ano inteiro	Ano inteiro
		Competições desportivas internas	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Exame físico anual	Março, Setembro	Dezembro
		Curso de Aperfeiçoamento para os agentes policiais	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Curso de Formação para os formadores	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Coordenação de jogos desportivos tripartidos das polícias de Província Guangdong, de Hong Kong e de Macau	2.º metade do ano	2.º metade do ano
		Organizar 13.º, 14.º e 15.º Cursos de Intervenção policial para choque	Ano inteiro	Ano inteiro
19.	Sensibilização e trabalho do policiamento comunitário	Participar na organização a actividade "Novo ambiente no bairro comunitário"	Antes do ano novo chinês	Antes do ano novo chinês
		Jantar de Primavera para os jornalistas	Antes do ano novo chinês	Antes do ano novo chinês
		Sensibilização à Operação Preventiva do Inverno	Antes do ano novo chinês	Antes do ano novo chinês

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Uma série de actividades de Cerimónia comemorativa do 321.º aniversário do CPSP	Março	Março
		"Apresentação da Banda da PSP nas escolas", "Apresentação da Banda da PSP ao ar livre" e Palestra sobre a "Prevenção da Delinquência Juvenil"	Ano inteiro	Ano inteiro
		Produzir e distribuir o material para a sensibilização de prevenção e combate à criminalidade (cartazes e panfletos)	Ano inteiro	Ano inteiro
		Participar na organização a actividade "Segurança Rodoviária"	2.º metade do ano	2.º metade do ano
		"Carnaval de canídeo policial"	2.º metade do ano	2.º metade do ano
20.	Operações policiais de grande envergadura	A desenvolver segundo o trabalho policial em concreto	Ano inteiro	Ano inteiro
21.	Infra-estruturas e equipamentos	Obras do edifício do Comissariado Policial e Escola de Polícia de Coloane, e do edifício Policial das Ilhas, obras de reconstrução do edifício de Pelotão Cinotécnico e do Grupo de Operações Especiais	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		As obras de ampliação do Departamento de Trânsito	Foram iniciadas	Ano 2014
		A instalação, no aterro da Avenida do Aeroporto, do parque de estacionamento permanente para as viaturas apreendidas	Em coordenação	Trabalho contínuo
		Obras de construção do edifício de comando policial integrado	Em coordenação	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Obras de decoração no andar provisional sita no 3.º piso do edifício do Serviço de Migração	Em coordenação	Trabalho contínuo
		Novo edifício do comando de UTIP	Em coordenação	Trabalho contínuo
		Em coordenação com a DSAT serão transmitidas as situações reais rodoviárias dos cruzamentos de ruas ao CPSP e incrementar o sistema de exame de velocidade fixo em Macau e nas Ilhas.	Em coordenação	Trabalho contínuo
		Continuar em aperfeiçoar e em ampliar o desenvolvimento do sistema de consulta Online, incluindo o sistema de consulta do andamento de pedido de autorização especial de permanência aos agregados familiares dos trabalhadores não-residentes e o sistema de consulta do andamento de pedido de autorização de residência; encontra a planear em ampliar este função de consulta online até os diferentes tipos de pedidos, a fim de os requerentes poderem consultar, mediante vários caminhos, o andamento do seu pedido ou as demais informações	Em curso	Início do ano 2013
22.	Medidas para facilitar os cidadãos	Fornecer gradualmente o serviço de marcação online para os diferentes pedidos de serviço migratório (Oferecer em primeiro lugar o serviço de marcação online para os trabalhadores não-residentes de tipo doméstico e para a autorização de residência)	Em curso	No fim do ano 2013

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Criar o sistema de registo pessoal (versão chinesa), na conclusão da elaboração do programa e após os testes e ajustamentos, pelo qual, será previsto em primeiro lugar oferecer a função de entrega online dos pedidos electrónicos/renovações electrónicos, diminuindo a deslocação pessoal	Em curso	1.º metade do ano 2013
		Oferecer serviço de tiragem de fotografias electrónico aos indivíduos deslocados no Serviço de Migração para tratamento dos diversos pedidos, evitando o adiamento deste Departamento na apreciação por razão da falta de entrega de fotografias	Em curso	2.º metade do ano 2013
23.	Sistema informático interno	Estudar e desenvolver o sistema de controlo electrónico para cartas de qualidade com vista a substituir o registo nos papéis das diversas circunstâncias importantes e período de tempo das cartas de qualidade	Em curso	No fim do ano 2013
Polícia Judiciária				
24.	Técnica criminalística	Exploração de análise do sangue; estudo entre as letras carimbadas e a caligrafia escrita; aquisição de cromatografia iónica; estudo de fibras e tinturas; estudo de vestígios de balas	Janeiro a Junho	Julho a Dezembro
		Introduzir dados na base de dados sobre vestígios de balas criminais	Janeiro a Junho	Trabalho contínuo
		Criar o ficheiro na base de dados sobre vestígios de armas de fogo de uso policial		

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Trabalho para uma gestão informático	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Trabalho para confirmação interna		
25.	Informações criminais	Recolher informações junto de diversos sectores sociais, incluindo as informações sobre crime, defesa de segurança nacional e regional	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Aprofundar e explorar a troca de informações e mecanismo mútuo com os departamentos de informações estrangeiros		
		Actualizar o actual sistema de análise de informações criminais		
26.	Prevenir e combater o crime grave	Destacar agentes às diversas escolas, com vista a impedir oportunamente a infiltração das forças de seitas nas escolas	Março	Dezembro
		Incrementar o pessoal para patrulhar nas diversas zonas no ano novo lunar e nos feriados prolongados, reforçar a prevenção e a repressão dos diversos crimes mais acontecidos	Feriados prolongados	Feriados prolongados
		Prevenir e combater o crime de tráfico de pessoas, reforçar a patrulha nas habitações privadas a título de massagem, e combater a prostituição nos hotéis de grande envergadura	1 de Fevereiro	30 de Abril
		Nas férias de Verão, aumentar o patrulhamento nocturno nos diversos estabelecimentos de diversões, diminuindo a oportunidade de aliciamento dos malfeitores aos jovens na prática de crime	Julho	Agosto

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Em relação ao crime de fogo posto, fazer intercâmbio periódico com a população e as empresas de gestão para implementar o espírito de auxílio mútuo, elevar a consciência e eficiência do sector e do público em termos de prevenção do crime de fogo posto	Ano inteiro	Trabalho contínuo
27.	Prevenir e combater o crime económico	Em relação à fraude na rua, reforçar a patrulha nas diversas zonas de Macau, organizando activamente e em conjunto com as associações gerais de moradores e as organizações de Macau os seminários de prevenção à criminalidade, com vista a elevar a consciência dos cidadãos. Trocar informações com a polícia do Interior da China e de Hong Kong. Relativamente ao penhor de objectos falsos e à fraude como produto falsificado, sensibilizar a consciência de prevenção do sector de penhor e de jóia	Janeiro	Dezembro
		Em relação ao crime de falso ou abuso do cartão de crédito, reforçar o contacto com organismo de cartão Visa e Master	Véspera dos feriados prolongados	Final de Dezembro
		Em relação ao crime de documento falsificado, comunicar com os responsáveis das empresas e casinos no sentido de elevar a sua consciência no reforço da prevenção de documento falsificado	Ano inteiro	Ano inteiro
		Relativamente ao crime de fraude com cartão "UnionPay", chamar atenção às casas de penhores, ourivesarias ou estabelecimentos que possam levantar dinheiro mediante este cartão "UnionPay" para a sua prevenção	Véspera dos feriados prolongados	Final de Dezembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Para casamentos fictícios e pedido da quota de trabalhador não residente com informações falsas, contactar activamente com os serviços responsáveis pela autorização para tomar conhecimento de anomalia de pedidos	Ano inteiro	Ano inteiro
28.	Prevenir e combater o crime relacionado com o jogo	Recolher os dados dos indivíduos que se encontram frequentemente nos casinos e efectuar o reconhecimento das suas qualidades	Ano inteiro	Ano inteiro
		Patrulhamento contínuo do Grupo anti-criminal nos casinos e nos seus arredores	Ano inteiro	Ano inteiro
		Operação conjunta com a DSTE no sentido de combater os trabalhadores ilegais dentro dos casinos	Não periódica	Não periódica
29.	Prevenir e combater o crime de branqueamento de capitais	Inspeccionar os bancos escondidos, controlar a situação da entrada e saída de grande número de dinheiro por parte dos visitantes e investigar a origem desses dinheiros, supervisionar as infracções nas ouriversarias encontradas junto dos casinos, apoiar o trabalho de inspecção da Autoridade Monetária de Macau, intensificar o mecanismo de comunicação, participa no encontro anual da Organização Anti-Branqueamento de Capitais (APG), realizar palestra contra a lavagem de dinheiro	Não periódica	Trabalho contínuo
30.	Prevenir e combater o crime de droga	Nos períodos do ano novo lunar e da Páscoa, proceder à patrulha para combater o crime de droga	Janeiro	Maio
		Nos feriados de eventos importantes, proceder a patrulha em conjunto com o CPSP nos cyberbar, disco, Karaoke, centro de máquina de diversão, campo desportivo e casino	Outubro	Dezembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
31.	Crime na Internet	Monitoramento de internet, sobretudo, reforçar o combate ao crime de burla on-line	Janeiro	Imprevisto
32.	Intercâmbio policial	Destacar pessoal para assistir às reuniões regionais e internacionais, às diversas acções formativas e nas reuniões anuais e seminários a realizar pela Interpol	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Intercâmbio ou apoio na investigação com os representantes do Interior da China, dos demais Países/Territórios a visitarem Macau	Ano inteiro	Trabalho contínuo
33.	Policimento comunitário	Sensibilizar junto da comunidade a prevenção de burla, de assalto, de roubo nos estabelecimentos, bem como do crime informático e de droga. Proceder a acção de sensibilização junto das associações, escolas e dos demais trabalhadores efectivos sobre a prevenção do crime informático; recomendar aos alunos para se afastarem da droga, prevenir artimanha na procura de emprego e informação falsa, efectuar reunião periódica com as associações, comissões dos proprietários, companhias de gestão e residentes para recolher as informações sobre a criminalidade, estudar o método da prática do crime e trocar opiniões, prevenindo e combatendo os crimes	Ano inteiro	Ano inteiro
		Patrulha nos edifícios de habitações e comerciais, prevenindo e combatendo a criminalidade; Segundo o estado de segurança, proceder o patrulhamento nos edifícios de habitações e comerciais, dando recomendações para melhorar as medidas de segurança	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
34.	Prevenir a delinquência juvenil	Sensibilização para a prevenção de crime nos feriados e nos períodos de pico de fluxo de passageiros	Abril a Maio	Abril a Maio
		sensibilização para a prevenção criminal na época de Inverno	Dezembro a Janeiro	Dezembro a Janeiro
		Publicar a revista trimestral "Investigação Criminal e Sistema Jurídico", o Relatório Anual, a revista mensal "A Mensagem da PJ" Publicar o relatório anual 2012	Ano inteiro	Ano inteiro
		Promover os seminários de tema "prevenir a delinquência juvenil" destinados a pequeno grupo de pessoas	Janeiro a Março	Setembro a Dezembro
		Iniciar o estudo sobre "Cyberbullying"	Janeiro a Março	Abril a Junho
35.	Sistema e equipamento de informática e telecomunicação	Reforçar os trabalhos externos e de patrulha (normalmente se concentra nos lugares junto das escolas de maior ocorrência de delinquência juvenil e durante o período das férias de escolas se concentra nos lugares com grande aglomeração de jovens menores	Ano inteiro	Ano inteiro
		Apoiar em criar um novo sistema de análise de informações	Janeiro	Junho
		Mudar com prontidão e segurança o actual sistema e equipamentos de informática e telecomunicação que se encontram na sede da PJ sita na Rua Central para a nova sede no edifício Xin Hua, e proceder os respectivos testes e recepção do centro de dados recém estabelecido e dos demais sistemas e equipamentos dentro do novo edifício	1.º metade do ano	1.º metade do ano

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
36.		Solução para recuperação em situação de crise do sistema automático de identificação dos impressos digitais e das palmas	Abril	Dezembro
		Reforçar e promover as funções do sistema de comunicação, adquirir mais equipamentos de comunicação e instalar a rede óptica	Conforme o andamento dos trabalhos	Conforme o andamento dos trabalhos
37.	Sistema e equipamento de informática forense	Adquirir meios e equipamentos de testes para informática forense	Fevereiro	Setembro
		Actualizar e aperfeiçoar o procedimento padrão de informática forense, elaborando para a informática forense as instruções de gestão, funcionamento e manutenção	Janeiro	Junho
37.	Recrutamento e formação do pessoal	O 15.º, 16.º e 17.º curso de formação para os estagiários de investigação criminal, estágio e provas	Em andamento	Ano 2014
		Provas de promoção: organizar curso profissional para promoção: destacar pessoal ao Interior da China, Hong Kong e outros territórios para frequentar os cursos de aperfeiçoamento, elevando o conhecimento e o nível profissional: convidar as especialistas de Macau, Hong Kong e do Interior da China para organizar cursos e seminários: convidar as individualidades dos demais sectores para organizar palestras e seminários temáticos	Ano inteiro	Ano inteiro
		Proceder periodicamente as instruções físicas e de tiro	Ano inteiro	Ano inteiro
		Apoiar os demais serviços da execução de Lei em organizar cursos de formações e seminários	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
38.	Obra de decoração no novo edifício de serviço	Ajustamento e recepção do sistema de centro de dados, do sistema de comutação telefónico, do sistema de videovigilância, do sistema de áudio-vídeo, do sistema de rádio e do campo de treino de tiro	Janeiro	Março
Corpo de Bombeiros				
39.	Estudar sobre a viabilidade da nova técnica de combate ao fogo em conciliação com o novo planeamento urbanístico,	Com vista a conciliar o desenvolvimento da sociedade, reduzindo os prejuízos provocados pelo incêndio, aproveitar os equipamentos avançados contra o fogo para estudar a viabilidade da nova técnica de combate ao incêndio; face ao aproveitamento de construção subterrânea no novo planeamento urbanístico, esta corporação continuará em estudo das respectivas técnicas de salvamento e das formações próprias	1.º trimestre	4.º trimestre
40.	Iniciar o estudo preliminar dos serviços de salvamento e de combate ao incêndio na via rodoviária directa entre Ponte HongKong-Zhuhai-Macau e Ilha Hengqin	Esta corporação concilia com todo o esforço no plano de cooperação regional, especialmente no planeamento de via rodoviária directa entre Ponte HongKong-Zhuhai-Macau e Ilha Hengqin, irá proceder estudo e análise preliminar dos serviços de salvamento e de combate ao incêndio face às referidas obras	1.º trimestre	4.º trimestre
41.	Rever na sua generalidade a divisão das zonas e a distribuição das forças	No sentido de conciliar o desenvolvimento da cidade e o plano de habitação pública de grande envergadura, esta corporação vai rever a divisão das zonas de salvamento e estudar o plano de distribuição das suas forças, conciliando activamente as diversas estratégias da habitação pública, nomeadamente em manter comunicação com os serviços competentes, dando parecer às estas habitações sobre a técnica e a prevenção do fogo	1.º trimestre	4.º trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
42.	Abordagem preliminar sobre as obras da nova via entre Guangdong-Macau	Efectuar um estudo e análise face às novas questões que poderão ocorrer durante as obras de construção da nova via entre Guangdong-Macau, como por exemplo a cooperação e a distribuição de trabalhos de inspecção única entre dois lugares, esta corporação efectuará abordagem preliminar no âmbito de serviços de incêndio, coordenando com os serviços competentes e dando pareceres	1.º trimestre	4.º trimestre
43.	Manobra sobre o combate ao incêndio ou contra emergência	Exercícios para salvamento e evacuação no tabuleiro inferior da Ponte Sai Van, nos tanques de combustíveis do aeroporto, de Ká-O, na central térmica de Coloane, articular-se com exercícios a realizar por outros serviços, por exemplo, exercício perante a chuva intensa, protecção civil	1.º trimestre	4.º trimestre
44.	Trabalho de segurança	Destacar o pessoal para apoiar a inspecção de hotel ilegal, despejo de terrenos, e assegurar o trabalho de segurança nos eventos relevantes	1.º trimestre	4.º trimestre
45.	Trabalho de recepção da Universidade de Macau em Hengqin	Em conciliação com o planeamento dos serviços competentes, acompanhar os trabalhos de recepção da Universidade de Macau em Hengqin	1.º trimestre	4.º trimestre
46.	Acompanhar e avaliar a situação de doenças infecciosas	Realizar em tempo oportuno reuniões com serviços de saúde, fazendo avaliação mensal	1.º trimestre	4.º trimestre
47.	Articulação e acompanhamento de obras de construção de metro ligeiro	Emitir parecer em articulação com a política de transporte público do Governo e efectuar trabalhos preparativos para salvamento durante o período de obras	1.º trimestre	4.º trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
48.	Seminário profissional sobre os serviços de bombeiro	Realizar em Macau seminário/palestra profissional sobre os serviços de bombeiro	2.º trimestre	2.º trimestre
49.	Sensibilização de prevenção do fogo	Mediante seminários e a distribuição de panfletos de prevenção do fogo para aumentar a consciência dos cidadãos na prevenção do fogo, fortalecer em contínuo a educação de prevenção de incêndios junto da população, escolas e associações, a fim de elevar a consciência pública de segurança contra incêndio	1.º trimestre	4.º trimestre
50.	Infra-estruturas	Acompanhar as obras de <i>novo Posto Operacional de Coloane e Centro de treinamento de ambulância e as obras de melhoria do Posto Operacional do Lago Sai Van</i>	1.º trimestre	4.º trimestre
51.	Melhoria de equipamentos de serviços de bombeiros	Nomeadamente nos equipamentos para salvamento de grande calamidade, avaliar os equipamentos de salvamento actuais	1.º trimestre	4.º trimestre
52.	Política sobre comunicação social	Aperfeiçoar o regime do porta-voz da comunicação social, fortalecer as relações públicas e uma boa comunicação entre o coordenador e os média	1.º trimestre	4.º trimestre
53.	Formação de tripulantes de ambulância	Reforçar a equipa profissional no curso de formação de ambulância, especialmente a implementação de padrões internacionais de CPR de primeiros socorros, a fim de optimizar a tecnologia de cuidados de emergência pré-hospitalar	1.º trimestre	4.º trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
54.	Formação interna	Curso de combate ao fogo/salvamento; curso de <i>combate a incêndio real/salvamento, de operações de busca em gaiola de fogo</i> para o pessoal de carreira de base	1.º trimestre	4.º trimestre
55.	Formação no exterior	Destacar o pessoal para fazer intercâmbio no exterior no sentido de aprender novos conhecimentos sobre serviços de bombeiros	1.º trimestre	4.º trimestre
Escola Superior das Forças de Segurança de Macau				
56.	Ensino superior	16 estagiários do 11.º Curso de Formação de Oficiais	Julho de 2012	Janeiro
		12.º a 14.º Cursos de Formação de Oficiais e de Oficiais do Corpo de Bombeiros	Segundo o horário do ano lectivo	
57.	Curso de promoção (fase conjunta)	Curso de Promoção para a categoria de Chefe e de Chefe de Bombeiros	Março	Junho
		Curso de Promoção para a categoria de Subchefe/ Subchefe de Bombeiros	Julho	Agosto
		Curso de Promoção para a categoria de guarda principal/ bombeiro principal	Novembro	Dezembro
58.	Curso de Formação de Instruendos (fase de instrução)	18.º Curso de Formação de Instruendos	Janeiro	Março
		19.º Curso de Formação de Instruendos	Junho	Agosto

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
59.	Curso de Conhecimentos e Técnicas	Os cursos que serão organizados segundo o plano de estudo e a disposição dos trabalhos dos serviços são os seguintes: cursos de formação para condutores, de Mandarim, de aplicação de software destinado ao escritório, de técnica na recolha de provas no local de sinistro, de diferentes níveis de inglês para CPSP, de elaboração de nota de imprensa, de nota de resposta e de discurso, de técnica de atendimento ao público e à chamada telefónica, de língua portuguesa, de gestão de EQ, de Código Penal e Código de Processo Penal, de instrução de processo disciplinar, de avançamento de serviço de qualidade, de técnica de comunicação com os meios de comunicação social, de procedimento administrativo	(trabalho contínuo) Janeiro	(trabalho contínuo) Dezembro
60.	Colaboração dos organismos exteriores na formação	As disciplinas como "balística", "substâncias tóxicas, produtos inflamáveis e combustíveis" do 12.º e 13.º Curso de Formação de Oficiais vão ser dadas pelas especialistas que vêm do Interior da China Curso de uso de força destinado aos formadores(deslocar à escola de polícia de Hong Kong) Curso de actualização de uso de força destinado aos formadores(deslocar à escola de polícia de Hong Kong) Os cursos de formação profissional a frequentar nos serviços congéneres do Interior da China se incluem: curso de aperfeiçoamento para oficiais do CB ano 2013, curso de investigação criminal e examinação local	Entre Janeiro a Junho Segundo o horário do curso Maio e Agosto Janeiro Maio	Entre Janeiro a Junho Segundo o horário do curso Janeiro Maio

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Curso de Formação dos Oficiais Superiores das FSM e dos serviços de segurança (a ser dada no Interior da China)	Maio	Maio
		Abordar para organizar em conjunto o curso intermédio para a investigação de acidente rodoviário e curso de inspecção de veículos	Junho	Junho
		Formação profissional a curto prazo em Hong Kong para os alunos dos Cursos de Formação de Oficiais e de Oficiais do Corpo de Bombeiros	Julho	Julho
		Curso de formação de oficiais da Universidade de Segurança Pública de Beijing	Setembro	Setembro
		Curso de Formação de Agentes Policiais do CPSP (a frequentar na escola de oficiais de segurança de Guangdong)	Setembro	Setembro
61.	Seminário/palestra	Os seminários/palestras que serão organizadas segundo o plano de estudo e a disposição dos trabalhos dos serviços são os seguintes: Palestras de gestão emocional, de relação pessoal, de auditoria, de alívio de stress psicológica, de direitos humanos, de integridade, de Lei Básica e de lei de segurança nacional, de transfusão de sangue, de saúde, de assuntos policiais	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
62.	Intercâmbio e visita de estudo no exterior	Destacar pessoal às diferentes províncias/cidades do Interior da China e Hong Kong para efectuar os seguintes intercâmbios de diversos níveis: visita do pessoal da direcção da ESFSM, encontro de trabalho policial entre Hong Kong e Macau, intercâmbio entre oficiais femininas, visita profissional e intercâmbio académico, participação nas cerimónias convidadas, etc.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau				
63.	Aperfeiçoar o sistema de passagem automática	Em conciliação com o futuro bilhete de identidade inteligente de Macau, estudar em acrescentar fotografias como uma das características para obter uma confirmação dupla	Março	Dezembro
64.	Instalar equipamentos informáticos no novo edifício do terminal marítimo de passageiros de Taipa	Com vista a acompanhar o funcionamento do CPSP, instalar os diversos equipamentos informáticos como as vias de passagem automática, os equipamentos respeitantes aos computadores nos balcões de serviço migratório, a rede informática interna, etc.	Março	Outubro
65.	Concepção e a instalação do sistema em conciliação com o passaporte electrónico e o futuro salvo-conduto electrónico da China	Revisão dos "software" do sistema de migração, no sentido de conciliar os novos "hardware" adquiridos, e efectuar a instalação e a avaliação do sistema em geral	Outubro de 2012	Junho
66.	Aprofundar o sistema de aplicação de "software", a rede informática e os equipamentos dos utentes feitos pelas forças de segurança	Renovar em contínuo os aparelhos antigos, como "server", equipamentos de rede informático, computadores de mesa, impressores, poder na utilização de "software", e ainda efectuar uma revisão ao sistema de aplicação de "software" com vista a conciliar as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos	Ano inteiro	Ano inteiro
67.	Acrescentar em permanente a estação de rádio	Acrescentar uma estação de rádio junto da Universidade de Macau em Taipa, no sentido de elevar a cobertura do sistema e de reforçar a sua estabilidade	Janeiro	Setembro
68.	Testar os resultados de posicionamento GPS utilizado nos rádios portáteis	Devido a que o posicionamento do pessoal é mais difícil do que posicionar veículo, assim, a decisão de promover ou não depende o resultado após os testes	Fevereiro	Abril

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
69.	Obras de ampliação do edifício da DSFSM	Demolir e reconstruir a oficina de reparação, a cantina, a Divisão Informática, no sentido de aumentar as instalações de serviço da Direcção dos Serviços. A planta de concepção encontra-se previsto a concluir no ano 2012 e no ano 2013 irá efectuar a abertura pública e as diferentes fases de construção (responsável pela DSSOPT)	Já iniciado	A ser determinado
70.	Edifício policial de Coloane e Escola de Polícia do CPSP	Construir na zona COTAI um novo edifício complexo policial que se inclui: 1) Comissariado Policial de Coloane, 2) Comissariado Policial de Trânsito nas Ilhas, 3) Escola de Polícia, encontra nessa altura na concepção da planta (responsável pela DSSOPT)	Já iniciado	A ser determinado
71.	Obras de alteração nas partes do Departamento de Trânsito do CPSP	Demolir e reconstruir as instalações ao lado do edifício principal, no sentido de aumentar as instalações de serviço do mesmo Departamento e os lugares de estacionamento. A planta de construção encontra-se prevista a ser concluída no ano 2012 e o trabalho de abertura de concurso vai ser iniciado no mesmo ano, e no ano 2013 iniciará as respectivas obras (responsável pela DSSOPT)	Já iniciado	A ser determinado
72.	Obras de reconstrução do Departamento Policial das Ilhas do CPSP	Encontra-se planeado em reconstruir o edifício do Departamento Policial das Ilhas, actualmente na fase de planeamento preliminar, iniciará o projecto de concepção no ano 2013 (responsável pela DSSOPT)	Já iniciado	A ser determinado

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
73.	Obras de decoração no andar provisional sita no 3.º piso do edifício do Serviço de Migração	Mudar a banda policial para o andar provisional, e criar o base de dados provisional do sistema de inspecção electrónico de toda a cidade. A concepção encontra-se prevista a ser concluída no ano 2012 e o trabalho de abertura de concurso vai ser iniciado no mesmo ano, e no ano 2013 iniciará as respectivas obras (responsável pelo GDI)	Já iniciado	A ser determinado
74.	<i>Posto Operacional de Coloane e Centro de treinamento de ambulância</i>	Construir na Zona COTAL o novo edifício complexo, cujo os trabalhos de concepção encontram actualmente em curso (responsável pela DSSOPT)	Já iniciado	A ser determinado
75.	Obras de ampliamiento do Comando do CB e Posto Operacional do Lago Sai Van	Pretende acrescentar o silo da cave, construir salas para armazenamento nos partes dos terraços, cujo a planta encontra-se actualmente em andamento (responsável pela DSSOPT)	Já iniciado	A ser determinado
76.	Obras de aperfeiçoamento das instalações do Comissariado Policial n.º 2	O essencial na conservação/decoração das paredes externas do edifício e o aperfeiçoamento das partes instalações internas (responsável pela esta Direcção dos Serviços)	Maio	Setembro
77.	Obras de aperfeiçoamento das instalações do Pelotão Cinotécnico de UTIP	As actuais instalações já não são suficientes, necessitam de aumentar as respeitantes instalações e efectuar as obras de aperfeiçoamento (responsável pela esta Direcção dos Serviços)	Junho	Outubro
78.	<i>Elevar o resultado do serviço de aconselhamento psicológico e criar o mecanismo de superintendência</i>	Recrutar as especialistas dos territórios vizinhos(Hong Kong) para fornecer o serviço de superintendência profissional aos assistentes psicológico desta Direcção dos Serviços	Ano inteiro (2 horas por mês)	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
79.	Educação na prevenção: seminários temáticos	<i>Conforme o "inquérito às necessidades do serviço de aconselhamento psicológico" e o "inquérito de stress dos militarizados" efectuados no ano 2012, os assistentes psicológicos irão organizar seminários temáticos face ao teor do relatório de estudo</i>	Ano inteiro	Ano inteiro
80.	Sensibilização: actividade de promoção sobre saúde mental "vida emocional"	Organizar concurso de fotografias e de composição curta, com vista a manifestar a importância de saúde mental, e a elevar a capacidade do pessoal contra a situação negativa, enfrentando activamente a sua vida	2.º Trimestre	4.º Trimestre
81.	Acompanhamento contínuo na revisão e nos trabalhos posteriores do Regulamento Administrativo n.º 32/2004- Regulamento de Uniformes das Forças e Serviços de Segurança de Macau	A elaboração dos artigos de revisão do respectivo regulamento encontra-se feita no ano 2012. Conforme o andamento, o projecto de lei encontra-se previsto a ser entregue dentro do ano 2012. No ano 2013 será ser acompanhado os respectivos trabalhos posteriores	Ano inteiro	Ano inteiro
82.	<i>Revisão do Regulamento Administrativo n.º 13/2002 que regulamenta o regime de admissão e frequência do Curso de Formação de Instruendos das Forças de Segurança de Macau</i>	Compilação dos diversos pareceres apresentados pelos serviços/organismos acerca da revisão do respectivo regulamento, encontra previsto que a versão preliminar da revisão vai ser concluída dentro do ano 2012. No ano 2013 será tratado o projecto de revisão do respectivo regulamento	Ano inteiro	Ano inteiro
Estabelecimento Prisional de Macau				
83.	Melhoria da gestão e optimização administrativa	Propor proceder a revisão do regulamento orgânico do EPM	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Ampliar o uso de "PDA", registar as inspeções normais, a recepção dos produtos e os trabalhos de apoio técnico por forma electrónica	1.º trimestre	4.º trimestre
		Prorrogar a informatização da vida dos reclusos, aproveitar quiosque de informações em acrescentar mais funções, por exemplo: o empréstimo de livros, biblioteca on-line para reserva de livros e apresentação de novos livros, e como media de publicação na sensibilização e na educação	1.º trimestre	4.º trimestre
		Instalar e proceder testes ao sistema de vídeo nas viaturas do EPM	1.º trimestre	4.º trimestre
84.	Reforçar a segurança com recurso à tecnologia	Estudar em criar um sistema de análise de dados de segurança	2.º trimestre	4.º trimestre
		Testar o sistema de posicionamento dos reclusos	1.º trimestre	4.º trimestre
		Instalar o sistema de localização dos visitantes	1.º trimestre	4.º trimestre
85.	Conciliar o desenvolvimento, formando talentos	Abertura de concurso de ingresso no quadro técnico de 2.ª classe	1.º trimestre	4.º trimestre
		Previsto a ser organizado para o pessoal do EPM no total de 32 cursos de formações	Ano inteiro	Ano inteiro
86.	Infra-estruturas sólidas, garantindo com força	Acompanhar as obras da nova cadeia	Já iniciado	Trabalho contínuo
		Estabelecer instalações sem barreiras nos quartos dos reclusos	2.º trimestre	4.º trimestre
87.	Integração de segurança, reabilitação	Organizar palestras, cursos e workshops para os reclusos, no total de 8	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Organizar para os reclusos cursos de formação profissional, no total de 10 e exames profissionais no total de 2	Ano inteiro	Ano inteiro
		Organizar 13 actividades culturais e recreativas para os reclusos	Ano inteiro	Ano inteiro
		Promover o regime de emprego para facilitar os reclusos pre-libertados	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Promover o plano de serviço de assistência social	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Organizar para os reclusos festa de convívio	1.º trimestre	1.º trimestre
		Organizar programas de familiarização com filhos no dia de criança	1.º trimestre	2.º trimestre
		Organizar a Exposição de Artesanato dos reclusos	1.º trimestre	3.º trimestre
		Organizar concurso de fotografias de tema "Um sorriso, um estímulo para os reclusos"	1.º trimestre	3.º trimestre
Gabinete Coordenador de Segurança				
88.	Conciliar nos trabalhos de combate ao tráfico de pessoas	Conforme os dados estatísticos relativos ao crime de tráfico de pessoas, e face às novas tendências do crime, fornecer parecer e proposta construtiva à Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
89.	Continuar o acompanhamento dos trabalhos do Grupo de trabalho terrestre da Comissão de Saúde para os Pontos de Entrada	Elaborar o Plano de emergência de saúde pública (fronteiras terrestres), conforme a determinação da Comissão de Saúde para os Pontos de Entrada, reforçar os trabalhos do grupo de trabalho terrestre, nomeadamente em acompanhar os serviços do grupo de trabalho terrestre da Comissão de Saúde para os Pontos de Entrada	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
90.	Planear e preparar os encontros e reuniões periódicos de cooperação entre os órgãos de segurança pública do Interior da China e as autoridades policiais de Macau	Organizar no mês de Janeiro na Província de Guangdong a 11.ª Conferência de Trabalho sobre a Ligação Policial entre Guangdong e Macau; O 16.º Encontro de Trabalhos sobre a Cooperação entre os Órgãos de Segurança Pública do Interior e as Autoridades Policiais da RAEM vai ter lugar no Interior da China no mês de Janeiro ou Fevereiro No mês de Março vai ser organizado o 16.º Encontro de Trabalhos Policiais entre Guangdong e Macau Organizar no mês de Junho na Província de Guangdong o 19.º Encontro de Trabalho entre Responsáveis das Polícias de Investigação Criminal de Guangdong, HongKong e Macau	1.º metade do ano	Junho
91.	Exercício contra Tufão (Posto de Comando)	Antes do exercício, elaborar a simulação dos incidentes e apresentar aos serviços/organismos da estrutura de Protecção Civil; efectuar a reunião da estrutura de Protecção Civil. Depois do exercício, após a recepção dos relatórios de conclusão dos supracitados serviços/organismos, avaliando-os e elaborando relatório.	Abril	2.º metade do mês de Abril
92.	Convidar as demais companhias de telecomunicação em participar na estrutura de Protecção Civil	Contactar as companhias como Hutchison, Smartone e China Unicom no sentido de convidar a sua participação na estrutura de Protecção Civil	1.º metade do ano 2012	Março

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
93.	Acompanhar os trabalhos da integração dos directores de coordenação para acções de incidentes no fornecimento de água no Plano de Protecção Civil	Fornecer os respectivos conteúdos aos membros da estrutura de Protecção Civil, e acompanhar no seu trabalho de compilação	2.º metade do ano 2012	Março
94.	Obras de construção de metro ligeiro de Macau	Manter a ligação com o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, garantindo que as obras de metro ligeiro não vão influenciar o trânsito rodoviário no tabuleiro inferior de Ponte Sai Van durante o período de tufão de sinal no. 8(ou superior)	Ano inteiro	Ano inteiro
95.	Elaborar novamente e imprimir os panfletos de publicação	Verificar, actualizar e imprimir os actuais panfletos e folhetos de publicação	Ano inteiro	Ano inteiro
96.	Participar nas reuniões regionais no estrangeiro	Relatar e partilhar experiências em nome de Macau os prejuízos provocados a Macau pelas calamidades naturais e as medidas de aperfeiçoamento elaboradas pelos diversos serviços governamentais	Ano inteiro	Ano inteiro
97.	Continuar o acompanhamento de trabalhos do Mecanismo de notificação dos incidentes entre Guangdong e Macau e Grupo de trabalho para partilha de informações	Continuar em manter uma ligação íntima com a Divisão de Comunicações da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau e o Serviço de construção de plataforma de emergência da Província de Guangdong	Ano inteiro	Ano inteiro

Calendário das principais acções governativas da área da Assuntos Sociais e Cultura para o ano de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio da Saúde				
1.	Criação do Centro de Apoio a Doentes	Para efeitos de intensificação da prevenção e tratamento das doenças crónicas, com base no Centro de Recursos para Doentes Oncológicos, criar-se-á o Centro de Apoio a Doentes, no qual serão proporcionados, na primeira fase, os serviços de ensino para a saúde, orientação relacionada à prestação de cuidados de enfermagem, consulta no âmbito de assistência social e apoio psicológico aos doentes oncológicos e diabéticos, bem como será prestado apoio com vista à elevação da capacidade de auto-gestão dos doentes.	2.º semestre de 2012	1.º semestre de 2013
2.	Realização de inquérito relativo ao conhecimento, atitude e comportamento de portadores de doenças crónicas	A fim de determinar o conhecimento, a atitude e o comportamento dos portadores de doenças crónicas em relação às doenças de que padecem, bem como de investigar o nível de conhecimento dos mesmos sobre as doenças crónicas e os factores de risco dos comportamentos associados, planeia-se levar a cabo um inquérito relativo a esta matéria, para servir de base às actividades educativas para a saúde e aos trabalhos de auto-gestão perante as doenças crónicas.	2.º semestre de 2012	1.º semestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
3.	Organização de um grupo de voluntários do CHCSJ	Planeia-se a organização de um grupo de voluntários com função de ajudar os utentes no levantamento de medicamentos e na consulta, ajudando a reforçar a prestação dos cuidados aos doentes e às suas famílias a nível físico, psicológico e social. Por outro lado, o grupo de voluntários poderá dar a conhecer o funcionamento hospitalar, e, assim, melhorar-se-á a imagem do hospital, especialmente na área de relações públicas, e elevar-se-á a eficácia dos recursos humanos do Centro Hospitalar Conde de São Januário.	1.º semestre de 2013	2.º semestre de 2014
4.	Criação dos processos clínicos electrónicos individuais (primeira fase)	Através da criação dos processos clínicos electrónicos individuais em Macau, poderá ser concretizada a utilização comum dos dados constantes dos processos clínicos de utentes. Na primeira fase do programa, é prioridade a integração das informações clínicas das instituições médicas governamentais, do Hospital Kiang Wu e do Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau.	1.º semestre de 2012	2.º semestre de 2014
5.	Pedido de ISO 15189 pelo CHCSJ – participação na acreditação de gestão da qualidade de laboratórios clínicos	Com a introdução do mecanismo de gestão científica e através da avaliação para a acreditação, melhorar-se-ão continuamente o nível de gestão e os processos de funcionamento dos laboratórios clínicos do Centro Hospitalar Conde de São Januário.	1.º semestre de 2013	2.º semestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
6.	Pedido de acreditação internacional dos cuidados de saúde primários	Através da avaliação de gestão e funcionamento dos centros de saúde por outro organismo, melhorar-se-á o nível dos serviços de prestação de cuidados de saúde, concretizando o objectivo de melhoria contínua da qualidade.	2.º semestre de 2012	2.º semestre de 2013
7.	Pedido de acreditação do sistema de gestão da qualidade de laboratórios clínicos ISO 15189 pelo Centro de Transfusões de Sangue	Com a introdução do mecanismo de gestão científica e através da avaliação para a acreditação, melhorar-se-ão continuamente o nível de gestão e os processos de funcionamento do laboratório clínico.	1.º semestre de 2012	2.º semestre de 2013
8.	Pedido de acreditação do sistema de gestão da qualidade de laboratórios clínicos ISO 15189 pelo Laboratório de Saúde Pública	Com a introdução do mecanismo de gestão científica e através da avaliação para a acreditação, melhorará continuamente o nível de gestão e os processos de funcionamento do laboratório clínico.	1.º semestre de 2012	2.º semestre de 2014
9.	Construção do Edifício do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário	Em resposta ao desenvolvimento económico e social e às necessidades dos serviços, deu-se início no fim do mês de Novembro de 2010 à construção do Edifício do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário com 100 camas, o qual ficará com o triplo da área do Serviço de Urgência existente, para melhorar o ambiente de atendimento e as condições de serviço.	2.º semestre de 2010	1.º semestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
10.	Criação do Centro de Saúde do Lago situado no terreno n.º TN27, Taipa	Em resposta à construção de habitações económicas e ao aumento da população, será criado um centro de saúde no Edifício do Lago da Taipa situado no Terreno TN27, o qual prestará novos serviços, assim melhorando ainda mais a prestação de cuidados de saúde primários a nível comunitário.	1.º semestre de 2013	2.º semestre de 2013
11.	Reconstrução do Posto de Saúde em Coloane	Serão melhoradas as infra-estruturas de "hardware" existentes do Posto de Saúde em Coloane, para proporcionar um bom ambiente de consulta aos residentes desta zona.	1.º semestre de 2013	2.º semestre de 2013
No domínio do Ensino Superior				
12.	Definição das orientações relativas à avaliação do ensino superior no futuro.	Solicitação às entidades profissionais de avaliação que procedam aos trabalhos de recolha e análise de dados, definindo a área de avaliação e elaborando o inventário e as respectivas orientações em relação às acções de avaliação no futuro; realização de um estudo sobre o início do plano-piloto, para verificar a aplicabilidade e operacionalidade das referidas orientações.	Setembro de 2012	Dezembro de 2013
13.	Manutenção do apoio aos estudantes com vista à diminuição dos encargos económicos com a aquisição de material escolar.	Manutenção do apoio aos estudantes do ensino superior na aquisição de livros e outro material escolar. Realização de um estudo visando o aumento do montante concedido para diminuir a influência da inflação, de modo a que seja aliviado o respectivo encargo dos estudantes.	Junho de 2012	Julho de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
14.	Continuação da realização das exposições sobre o ensino superior de Macau.	Continuação da realização de exposições sobre o ensino superior, em colaboração com as entidades competentes, convidando as instituições de Macau e de outras regiões para participarem nestas exposições, proporcionando o acesso a informações completas e actualizadas aos interessados de Macau e das regiões vizinhas que pretendam continuar os seus estudos. Realização de acções de divulgação do ensino superior de Macau.	Janeiro de 2013	Outubro de 2013
15.	Desenvolvimento do projecto do novo <i>campus</i> da Universidade de Macau na Ilha da Montanha	Acompanhamento e coordenação das diversas obras a realizar pela Universidade de Macau depois da entrega do novo <i>campus</i> , elaboração e implementação dos planos para a transferência, com vista à sua entrada em funcionamento de acordo com a calendarização prevista, garantindo a quantidade e a qualidade.	Já iniciado	Agosto de 2013
16.	Revisão dos Estatutos da Universidade de Macau	Realização faseada das consultas e da elaboração dos projectos de leis e regulamentos abaixo indicados: 1.ª fase: Estudar ajustamentos adequados aos Estatutos da UM e do Estatuto do Pessoal da UM, tendo em conta as necessidades decorrentes da transferência do <i>campus</i> da UM para a Ilha da Montanha 2.ª fase: Estudar a revisão do Regime Jurídico da UM e rever os Estatutos da UM e o Estatuto do Pessoal da UM, dando resposta ao futuro desenvolvimento da instituição.	Já iniciado	Execução contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
17.	Preparação da criação dos colégios residenciais da Universidade de Macau	Preparação da criação de oito colégios residenciais no novo <i>campus</i> na Ilha da Montanha, incluindo a formulação das respectivas políticas, o recrutamento do pessoal e o acompanhamento dos trabalhos para o aperfeiçoamento das diversas instalações destes colégios.	Já iniciado	Ano lectivo de 2013/2014
18.	Alteração dos estatutos do Instituto Politécnico de Macau	Continuação dos trabalhos referentes à análise da alteração dos estatutos do IPM, preparação da respectiva consulta pública e elaboração do projecto.	2011	Execução contínua
19.	Continuação dos trabalhos de avaliação académica	Finalização dos trabalhos de avaliação académica do Curso de Administração Pública (em português), do Curso de Educação Física, do Curso de Enfermagem e do Curso de Serviço Social.	2010	2013
20.	Realização de actividades promovendo o intercâmbio académico sino-português	Realização da "2.ª Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa" e da "2.ª Edição do Seminário Académico Internacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa na China", em cooperação com as instituições de ensino superior portuguesas.	2012	2013
21.	Alteração ao Decreto-Lei que regula a organização e o funcionamento do Instituto de Formação Turística e à Portaria relativa ao Estatuto do Pessoal Docente e do Pessoal de Formação Profissional de Hotelaria do Instituto de Formação Turística	Continuação do acompanhamento das consultas relativas aos diplomas legais em análise.	2.º trimestre de 2011	Execução contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
22.	Realização de cursos de formação na área das indústrias culturais e criativas	Realização de cursos de níveis básico, intermédio e de gestão para a área de artes criativas, proporcionando assim uma formação mais diversificada em articulação com a política do governo de desenvolvimento da área das indústrias culturais e criativas.	2010	Implementação contínua
Nos domínios do Ensino não Superior e da Juventude				
23.	Criação de um mecanismo sistemático de acompanhamento das políticas, reforço do corpo docente	Acompanhamento da implementação da Lei, que define o "Quadro geral" e realização das respectivas medidas, nomeadamente a implementação, a partir do ano escolar 2013/2014, do regime de avaliação do pessoal docente, do regime do fundo de previdência e do regime de diferença do salário básico entre diversos níveis de ensino; início da alteração do regime do desenvolvimento profissional do pessoal docente; definição das normas profissionais do pessoal docente; promoção da medida única favorável ao pessoal docente experiente, que cessou as funções; concessão contínua do subsídio aos alunos excelentes, que frequentam cursos do ensino superior em Educação.	Já iniciado	4.º trimestre de 2014
24.	Síntese da experiência obtida com a aplicação do "Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo" e planeamento das políticas do sistema da educação contínua	Continuação da execução e implementação do Programa, análise do relatório da avaliação intercalar, síntese da experiência obtida com a execução da primeira fase e planeamento das políticas do sistema da educação contínua.	Já iniciado	4.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
25.	Incentivo ao desenvolvimento das capacidades linguísticas dos alunos e dos docentes	Criação de um plano piloto, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Educativo, para subsidiar os alunos e docentes das disciplinas de Chinês, Português e Inglês, na participação nos exames de línguas com vista à obtenção da respectiva credenciação, proporcionando-se, desta forma, condições mais favoráveis ao desenvolvimento das capacidades linguísticas dos alunos.	1.º trimestre de 2013	3.º trimestre de 2015
26.	Conclusão do estudo sobre a identificação das competências académicas básicas exigidas no âmbito da educação regular e determinação das orientações relativas à organização curricular	Estudo e identificação das competências académicas básicas exigidas, ao nível de todas as disciplinas do ensino infantil, ensino primário e ensino secundário na área da educação regular: determinação das orientações relativas à organização curricular.	Já iniciado	4.º trimestre de 2015
27.	Concessão do subsídio aos alunos que frequentam os ensinos secundário, primário e infantil na província de Guangdong	Início dos trabalhos preparatórios para definir as primeiras zonas da implementação, os destinatários e o montante do subsídio; aceitação das candidaturas e apreciação dos seus dados e preparação dos cursos de Verão, concessão do subsídio e revisão dos diversos processos.	Já iniciado	1.º trimestre de 2013
28.	Alteração à Lei -Estatuto das escolas particulares	Elaboração do documento de consulta, recolha e auscultação de opiniões e elaboração do anteprojecto do diploma legal.	Já iniciado	Execução contínua
29.	Elaboração do Regulamento Administrativo-Estatuto da Educação Contínua	Promoção, com base no trabalho já desenvolvido, da elaboração do diploma, no sentido do aperfeiçoamento do regime da educação contínua.	Já iniciado	Execução contínua
30.	Alteração à Lei - Regime da Escolaridade obrigatória	Continuação da promoção do respectivo processo.	Já iniciado	4.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
31.	Realização do plano de promoção da saúde escolar	Estudo da possibilidade de medidas permanentes para criação do bar saudável; concretização da promoção da ementa do almoço saudável junto das escolas; estudo da possibilidade da integração do subsídio para o pessoal de enfermagem nas despesas de funcionamento da escola.	Já iniciado	1.º trimestre de 2013
32.	Publicação do resultado do teste do PISA_2012 "Programa Internacional de Avaliação de Alunos"	Acompanhamento dos resultados do relatório do PISA 2012 e definição dos respectivos planos/medidas; análise e estudo do relatório de investigação da OCDE para servir como informação de referência para a governação.	Já iniciado	4.º trimestre de 2014
33.	Organização das estratégias do desenvolvimento integral dos jovens de Macau, definição da "Política de Juventude de Macau (2012-2020)"	Análise das opiniões decorrentes das consultas públicas, definição, de forma ordenada da "Política de Juventude de Macau (2012-2020)".	Já iniciado	2.º trimestre de 2013
34.	Promoção da participação dos jovens em trabalhos voluntários	Planeamento do projecto da proposta e promoção da participação dos jovens em trabalhos voluntários; aplicação e prática gradual das diversas medidas do respectivo plano; aferição e avaliação da situação da implementação do respectivo plano.	Já iniciado	4.º trimestre de 2013
35.	Criação de um mecanismo de prestação de informações sistemáticas aos jovens	Execução do projecto preparatório; publicação, propaganda e implementação; aferição da eficiência.	Já iniciado	4.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio de Acção Social				
36.	Criação de cinco complexos de serviços de apoio à família e à comunidade na península de Macau e nas Ilhas	Criação de complexos de serviços sociais que serão destinados a prestar vários serviços como aconselhamento familiar, educação sobre a vida familiar, educação cívica junto da comunidade, prevenção e tratamento da problemática do jogo e da droga, etc.	1.º trimestre de 2013	3.º trimestre de 2013
37.	Preparação da criação do Centro de Apoio à Educação para a Vida	Preparação da criação de um centro que servirá para ensinar a população a respeitar a vida, a experimentar e pôr em prática o valor do conceito “Apreciar-se a si próprio, respeitando os outros”, bem como a reforçar a sua capacidade de resistência às adversidades.	1.º trimestre de 2013	3.º trimestre de 2013
38.	Elaboração de um plano de desenvolvimento dos serviços de apoio a idosos para os próximos dez anos	Estudo e elaboração de um plano sobre o domínio da acção social e o desenvolvimento dos serviços de apoio a idosos para os anos de 2015 a 2024.	1.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2014
39.	Elaboração do plano de desenvolvimento dos serviços de reabilitação para os próximos dez anos	Estudo no domínio da acção social e elaboração do plano de desenvolvimento dos serviços de reabilitação para os anos de 2015 a 2024.	1.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2014
40.	Revisão do “Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão”	Revisão integral do “Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão”, aperfeiçoamento dos respectivos trabalhos.	1.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
41.	Estudo sobre a "Participação das mulheres nas actividades do jogo e o seu estado de saúde psicológica"	Solicitação a uma instituição académica para que realize um estudo, cujo resultado servirá de referência para a criação de futuros serviços.	2.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2013
42.	Aperfeiçoamento das instalações de desintoxicação	Planeamento da criação, em Ká-Hó, de um lar de tratamento e reabilitação da toxicodependência, para aumentar o número de camas destinadas à desintoxicação por internamento, no sentido de responder às necessidades. A referida obra de construção irá iniciar-se no ano de 2013, prevendo-se a conclusão desta obra no ano de 2014.	1.º trimestre de 2013	3.º trimestre de 2014
43.	Criação de cinco creches (Continuação da realização deste programa)	Aumentar a oferta dos serviços, de forma a responder às necessidades dos serviços sociais de acordo com o plano de criação de mais creches.	3.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2013
44.	Reconstrução do lar de idosos de Nossa Senhora de "Ká-Hó". (aproveitando o terreno, serão planeados um lar para idosos, um hospital de reabilitação e um lar de desintoxicação) (Continuação da realização deste programa)	Planeamento e discussão com os Serviços envolvidos do projecto do respectivo equipamento social e seus serviços. Concluída as obras de reconstrução, proceder a: concurso de adjudicação das obras de remodelação, execução das obras de remodelação e aquisição de equipamentos, pedido de licença, elaboração do acordo de cooperação, modos de atribuição do subsídio e funcionamento do equipamento social.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
45.	Construção de um lar de cuidados especiais para idosos e do centro de dia de cuidados especiais no local do mercado provisório de São Lourenço (Continuação da realização deste programa)	Planeamento e discussão com os Serviços envolvidos do projecto do respectivo equipamento social e seus serviços. Concluída as obras de construção, proceder a: concurso de adjudicação das obras de remodelação, execução das obras de remodelação e aquisição de equipamentos, pedido de licença, elaboração do acordo de cooperação, modos de atribuição do subsídio e funcionamento do equipamento social.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2014
No domínio da Segurança Social				
46.	Promoção da implementação do regime de previdência central não obrigatório	Organização das opiniões recolhidas na consulta pública sobre o regulamento de aplicações do regime de previdência central não obrigatório, preparando e promovendo o trabalho legislativo do regime de previdência central.	Realização contínua a partir do 4.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2014
47.	Reforço do trabalho de educação e de divulgação sobre a gestão financeira	Continuação da promoção junto dos cidadãos, através de vários meios de divulgação, de um conceito de gestão financeira ao longo da vida e de preparação antecipada da sua vida após a aposentação. Incentivo aos empregadores e outros indivíduos, em articulação com a implementação do regime de previdência central, a participarem neste novo regime, procedendo junto dos participantes a sessões educativas sobre os vários tipos de investimento.	Realização contínua	Realização contínua
48.	Optimização dos serviços	Continuação do estudo e desenvolvimento dos serviços dos quiosques automáticos, nomeadamente os relativos à prova de vida, à consulta e à apresentação de	1.º trimestre de 2013	Realização contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		requerimentos, bem como o estudo da possibilidade dos serviços electrónicos para pagamento de contribuições do regime facultativo através de caixas automáticas.		
No domínio do Turismo				
49.	Estudo e desenvolvimento dos trabalhos do Plano Geral do Desenvolvimento Turístico	Apresentação, a nível geral, do plano de desenvolvimento da indústria turística a médio e a longo prazo e elaboração de um plano de trabalho abrangente e global para a indústria turística e para a DST.	Ano inteiro	2014
50.	Melhorar os diplomas reguladores de turismo	Acompanhamento dos trabalhos de revisão do diploma regulador das actividades hoteleiras e de restauração.	Ano inteiro	Ano inteiro
51.	Aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos	Reavaliação dos procedimentos em vigor, introdução de um mecanismo de controlo interno para supervisão dos processos de apreciação, reduzindo deste modo qualquer demora nos procedimentos.	Ano inteiro	Ano inteiro
52.	Criação de um turismo de qualidade	Ênfase na inspecção aos pontos fronteiriços, aos pontos de interesse turístico e aos guias turísticos para supervisionar a situação de acolhimento das excursões turísticas e de trabalho prestado por guias turísticos, garantindo assim os direitos dos visitantes e operadores turísticos e impulsionando um desenvolvimento saudável e ordenado do mercado de visitantes do Interior da China a Macau.	Ano inteiro	Ano inteiro

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
53.	Combate constante à prestação ilegal de alojamento	Realização das inspecções e combate em conjunto com o grupo de trabalho inter-serviços e avaliação dos resultados obtidos na execução da lei para reajustar oportunamente as acções e medidas. Ao mesmo tempo, manutenção do contacto estreito com as associações de moradores e as associações civis com vista à troca de opiniões e informações.	Ano inteiro	Ano inteiro
54.	Intensificação do Plano de Desenvolvimento dos Novos Produtos Turísticos de Macau	Lançamento dos produtos tais como Excursões de Estudantes, Projecto dos Templos e Igrejas de Macau, Triciclos, Passeio em Barco de Pesca, Autocarro Público para os Principais Locais Turísticos, Actividades Turísticas Nocturnas, Excursão Ecológica e Trilho de Bicicleta.	Ano inteiro	Ano inteiro
55.	25.º Concurso Internacional de Fogo de Artifício de Macau	Organização de vários eventos e actividades para comemorar o 25.º Concurso Internacional de Fogo de Artifício de Macau.	Ano inteiro	Outubro de 2013
56.	60.º Grande Prémio de Macau	Utilização do conceito dos produtos turísticos diversificados de Macau para promover o Grande Prémio junto dos visitantes estrangeiros; lançamento de uma nova página electrónica sobre o Grande Prémio; realização de diferentes concursos destinados aos residentes, de modo a aumentar o conhecimento dos residentes em relação ao Grande Prémio e a estimular a sua participação neste evento; realização de actividades em parceria com as associações e entidades locais.	Ano inteiro	Novembro de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
57.	Criação de uma zona antiga apelativa	Para além do apoio permanente às organizações comunitárias locais na organização de actividades turísticas e culturais, focalização no estímulo ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas para aumentar a atracção turística das áreas comunitárias.	Ano inteiro	Ano inteiro
58.	Definição de um plano de comunicação e divulgação	Divulgação, atempada, de informações relacionadas com o turismo, em especial sobre estratégia, planos, acções/ actividades, regulamentos e medidas, etc.	Ano inteiro	Ano inteiro
59.	Aumento da promoção do turismo de Macau na <i>Internet</i>	Preparação de mais recursos promocionais, lançando uma série de anúncios em páginas electrónicas conhecidas em todo o mundo.	Ano inteiro	Ano inteiro
60.	Planeamento sobre a renovação de vários balcões de informações turísticas de Macau	Apresentação de balcões de informações turísticas agradáveis e personalizados através de uma nova imagem e um design moderno e em articulação com a instalação das novas tecnologias e equipamentos interactivos.	Ano inteiro	Ano inteiro
61.	Promoção de itinerários turísticos para visita a Macau de comboio de alta velocidade	Envio de convites aos operadores turísticos das principais cidades da Linha de Comboios de Alta Velocidade, entre as cidade de Wuhan e Guangzhou e da Linha entre Guangzhou e Zhuhai, para visitar Macau e, aqui, organizar seminários de apresentação turística.	Ano inteiro	Ano inteiro
62.	Exploração de novos mercados potenciais, em especial, os do Sudeste Asiático e da Rússia	Sudeste Asiático: estudo da possibilidade de cooperação com companhias aéreas de baixo custo, reforço da divulgação do turismo de Macau através dos seus websites	Ano inteiro	Ano inteiro

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
63.	Reforço da participação de Macau nos assuntos relacionados com o turismo internacional	Participação activa nas organizações internacionais de turismo, a fim de elevar o nome de Macau a nível internacional.	Ano inteiro	Ano inteiro
No domínio da Cultura				
64.	Inventariação dos edifícios de interesse cultural de Macau e divulgação	O IC realizará acções de divulgação e procederá, progressivamente, à inventariação dos edifícios de interesse cultural de Macau, com vista a detectar os recursos culturais de Macau.	Janeiro de 2013	Setembro de 2013
65.	Prospecção arqueológica em Coloane	A Ilha de Coloane possui grande valor cultural por ser um sítio com vestígios pré-históricos em Macau. A fim de conhecer o estado de conservação dos sítios arqueológicos de Coloane e descobrir o seu conteúdo cultural, planeia-se iniciar escavações em 2013.	Março de 2013	Dezembro de 2013
66.	Programa de apresentações nos locais do património cultural pelas Escolas de Dança, de Música e de Teatro	Em harmonia com as diferentes festividades, serão, nos locais do Património Mundial, planeados eventos e espectáculos culturais de diferentes formas de expressão para sensibilizar o público sobre a protecção patrimonial e dar-lhe a conhecer a cultura e a história local. Este programa abrangerá diversas apresentações temáticas, a saber: "Concertos em Locais do Património Mundial" da Escola de Música, "Dança em Locais do Património Mundial" da Escola de Dança e "Revitalizar o Património Mundial através do Teatro" da Escola de Teatro do Conservatório.	Janeiro de 2013	Dezembro de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
67.	Apoio prioritário às associações culturais e artísticas para acederem à comunidade	Para promover o desenvolvimento cultural e artístico no seio da comunidade, o IC elaborará diferentes planos e formas de subsídio para incentivar e apoiar a organização de actividades culturais e artísticas diversificadas por parte das associações locais na comunidade. Pretende-se com isto promover a intercomplementaridade e a interacção entre as autoridades e as entidades privadas, aumentar a ligação cultural na comunidade e promover o desenvolvimento cultural comunitário.	1º trimestre de 2013	Execução contínua
68.	Conclusão de duas bibliotecas públicas comunitárias	Para equilibrar as instalações culturais dos diversos bairros, foram iniciadas, em 2012, as obras de construção da Biblioteca do Patane e da Biblioteca da Taipa. Estando a fase final das obras prevista para o ano de 2013, estas bibliotecas poderão ser abertas ao público após a aquisição e instalação dos respectivos apetrechamentos, a aquisição e catalogação dos livros, o recrutamento e a formação de pessoal.	Já iniciada	Julho de 2013 (Biblioteca da Taipa) Dezembro de 2013 (Biblioteca do Patane)
69.	Programa de Extensão das Actividades das Escolas de Música, de Dança e de Teatro do Conservatório à Comunidade e às Escolas de Macau	1. Entrada na comunidade e nas escolas locais para promover as artes performativas; 2. Realização da "Visita ao Conservatório" para permitir ao público experimentar, durante um dia, o prazer de aprender a dança, a música e o teatro; 3. Realização anual de apresentações teatrais itinerantes nas escolas locais. Reforço das ligações com as instituições comunitárias, participando activamente nas	Janeiro de 2013	Julho de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		suas actividades teatrais e prestando atempadamente o aconselhamento necessário. Promoção de apresentações teatrais na comunidade, com vista a reforçar o sentimento de identificação dos residentes para com a respectiva comunidade.		
70.	Cinema de Arte	A fim de criar um ambiente de criação cinematográfica e de vídeo, preparar os espectadores do cinema e apoiar à indústria cinematográfica local, os serviços da área cultural estão a realizar obras para transformar o edifício sito na Travessa da Paixão n.º 11 a 13 num "Cinema de Arte". A conclusão das obras de consolidação estrutural deste edifício e a sua abertura ao público estão previstas para até o fim do 2.º trimestre e o fim do ano de 2013, respectivamente.	Janeiro de 2012	Dezembro de 2013
71.	Remodelação das Oficinas Navais	A fim de promover o desenvolvimento da arte contemporânea de Macau, os serviços da área cultural planeiam proceder à consolidação estrutural e manutenção de dois edifícios de interesse histórico (originalmente as Oficinas Navais) e com valor humanista, que se situam na zona da Barra, para os transformar num espaço de exposições da arte contemporânea, com vista a criar condições para o desenvolvimento desta área, criar uma plataforma de intercâmbio artístico entre os artistas locais e estrangeiros e um espaço de exposição e venda dos produtos criativos de Macau.	Agosto de 2012	A abrirem em Outubro de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
72.	Programa de Subsídio à Confeção de Mostras de Moda	Os serviços da área cultural darão início ao "Programa de Apoio Prioritário às Indústrias Culturais e Criativas", elaborando medidas orientadoras de apoio para as diferentes fases de desenvolvimento destas indústrias e promovendo o desenvolvimento e produção dos produtos criativos. Em 2013, será iniciado o programa de apoio à indústria da moda, prestando subsídio para a confeção de mostras de moda.	Março de 2013	Dezembro de 2013
73.	Programa de Especialização Técnica na Área Cultural	A Especialização Técnica na Área Cultural é um programa de formação de quadros qualificados, desenvolvido para responder às necessidades sentidas durante o desenvolvimento cultural e artístico local, nomeadamente nas áreas de apoio técnico, restauro de património cultural e transmissão da técnica do património cultural imaterial. O IC irá colaborar com os artistas, as associações culturais e os grupos desfavorecidos de Macau na organização de série de cursos práticos na área artístico-cultural, com vista a reforçar a formação da aptidão profissional dos quadros das respectivas áreas. Para além de constituir um apoio importante para o desenvolvimento artístico-cultural local, a detecção, preparação e aproveitamento dos quadros qualificados da área cultural contribuem também para a preparação de diferentes quadros necessários ao futuro desenvolvimento cultural.	3.º trimestre de 2012	Execução contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
74.	XXIV FAM	O XXIV FAM, grande evento anual de Macau, está provisoriamente previsto para os meses de Maio e Junho de 2013. Serão convidados os melhores artistas de todo o mundo para apresentarem diferentes programas artísticos de alta qualidade ao público de Macau. Simultaneamente, será, fortemente, apoiada a participação dos grupos locais neste evento, criando uma plataforma de intercâmbio para os grupos intervenientes.	3.º trimestre de 2012	2.º trimestre de 2013
75.	XXVII FIMM	O XXVII FIMM decorrerá nos meses de Outubro e Novembro de 2013. Tal como nas edições anteriores, o IC irá empenhar-se ao máximo em organizar bem este evento cultural prestigioso de Macau.	4.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2013
76.	"Desfile por Macau, Cidade Latina" em comemoração do 14.º Aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China	No dia 20 de Dezembro de 2013, será realizado o "Desfile por Macau, Cidade Latina". O IC convidará grupos internacionais de espectáculos de rua de alto nível para trocar experiência com os grupos locais e transmitir a alegria do aniversário da Transferência de Macau para a China através das suas actuações inovadoras. Além disso, aproveitar-se-á esta oportunidade para demonstrar a unicidade do Centro Histórico de Macau e difundir a cultura típica de Macau a todos os convidados.	1.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2013
No domínio do Desporto				
77.	Cooperação com as associações tradicionais para o desenvolvimento das actividades do desporto para todos	1. Execução e funcionamento. Atribuição de apoios financeiros às associações para a realização e organização conjunta das actividades do desporto para todos.	Janeiro de 2013	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		2. Revisão da cooperação. Reunião com os representantes das associações colaboradoras com vista à revisão dos efeitos das diferentes actividades desenvolvidas.	Janeiro de 2013	Março de 2013
		3. Aceitação de novas sugestões.	Outubro de 2013	Dezembro de 2013
78.	Melhoramento das classes de recreação e manutenção do desporto para todos	Continuação da criação de condições para a organização regular de diferentes classes de recreação e manutenção do desporto para todos, com vista à prática do exercício físico pelos cidadãos sob a orientação de monitores qualificados e num ambiente seguro. Orientação gradual da população para criar uma vida saudável através da prática desportiva ao longo da vida. Anualmente, as classes de recreação e manutenção são organizadas em 6 fases, com a duração de dois meses por cada fase.	Implementação contínua	Implementação contínua
79.	Prestação de apoio às associações desportivas para a implementação dos planos de desenvolvimento a médio e longo prazo	1. Intensificação da cooperação e dos contactos com as associações representativas das modalidades desportivas; prestação de apoio à implementação dos planos do desenvolvimento a médio e longo prazo. 2. Elaboração dos planos preparatórios e de formação dos atletas para os grandes eventos desportivos abaixo indicados: 2.1. Jogos da Ásia Oriental de Tianjin 2013	Implementação contínua	Implementação contínua
				Outubro de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		2.2. Jogos Asiáticos de Incheon 2014	Implementação contínua	Implementação contínua
		3. Intensificação da cooperação e dos contactos com as associações representativas das modalidades desportivas; concessão de apoios financeiros e prestação de assistência técnica no âmbito da contratação de treinadores especializados, da implementação da formação de treinadores e juizes e da formação de gestores desportivos.	Implementação contínua	Implementação contínua
80.	Implementação do Plano de apoio financeiro para a formação de talentos do desporto e do Plano de aperfeiçoamento de talentos do desporto	Intensificação da cooperação e dos contactos com as associações representativas das modalidades desportivas; prestação de apoio na execução dos planos de formação das equipas estagiárias e na análise do plano concreto e da situação de formação das equipas estagiárias com vista à execução do Plano de apoio financeiro para a formação de talentos do desporto e do Plano de aperfeiçoamento de talentos do desporto.	Implementação contínua	Implementação contínua
81.	Promoção da formação juvenil	1. Organização de mais escolas juvenis das modalidades desportivas, cativando novos talentos do desporto. 2. Intensificação da cooperação com as associações desportivas, promovendo o estabelecimento de um quadro de jovens atletas. 3. Com base no já celebrado "Acordo-Quadro de cooperação e do intercâmbio desportivo entre Guangdong, Hong Kong e Macau", proceder-se-á ao	Implementação contínua	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		desenvolvimento de intercâmbio desportivo juvenil e da formação de talentos suplementares do desporto das três partes. 4. Com base na "Carta de intenção de cooperação e do intercâmbio desportivos entre Sichuan e Macau", proceder-se-á à coordenação com o Departamento do Desporto da Província Sichuan da organização do intercâmbio desportivo para jovens		
82.	Promoção do desenvolvimento do desporto para pessoas com deficiência de Macau	Com base no "Protocolo de Cooperação para a Promoção Conjunta de Projectos de Desenvolvimento Desportivo para Pessoas com Deficiência" celebrado com a Federação de Deficientes da China e a Fundação para Deficientes da China, é dada continuidade à cooperação com os respectivos organismos de indivíduos portadores de deficiências do Interior da China e à concretização do projecto de cooperação específica do desporto para pessoas com deficiência entre Macau e China.	Implementação contínua	Implementação contínua
83.	Divulgação do conceito da aplicação dos dados científicos à prática desportiva	1. Produção do disco compacto de saúde e condição física e elaboração do "Relatório da Avaliação da Condição Física da População de Macau 2010". 2. Desenvolvimento do posto de informação de saúde desportiva: Promoção do plano de avaliação da condição física das classes de recreação e manutenção do desporto para todos. Actualização do conteúdo dos <i>website</i> "Condição física e saúde da população de	1.º trimestre de 2013	2.º trimestre de 2014
			1.º trimestre de 2013	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		Macau" e "posto de informação nutricional"; prestação de trabalhos de educação e sensibilização da ciência desportiva através da organização de seminários, da distribuição de panfletos, entre outros.		
		3. Preparação da Avaliação da Condição Física da População de Macau 2015.	4.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2014
84.	Reconstrução do Pavilhão de Mong-Há (Em articulação com o GDI)	1. Continuação da elaboração dos projectos e da empreitada da cave já desenvolvida em 2011.	2011	2012
		2. Após a conclusão dos projectos e da empreitada da cave, está previsto o início da empreitada da construção em Março de 2013.	Março de 2013	2015
85.	Construção do Centro de Estágio Polivalente	1. Continuação da elaboração dos projectos desenvolvidos em 2011.	Setembro de 2011	Dezembro de 2012
		2. Lançamento do processo do concurso público da empreitada e das respectivas obras de construção.	Junho de 2013	2015
86.	Promoção, a título experimental, do "reconhecimento verde" das instalações desportivas	A promoção, a título experimental, do "reconhecimento verde" das instalações desportivas tem início no Centro Desportivo Olímpico.	Setembro de 2012	Junho de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio dos assuntos das mulheres				
87.	Rentabilizar o papel da Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres	Absorver amplamente as opiniões dos sectores sociais relativas às mulheres, pronunciando-se sobre o estudo e definição das políticas e medidas para o desenvolvimento da CAM.	Teve já início	Tarefa permanente
88.	Iniciar o inquérito acerca do "Relatório sobre a Condição da Mulher de 2012"	Incumbir uma instituição académica de efectuar o inquérito e apreciar o resultado, assim como proceder à análise e estudo, com vista a conhecer, de forma contínua, a tendência do desenvolvimento das mulheres locais.	4.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2013
89.	Realizar a Festa de Carnaval das Mulheres	Celebrar o Dia Internacional da Mulher, prosseguir com o aprofundamento da divulgação das matérias relativas às mulheres que merecem atenção e organizar a Festa de Carnaval das Mulheres, em conjunto com mais de uma dezena de ONGs.	Teve já início	Tarefa permanente
90.	Publicação de "Encantos", revista periódica sobre os assuntos do género feminino	Ajudar os cidadãos da RAEM a conhecer a situação actual das mulheres, divulgando junto da sociedade informações positivas para estabelecer um conceito correcto do género.	Teve já início	Tarefa permanente
91.	Criar uma base de dados com informações sobre as mulheres	Para compreender e acompanhar de perto as necessidades das mulheres de Macau e o seu desenvolvimento numa base permanente, a CAM irá criar uma base de dados sistemática com informações sobre as mulheres, a fim de colocar à disposição dos investigadores académicos e dos organismos governamentais valiosa informação de referência, dados e análises objectivas.	2.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2014
92.	Reforçar a interacção e o intercâmbio	Fazer visitas de cortesia às associações femininas e instituições de serviços locais e no estrangeiro, reforçando o intercâmbio e o contacto com as regiões relevantes e aprofundando o conhecimento da procura das mulheres.	Teve já início	Tarefa permanente

Calendário das principais acções governativas da área dos Transportes e Obras Públicas para o ano de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Gestão de Solos e Planeamento Urbanístico				
1.	3.ª Fase de Auscultação do Plano Director das Novas Zonas Urbanas	Elaboração da proposta de consulta relativa à 3.ª Fase de Auscultação do Plano Director das Novas Zonas Urbanas com base no estudo e análise dos resultados das opiniões recolhidas na 2.ª Fase, no sentido de articular-se com o futuro desenvolvimento sustentável de Macau.	Iniciado	2013
2.	Revisão dos diplomas complementares da Lei de Terras	A fim de articular com a revisão da Lei de Terras, procedeu os trabalhos de revisão e estudos sobre os respectivos diplomas complementares, tendo entrado na fase de revisão dos seus articulados.	Iniciado	2013
3.	Diplomas legais complementares da Lei do Planeamento Urbanístico	Com a entrada em processo legislativo da Lei do Planeamento Urbanístico, deu ao mesmo acompanhamento aos trabalhos de elaboração dos respectivos diplomas legais complementares	Iniciado	2013
4.	Implementação de trabalhos preparatórios do "Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção"	Estabelecemos que os promotores imobiliários serão obrigados a comercializar as fracções autónomas de edifícios em construção após obterem uma autorização prévia. Paralelamente, são realizados os trabalhos iminentes ao lançamento das instruções, à elaboração de impressos para uso próprio, à distribuição dos agentes de fiscalização e à elaboração de modelos de relatórios respeitantes a sanções administrativas, etc.	Iniciado	2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Habitação				
5.	Candidatura para Atribuição de Habitação Social	Abertura de novo concurso de habitação social, para responder as aspirações sociais.	2013	2014
6.	Concretização da estratégia do desenvolvimento para a habitação pública	Tendo em referência as opiniões recolhidas, no período de consulta, servindo como base de análise, para definir de forma mais eficaz a estratégia de desenvolvimento e diversas medidas para a futura política de habitação pública.	Iniciado	Tarefa contínua
7.	Entrada em serviço das instalações de apoio de habitação pública	Coordenação e organização da entrada em serviços das diversas instalações públicas e instalações de apoio da vida, em articulação com as necessidades quotidianas da população.	Iniciado	Tarefa contínua
8.	"Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro"	Continua a dar acompanhamento à sua legislação.	2013	Tarefa contínua
Infra-estruturas de Grande Envergadura e Urbanização				
9.	Trabalho da 1.ª fase sobre as obras de construção da nova via de acesso entre Guangdong e Macau – Relocalização do Mercado Abastecedor Nam Yue	Construção de um posto fronteiriço subsidiário do Posto Fronteiriço entre as Portas do Cerco e Congbei na zona Noroeste de Macau, pelo que irá ser construído um complexo de edifícios constituídos por instalações de atravessamento da fronteira, centro de exposições e convenções, edifícios mistos para habitação e comércio, equipamentos sociais, instalações de apoio ao tráfego,	Iniciado os trabalhos preparatórios	1.º Trimestre de 2015

Área de Transportes e Obras Públicas

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		edifício de gabinetes governamentais, instalações de apoio ao turismo, entre outros. Na 1.ª fase, irá proceder-se principalmente à realocação do Mercado Abastecedor Nam Yue do respectivo lote para a Zona de Macau do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau e prevê-se que os trabalhos de concepção do projecto ficarão concluídos em 2012 e que as respectivas obras serão executadas durante o período entre 1.º trimestre de 2013 e 4.º trimestre de 2014. Seguidamente, dar-se-ão início às obras de construção de um complexo constituído por um posto fronteiriço e um centro de exposições e convenções, de habitações públicas, equipamentos sociais, entre outros.		
10.	Plano de construção de um sistema pedonal sem barreiras arquitectónicas	Em articulação com as deslocações ecológicas, têm-se envidado esforços em criar ambientes mais confortáveis para circulação pedonal e em construir atalhos pedonais que permitam a ligação entre as zonas, incluindo as obras de construção do sistema pedonal entre a Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues e a Rua do Campo, do sistema pedonal entre o Restaurante Bee Vee da Taipa e o Conjunto Escultórico da Taipa Pequena, do sistema pedonal automático na Calçada da Surpresa, bem como dos trilhos entre o Jardim do Lago e as Casas-Museus da Taipa.	Iniciado	2014
11.	Passagem Superior Pedonal na Rotunda do Istmo	Construção de uma passagem superior para peões na Rotunda do Istmo, que servirá de interligação entre vários lotes adjacentes, permitindo aos peões o ambiente de circulação com conforto e segurança até chegar aos destinos.	1.º Semestre de 2013	1.º Semestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
12.	Empreitada de Execução do Aterro da "Zona A" dos Novos Aterros Urbanos	Execução de aterros no mar leste da Península de Macau, para satisfazer a necessidade de aproveitamento de terreno no desenvolvimento futuro.	2013	2.º Semestre de 2015
13.	Túnel de Ká Hó	Ligar o Bairro de Ká Hó com o lado leste da Cidade do Cotai através do túnel, facilitando a deslocação das viaturas à direcção do Terminal de Contentores do Porto de Ká Hó, etc. O empreendimento consiste nas construções em 3 empreitadas: «Troço Exterior Sul», «Troço em Túnel» e «Traçado de Ligação Norte».	2013	2.º Semestre de 2015
14.	Empreitada de Construção da Via de Circulação Desnívelada na Rotunda do Istmo Coloane - Taipa	Visa construir um acesso rodoviário desnivelado para aumentar a fluidez do trânsito rodoviário, diminuindo a carga do tráfego no pavimento em redor da Rotunda do Istmo.	Iniciado	2013
15.	Ampliação das Estruturas Principais do Novo Terminal Marítimo da Taipa	Avançar de forma sustentada com a obra de construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, aperfeiçoando os trabalhos preparativos e dos ensaios de funcionamento experimental antes da abertura ao público.	Iniciado	2013
Transportes terrestres				
16.	Criação de carreiras para servir o projecto de habitação pública de grande envergadura	São criadas quatro carreiras que fazem a ligação de forma directa e por zonas entre a habitação pública de Seac Pai Van e os terminais e paragens de correspondência de Macau e da Taipa.	Iniciado	2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
17.	Implementação de serviços de autocarros públicos eléctricos	Faz-se a introdução de autocarros públicos eléctricos para ligar, a título experimental, o COTAI e a vila da Taipá, implementando o plano piloto.	Iniciado	1.º Trimestre de 2013
18.	Construção do Centro de Inspeção de Veículos Automóveis do Cotai	Conclusão em 2012 a execução das fundações, a realização do concurso, adjudicação, e projecto da cobertura. Previsão de conclusão global no 1.º trimestre de 2014.	Iniciado	1.º Trimestre de 2014
19.	Divulgação em tempo real das informações do trânsito através de meios electrónicos	É criada uma plataforma inter-serviços de partilha de informações em tempo real da situação rodoviária que integra e uniformiza a sua divulgação, com a continuação da construção do sistema de controlo de tráfego e aumento do âmbito da divulgação de informações sobre o trânsito.	Iniciado	2013
Sistema do Metro Ligeiro				
20.	Produção de carruagens para o Metro Ligeiro	Será dado o arranque à produção e ensaio da primeira carruagem, bem como desenvolver-se-ão os trabalhos de produção em grande quantidade.	4.º Trimestre do ano de 2012	2014
21.	Principais obras de construção civil do Metro Ligeiro	Vão ser iniciadas faseadamente a concepção das principais obras de construção civil dos segmentos em Macau e no Cotai e as respectivas empreitadas, a concepção vai ser actualizada de acordo com o plano de cooperação sobre o novo acesso entre Guangdong e Macau no que se refere ao Segmento do Nordeste de Macau.	Iniciado	2015

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
22.	Arranque dos trabalhos de construção em relação aos centros modais de transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira e da Barra	Em articulação com o plano dos trabalhos de construção da 1.ª fase do Metro Ligeiro, promovemos de forma contínua os trabalhos de construção dos centros modais de transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira e da Barra.	Iniciado	2014 e 2016
23.	Concurso público para a operação e manutenção da 1.ª fase do Metro Ligeiro	Será seleccionada uma entidade adequada para preparação dos serviços de operação e manutenção do futuro Sistema do Metro Ligeiro que fará articulação da 1.ª fase.	2.º Trimestre do ano de 2013	2014
24.	Pesquisa e consulta de legislação sobre o Transporte de Metro Ligeiro	Acompanhado a realização das obras prosseguirmos com a pesquisa e consulta de legislação sobre o transporte de Metro Ligeiro de Macau, e avançamos com a elaboração das respectivas leis e regulamentos, relacionados com o Metro Ligeiro.	Iniciado	2015
Assuntos portuários e aéreos				
25.	Reordenamento do Terminal Marítimo do Porto Exterior (TMPE), aperfeiçoamento da gestão e funcionamento do terminal marítimo de passageiros	Começar a empreitada do reordenamento do TMPE, continuar a coordenar o planeamento dos espaços do TMPE, aperfeiçoar a sua gestão de exploração e bem como medidas complementares.	2013	
26.	Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau	Continuar a supervisionar a implementação, pela CAM, da primeira fase do plano de ampliação. Todas as entidades envolvidas irão implementar, de forma	Iniciado	2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		gradual, o conteúdo do relatório de acordo com o Plano Geral de Desenvolvimento, designadamente dando início aos procedimentos para a aprovação do aterro e desenvolvendo o estudo da avaliação do impacto ambiental.		
27.	Monotorização do ruído das aeronaves	Instalar estações de monotorização de ruído num raio de alcance das rotas de voo para supervisionamento dos níveis de ruído no aeroporto e nas rotas de voo.	2013	Trabalho contínuo
Protecção do ambiente, Energia e Recursos Hídricos				
28.	Concurso público para celebração de um novo contrato para a «Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos»	O novo contrato irá expandir o âmbito de prestação de serviços, em harmonia com o futuro desenvolvimento urbano de Macau, alargando a rede da recolha selectiva e acrescentando mais tipos de resíduos recicláveis, com vista a promover a concretização por toda a sociedade de Macau do objectivo de "Redução de resíduos a partir da fonte e recolha selectiva de resíduos". O processo de concurso é justo, imparcial, aberto e rigoroso, tendo em vista atrair mais candidatos qualificados para participar neste concurso público. Para a avaliação das propostas candidatas, será realizada, em primeiro lugar, a avaliação do âmbito de tecnologia, em seguida à dos preços propostos. Prevê-se que a prestação de serviços no novo contrato poderá ser realizada no 2.º Trimestre de 2013.	Iniciado	1.º Trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
29.	Critérios de emissão das principais fontes de poluição atmosférica e a estratégia de regulação	Elaborar uma proposta relativa aos critérios de emissão das principais fontes de poluição atmosférica e à estratégia de regulação e proceder à respectiva consulta, com vista a melhorar a proposta final.	Iniciado	2013
30.	Ligação das redes de postos de monitorização de ar Guangdong -Macau	Estão a ser realizados ajustamento, testes e controlo de qualidade das estações de monitorização, a fim de reunir os requisitos técnicos necessários para a ligação com a rede de dados do Centro de Monitorização Ambiental da Província de Guangdong.	Iniciado	4.º Trimestre de 2013
31.	Criação do regime de avaliação do impacto ambiental	Está a ser realizada a segunda fase do estudo sobre a "Implementação do regime de avaliação do impacto ambiental em Macau", sendo elaborado uma lista dos projectos designados e sujeitos à avaliação do impacto ambiental e os critérios de avaliação.	Iniciado	4.º Trimestre de 2013
32.	Implementação do Plano Director de Água Reciclada de Macau	Planear o rumo do desenvolvimento a dar à exploração e aproveitamento de água reciclada em Macau nos próximos dez anos, concretizar a construção, exploração e utilização da rede pública de água reciclada em boa ordem, criar o regime de gestão de água reciclada	2013	Tarefa contínua
33.	Concurso público para o projecto de construção da Estação de Reciclagem de Água de Coloane	Está a ser realizado o concurso público relativo à "Concepção detalhada, construção e operação da Estação de Reciclagem de Água de Coloane".	4.º Trimestre de 2012	1.º Trimestre de 2013

Área de Transportes e Obras Públicas

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
34.	Implementação do Plano de Contingência de Segurança no Abastecimento de Água em Macau	Reforçar a cooperação regional, implementar o Plano de Contingência de Segurança no Abastecimento de Água em Macau, zelar pelo acompanhamento da obra de construção da barragem hidroeléctrica de Datengxia para garantir a segurança no abastecimento de água	2013	Tarefa contínua
35.	Exploração de novas fontes de água, e a sua conservação, para a construção de uma sociedade economizadora de água	Em conformidade com as linhas definidas no Programa de Poupança de Água de Macau, promover a aplicação de dispositivos economizadores de água, acompanhar o melhoramento hídrico e desenvolver os recursos da água reciclada de Macau, divulgar o conceito de valorizar a água para transformar Macau numa sociedade economizadora de água.	2013	Tarefa contínua
36.	Estabelecimento do novo sistema tarifário de electricidade	De acordo com os resultados da segunda consulta, ir-se-á estabelecer o novo sistema tarifário de electricidade fixar novos preços para a electricidade e lançar o processo de revisão legislativa, esperando-se poder implementar o novo sistema tarifário no corrente ano.	Iniciado	2013
37.	Construção da rede de gasodutos de gás de cidade e fornecimento do gás	Levar-se-á a cabo a construção da rede de gasodutos de gás de cidade e concretizar-se-á gradualmente o fornecimento de gás aos clientes residenciais e comerciais; o gás irá ser fornecido primeiramente aos edifícios de habitação pública de Seac Pai Van e à zona do campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, prevendo-se que a construção da rede de gasodutos que cobrirá toda a região de Macau esteja concluída dentro de cinco anos.	Iniciado	2017

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Telecomunicações				
38.	Fomentar o desenvolvimento da convergência	Em conformidade com a plena liberalização do mercado das telecomunicações, seguindo o estudo efectuado relativamente à convergência, iremos proceder ao planeamento tendo em consideração vários aspectos, tais como as técnicas, as disposições legais e a situação do mercado, no sentido de nos prepararmos bem para o lançamento do regulamento sobre a convergência	1.º Trimestre 2013	2013
39.	Lançar o serviço dos nomes de domínio chineses e portugueses ou outros serviços dos nomes de domínio adequados	Melhorar o procedimento e as condições para o pedido de registo dos nomes de domínio de Macau e o respectivo serviço	1.º Trimestre 2013	2013

**Linhas de Acção Governativa
para o ano financeiro de 2013
do Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
— Síntese —**

Área da Administração e Justiça

Balanço das acções governativas no ano de 2012

Prosseguimos sob a égide do princípio “ter por base a população”, orientando-se para a implementação e promoção de uma série de acções no âmbito da administração pública, da edificação do sistema jurídico, do desenvolvimento do sistema político, bem como dos assuntos cívicos e municipais relacionados com a vida da população.

I. No domínio da Administração Pública

1. Acções para assegurar a eficácia na execução das normas para consultas e aprofundamento do mecanismo da consulta comunitária

De acordo com as disposições estabelecidas nas «Normas para a Consulta de Políticas Públicas», os organismos públicos procederam à realização das diversas fases das acções de consulta, contribuindo deste modo para aumentar a qualidade das consultas e sua eficácia. Por outro lado, a Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública tem procedido à recolha e ao acompanhamento da situação relativa à implementação dos diversos projectos de consulta, ao reforço do diálogo com os organismos públicos, prestando-lhes o apoio necessário, e bem assim, à concretização da normalização das consultas políticas.

Os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários da zona Norte, do Centro e das Ilhas têm revelado de forma activa e directa as opiniões e solicitações dos residentes. E têm colaborado de forma estreita com os Centros de Prestação de Serviços ao Público, o que lhes permite desempenhar eficazmente o seu papel de ponte de ligação entre a Administração e os bairros comunitários, favorecendo, deste modo, uma melhor resolução dos problemas intimamente relacionados com a vida da população. Através da realização de “colóquios comunitários”, organizámos intercâmbios de interacção directa com os representantes das associações dos diversos sectores sociais e os moradores das várias zonas comunitárias, no intuito de auscultar e conhecer as necessidades dos cidadãos das diferentes camadas sociais, bem como intensificar a intercomunicação.

2. Início do recrutamento centralizado e da formação para efeitos de acesso dos trabalhadores e reforço da coordenação de pessoal

Em articulação com a vigência da Lei n.º 14/2009 (Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos) e do Regulamento Administrativo n.º 23/2011 (Recrutamento, Selecção, e Formação para Efeitos de Acesso dos Trabalhadores dos Serviços Públicos), fortalecemos a gestão da dimensão do número de trabalhadores nas vertentes de planeamento dos recursos humanos, gestão integrada e sistemas complementares, de modo

a iniciar ordenadamente o recrutamento centralizado, impulsionar a captação de talentos e a selecção de pessoas com qualidades adequadas.

A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública desenvolveu as suas funções de coordenação e gestão do recrutamento centralizado, para além de proceder à gestão da dimensão do número de trabalhadores, bem como à implementação das várias fases do processo de recrutamento centralizado. Em conformidade com a regulamentação relativa ao processo de recrutamento e selecção, bem como os princípios de prioridade na admissão de pessoal, efectuámos a análise do plano de admissão de pessoal remetido pelos diversos organismos públicos, elaborámos as informações sobre as necessidades de pessoal e os programas dos concursos, e bem assim, desenvolvemos os respectivos procedimentos após autorização do Chefe do Executivo.

Iniciámos, em Agosto do corrente ano, o processo de recrutamento do pessoal da carreira de adjunto-técnico, procedendo à apresentação de candidaturas, prova de conhecimentos e entrevista profissional, com vista ao provimento de 128 lugares vagos que existem em 30 organismos públicos na carreira de adjunto-técnico de três grandes áreas funcionais, nomeadamente das áreas de apoio técnico-administrativo geral, de apoio técnico-administrativo com atendimento do público e de informática.

Entre Setembro de 2011 e Setembro de 2012, prestámos apoio a um total de 55 organismos ou entidades públicos na constituição de 1 049 júris dos concursos de acesso, que envolviam a promoção de 2 556 trabalhadores da Administração Pública.

3. Elaboração de planos de formação e aperfeiçoamento da gestão na Função Pública

Para que os funcionários públicos pudessem articular as suas necessidades de natureza funcional e das diferentes fases de desenvolvimento da carreira profissional com os objectivos da acção governativa, elevando gradualmente as suas próprias aptidões, elaborámos um Plano de Etapas de Formação que se destina ao planeamento de cursos de formação específica, nivelada e escalonada nas diferentes fases, nomeadamente na fase fundamental, de consolidação, aprofundamento e continuidade.

O Centro de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Públicos reforçou de forma global a integração dos recursos, melhorou a capacidade de organização de cursos e desenvolveu a diversificação dos mesmos, de maneira a providenciar acções de formação sistemática e específica aos trabalhadores nos vários níveis, e bem assim, aumentar a capacidade de governação da equipa de trabalhadores da Administração Pública em

geral. E até Setembro do corrente ano, organizou um total de 180 cursos de formação da capacidade integrada nas diversas vertentes para cerca de 3 400 pessoas.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o Instituto Nacional de Administração assinaram um memorando de entendimento sobre a cooperação entre as duas partes, o que marcou o início de uma nova etapa e escala de desenvolvimento da cooperação entre ambas as partes.

Estabeleceu-se a Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, constituída pelos membros de vários quadrantes, nomeadamente do Governo, das associações de trabalhadores da função pública, do sector laboral e sector empresarial, visando apresentar sugestões relativas à actualização das remunerações, o que permitiu, após o debate no Conselho Executivo e a apreciação na Assembleia Legislativa, a sua entrada em vigor no mês de Maio, tendo-se conduzido deste modo ao aumento do valor de cada ponto indiciário de 62 patacas para 66 patacas.

Concluimos o “Documento de consulta sobre a revisão do regime do contrato de trabalho nos Serviços Públicos”, assim como promovemos o aperfeiçoamento do regime de contratos para efectuar, no 4.º trimestre do corrente ano, a respectiva consulta junto dos organismos públicos e das associações de trabalhadores da Administração Pública. Melhorámos os mecanismos de conciliação e resolução de queixas dos funcionários públicos, efectuando a produção jurídica da proposta relativa aos mecanismos de queixa e conciliação.

Realizámos a avaliação e o aperfeiçoamento relativo ao funcionamento do regime de previdência, e bem assim, reforçámos a publicidade, a educação e o diálogo com os contribuintes. Também lançámos dois novos serviços, designadamente a “Minha conta online” e o “serviço de acesso ao website na versão aplicada a telemóvel”, os quais facilitam aos contribuintes a consulta das informações sobre os fundos de investimento e as contas individuais.

Prestámos atenção de forma contínua ao desenvolvimento da saúde física e mental dos funcionários públicos. Em colaboração com diversas associações, implementámos o apoio financeiro ao serviço de ligação de emergência pessoal junto dos funcionários públicos em exercício de funções ou aposentados e dos seus familiares, assim como persistimos na prestação de apoio aos funcionários mais carenciados, realizámos actividades de visitas aos funcionários que se encontravam internados nos hospitais por motivo de doença prolongada. Prosseguimos com a realização do Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho, bem como do Concurso de Comentários Escritos sobre a Leitura de um Texto para os Funcionários Públicos.

4. Elevação da consciência de responsabilização e apelo à integridade e aplicação correcta dos recursos

Elevámos de forma contínua a consciência de responsabilização dos titulares de cargos públicos nos vários níveis, realizando palestras temáticas sobre ética administrativa, responsabilidade administrativa na aplicação da lei, bem como gestão da eficácia governamental.

Através de diferentes métodos, nomeadamente a divulgação, educação e fiscalização, continuámos a promover a edificação da integridade e a articulação com as acções de auditoria, no sentido de inculcar nos cursos de formação a consciência de integridade, de cumprimento rigoroso da lei no exercício das funções, bem como de aplicação correcta dos recursos, com vista a elevar o conceito de Estado de Direito e a administração segundo a lei.

Através da Comissão de apreciação de pedidos relativos ao exercício de actividade privada por parte dos ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos, foram definidos e publicados os princípios e critérios susceptíveis da recusa de autorização para o exercício de actividade privada após a cessação de funções por parte dos ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos.

Foram implementadas as “Instruções das deslocações ao exterior em missão oficial de serviço dos trabalhadores dos serviços públicos” no ano passado, melhorando deste modo a uniformização das exigências e procedimentos nas deslocações ao exterior. Por outro lado, prosseguiu-se com o estudo e a realização das acções de produção de proposta de lei nesta matéria pelo “Grupo de trabalho para o aperfeiçoamento do regime de deslocações ao exterior em missão oficial de serviço dos trabalhadores dos serviços públicos”.

5. Revisão das estruturas orgânicas e reordenamento da distribuição de funções

Procedemos de forma contínua à optimização das estruturas orgânicas e sua reestruturação. Efectuámos não só a verificação das situações de sobreposição, semelhança e cruzamento das funções dos organismos públicos da Região Administrativa Especial de Macau, como também procedemos à revisão do actual mecanismo de coordenação das estratégias interdepartamentais. Por outro lado, intensificámos a coordenação, construindo um mecanismo de reorganização inter-serviços e de coordenação dos dirigentes, promovendo a cooperação entre os organismos públicos.

Efectuámos de forma mais profunda a verificação da relação entre as funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e dos restantes organismos públicos, no âmbito cultural, desportivo e planeamento urbano. Aguardamos a aprovação e entrada em vigor da Lei de Segurança Alimentar, após a qual será efectuada a revisão dos Estatutos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, assim como iremos criar o Centro de Segurança Alimentar, estabelecer o mecanismo de coordenação interdepartamental, clarificar as atribuições de coordenação e fiscalização desse Instituto, no âmbito da gestão da segurança alimentar. E iremos reordenar as funções e os direitos e responsabilidades desse

Instituto, bem como a distribuição de tarefas e a interligação e articulação entre o Instituto e a Direcção dos Serviços de Economia, os Serviços de Saúde e a Direcção dos Serviços de Turismo.

6. Optimização dos serviços públicos e aumento do nível de qualidade da avaliação

Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau

Alargámos o âmbito dos serviços prestados no Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, sendo que o número de organismos públicos que proporcionam serviços externos aumentou para 23, e o número de projectos de serviços foi de cerca de 231, pelo que foram ali atendidos mais de 190 000 pessoas.

Concluimos o inquérito sobre o grau de satisfação relativamente ao Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau. Os resultados do inquérito mostram que mais de 96% dos inquiridos atribuíram a classificação de "Satisfaz" e "Satisfaz Muito" aos serviços prestados em geral. E cerca de 90% dos inquiridos manifestaram que conseguiram concluir o tratamento de todas as formalidades necessárias dentro daquele Centro. Em simultâneo, algumas opiniões referiam-se à necessidade de melhoramento de diversas vertentes, nomeadamente da publicidade, dos meios de transporte complementares, dos conhecimentos profissionais dos trabalhadores e do tempo de espera. Em relação à gestão interna, será necessário otimizar de forma permanente a cooperação nas acções de ocupação, a coordenação de pessoal, as instalações de hardware, os circuitos e critérios de trabalho, entre outros. Com efeito, vamos apresentar sugestões sobre o melhoramento dos serviços externos e da gestão interna, que servirão de base para a optimização do funcionamento desse Centro no futuro.

Serviços automáticos interdepartamentais

Outra das prioridades dos serviços públicos é o recurso às tecnologias electrónicas e informáticas para aumentar a cooperação interdepartamental, ampliar os serviços automáticos que envolviam apenas um organismo público para uma diversidade interdepartamental, simplificar as formalidades e aumentar a eficiência, com vista a prestar serviços mais rápidos e de melhor qualidade ao público.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau envidou esforços para prestar serviços mais humanos, no sentido de expressar a atenção e o carinho pelas comunidades mais carenciadas, nomeadamente as pessoas idosas, debilitadas ou com dificuldades de mobilidade. No corrente ano, diversificámos os meios e as formas disponibilizados aos beneficiários para efectuarem anualmente a prova de vida. A Direcção dos Serviços de Identificação, o Fundo de Pensões, o Fundo de Segurança Social e o Instituto de Acção Social introduziram em conjunto os "quiosques automáticos para prova de vida". Assim, os beneficiários podem tratar da prova de vida necessária ao Fundo de Pensões, Instituto de Acção Social e Fundo de Segurança Social, utilizando o bilhete de identidade do tipo

“cartão inteligente” para efectuarem, ao mesmo tempo, os respectivos procedimentos por si próprios nos 26 quiosques automáticos distribuídos pela cidade.

Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Identificação recorreram aos quiosques automáticos para disponibilizar os serviços relativos ao pedido de certificado de registo criminal pelos cidadãos que o tenham requerido no passado, bem como à actualização de endereços, de maneira a evitar que os cidadãos tenham de tirar a senha e aguardar a sua vez no balcão de atendimento para tratar das formalidades.

Prémio de Serviço de Alta Qualidade

Até finais deste ano, a Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos procederá à reavaliação de 42 organismos públicos que obtiveram a certificação de qualidade. Realizámos a primeira edição da actividade “Prémio de Serviço de Alta Qualidade”, com o objectivo de dar um incentivo para premiar os organismos públicos que tenham alcançado bons resultados na implementação da Carta de Qualidade e demais medidas de melhoramento.

Serviço de atendimento ao público e consulta de informações

Prosseguimos com a optimização das funções do Centro de Informações ao Público, visando proporcionar aos cidadãos todas as informações do Governo de forma centralizada, uniformizada e acelerada. Também optimizámos o “serviço de consulta *online* sobre o andamento dos processos em resolução”, de maneira a alargar a consulta dos processos constituídos desde o ano de 2005 até 2000, para que os cidadãos pudessem consultar, *online* e por si próprios, o andamento desses processos, tendo-se assim aumentado a transparência das acções envolvidas.

7. Divulgação da Certificação Internacional de Gestão da Qualidade e aperfeiçoamento da gestão do funcionamento administrativo

Persistimos na introdução da Certificação Internacional de Gestão ISO para promover uma gestão científica. Até à presente data, 65 subunidades orgânicas de 10 organismos públicos obtiveram a Certificação de Gestão ISO, nomeadamente no domínio da segurança informática, da prestação de serviço a utentes e da gestão ambiental.

No corrente ano, as subunidades do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, nomeadamente os Serviços de Zonas Verdes e Jardins e outras quatro divisões de serviço concluíram a obtenção da certificação para o Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001. Por outro lado, a Divisão de Informática e a Divisão de Saneamento Básico obtiveram a certificação internacional ISO 27001:2005 para a Segurança da Informação e OHSAS 18001 para a Saúde Ocupacional, respectivamente. Para além disso, a Divisão de Vias Públicas e a Divisão de Licenciamento Administrativo obtiveram também a certificação de Gestão de Qualidade ISO 9001, no âmbito da fiscalização da adjudicação de obras e do licenciamento administrativo, respectivamente.

A Direcção dos Serviços de Identificação desenvolveu a segunda fase das acções do plano de acções específicas sobre os serviços de qualidade e melhoramento dos serviços, de modo a introduzir o modelo de “gestão altamente eficaz”, otimizar cada vez mais os serviços de retaguarda e circuitos de trabalho, melhorar a gestão do funcionamento do próprio organismo, elevar a eficiência de trabalho e criar uma boa cultura organizacional.

8. Planeamento do Governo Electrónico e impulso do seu desenvolvimento e aplicações

Efectuámos o “planeamento de desenvolvimento do Governo Electrónico para os anos de 2013 a 2014”, que servirá de fundamento para o desenvolvimento a longo prazo. Ampliámos de forma contínua a aplicação dos serviços de *hosting* e da plataforma de recuperação de desastres no Centro de Dados do Governo, aumentando deste modo a estabilidade e eficácia da partilha na gestão de informações.

Concluimos a definição do plano de orientação para o desenvolvimento da nova geração do Portal do Governo, suas exigências funcionais e utilizadores. E impulsionámos a informatização dos circuitos de trabalho relativos à gestão interna.

Em relação à informatização dos serviços públicos, concluimos a proposta de integração relativa à identificação pessoal, no sentido de conjugar os certificados electrónicos, os bilhetes de identidade do tipo cartão inteligente e os ePass, o que contribuiu, não só, para o lançamento de um maior número de serviços públicos electrónicos pelos organismos públicos, como também permitiu aos cidadãos usufruir dos referidos serviços de forma mais segura e rápida. Por outro lado, lançámos o Portal do Governo em versão móvel e os programas de aplicações para telemóvel do tipo smartphone, e concluimos o planeamento dos quiosques informativos electrónicos.

Para que fosse articulado o conceito de protecção ambiental e o impulso das aplicações das publicações electrónicas, realizámos as acções relativas à criação da Plataforma para a Assinatura de Publicações Electrónicas do Governo, estando prevista a sua conclusão e entrada em funcionamento para o início de 2013. Além disso, concluimos a avaliação relativa à implementação do serviço de descarregamento de impressos electrónicos, tendo-se registado até Setembro um total de 982 tipos de impressos electrónicos disponibilizados pelos diversos organismos públicos, entre os quais 448 podem ser preenchidos através do computador.

II. No domínio da Justiça

1. Implementação dos projectos do plano de produção legislativa

Segundo o Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2012, no qual constava um total de 13 projectos das “Propostas de lei do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2012”, este Governo definiu, de acordo

com o grau de premência, diversos diplomas legais relacionados com os assuntos cívicos e municipais e com a qualidade de vida dos cidadãos.

O mecanismo central de coordenação da reforma jurídica estabeleceu um bom mecanismo de diálogo com os organismos públicos envolvidos nos projectos dos diversos diplomas legais e, como pressuposto do reforço e melhoramento das várias orientações, chegou-se a um consenso nas técnicas de produção legislativa, tendo-se conduzido assim ao amadurecimento e aperfeiçoamento das propostas de lei a nível técnico.

Até 30 de Setembro do corrente ano, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou um total de 23 propostas de lei à Assembleia Legislativa, das quais cinco estavam incluídas no plano de produção legislativa do ano de 2012, outras 11 incluídas no plano de produção legislativa do ano de 2011 e as restantes sete não constavam desses planos. Deste modo, 14 propostas de lei foram já aprovadas na especialidade pela Assembleia Legislativa, sete foram aprovadas na generalidade pelo plenário e estão na fase de apreciação na especialidade, uma foi apenas apresentada à Assembleia Legislativa, e uma outra foi retirada pelo Governo.

Até 30 de Setembro do corrente ano, o Chefe do Executivo promulgou 21 regulamentos administrativos relacionados com a vida da população, economia e protecção ambiental.

Efectuámos um estudo aprofundado de acordo com as propostas apresentadas no relatório sobre o Regime Jurídico da Propriedade Horizontal, o qual foi submetido pelo grupo especializado do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica. A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça colaborou de forma estreita com os organismos competentes para realizar um estudo de viabilidade das matérias referidas nas propostas desse relatório. E procedeu-se ainda à auscultação da opinião pública, de modo a efectuar uma boa preparação para a elaboração de diplomas legais que se adaptem melhor à actual situação social.

Em resposta à Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China relativa à delegação de poderes na Região Administrativa Especial de Macau para o exercício de jurisdição no novo campus da Universidade de Macau a instalar na Ilha de Hengqin, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau procedeu à publicação do Aviso do Chefe do Executivo n.º 43/2012 (Manda publicar a «Resposta Oficial do Conselho de Estado respeitante aos limites do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin»), bem como o Despacho do Chefe do Executivo n.º 218/2012 (Publica a planta cadastral do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin).

2. Recensão e adaptação legislativa

Concluíram-se as acções com o seguinte conteúdo:

- 1) Recensão relativa à situação de vigência das leis e dos decretos-lei promulgados entre 1976 e 19 de Dezembro de 1999 (num total de 2 123 diplomas), a qual

consiste na análise e definição clara dos motivos e fundamentos da determinação de não vigência de cada diploma legal, remetendo os resultados da análise aos organismos competentes para efeitos de confirmação, concluindo, com a colaboração activa dos diversos organismos públicos, as acções de confirmação da situação de vigência desses diplomas previamente vigentes, e organizando uma lista das leis e dos decretos-lei previamente vigentes que deixaram de vigorar ou que continuam em vigor.

- 2) Adaptação das leis e dos decretos-lei previamente vigentes que continuam em vigor, com base nas acções concluídas e de acordo com o disposto na Lei de Reunificação, remetendo-os aos diversos organismos funcionais para confirmação final, para além da apresentação de propostas de alteração, nomeadamente no que se refere às diferenças no articulado em relação aos regimes jurídicos vigentes.
- 3) Verificação das traduções em línguas chinesa e portuguesa das leis e dos decretos-lei vigentes e mais importantes no quadro dos cinco grandes Códigos, estando a decorrer de forma gradual a confirmação do rigor na tradução e a apresentação de propostas de alteração.

3. Divulgação jurídica

1) Fortalecer a rede de cooperação e dar a conhecer de forma profunda aos cidadãos a Lei Básica

Recorremos a meios diversificados para realizar actividades de divulgação sobre a Lei Básica no âmbito do sistema político, nomeadamente: a publicação de 45 artigos nos jornais, mais de 1000 anúncios na televisão e rádio, a impressão de 240 000 panfletos (que foram enviados pelo correio a todas as residências existentes em Macau), a organização de 67 palestras nas escolas e associações que contaram com a presença de cerca de 14 000 participantes, oito exposições itinerantes, video-clips na internet, entre outros, o que, para além de proporcionar aos vários sectores sociais as informações necessárias para conhecerem o desenvolvimento do sistema político de Macau, permitiu aprofundar os conhecimentos dos cidadãos sobre a Lei Básica e o sistema político de Macau.

Para que fosse melhorada a promoção da Lei Básica junto da população de Macau, envidámos esforços para encontrar os factores propícios na sociedade e reintegrar a rede de recursos governamentais e populares, no sentido de realizar em conjunto um total de 12 actividades diversificadas de generalização do Direito, as quais contaram com a participação de mais de 15 000 pessoas. Através da cooperação na divulgação da Lei Básica, procedemos à reintegração da sinergia entre o Governo e associações, desenvolvemos de forma plena o efeito de complementaridade no contexto das vantagens de ambas as partes, e bem assim, alcançámos determinados efeitos publicitários.

2) Aprofundamento da construção da rede de generalização do Direito junto dos jovens e da sociedade civil

Aperfeiçoámos cada vez mais a construção da rede de generalização do Direito nas escolas secundárias e primárias, onde foram organizadas 327 sessões lectivas, com a participação de mais de 17 500 alunos, visando deste modo envidar esforços para formar bons cidadãos, conhecedores e cumpridores da lei. A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça organizou, em conjunto com vários organismos públicos, 38 actividades de generalização do Direito de grande escala destinadas aos jovens.

Envidamos esforços para desenvolver redes diversificadas de generalização do Direito para actividades quotidianas, conjugar os recursos governamentais e populares, efectuar a divulgação jurídica sobre temas jurídicos através de actividades em série, nomeadamente a divulgação da legislação sobre segurança rodoviária, arbitragem de litígios de consumo, assuntos relativos a mulheres e crianças, para além da divulgação das leis sobre diversas áreas específicas junto da população.

Continuámos a difundir mais de 470 artigos de imprensa sobre temas específicos do Direito nos jornais e órgãos de comunicação social. Realizámos cerca de 150 sessões de divulgação jurídica destinados aos cidadãos, através dos programas na televisão e rádio “Consultas e Respostas” e “Conhecedor do amplo círculo do Direito”, respectivamente. Elaborámos panfletos e brochuras sobre a generalização do Direito, dos quais cerca de 131 000 foram distribuídos para os cidadãos durante todo o ano. Continuámos a actualizar o conteúdo do Portal Jurídico de Macau e da página electrónica da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, com vista à divulgação das leis mais recentes, das actividades de generalização do Direito e informações jurídicas. Recorremos ao “hotline de generalização do Direito para consulta jurídica telefónica” para atender às consultas efectuadas por mais de 1 800 pessoas, tendo alcançado, deste modo, resultados com efeitos positivos no domínio da divulgação jurídica.

4. Formação jurídica

A primeira fase do Quarto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público (ou seja, a fase do curso) concluiu-se a 17 de Julho de 2012, pelo que se iniciou imediatamente a 18 de Julho do corrente ano a segunda fase (ou seja, a fase do estágio), o que permitirá a conclusão do curso completo a 17 de Julho de 2013, com a participação de um total de 12 estagiários na formação.

Organizámos o 3.º Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça Judicial e de Oficial de Justiça do Ministério Público, que teve início em Abril de 2012, com a duração de um ano e um total de 120 formandos participantes nesta formação. Também organizámos, a pedido do Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância, as duas fases do curso de formação para acesso à categoria de escrivão judicial adjunto, cuja primeira se concluiu em Fevereiro de 2012, com um total de 27 formandos participantes. E a segunda fase decorrerá entre os meses de Setembro de 2012 e Abril de 2013.

Continuámos a realizar, de forma prioritária, actividades de formação que contribuem para o aumento do nível de serviço dos trabalhadores da Administração Pública e para o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, nomeadamente sobre: a Lei Básica, Direito Internacional, produção legislativa, aprofundamento de Direito e prática jurídica na Administração Pública, aperfeiçoamento da língua portuguesa na área jurídica. Foram ainda organizados seminários temáticos sobre o desenvolvimento da Diplomacia Chinesa, com a colaboração do Departamento de Tratados e Leis do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, destinados ao pessoal de direcção e chefia dos serviços públicos, bem como um seminário sobre delinquência juvenil e outro sobre violência sexual em menores, com a colaboração da Escola Nacional de Magistratura de França.

Organizámos, pela primeira vez, o Curso de Aprofundamento de Direito e Prática Jurídica na Administração Pública, com a duração de um ano, que concluiu em Setembro de 2012. Este curso permitiu aumentar a capacidade prática dos formandos nas técnicas e investigação sobre estudos jurídicos e legislativos, produção e análise jurídicas, e daí elevar de forma global a capacidade técnica necessária aos formandos para o desempenho das suas funções jurídicas na Administração Pública, bem como o seu nível de profissionalismo e a capacidade de exercício da docência da área jurídica.

Iniciou-se, em Abril de 2012, a terceira fase do Curso de Aperfeiçoamento da Língua Portuguesa na Área Jurídica, de maneira a atribuir aos formandos 500 horas de formação para melhorar e consolidar a sua capacidade de uso da linguagem jurídica.

Para que os formandos participantes possam elevar o seu nível de capacidade teórica e técnica na produção legislativa, através do estudo de casos e dos treinos sobre o processo legislativo e a redacção jurídica, a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional concluiu as acções relativas ao 3.º Plano de Formação Prática sobre Produção Legislativa, que contou com a participação de 19 funcionários da área do Direito, provenientes de 12 organismos públicos diferentes.

Em colaboração com a Associação dos Advogados de Macau, procedemos à organização das unidades lectivas relativas ao curso de estágio de formação de advogados estagiários, nomeadamente na vertente do Direito Processual Civil, Direito Processual Penal e Direito Administrativo. Foram também organizadas outras acções de formação integradas na formação permanente dos advogados, designadamente no âmbito do Direito Processual Laboral e do Direito Disciplinar.

5. Estudos jurídicos, tradução e publicação

Prosseguimos com as acções no âmbito dos estudos jurídicos, tradução e publicação, com vista a proporcionar mais fundamentos do domínio da referência académica ao pessoal da área do Direito para a realização de estudo e aperfeiçoamento.

Em 2012 editámos sete publicações jurídicas e desenvolvemos as acções relativas à tradução para chinês de quatro obras jurídicas. Estamos a proceder ao estudo e compilação de outras três publicações jurídicas específicas.

6. Assuntos do Direito Regional e Internacional

Até 30 de Setembro do corrente ano, foram publicadas 11 resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, as quais envolvem sobretudo o estado de situação internacional concernente; 20 tratados multilaterais que incluem a publicação de convenções internacionais e protocolos; 10 acordos bilaterais relativos à isenção recíproca de vistos entre a Região Administrativa Especial de Macau e demais países, à troca de informações fiscais, e acordos de cooperação concernentes.

Participámos em várias conferências realizadas a nível internacional. Em simultâneo, participámos como membro da delegação chinesa na sessão de apreciação relativa ao estado de execução pela Região Administrativa Especial de Macau da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual foi organizada pela Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência. Também produzimos o projecto do relatório de cumprimento da Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e submetemos ao Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros as informações fornecidas na resposta do Governo da Região Administrativa Especial de Macau em relação ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

III. Desenvolvimento do sistema político e assuntos eleitorais

1. Desenvolvimento do sistema político

“Interpretação” efectuada pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional e desenvolvimento da 1.ª fase de actividades de auscultação de opiniões

Em conformidade com a “Interpretação sobre o artigo 7.º do Anexo I e o artigo 3.º do Anexo II da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau”, aprovada em 31 de Dezembro de 2011 pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, foram definidas, de forma expressa, as “cinco etapas” a obedecer na revisão da metodologia para a escolha do Chefe do Executivo e da metodologia para a constituição da Assembleia Legislativa.

A seguir, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau promoveu a primeira fase de auscultação de opiniões num período de um mês (de 1 a 31 de Janeiro de 2012), tendo-se concentrado na recolha de opiniões da sociedade civil sobre a necessidade ou não de alteração das duas metodologias e as questões correlacionadas. Durante esse período, o Governo recebeu 2 692 opiniões e sugestões através de meios diversificados.

“Decisão” efectuada pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional

O Chefe do Executivo considerou plenamente as opiniões preponderantes dos diversos sectores sociais e da população em geral, tendo submetido em 7 de Fevereiro de 2012 um relatório ao Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional. Em 29 de Fevereiro de 2012, este Comité aprovou a “Decisão sobre as questões relativas à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa em 2013 e à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo em 2014 da Região Administrativa Especial de Macau”.

Desenvolvimento de consultas públicas de grande escala junto da sociedade civil e chegada a consenso quanto ao desenvolvimento do sistema político

De acordo com as disposições da Lei Básica de Macau, assim como o disposto na “Interpretação” e na “Decisão” do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau publicitou o “Documento de Consulta sobre o Desenvolvimento do Sistema Político” e promoveu uma consulta pública com uma duração de 45 dias, compreendidos entre 10 de Março e 23 de Abril de 2012, que visava recolher opiniões sobre as alterações à metodologia para a constituição da Assembleia Legislativa em 2013 e à metodologia para a escolha do Chefe do Executivo em 2014 e às disposições das leis eleitorais locais. Durante o período de consulta, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau recebeu, através de vários meios, um total de 165 247 opiniões ou sugestões apresentadas activamente por individualidades de diversos sectores, associações ou organizações e pela população em geral. Todas as opiniões e sugestões recolhidas foram inseridas no lugar próprio do sítio temático, a fim de facilitar a consulta dos cidadãos, à excepção das que declararam a sua não publicitação.

Relativamente à metodologia para a escolha do Chefe do Executivo em 2014, das 153 092 opiniões recolhidas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 133 431 opiniões entendem que o número de membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo deve ser aumentado de 300 pessoas para 400.

Das 54 100 opiniões recolhidas sobre a forma de distribuição de assentos de membros da Comissão Eleitoral a aumentar, 28 362 opiniões defendem que seja atribuído um maior número de assentos de membros da Comissão Eleitoral a aumentar aos sectores profissional, do trabalho e dos serviços sociais, entre outros.

Relativamente à metodologia para a constituição da Assembleia Legislativa em 2013, das 159 837 opiniões recolhidas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 138 251 opiniões entendem que devem ser aumentados dois assentos de deputados eleitos por sufrágio directo e dois assentos de deputados eleitos por sufrágio indirecto (ou seja, 14 assentos de deputados eleitos por sufrágio directo, e 12 assentos por sufrágio indirecto), mantendo-se inalterado o número de deputados nomeados.

Apresentação das propostas de revisão (projectos) à Assembleia Legislativa nos termos da lei, tendo o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional sido

informado das alterações para efeitos de ratificação ou de registo, concluindo deste modo as acções de produção legislativa locais

Com base nas opiniões recolhidas, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau elaborou a Proposta de revisão da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (projecto), bem como a Proposta de revisão da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau (projecto). Estes projectos foram aprovados, a 5 de Junho de 2012, por uma maioria de dois terços de todos os deputados à Assembleia Legislativa e com a concordância do Chefe do Executivo, assim como foram apresentados a 8 de Junho de 2012 ao Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional para efeitos de ratificação ou de registo.

O Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional procedeu, em 30 de Junho, à ratificação da Proposta de revisão da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo constante do Anexo I da Lei Básica, bem como ao registo da Proposta de revisão da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa constante do Anexo II da Lei Básica. Nesta sequência, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau iniciou de imediato as acções de produção legislativa local relativas a ambas as leis eleitorais, de maneira a implementar as respectivas decisões desse Comité e os resultados das consultas plenas obtidos numa fase anterior.

Com o forte apoio e a articulação da Assembleia Legislativa, as propostas de revisão da “Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo” e da “Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa” da Região Administrativa Especial de Macau foram apresentadas e aprovadas na generalidade pela Assembleia Legislativa a 16 de Julho de 2012, e bem assim, foram aprovadas na especialidade pelo plenário a 29 de Agosto, o que conduziu ao maior aperfeiçoamento do regime eleitoral e impulsionou o desenvolvimento político de Macau, lançando deste modo as bases legislativas para a realização das eleições para a Assembleia Legislativa em 2013, bem como da eleição do Chefe do Executivo em 2014.

2. Assuntos eleitorais

Para que os cidadãos pudessem conhecer de forma mais clara o conteúdo da revisão da “Lei eleitoral para o Chefe do Executivo” e da “Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau”, permitindo uma melhor preparação das eleições para a Assembleia Legislativa em 2013, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau constituiu um “grupo de trabalho para a divulgação eleitoral” destinado a coordenar e desenvolver uma série de acções promotoras. Em simultâneo, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, a Direcção dos Serviços de Identificação e as conservatórias instalaram não só balcões de atendimento especializado, como também criaram uma linha aberta para a prestação dos serviços necessários, com vista a facilitar a vida dos eleitores de pessoas colectivas no tratamento das formalidades referentes à actualização dos respectivos dados.

Organizámos o “Dia de confraternização sobre o recenseamento eleitoral” para se dar início às acções de divulgação do recenseamento eleitoral, estimular os eleitores com capacidade eleitoral e ainda não recenseados a inscreverem-se no recenseamento, a fim de poderem participar nas próximas eleições para a Assembleia Legislativa.

Nesta sequência, lançámos uma série de medidas mais convenientes para a população, nomeadamente a disponibilização do serviço automático de recenseamento eleitoral a 24 horas, bem como, a instalação de postos móveis de recenseamento eleitoral em mais de 20 locais diferentes da cidade de Macau. Além disso, o balcão da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública no Edifício Administração Pública na Rua do Campo, o Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau na Areia Preta e os Centros de Prestação de Serviços ao Público no centro da cidade e nas Ilhas também estarão em funcionamento ao sábado e domingo no mês de Dezembro, com vista a proporcionar aos cidadãos a oportunidade de tratar das formalidades de recenseamento eleitoral ou de actualização dos respectivos dados fora das horas de expediente.

Para que fossem aprofundados os conhecimentos dos cidadãos e dos estudantes sobre o regime eleitoral de Macau, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau continuou, em colaboração com várias associações, a destacar os seus trabalhadores aos recintos de actividades por elas organizados para tratar dos procedimentos de recenseamento eleitoral dos cidadãos, assim como foram instalados postos de recenseamento nas diversas escolas secundárias para a prestação de serviço aos professores e alunos, particularmente aos alunos com 17 anos de idade completos que podem efectuar a inscrição antecipada no recenseamento eleitoral, de maneira a permitir-lhes, logo que completem os 18 anos, participar imediatamente nas actividades eleitorais da Região Administrativa Especial de Macau.

Até 30 de Setembro do corrente ano, foram tratados 7 774 pedidos de recenseamento eleitoral de residentes permanentes habilitados a inscrever-se no recenseamento eleitoral, entre os quais 287 jovens que tinham completado 17 anos de idade fizeram a inscrição antecipada no recenseamento eleitoral. Por outro lado, 2 735 pessoas singulares inscritas no recenseamento eleitoral comunicaram a alteração dos seus dados à Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública nos termos da lei.

De entre os eleitores, o número de pessoas singulares aumentou de 128 613 no ano de 1999 para 258 280 no ano de 2012, com um aumento de 129 667 pessoas singulares, o que representa um acréscimo de 100,82%. Por outro lado, o número de pessoas colectivas também aumentou de 276 no ano de 1999 para 712 no corrente ano, ou seja, mais 436 pessoas colectivas, registando-se um acréscimo de 157,97%.

IV. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

1. Criação do Centro de Segurança Alimentar

Após a aprovação e entrada em vigor da Lei de Segurança Alimentar, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais irá criar o Centro de Segurança Alimentar, o qual

implementará a fiscalização e regulamentação de todo o processo, quer de inspecção e gestão dos géneros alimentícios, quer de prevenção e controlo dos riscos da segurança alimentar, e bem assim, do mecanismo de resolução dos incidentes de segurança dos alimentos, com vista a elevar o nível de segurança alimentar em Macau.

No processo de instalação do Centro de Segurança Alimentar, efectuámos, com base nas experiências recolhidas no passado, uma campanha de sensibilização para a segurança alimentar, visando assim alargar os meios para proporcionar à população os conhecimentos sobre a segurança alimentar e reduzir os riscos de doenças de origem alimentar.

Deste modo, serão destacados trabalhadores para todos os estabelecimentos de comidas existentes em Macau, com vista a recolher as informações necessárias e criar de forma sistemática um banco de dados relativo à distribuição da indústria alimentar de Macau. Também serão desenvolvidos gradualmente os planos de fiscalização e inspecção dos géneros alimentícios específicos e as acções de definição dos padrões de segurança dos alimentos, para além de elaborar as orientações sobre higiene para este sector.

Temos persistido na boa execução da análise e inspecção sanitária dos produtos alimentares vivos e frescos importados, no sentido de aprofundar de forma contínua a cooperação entre Macau e a Província de Guangdong, manter um bom mecanismo de diálogo, fortalecer o intercâmbio técnico e a cooperação nas acções de formação entre ambas as partes, e melhorar a capacidade de contingência a nível da fiscalização e inspecção da segurança dos alimentos das duas regiões e em casos de incidentes.

2. Construção do novo Mercado Abastecedor

Nos termos do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, estas duas regiões colaborarão na transferência do actual mercado de abastecimento de produtos alimentares vivos e frescos para a zona de Macau no Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, conciliando-o com o desenvolvimento do futuro sistema de transporte do metro ligeiro e o posto fronteiriço nas Portas do Cerco.

O novo Mercado Abastecedor terá uma área de superfície e dimensões maiores, em comparação com o actualmente existente. Tal permitirá acolher mais exploradores, dispor de mais espaços de reserva para o futuro desenvolvimento, e bem assim, promover o desenvolvimento sustentável do mercado. Devido à facilidade geográfica do novo Mercado Abastecedor no parque industrial transfronteiriço, iremos articulá-lo, através da política de atravessamento das fronteiras no âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, com o horário de funcionamento dos organismos competentes de inspecção sanitária nos respectivos postos fronteiriços do Interior da China, com vista a desenvolver de forma eficaz as suas potencialidades.

Também iremos envidar esforços para iniciar as obras de construção do edifício do novo Mercado Abastecedor no primeiro semestre de 2013, e concluir a mudança de instalações dois anos após o início dessas obras.

3. Problema das inundações

Concluimos, no corrente ano, as obras de melhoramento do sistema de esgotos subterrâneos em várias vias públicas da zona da Rua da Barca. Actualmente, estão a decorrer as obras de construção da box culvert e da estação elevatória de águas pluviais na zona de Fai Chi Kei, após as quais se tornará possível captar as águas de chuva que se escoam a partir da zona da Rua da Barca, acelerar a sua drenagem e melhorar cada vez mais as situações de inundações.

Procedemos à conclusão do melhoramento da rede pública de esgotos para águas residuais numa parte do Centro da Taipa, bem como à construção da estação elevatória das águas pluviais no Pai Kok da Taipa, tendo-se aliviado, gradualmente, a drenagem das águas pluviais nos bairros antigos da Taipa.

Aumentámos a capacidade de prevenção do refluxo da água do mar na faixa costeira que se estende desde o Porto Interior à zona da Barra, o que contribuiu para um grande melhoramento da situação das inundações.

4. Projecto de complexo turístico no Lago Sai Van

Concluída a consulta pública sobre o Projecto do Complexo Turístico da Praça do Lago Sai Van no final do ano passado, e após a análise das sugestões apresentadas pela sociedade civil para o melhoramento do projecto nas diversas vertentes, bem como das preocupações da população relativamente ao impacto desse projecto nas áreas circundantes, os organismos especializados procederam ao aperfeiçoamento global desse mesmo projecto, pelo que a maioria das obras de concepção será concluída no corrente ano.

5. Vida da população e edificação e gestão municipal

Em resposta ao surto de casos confirmados de febre Dengue de origem local no corrente ano, bem como à existência de sinais de uma possível propagação da epidemia, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau accionou o 3.º nível das medidas de contingência. Deste modo, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e os Serviços de Saúde enviaram, imediatamente, trabalhadores para efectuar os trabalhos de eliminação dos mosquitos no domicílio e no lugar de trabalho dos pacientes, abrangendo as instalações públicas dentro de uma área envolvente de 200 metros, no sentido de proceder à pulverização com insecticidas, à colocação das redes de mosquiteiros e à limpeza dos locais problemáticos em termos de higiene, com o intuito de alertar os cidadãos para a importância da higiene ambiental e da prevenção e combate à febre Dengue.

No intuito de elevar a consciência dos residentes para a prevenção da febre Dengue, os Serviços de Saúde, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e demais organismos públicos e associações têm desenvolvido anualmente uma série de actividades de sensibilização conjuntas, as quais totalizaram ao longo destes anos mais de 100 acções de divulgação comunitária e contaram com um número de participantes superior a 100 000 pessoas.

Com vista à prevenção da febre Dengue, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais realizou, articulando-se de forma activa com os Serviços de Saúde, as acções de fiscalização e de limpeza das áreas em situações mais insalubres, assim como efectuou o seu acompanhamento periódico e reforçou a limpeza dos pontos negros de higiene existentes na cidade de Macau. Desde 2001 até à presente data, procedeu-se à limpeza de mais de 4 000 desses pontos negros nas diversas zonas de Macau, tendo sido removidas mais de 30 000 toneladas de lixo.

Concluimos as obras relativas à construção do Mercado Provisório da Ribeira do Patane e à remodelação dos arruamentos circundantes, assim como desenvolvemos as obras de preparação da reconstrução desse mercado. No corrente ano, concluimos as obras de reorganização dos 2.º e 3.º pisos do edifício do Mercado de S. Domingos para disponibilizar aos cidadãos um melhor ambiente para compras nesse mercado. Também concluimos a adjudicação das obras relativas ao centro para compras no mercado junto das habitações públicas à beira do Lago da Taipa, o qual já se encontra em funcionamento. Além disso, concluiu-se a adjudicação das obras de instalação do centro para compras no mercado de Seac Pai Van em Coloane, as quais estão a ser desenvolvidas de forma acelerada. As obras de reconstrução do bloco B do Complexo Municipal do Mercado de Tamagnini Barbosa também estão a ser desenvolvidas de acordo com os planos traçados.

Por outro lado, concluimos a construção do Edifício de Vendilhões Iao Hon e sua mudança de instalações. Concluimos as obras de melhoramento da zona de vendilhões do Mercado de S. Lourenço, assim como desenvolvemos, de forma ordenada, a reorganização das zonas de vendilhões nas áreas circundantes do Mercado de Iao Hon e do Mercado da Horta e Mitra, e nas Ruas Sul e Norte do Mercado de S. Domingos e Fai Chi Kei. Além disso, implementámos de forma gradual o plano de reordenamento de cinco ruas, incluindo a Rua da Emenda, criando vias pedonais para circulação nos horários limitados, no sentido de eliminar as ameaças de problemas de segurança, reorganizar a ordem na exploração comercial, e proporcionar uma maior segurança e bem-estar, quer na vida dos residentes desses bairros, quer no ambiente de negócios para os comerciantes e vendilhões.

6. Criação e protecção de espécies animais raras e construção de um lar onde se respira um ambiente ecológico

Desde a sua inauguração em Janeiro de 2011, o Pavilhão do Panda Gigante de Macau tem funcionado de forma favorável. Prosseguimos, simultaneamente, com a optimização das acções relativas aos serviços veterinários e à gestão dos animais existentes, e bem assim, efectuámos o intercâmbio e a aprendizagem com os organismos competentes nas regiões vizinhas que tratam da criação desses animais, visando deste modo a integração de outros animais ornamentais no futuro.

Criámos uma base de dados sobre o enverdecimento tridimensional de Macau, melhorando assim as acções ecológicas nos diversos bairros e sua gestão. Divulgámos a importância da criação de espaços verdes e da conservação natural, assim como

incentivámos os cidadãos a participar nas acções de integração de factores ecológicos na sua vida quotidiana, construindo em conjunto um lar onde se respira um ambiente ecológico.

Prosseguimos com as acções de redução do número de contentores de lixo nas vias públicas com vista ao melhoramento ambiental e da salubridade. Disponibilizámos dois depósitos fechados para recolha de lixo na cidade e Macau e nas Ilhas, bem como 10 depósitos com capacidade de compressão do lixo. Também ampliámos o projecto de classificação, separação e recolha de lixo reciclável, aumentámos o número de locais públicos de recolha selectiva do lixo para 260, e de recolha de garrafas de vidro para 10, tendo-se organizado, mensalmente, actividades de recolha de lixo reciclável nos bairros comunitários que visam a separação e recolha de artigos eléctricos usados, vestuário e outros materiais recicláveis.

7. Educação cívica

1) Aprofundamento da educação cívica e construção em conjunto de bairros comunitários com harmonia

O Centro de Recursos de Educação Cívica localizado no Edifício de Vendilhões Iao Hon, que entrou em funcionamento no corrente ano, constitui uma importante plataforma para o desenvolvimento de acções de educação cívica nos bairros comunitários, potenciando, deste modo, cada vez mais os seus efeitos nestas zonas.

Alargámos as actividades de divulgação no âmbito da educação cívica que foram desenvolvidas sob o lema “Construiremos em conjunto uma sociedade harmoniosa”. Incentivámos as pessoas a terem presente este ideal nas acções do seu comportamento quotidiano e procurar assumir sempre as responsabilidades de um bom cidadão, no sentido de elevar a consciência cívica da população, dos trabalhadores não-residentes e dos turistas. Também utilizámos diferentes canais de divulgação, entre os quais actividades de rua, multimédia, materiais publicitários, materiais pedagógicos, *workshops*, para integrar a consciência da conduta cívica, da entreatajuda entre vizinhos, da protecção ambiental, saúde e higiene, conservação natural, entre outros. Prosseguimos com a realização da actividade “Conhecer Macau”, que se destina a proporcionar aos participantes um conhecimento mais profundo sobre a sociedade de Macau e sua história, a construção de bairros comunitários e assuntos do sector público, aumentando deste modo o seu sentido de pertença a Macau.

O Grupo de Voluntários da Família de Bons Cidadãos também agiu a favor do apoio e da participação nas acções de promoção, deslocando-se regularmente a todos os jardins públicos e zonas de lazer de Macau para divulgar informações sobre a educação cívica. O grupo de voluntários do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais possui actualmente mais de 100 membros, os quais procedem à prestação de serviço às camadas mais carenciadas, nomeadamente a realização de visitas periódicas a idosos que vivem sozinhos, famílias monoparentais e deficientes, a fim de manifestar a atenção do pessoal do Instituto

para os Assuntos Cívicos e Municipais em relação à sociedade, bem como o seu ânimo na participação activa em acções desenvolvidas nos bairros comunitários.

2) Integração nos bairros comunitários e promoção de uma relação harmoniosa com a vizinhança

Os Centros de Prestação de Serviços ao Público e os postos de atendimento e informação foram pontos de irradiação para as acções de integração nos bairros comunitários, bem como de promoção de uma relação harmoniosa com a vizinhança. Foram convidados representantes dos diversos organismos públicos para participarem nos colóquios comunitários organizados mensalmente, com vista a proporcionar não só o diálogo e a comunicação directa com os cidadãos, como também auscultar as opiniões de diferentes camadas sociais. Além disso, temos tomado a iniciativa de contactar e efectuar visitas a associações todos os meses, de deslocar-se aos bairros comunitários para conhecer e acompanhar os assuntos de gestão relacionados com as atribuições do Instituto, e bem assim, promover o espírito das relações de boa vizinhança e o apoio e colaboração entre as diversas comunidades.

Com base nos quatro Centros de Actividades já existentes, o Centro de Actividades da Rotunda Carlos de Maia e o do Bairro de Fai Chi Kei também entraram em funcionamento no corrente ano, de maneira a promover e difundir as informações relativas à ajuda mútua e à construção em conjunto de bairros comunitários com harmonia. Os Centros de Actividades instalados nas diversas zonas realizam todos os meses actividades em grupo lideradas por profissionais de assistência social, no sentido de desenvolver de forma sistemática actividades específicas que vão desde as necessidades individuais e familiares até às comunitárias, visando assim elevar o espírito de amor aos bairros comunitários e a entreatajuda e cortesia dos cidadãos.

8. Enriquecimento da vida recreativa

Continuámos a organizar actividades tradicionais e típicas de quadras festivas, no sentido de proporcionar exposições e eventos característicos e dispor espécies florais e plantas adequadas às diferentes festividades nos diversos jardins públicos, praças, zonas de lazer e zonas verdes, a fim de intensificar a atmosfera festiva.

Para que fosse enriquecida a vida recreativa dos cidadãos, realizámos o Espectáculo de Canções de Ópera Cantonense, a Feira de Arte, o Concerto ao Anoitecer, a Festa da Lusofonia e o Festival *"Fringe"*, actividades estas que muito agradaram aos cidadãos e aos turistas, contribuíram para o desenvolvimento físico e mental dos cidadãos e aumentaram a sua qualidade de vida em geral.

De acordo com as funções e características específicas do Museu de Arte de Macau, Museu das Ofertas sobre a Transferência de Soberania de Macau, Casa Cultural de Chá, Museu da História da Taipa e Coloane e Casas-Museu da Taipa, foram organizadas mais de

12 exposições de grande escala, através das quais se elevou a imagem cultural de Macau, bem como o nível artístico dos cidadãos, e divulgou a cultura e criatividade artística local.

O Centro Cultural de Macau também apresentou mais de 10 programas internacionais de grande envergadura, e recorreu a meios diversificados para formar talentos locais no domínio artístico e cultural, nomeadamente através de projectos de exposição para artistas, cursos de artes e cultura, actividades de intercâmbio com os países estrangeiros.

V. Outros domínios

1. Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente e documentos de viagem

Com vista à preparação da emissão dos Bilhetes de Identidade de Residente com chip sem contacto, efectuámos, em 2012, a terceira fase de upgrading do sistema de produção do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente.

Em 2012, a Direcção dos Serviços de Identificação efectuou encontros com os representantes de 13 países diferentes na China, nomeadamente da Europa, da África e da América do Sul, a fim de divulgar os documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau, alcançando deste modo resultados positivos.

Até Setembro de 2012, um total de 103 países e regiões concordou em conceder o privilégio de isenção de visto ou visto à chegada aos titulares do Passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, registando-se um aumento de 10 países face a período idêntico do ano passado, entre os quais 73 países e 15 regiões concederam a isenção de visto, e outros 15 países o visto à chegada. Além disso, um total de nove países e regiões concedeu o privilégio de isenção de visto ou visto à chegada aos titulares do Título de Viagem da Região Administrativa Especial de Macau.

Por outro lado, foram introduzidas, a 1 de Julho de 2012, medidas de simplificação do pedido de visto de entrada na Austrália para os residentes de Macau, por iniciativa daquele país.

Ampliámos o serviço de SMS com informações de contacto relativas às embaixadas e aos consulados no exterior e protecção consular, destinado aos cidadãos de Macau que tenham viajado para países estrangeiros. Desde Abril de 2012, as três companhias de telecomunicações de Macau participaram na prestação deste serviço de SMS aos seus clientes. Actualmente, o número de países em que se pode receber este tipo de SMS é superior a 100.

2. Acções de reinserção social e do Instituto de Menores

Com o financiamento dado pela Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e a gestão efectuada pela Cáritas, as residências temporárias criadas para a reintegração dos reclusos

libertados na sociedade, efectuaram a mudança para as suas novas instalações. Tal permitiu ampliar os espaços disponíveis, aumentar a capacidade de alojamento de 10 internados no passado para 20 e melhorar as instalações dessas residências. Em simultâneo, elevou-se o nível de qualidade da equipa de apoio aos reclusos e do modelo de gestão, de maneira a corresponder melhor às necessidades dos seus destinatários e auxiliar eficazmente os reabilitados inserirem-se na sociedade.

Na sequência do projecto de trabalho “Educação sobre o Sistema Jurídico relativo aos Jovens Infractores” lançado no corrente ano, desenvolvemos por fases os respectivos cursos e actividades de visitas. Desde o lançamento deste projecto, tem-se verificado a adesão de grande parte dos jovens que necessitam de aconselhamento, o que permitiu atingir os objectivos definidos. E no âmbito do aconselhamento dos jovens infractores, foram organizados grupos de apoio específico para se efectuar uma reeducação mais eficaz desses jovens.

O Instituto de Menores procedeu de forma plena às acções de reforma pedagógica, tendo concluído as respectivas acções de ensino experimental no corrente ano. Também realizou uma série de aulas experimentais e a avaliação dos cursos, e bem assim, efectuou o reordenamento das orientações sobre a concepção de propostas pedagógicas complementares, com vista a providenciar instrumentos úteis para as acções de ensino no futuro, nomeadamente no que respeita à concepção de salas de aulas interactivas.

Em resposta ao estudo de avaliação dos resultados do Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores, e para elevar a função de aconselhamento nas medidas de internamento, o Instituto de Menores criou vários grupos de aconselhamento e de apoio aos menores internados, articulando-os com um conjunto de grupos de aconselhamento já existentes. Acreditamos que este procedimento irá corresponder melhor às necessidades dos internados, alcançar o objectivo de reabilitação, consolidação e desenvolvimento dos menores, e bem assim, melhorar as condições de reinserção social dos internados.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2013

I. No domínio da Administração Pública

Iremos reforçar a coordenação e articulação no âmbito das reformas da administração pública, com ênfase nas vertentes de prestação de serviços ao público e gestão interna das entidades públicas, para efeitos de concretização de uma série de acções tendentes a aprofundar as reformas em curso:

1. Optimização do modelo das políticas e reordenamento das funções orgânicas

Iremos reforçar as funções de articulação e diálogo do mecanismo de coordenação das reformas da administração pública, continuando as medidas de normalização das acções de consulta das políticas, aplicando com rigor as Normas para a Consulta de Políticas Públicas.

Iremos aprofundar a rede consultiva dos bairros comunitários, continuando esforços para integrar organicamente os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários e os Centros de Prestação de Serviços ao Público, com vista a resolver directamente e com eficiência os problemas relativos à qualidade de vida dos cidadãos nos bairros comunitários. Iremos elevar o nível dos “colóquios comunitários”, ampliando a participação a mais serviços públicos, de modo a que os cidadãos possam conhecer melhor e em concreto as políticas governamentais.

Iremos reforçar os meios de estudo e investigação de temas relacionados com as políticas públicas e a administração pública, integrando as decisões fundamentadas em dados científicos no planeamento, decisão e execução das medidas. Será aperfeiçoado o modelo das políticas, no sentido de providenciar fundamentos científicos necessários para suportar as políticas definidas pelo Governo, elevando assim a qualidade da governação.

Para alcançar a meta de desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia de Macau, iremos reordenar as funções dos organismos públicos de acordo com as realidades, intervindo nas vertentes de funcionamento, pessoal e prestação de serviços, optimizando a estrutura orgânica da Administração, no sentido de ir ao encontro do rumo traçado pelo Governo.

De acordo com as prioridades na implementação das políticas e a racionalidade na prestação de serviços, e com base na revisão e reordenamento das funções dos organismos, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, após a conclusão dos estudos teóricos concernentes, irá aprofundar as funções na área da cultura e dos desportos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, Instituto Cultural e Instituto do Desporto, incluindo os diplomas orgânicos destes serviços, a capacidade de resposta dos organismos após a redefinição das funções e a avaliação se a colocação de pessoal contribuiu para a elevação da eficiência. Obtidos os primeiros resultados, iremos promover oportunamente acções de auscultação a nível interno e aprofundar as tarefas complementares.

2. Elevação da qualidade dos serviços integrados e dos serviços automáticos e promoção do projecto “Governo Electrónico”

Iremos no próximo ano dar início à terceira fase das obras de construção do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, no sentido de alcançar um patamar mais elevado no âmbito da qualidade dos serviços prestados e na articulação inter-serviços, para além da concretização de uma série de medidas, com vista a optimizar o desenvolvimento, a gestão e a estrutura funcional do Centro e melhorar as infra-estruturas físicas e os meios humanos do edifício.

Com base na área exclusiva disponibilizada no Centro de Serviços para a prestação de serviços automáticos, iremos agora promover e desenvolver os serviços automáticos interdepartamentais, com vista a oferecer serviços mais acessíveis ao público.

Iremos aperfeiçoar as funções deste equipamento de quiosques automáticos. O sistema irá identificar automaticamente e efectuar de uma só vez todos os procedimentos relativos à

prova de vida do Fundo de Pensões, Fundo de Segurança Social e Instituto de Acção Social. Iremos aumentar os postos com este equipamento de 26 para 28, disponibilizando ao público 30 destes quiosques, representando um aumento de três quiosques.

Para demonstrar a nossa solidariedade com as camadas sociais mais carenciadas e oferecer serviços personalizados, o Fundo de Pensões, na sequência das tarefas já desenvolvidas, irá enviar os seus funcionários para as casas de pensionistas para auxiliar os pensionistas a completar as formalidades para a emissão de documentos da prova de vida necessários, em colaboração com o Fundo de Segurança Social e o Instituto de Acção Social.

No próximo ano, iremos instalar quiosques automáticos para a renovação dos Bilhetes de Identidade de Residente e documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau, assim como iremos lançar o serviço electrónico de levantamento de documentos, a fim de reduzir o tempo de espera dos cidadãos para a obtenção de senhas de atendimento e prestar serviços céleres.

Iremos também impulsionar a cooperação mútua e o projecto de Carta de Qualidade inter-serviços, alargando a cobertura deste projecto, lançando a 2.^a edição da actividade “Prémio de Serviço de Alta Qualidade”. Além disso, o Centro de Informações ao Público irá desenvolver um sistema que providencia o serviço de acompanhamento do andamento dos processos por via electrónica acessível por telemóvel.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais irá continuar a ampliar e otimizar o âmbito dos serviços para efeitos da Certificação Internacional de Gestão da Qualidade. No próximo ano, a Divisão de Licenciamento Administrativo será objecto de candidatura para a certificação ISO9001, no âmbito de apreciação, aprovação e fiscalização de licenciamento administrativo, licenças e autorização.

Continuaremos a promover o recurso aos serviços públicos prestados por via electrónica, designadamente através da ampliação do uso de formulários electrónicos e do desenvolvimento da nova geração do Portal do Governo, com vista a criar condições para que os cidadãos possam melhor aceder às informações da Administração.

A Imprensa Oficial irá continuar a auxiliar e incentivar os organismos públicos a recorrerem a publicações electrónicas, promover a utilização uniforme da Plataforma para a Assinatura de Publicações Electrónicas do Governo, no sentido de reduzir gradualmente o volume de publicações impressas.

3. Aperfeiçoamento da gestão centralizada do pessoal e da dimensão do corpo de funcionários e optimização do regime de contrato e planeamento das acções de formação

Recrutamento centralizado

Continuaremos a promover o modelo de gestão no âmbito da coordenação e articulação central do pessoal, concretizando de forma ordeira o sistema de recrutamento

centralizado. Será concluído o procedimento de abertura de concurso centralizado para a carreira de adjunto-técnico de acordo com o planeado e seguidamente dar-se-á início ao concurso para a carreira de técnico-superior.

Em resposta às necessidades resultantes da gestão do sistema de recrutamento centralizado, será aperfeiçoada a gestão da dimensão do corpo de trabalhadores da Administração. Iremos controlar com rigor a dimensão do corpo de funcionários de acordo com as vagas existentes, novas funções e prioridades de governação, fazendo corresponder a dimensão da Administração Pública e o número de trabalhadores ao rumo político traçado pelo Governo e às funções orgânicas. Vamos constituir equipas de estudo e apoio para construir gradualmente um enquadramento geral para um corpo de funcionários de dimensão racional.

Gestão da função pública

Tendo em conta os resultados da consulta sobre a revisão do regime do contrato de trabalho nos serviços públicos, e após o devido tratamento e análise dos dados, será elaborado o projecto de proposta de lei sobre esta matéria. Serão realizadas acções de consulta sobre o regime de queixa e reconciliação dos funcionários e elaborado o respectivo documento normativo sobre o mecanismo de queixa e conciliação dos trabalhadores da função pública.

Na sequência da publicação e entrada em vigor da Lei n.º 22/2009 (Limitações impostas aos titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos do Governo após cessação de funções), iremos continuar a acompanhar o processo de elaboração do projecto do regime de cessação de funções do Chefe do Executivo e titulares dos principais cargos, no sentido de aperfeiçoar as normas e dar início ao processo legislativo.

A Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública irá colaborar com os serviços e organismos competentes e ter em conta as experiências do exterior, para estudar e emitir pareceres sobre o mecanismo remuneratório dos trabalhadores da função pública.

Iremos otimizar o funcionamento do regime de aposentação e sobrevivência e o regime do fundo de previdência, impulsionando continuamente a utilização de meios electrónicos e a redução do recurso ao papel para tratar dos assuntos relacionados com o fundo de previdência, intensificando as acções pedagógicas sobre o investimento para efeitos de aposentação e reforçando o diálogo com os subscritores.

Iremos aumentar o nosso apoio e amparo aos funcionários, lançar o serviço de consulta psicológica personalizada, fazer visitas domésticas e visitas aos enfermos. Serão lançados o Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho e o Concurso de Comentários Escritos sobre a Leitura de um Texto para os Funcionários Públicos para 2013, estimulando deste modo a criatividade das pessoas e fomentando o espírito de coesão e de equipa.

Planeamento de acções de formação

Serão planeadas e organizadas acções de formação de frequência obrigatória e facultativa, de acordo com o conteúdo funcional da categoria, requisitos técnicos e aptidões de diferentes fases, acesso, desenvolvimento na carreira e vontade pessoal dos trabalhadores. Iremos analisar e avaliar as necessidades, elevando a eficácia das medidas de formação e estimulando a participação activa dos trabalhadores. Assim, podemos assegurar uma maior sistematização das acções de formação, contribuindo para uma elevação global das capacidades dos trabalhadores da função pública.

Continuaremos a organizar cursos prioritários, incluindo o 5.º Curso de Mestrado em Administração Pública (MPA), o Curso de Altos Estudos da Lei Básica de Macau, o 1.º Curso de Mestrado em Tradução e Interpretação, o Programa de Formação de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa, o Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa, entre outros.

4. Reforço do regime de responsabilização e da noção de administração segundo a lei e colaboração nas acções de combate à corrupção e acções de auditoria

Concretizar e aplicar um conjunto de diplomas reguladores da responsabilização e elevar o sentido de responsabilidade dos dirigentes.

Iremos, no próximo ano, aperfeiçoar a avaliação do mérito no desempenho dos dirigentes, através da qual, será reforçado o sistema de gestão e fiscalização dos dirigentes e elevando as suas capacidades. Com base na Lei n.º 15/2009 (Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia) iremos avaliar o desempenho dos dirigentes nos termos das Linhas de Acção Governativa, tendo por base a eficácia das suas acções, fundamentada por princípios padronizados, sistemáticos e científicos.

Iremos dedicar esforços para elevar a noção de Estado de Direito da equipa governativa, promovendo o conhecimento e o cumprimento da lei e enriquecendo os conhecimentos jurídicos dos dirigentes, a fim de garantir uma aplicação correcta da lei. Vamos cumprir com rigor as regras de conduta moral, difundir o espírito de servidor público e os valores de honestidade e rectidão.

Iremos colaborar com o Commissariado contra a Corrupção e o Commissariado da Auditoria no exercício das suas competências de fiscalização, analisando, acompanhando e melhorando os aspectos mencionados nos relatórios, orientações, sugestões e recomendações. Iremos continuar a otimizar os regimes administrativo e financeiro, simplificar os procedimentos e desenvolver o projecto de Governo Electrónico, com vista a promover a transparência das políticas e o seu conhecimento pelos cidadãos. Em colaboração estreita com o Commissariado contra a Corrupção e o Commissariado da Auditoria, continuaremos a divulgar os valores de honestidade e interesse público e as noções de aplicação racional dos recursos públicos junto dos trabalhadores nos vários níveis, através de um conjunto de acções pedagógicas e de fiscalização.

II. No domínio da Justiça

1. Implementação do plano de produção legislativa para 2013 e colaboração eficaz com a Assembleia Legislativa no âmbito da apreciação dos diplomas

Após uma revisão e recapitulação das experiências obtidas nos trabalhos relativos ao plano de produção legislativa em 2011 e 2012, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau considera necessários o reforço do mecanismo de coordenação centralizada no âmbito da reforma jurídica e o investimento de esforços para a promoção do plano de produção legislativa e aperfeiçoamento do sistema jurídico, intensificando a articulação com os organismos e o diálogo e a cooperação com a Assembleia Legislativa.

No próximo ano será lançado oficialmente o Sistema de Coordenação Central da Reforma Jurídica, com vista a garantir o cumprimento eficaz do plano de produção legislativa. Continuaremos a desenvolver os trabalhos inerentes à elaboração do plano de produção legislativa e à redacção dos relatórios sobre a execução do plano em cada etapa do processo.

O Governo irá continuar a cumprir escrupulosamente a Lei Básica, a Lei n.º 13/2009 (Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas) e outra legislação relacionada para apresentação de propostas de lei para a Assembleia Legislativa.

O próximo ano é o último ano de legislatura desta Assembleia Legislativa. Assim, em resposta às necessidades reais do desenvolvimento social, o Governo irá fazer ajustamentos apropriados ao plano de produção legislativa de 2013, colaborando com a Assembleia Legislativa no âmbito da sua competência na apreciação das propostas de lei.

Mais, com a vigência da Lei n.º 13/2009 já durante um período de tempo, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau está a fazer um balanço da experiência da sua aplicação e estudar e analisar a situação para avaliar a necessidade de uma revisão adequada desta legislação.

2. Conclusão dos trabalhos de recensão e adaptação legislativas e publicitação sistemática da legislação vigente

De acordo com os trabalhos definidos para cada fase do plano, no próximo ano iremos publicar os resultados de recensão das 2 123 leis e decretos-lei promulgados no período de 1976 a 19 de Dezembro do 1999.

Baseando nos trabalhos de recensão e adaptação das leis e decretos-lei anteriormente vigentes já concluídos, iremos continuar a estudar a viabilidade legislativa dos diplomas legais, após adaptação jurídica e verificação das versões revistas nas línguas chinesa e portuguesa das leis e decretos-lei importantes com traduções imprecisas.

Continuaremos a assegurar um diálogo e colaboração estreita com a Assembleia Legislativa, discutindo o método a adoptar para integrar as versões actualizadas de diplomas

anteriormente vigentes após tratamento no processo legislativo e a sua publicação, trabalhando em conjunto para garantir a actualização e modernização do ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau e aperfeiçoar e promover a construção do seu sistema jurídico.

3. Continuidade nos trabalhos de divulgação jurídica e elevação da consciência social do princípio da legalidade

1) Aprofundamento da rede de cooperação vocacionada para a divulgação da Lei Básica

Em 2013 se comemora o vigésimo aniversário da promulgação da Lei Básica de Macau. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá integrar a rede de recursos da Administração e da sociedade civil, organizando em conjunto uma série de acções em larga escala para divulgar a Lei Básica, continuando a colaborar com entidades do Interior da China para organizar as acções de divulgação da Lei Básica.

Concluída a construção do Pavilhão de Exposição sobre a Lei Básica, iremos aperfeiçoar e enriquecer o seu acervo e investir esforços para transformar este pavilhão numa base para a divulgação da Lei Básica.

Iremos construir uma página electrónica dedicada à temática da Lei Básica, para transmitir de forma sistemática aos cidadãos informações variadas sobre a Lei Básica, com vista a facilitar a compreensão e a aprendizagem da população. Para efeitos de reforço das relações de cooperação com as associações, estamos a planear o lançamento de um projecto de financiamento para acções de divulgação da Lei Básica, no sentido de incentivar as associações, organismos e centros comunitários a conceber e organizar actividades vocacionadas para a promoção da Lei Básica.

2) Construção de uma rede de divulgação jurídica virada para os jovens

Concluir faseadamente a Documentação Pedagógica de Referência sobre a Lei Básica, para facilitar a missão das escolas. Será concluída a construção do Centro de Generalização do Direito que irá conceber e desenvolver facilidades e acções destinadas à promoção da Lei Básica, com vista a divulgar de uma forma interessante a Lei Básica junto dos jovens.

Continuaremos a desenvolver as redes de divulgação jurídica escolares, aperfeiçoar a comunicação com as escolas, incentivar a organização de disciplinas destinadas à generalização do Direito nas escolas secundárias e primárias e promover o Plano de Generalização da Noção de Direito nas Escolas “Conhecer a Lei e as Normas de Cortesia”. Iremos avaliar e rever o conteúdo do curso anterior por forma a transformá-lo num curso sistematizado e eficaz para a divulgação do Direito.

Tirando partido das redes de divulgação jurídica escolares, iremos conceber um conjunto de painéis de exposição itinerantes para permitir os estudantes ganhar mais

conhecimentos jurídicos e criar condições para eles crescerem como bons cidadãos cumpridores da lei.

3) Desenvolvimento integrado de redes diversificadas de divulgação jurídica quotidianas

Continuaremos a integrar as redes de recursos da Administração e da sociedade civil, com vista a organizar séries de actividades destinadas à generalização do Direito. Vamos também organizar acções de formação sobre temas variados destinados aos assistentes sociais, professores e pais, com vista a aumentar os seus conhecimentos sobre a legislação pertinente.

Iremos aperfeiçoar o sistema informático dos materiais de divulgação jurídica e integrar os panfletos e brochuras de generalização do Direito, transformando-o num sistema informativo acessível, apto para levar o público a conhecer basicamente a legislação mais usada em Macau, a fim de permitir os cidadãos compreender e recorrer às leis de Macau.

Vamos recorrer a meios diversificados para generalizar o Direito, no sentido de despertar o interesse da população para aprender conhecimentos jurídicos, incluindo a organização das seguintes actividades: Concurso de Conhecimentos Jurídicos, com atribuição de prémios, competições, bazares e outras actividades lúdicas. Iremos também fazer uso da função *Apps* para telemóvel, um meio moderno de divulgação, em conjunto com redes de transmissão de informações mais correntes das páginas electrónicas para levar aos cidadãos de forma mais acessível a informações sobre o Direito e estimular o seu interesse em aprender conhecimentos jurídicos.

4. Aprofundamento da formação jurídica e preparação de quadros qualificados

1) Formação jurídica destinada aos funcionários públicos

Continuaremos a intensificar as acções de formação jurídica destinadas aos funcionários públicos da Região Administrativa Especial de Macau, dando prioridade às actividades formativas que contribuam para a elevação das aptidões profissionais dos funcionários, designadamente, as acções regulares e permanentes de formação dedicadas à Lei Básica.

Iremos continuar a organizar acções de formação consentâneas com as necessidades da reforma jurídica, alargando a divulgação do conteúdo das leis novas, exigindo aos agentes responsáveis a aplicação rigorosa da lei. Os temas a abordar nas acções de formação incluem o regime geral de apoio judiciário, as actividades de mediação imobiliária, o planeamento urbano, a videovigilância em espaços públicos, o regime jurídico da função pública e a lei de segurança alimentar, entre outros.

Iremos continuar a realizar as acções iniciadas em 2012 e organizar cursos específicos em resposta às necessidades indicadas pelos serviços públicos.

2) Projectos de cooperação entre a União Europeia e Macau no domínio do Direito

O Programa de Cooperação na Área Jurídica entre a União Europeia e Macau consiste na organização de actividades de formação sob a forma de seminários e *"workshops"*, com vista a alargar o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os juristas locais e peritos de outros países e regiões na área de Direito, economia e realidades sociais da Região Administrativa Especial de Macau.

3) Formação de advogados

Continuamos a cooperação com a Associação dos Advogados de Macau na organização de módulos pedagógicos para a formação de advogados estagiários versando sobre os seguintes temas: Direito Processual Penal, Direito Processual Civil e Direito Administrativo. Serão também organizados cursos de formação complementar especializados para advogados e advogados estagiários.

5. Articulação com órgãos judiciais

1) Formação de magistrados e funcionários de justiça

Iremos continuar a organizar o 4.º Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, para a formação de 12 estagiários. O curso chegará ao seu termo no dia 17 de Julho de 2013, prevendo que na altura estaremos em condições para preencher mais vagas na magistratura. Vamos também desenvolver os trabalhos preparatórios para a organização de um novo curso de formação de magistrados.

O 3.º Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça Judicial e de Oficial de Justiça do Ministério Público chegará ao seu termo em 26 de Abril de 2013, contando com 120 formandos. Prevemos que na altura estaremos em condições para preencher mais vagas da carreira de funcionário de justiça dos dois órgãos judiciais.

No que diz respeito à formação para efeitos de acesso dos funcionários de justiça dos tribunais e do Ministério Público, iremos continuar a realizar os cursos que chegarão ao seu termo em 2013, incluindo o curso de formação para efeitos de acesso a escrivão judicial adjunto e o curso de formação para efeitos de acesso a escrivão especialista e escrivão adjunto do Ministério Público.

2) Revisão da legislação processual e introdução do regime de arbitragem e reconciliação

No que respeita à revisão do Código de Processo Penal, a proposta da lei foi aprovada na generalidade em sede da Assembleia Legislativa. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá colaborar activamente com a comissão permanente competente na discussão na especialidade do diploma, para efeitos de aperfeiçoamento da versão revista do Código.

No que respeita à revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária, foram ouvidas as opiniões dos órgãos judiciais e da Associação dos Advogados de Macau, tendo já concluído a versão preliminar do projecto de lei. As alterações incidem sobre as competências dos tribunais superiores e o mecanismo de recurso, o modelo de funcionamento dos tribunais de primeira instância, o alargamento do quadro dos magistrados e a definição de um regime de acumulação de funções, entre outros. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá aperfeiçoar o projecto de lei, estando a fazer os preparativos para o seu agendamento para entrada em processo legislativo em 2013.

No que toca à revisão do Código de Processo Civil, o sentido principal das alterações deve apontar para os objectivos de elevação da eficiência dos órgãos judiciais, simplificação dos procedimentos processuais e distribuição racional de recursos judiciais.

Iremos promover uma maior utilização do mecanismo de arbitragem e reconciliação, tendo sempre em atenção a realidade social de Macau, procurando resolver os conflitos de natureza quotidiana pela via de reconciliação. Esta missão irá ter por base os resultados da análise preliminar e assentará no reforço de diálogo entre os serviços públicos e entidades privadas, para definir as medidas e o rumo de desenvolvimento do regime de reconciliação. Iremos estudar a viabilidade de alargar o universo de candidatos aos lugares de árbitro e promover acções de formação profissional e técnica para esta categoria de pessoal.

6. Reforço do diálogo e cooperação com a Assembleia Legislativa

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá reforçar o diálogo e a cooperação activa com a Assembleia Legislativa, no sentido de em conjunto desenvolvermos esforços para aperfeiçoar o sistema jurídico de Macau.

Feito o balanço desta experiência e com base nas excelentes relações de diálogo que temos mantido com a Assembleia Legislativa, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá colaborar com mais eficácia ainda com a Assembleia Legislativa, no exercício das suas funções de apreciação de diplomas. Ao apresentar uma proposta de lei à Assembleia Legislativa, iremos desenvolver com maior profundidade e de forma mais pormenorizada as razões e objectivos da iniciativa legislativa na Nota Justificativa, esclarecendo os antecedentes e as consequências da sua aprovação, as medidas preparatórias para a sua implementação, entre outros. Após a entrega da proposta de lei à Assembleia Legislativa, iremos com a maior brevidade transmitir a este órgão informações sobre o processo e resultados da consulta e estudos pertinentes e informações no âmbito de Direito Comparado, com vista a assegurar uma melhor compreensão dos motivos que justificam a apresentação da proposta de lei em causa e o seu conteúdo.

Iremos apresentar no próximo ano à Assembleia Legislativa um projecto legislativo viável relativo à recensão e adaptação legislativa. Ao longo deste processo, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá manter um diálogo eficaz e uma cooperação estreita com a Assembleia Legislativa, para efeitos de construção de um ordenamento

jurídico moderno de Macau, procurando concluir todos os trabalhos de recensão e adaptação legislativa que têm durado três anos.

O número de interpelações escritas dos deputados não tem parado de aumentar nos últimos anos, o que reflecte uma postura de fiscalização das políticas governamentais e de acompanhamento activo dos problemas sociais. Iremos continuar a reavaliar o mecanismo de resposta às interpelações escritas dos deputados e colaborar com a Assembleia Legislativa no exercício das suas responsabilidades de fiscalização das políticas governamentais.

7. Desenvolvimento das acções no âmbito do Direito Internacional e alargamento das relações de cooperação com o exterior

Com o apoio do Governo Central e no exercício dos poderes por este delegados, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá continuar a investir esforços para consolidar e alargar as relações de intercâmbio e cooperação com outros países e regiões e promover os assuntos jurídicos no âmbito internacional e regional, em cumprimento da Lei Básica.

Iremos acompanhar os trabalhos relativos ao Protocolo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com o Interior da China, as negociações e discussões relativas ao Acordo de Cooperação no Âmbito de Processos Penais e ao Acordo sobre a Confirmação e Execução Recíprocas de Decisões Arbitrais com Hong Kong, bem como ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e ao Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o Governo da Coreia.

Iremos acompanhar as negociações relativas à celebração de acordos judiciais com outros países, dando prioridade aos países lusófonos e aos países sobre os quais já fomos autorizados a efectuar negociações; integrar a delegação nacional que participará nas negociações para efeitos de celebração de tratados internacionais e analisar o estado de cumprimento dos tratados vigentes; auxiliar a Região Administrativa Especial de Macau a aderir a organizações internacionais multilaterais e organizações regionais. Em resposta às solicitações do Governo Central transmitidas ao Governo da Região Administrativa Especial de Macau e no cumprimento do artigo 138.º da Lei Básica, vamos elaborar pareceres sobre a aplicabilidade dos acordos internacionais a Macau, coordenando as acções dos serviços competentes sobre a entrega de outros elementos da área de Justiça aos organismos internacionais e providenciar pareceres jurídicos sobre Direito Internacional solicitados por serviços e entidades públicas.

III. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

1. Desenvolvimento activo das acções do Centro de Segurança Alimentar para fiscalizar em todas as vertentes a segurança dos géneros alimentícios

Na sequência da aprovação da Lei de Segurança Alimentar pela Assembleia Legislativa, o Centro de Segurança Alimentar irá entrar em funcionamento no momento previsto na lei.

O Centro de Segurança Alimentar vai desenvolver os trabalhos de forma ordeira no âmbito de gestão, avaliação e comunicação de situações de risco.

No que toca à gestão de situações de risco, lançamos o programa de fiscalização da segurança de géneros alimentícios colocados no circuito comercial, com vista a testar, recolher amostras de géneros alimentícios no mercado, realizar visitas de inspecção de estabelecimentos de restauração e de produção de alimentos, criar e aperfeiçoar uma base de dados sobre a distribuição de estabelecimentos do sector alimentar em Macau, aplicar com rigor a Lei de Segurança Alimentar e assegurar a execução eficaz das medidas de fiscalização e gestão da segurança alimentar.

No que diz respeito à avaliação de situações de risco, iremos efectuar um inquérito específico sobre géneros alimentícios em circulação em Macau e analisar o nível de risco que representam, criar uma base de dados respeitantes à avaliação de situações de risco e um sistema de identificação das fontes. O Centro, tendo em consideração a gravidade e a premência das necessidades sociais, irá desenvolver os trabalhos de padronização de segurança alimentar e transmitir ao sector alimentar as instruções pertinentes.

No que diz respeito à transmissão de situações de risco, iremos criar um mecanismo de divulgação de informações no âmbito da segurança alimentar que irá permitir à população ter conhecimento atempado dos incidentes que ameaçam a segurança alimentar e ao sector e aos cidadãos saberem sobre as situações de risco. Iremos recorrer a métodos diversificados para generalizar conhecimentos básicos sobre a segurança alimentar. Por outro lado, uma vez que o grosso de géneros alimentícios consumidos em Macau é importado, iremos reforçar o mecanismo de cooperação e comunicação regional, com vista a elevar a garantia da segurança alimentar em Macau.

2. Acompanhamento rigoroso das obras de construção do novo Mercado Abastecedor e realização dos preparativos para a mudança do Mercado

As obras para a construção do novo Mercado Abastecedor localizado no troço B1 do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau irão ter início no próximo ano. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais irá projectar a concepção dos espaços interiores do Mercado e lançar o concurso, tendo em atenção o andamento das obras.

O novo Mercado Abastecedor irá adoptar um modelo de gestão e mecanismo de fiscalização adequados às necessidades reais de desenvolvimento social, com vista a elevar a eficiência na gestão e assegurar uma fiscalização rigorosa e aumentar a flexibilidade dos métodos de exploração. Esta medida irá facilitar a adopção atempada de acções correctivas face ao panorama real de desenvolvimento da cidade. Iremos reforçar a fiscalização para garantir condições justas de concorrência leal no funcionamento do Mercado.

Para assegurar o funcionamento estável do Mercado Abastecedor, iremos coordenar com eficácia a transferência dos grossistas do Mercado para as novas instalações de modo

a poderem continuar a exercer a sua actividade e garantir o abastecimento de géneros alimentícios frescos e vivos a Macau.

3. Esforços contínuos para aliviar o problema das inundações a fim de facilitar a circulação dos residentes

Iremos continuar as obras de construção de estações elevatórias de águas pluviais na Baía do Norte do Bairro Fai Chi Kei. As estações após construídas irão contribuir para distribuir as águas, reduzindo deste modo o volume de água acumulada nestas zonas devido a tempestades. Iremos também promover as obras de construção da estação elevatória de águas pluviais no Porto Interior, com vista a reduzir a ocorrência de inundações nesta zona resultantes das marés enchentes, alta pluviosidade ou chuvas torrenciais na época dos tufões e diminuir os prejuízos.

Iremos dar início às obras de construção de um novo posto de bombas de águas residuais na Rotunda do Ouvidor Arriaga na Taipa. Esta facilidade irá contribuir para elevar a capacidade de escoamento de águas residuais, reduzindo deste modo que águas poluídas contaminem a rede de abastecimento de água limpa e as águas junto da marginal.

4. Obras para a construção do projecto de complexo turístico no Lago Sai Van e aumento de espaços para ocupação de tempos livres

A concepção do projecto de complexo turístico na Praça do Lago Sai Van comporta várias vertentes, incluindo um espaço de lazer para comidas e bebidas, um espaço de restauração com características singulares, uma rua para a compra de lembranças, uma praça dedicada à gastronomia e um auditório ao ar livre e as facilidades complementares incluem a praça de acesso, um viaduto de conexão e um parque de estacionamento público.

Os trabalhos preparatórios anteriores ao início das obras de construção das facilidades do projecto de complexo turístico na Praça do Lago Sai Van terão lugar no próximo ano, os procedimentos administrativos do concurso público da infra-estrutura principal estarão concluídos no primeiro semestre do próximo ano e as obras de construção terão início segundo a calendarização definida. As obras de construção do parque de estacionamento público como outras facilidades complementares serão objecto de concurso público. Prevemos que todas as infra-estruturas físicas do projecto de complexo turístico na Praça do Lago Sai Van estarão concluídas em 2014.

A entidade competente e outros serviços públicos com responsabilidade irão constituir um grupo de trabalho para reorganizar os circuitos de tráfego viário na periferia da zona afectada, de modo a reduzir a perturbação dos residentes da área.

5. Aperfeiçoamento das facilidades e gestão municipais e criação de melhores condições para a população fazer compras

Em 2012, foram concluídas as obras de construção do Mercado Provisório da Ribeira do Patane e finalizámos a mudança das bancas de vendas. O antigo Mercado da Ribeira

do Patane será demolido e no local onde está localizado, iremos construir um complexo de serviços municipais de 11 andares. As obras de reconstrução do Mercado da Ribeira do Patane terão início em 2013, prevendo a sua conclusão em 2016.

Para coordenar com a conclusão da construção da habitação pública de Seac Pai Van em Coloane, iremos instalar um mercado e um centro para compras com uma área de quase 2 000 metros quadrados, facilitando a vida dos residentes. Os procedimentos para a abertura do concurso já foram iniciados e prevemos a conclusão das obras em 2013, podendo na altura entrar em funcionamento.

Na sequência das obras de remodelação e optimização dos pisos 2 e 3 do Mercado de S. Domingos em 2012 destinadas ao melhoramento do ambiente de exploração das bancas de vendas, demos início às obras de remodelação do piso 1 e piso subterrâneo 1, com vista a melhorar as facilidades e a proporcionar um ambiente agradável aos cidadãos que se deslocam ao mercado para fazer compras. As obras de reconstrução do bloco B do Complexo Municipal do Mercado de Tamagnini Barbosa afectado pela construção dos edifícios de habitação pública de Tamagnini Barbosa irão continuar em 2013.

Iremos construir um edifício para depositar ossários junto do Cemitério de Mong-Há, com vista a disponibilizar mais lugares para ossários. Prevemos que as obras estarão concluídas no final de 2013. Para aliviar a pressão das necessidades de espaço para sepulturas, iremos efectuar estudos sobre a viabilidade de enterros favoráveis à protecção ambiental nos cemitérios que preencham os requisitos, por forma a introduzir esta solução na melhor oportunidade, indo ao encontro da mudança de mentalidades das pessoas.

A zona E junto do Lago Nam Van será transformada num espaço de lazer, entretenimento e leitura. Esta nova facilidade está a ser projectada e prevemos que estará em condições para entrar em funcionamento no segundo semestre do próximo ano.

6. Aprofundamento das acções de educação cívica e elevação das qualidades humanas da população

No próximo ano, as acções de educação cívica irão continuar a ser desenvolvidas sob a égide do lema “Construiremos em conjunto uma sociedade harmoniosa”, com ênfase na promoção das noções de consciência cívica, cumprimento da lei e respeito pelas pessoas. O nosso objectivo é sedimentar no seio da população os valores de moralidade pública e protecção da comunidade, no sentido de consciencializar os nossos cidadãos a fazer esforços para melhorar o ambiente da cidade e manter a ordem social. Iremos incentivar as diferentes comunidades a respeitarem-se mutuamente, desenvolvendo laços de tolerância entre pessoas com e sem deficiências, e solidariedade e auxílio mútuo entre os vizinhos, porque queremos construir uma sociedade solidária, harmoniosa e de inter-ajuda.

Partindo dos bairros comunitários, iremos procurar sensibilizar as pessoas e adoptar métodos diversificados para generalizar os valores de consciência cívica, auxílio mútuo, hábitos de higiene pública e protecção ambiental junto da população. Iremos tirar partido

dos centros e postos de prestação de serviços ao público para fazer penetrar a nossa acção nos bairros comunitários. Iremos efectuar visitas aos bairros e realizar reuniões e colóquios com as associações, com vista a ouvir de forma abrangente as opiniões e ideias das diferentes classes sociais e promover as relações de boa vizinhança entre os residentes.

7. Consolidar a imagem de Cidade Turística e elevar o índice global de qualidade de vida

1) Realização de obras para embelezar o equipamento urbano e monumentos e pontos de interesse e ampliar os espaços dedicados ao lazer e exercício físico

Em 2013 iremos continuar a realizar obras de aperfeiçoamento das condições físicas à volta do centro histórico de Macau, no qual se ligam os monumentos classificados como património mundial às ruas e bairros antigos com características singulares, integrando assim todos os locais classificados como Património Mundial da UNESCO. Assim, poderemos ampliar a área visitada pelos turistas e revitalizar o comércio dos bairros antigos. Para efeitos de criação de espaços sem obstruções, projectámos melhorar a rede viária de zonas à volta da NAPE. Iremos também iniciar as obras para a construção de uma ciclo-via junto da Avenida dos Jogos da Ásia Oriental na Taipa e infra-estruturas na Praia de Hac-Sá.

Continuaremos a instalar contentores de compressão de lixo e depósitos de lixo nas várias zonas de Macau, com vista a melhorar as condições de salubridade dos bairros. Iremos promover o plano de separação de resíduos sólidos recicláveis e a sua recolha e aumentar os pontos de recolha de lixo reciclável e garrafas de vidro. Serão aumentadas as categorias de lixo reciclável, incluindo peças de mobiliário e resíduos provenientes de estabelecimentos de restauração, com vista à concretização das metas de protecção ambiental.

Planeámos instalar mais um centro de actividade em Seac Pai Van, a fim de prestar serviços aos residentes desta zona. Iremos também fazer obras de intervenção nas zonas de leitura e nas salas multimédia em várias bibliotecas, no sentido de aumentar estes espaços e assegurar melhores condições para a leitura.

2) Conservação de espécimes animais raros e ampliação de espaços verdes

Para assegurar a conservação de espécimes animais raros, continuaremos a promover acções de formação de habilidade dos trabalhadores e estabelecer relações de intercâmbio e estudos com peritos homólogos de regiões vizinhas e aprender com eles. Será instalada uma rede de vídeo-conferência com a Base de Procriação e Conservação de Panda Gigante de Chengdu, com vista a utilizar meios tecnológicos para assegurar o apoio técnico à distância, elevar as condições de conservação dos pandas gigantes e realizar preparativos para a sua procriação. Com a conclusão do pavilhão dos pandas vermelhos, pavilhão dos macacos e o habitat de avestruzes do Parque Municipal de Seac Pai Van, iremos integrar novos animais ornamentais, com vista a atrair mais público para visitar o Parque.

Continuaremos a implementar o projecto de melhoria da qualidade das paisagens verdes de jardins e parques e do ambiente de Macau e concretizar faseadamente os

resultados dos estudos. Iremos em primeiro lugar melhorar os espaços verdes dos bairros antigos da península de Macau, para melhor aproveitamento da área limitada da cidade e ampliar as paisagens verdes de Macau.

3) Enriquecimento das actividades de ocupação de tempos livres dos cidadãos e diversificação de ofertas culturais

Iremos organizar actividades e espectáculos culturais de alta qualidade e de grande variedade, com o intuito de oferecer uma vivência cultural rica às pessoas, estimular o interesse pela cultura e incentivar a criatividade artística. Iremos organizar actividades interessantes de característica singular nas festividades tradicionais e dias especiais, com vista a proporcionar à população e aos visitantes uma gama variada e rica de ofertas culturais.

As principais exposições programadas pelo Museu de Artes para 2013 incluem: À Luz de Águas e Montanhas: Pinturas de Wang Jian e Wang Hui e da Escola de Yushan do Museu do Palácio e Museu de Xangai, Exposição de peças valiosas de Napoleão I a Napoleão III, Exposição de pintura realista dos Estados Unidos da América, Exposição de cultura e serviços de chá do Museu do Palácio. Iremos organizar uma série de actividades que tiram proveito das características singulares dos recintos temáticos das bibliotecas, Museu da História da Taipa e Coloane, Casa Cultural de Chá e Centro Cultural de Macau.

8. Desenvolvimento de relações de cooperação entre a Província de Guangdong e Macau e reforço do intercâmbio no âmbito da segurança alimentar

Cantão e Macau têm mantido uma permanente relação de cooperação eficaz, designadamente no que diz respeito à garantia da segurança e qualidade dos géneros alimentícios fornecidos a Macau. As duas partes têm estabelecido um mecanismo e comunicação e cooperação eficaz. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem desenvolvido grandes esforços para a implementação de medidas no âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, nomeadamente os procedimentos de desalfandegação e a optimização dos procedimentos de declaração electrónica.

No que diz respeito aos estudos e formação na área de inspecção de segurança alimentar, nomeadamente no reforço dos padrões técnicos de fiscalização e análise laboratorial e metodologias, iremos continuar a promover a troca de experiências e diálogo com a Administração Geral de Controlo de Qualidade, Inspecção e Quarentena da República Popular da China e organismos homólogos de Guangdong. Iremos enviar técnicos para o Centro Técnico de Inspecção Sanitária de Shenzhen para receber formação específica em técnicas de inspecção, incluindo testes para a detecção de pesticidas e substâncias tóxicas em bivalves.

No que diz respeito à protecção da segurança dos géneros alimentícios importados por Macau, os dois Governos têm mantido uma ligação estreita e um diálogo eficaz, no sentido de elevar a capacidade de resposta na ocorrência de incidentes de risco alimentar,

pondo oportunamente fim aos problemas que afectam as duas regiões. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais irá continuar a aprofundar as relações de cooperação com os Serviços de Inspeção e Quarentena Transfronteiriça de Zhuhai, aperfeiçoando o modelo de fiscalização de legumes e produtos aquáticos exportados para Macau e aumentando a garantia da segurança alimentar. Iremos também estudar os riscos resultantes da introdução de seres nocivos provenientes de alimentos estrangeiros.

IV. Outros domínios

1. Assuntos eleitorais

Iremos assegurar que as eleições para a 5.^a Assembleia Legislativa se decorram com normalidade, sob a égide dos princípios de justiça, imparcialidade e integridade do processo eleitoral. Com a aplicação das novas regras da constituição da Assembleia Legislativa e da Lei Eleitoral, iremos desenvolver os trabalhos de forma ordeira.

Para incentivar mais cidadãos qualificados a aderirem ao recenseamento eleitoral, continuaremos a intensificar as acções de sensibilização, no sentido de despertar o interesse da população. Iremos instalar serviços de recenseamento eleitoral automático em mais pontos e locais da cidade. Iremos cooperar com as associações e escolas, organizando mais sessões de recenseamento colectivo com marcação prévia e instalando mais balcões de recenseamento itinerantes nos locais onde se realizam actividades.

Em Janeiro de 2013, iremos, em cumprimento da lei, publicitar os cadernos de recenseamento eleitoral, para garantir os cidadãos recenseados a exercerem o seu direito de voto nas eleições para a 5.^a Assembleia Legislativa em 2013.

2. Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente e documentos de viagem

Com o apoio sólido do Governo Central e a colaboração activa do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sediado em Macau, iremos desenvolver grandes esforços para promover e divulgar o passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, procurando que mais países e regiões concedam a facilidade de isenção de visto aos titulares dos documentos de viagem emitidos pela Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2013, prevemos que 68 000 bilhetes de identidade do tipo cartão inteligente irão caducar, daí que precisem de ser renovados e, ao mesmo tempo, é emitido o bilhete com chip sem contacto, ampliando o seu uso.

3. Acções de reinserção social e do Instituto de Menores

Iremos lançar acções pedagógicas sobre o Direito destinadas aos reabilitados que estão recebendo assistência do Departamento de Reinserção Social, explicando-lhes conhecimentos sobre a legislação de Macau, a Lei Básica e noções sobre os deveres cívicos, no sentido de auxiliar-lhes para uma melhor compreensão das leis de Macau e transmitir-

lhes a importância do seu cumprimento. Para prestar assistência à integração dos reclusos libertados na sociedade, iremos desenvolver um programa de apoio aos reclusos na procura de emprego. Este é um programa de cooperação entre as empresas de Macau e o Estabelecimento Prisional de Macau, no qual os empregadores terão oportunidade de visitar o Estabelecimento e contratar os reclusos prestes a terminar a pena, para que possam ter um emprego quando saírem da prisão.

Iremos colaborar com entidades da sociedade civil para promover o programa de jovens embaixadores contra o crime, que são desempenhados pelos jovens que estão recebendo assistência e orientação. Estes serão organizados em grupos e os representantes das associações irão levá-los aos centros de juventude para difundir mensagens de combate ao crime e obediência à lei e respeito à ordem. O Conselho de Reinserção Social irá analisar com profundidade o conteúdo do relatório sobre a revisão do regime de liberdade condicional e apresentar eventuais propostas tendentes à alteração da lei, ouvidas as opiniões dos serviços competentes e dos operadores de Direito.

O Instituto de Menores irá no próximo ano dar início a um conjunto de estudos e acções de avaliação do desempenho das equipas de assistência e orientação e dos projectos, para conhecer os resultados do seu trabalho e aperfeiçoar os conceitos e detalhes operacionais. Este estudo será conjugado com o Mapa de Avaliação do Desenvolvimento de Aconselhamento concluído em 2011 para a criação de um sistema de serviços de apoio psicológico que comporta as vertentes de inspecção, tratamento e avaliação de progresso, a fim de estabelecer condições para garantir um acompanhamento mais eficaz dos jovens internados.

Área da Economia e Finanças

Ponto de situação sobre a execução das linhas de acção governativa do ano de 2012

Em 2011, a economia de Macau tem vindo a abrandar, muito embora mantendo numa situação global relativamente estável, com tendência de crescimento de uma certa amplitude, perspectivando-se a manutenção de um crescimento positivo para todo o ano em questão. No decurso deste ano, foram desenvolvidas acções com atenção focada no seguinte:

Manutenção da estabilidade da economia. Deu-se continuidade ao reforço dos diversos trabalhos tendentes à captação de investimentos, empenhando-se, de modo contínuo, na promoção de realização de projectos privados e no alargamento apropriado da dimensão dos investimentos públicos, envidando-se esforços no sentido de acompanhar e assegurar a estabilidade e o desenvolvimento dos sectores predominantes e das respectivas empresas, procurando, desta forma, manter a tendência do desenvolvimento estável da economia local. No primeiro semestre do corrente ano, o valor total de formação bruta do capital fixo, indicador que reflecte o investimento global realizado, expandiu substancialmente 23,6%, em termos anuais, enquanto o Produto Interno Bruto local cresceu 12,6%, em termos reais. O número de novas sociedades constituídas aumentou, atingindo 1.830 unidades, ou seja, mais 9,0% em relação ao período idêntico do ano transacto, e, as dissolvidas somaram 261 unidades, pelo que, deduzido o número de unidades dissolvidas, o aumento efectivo de sociedades no referido período foi de 1.569 unidades.

Promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições. As acções realizadas incluem: lançamento do “Plano de Estímulo às Convenções e Exposições”, dando continuidade ao apoio e suporte prestado às entidades organizadoras e de planeamento para a realização de actividades de convenções e exposições em Macau; concretização das medidas de facilitação no processamento de documentos e de vistos para efeitos de entrada e saída de Macau, a favor dos profissionais participantes do Interior da China em exposições e feiras realizadas em Macau; valorização do papel da Comissão para o Desenvolvimento e Convenções e Exposições e dos grupos de trabalhos subordinados, no âmbito do estudo e elaboração de políticas e medidas para o desenvolvimento dessas actividades económicas locais; celebração com o Ministério do Comércio do Estado em Setembro p.p., do “Acordo do Reforço da Cooperação no Sector de Convenções e Exposições”, para aprofundar ainda mais a parceria com o Interior da China relativamente a essa matéria; introdução com sucesso de eventos de convenções e exposições de marca do Interior da China em Macau, designadamente a “3.ª Exposição da Indústria de Restauração da China” e o “3.º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas”; empenhamento na incubação e criação contínua de marcas de qualidade no sector de convenções e exposições de Macau, mediante a realização com êxito da “Feira Internacional de Macau (MIF)”, do “Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental (MIECF)”, da “Feira de Produtos de Marca de Guangdong e Macau” e da “Exposição de Franquia de Macau (MFE)”, entre outras, encorajando os operadores do território a organizarem outras feiras da mesma

natureza; promoção da cooperação regional no sector de convenções e exposições, através do reforço das acções vocacionadas para o fomento de parceria das convenções e exposições locais de marca com as do Interior da China de grande envergadura, e do encorajamento às empresas na participação e/ou organização, no território e no exterior, de feiras e exposições; prestação de apoio à comunidade empresarial nas visitas de estudo e intercâmbio às cidades de prestígio no exterior, no âmbito de organização de convenções e exposições, dando continuidade ao apoio prestado para a organização da “Semana Dinâmica de Macau” que contou, neste ano, com a realização rotativa de feiras e exposições nas cidades de Hefei, Hohhot e Wuhan.

Apoio às pequenas e médias empresas (PMEs). Foi aumentado o apoio financeiro às PMEs, tendo elevado o limite máximo da verba de apoio financeiro concedido, isenta de juros, de 500 mil patacas para 600 mil patacas, dando continuidade à implementação dos diversos planos de apoio e de garantia de créditos a favor dessas empresas, bem como das medidas de bonificação de juros de créditos para financiamento empresarial, além da prestação de apoio à expansão das mesmas através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC). Para efeitos de atenuação das dificuldades sentidas pelas PMEs em matéria de falta de mão-de-obra, procedeu-se à aceleração do processo de apreciação dos seus pedidos para a contratação de trabalhadores não residentes (TNRs). Organizaram-se cursos de formação e visitas de estudo destinadas às PMEs, reforçando as funções do Centro de Exposição de Produtos de Macau “Macao Ideas” na prestação de apoio às PMEs para a promoção e publicidade de produtos de Macau, dando-lhes assistência na transformação e renovação do seu modelo de negócios através de franquias, lojas em cadeia e agenciamento de marcas, na exploração de mercados, além da adopção de mais medidas em benefício das mesmas para a sua participação em feiras e eventos similares. Foi diligenciado para o reforço da sensibilização das empresas em matéria de propriedade intelectual, impulsionando a modernização da respectiva gestão empresarial, dando prosseguimento às acções vocacionadas para a valorização das funções do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do Núcleo de Serviços às PMEs (SMEC), intensificando os serviços de bolsas de contacto prestados em prol da promoção da cooperação empresarial. Foram ainda envidados esforços para a prestação, a favor das PMEs, dos serviços de apoio técnico e de informação, de apoio ao comércio electrónico e de formação em matérias relacionadas, bem como os de apoio no desenvolvimento dos serviços de informação estandarizados sobre sistemas de gestão. Foi alargado ainda o âmbito dos serviços de envio de produtos locais ao exterior para testes e análises, que passou a incluir também os medicamentos, além dos artigos têxteis e de vestuário, produtos electrónicos/eléctricos, alimentos e mobiliário inicialmente contemplados.

Reforço da monitorização do sector do jogo. Deu-se prosseguimento às acções que visam ajustar e controlar a dimensão e o ritmo de desenvolvimento do sector do jogo, promovendo o seu adequado crescimento. Foi aperfeiçoada a monitorização dos casinos, tendo sido implementada, de forma plena, a medida de informatização dos registos sobre os jogos. Reforçou-se a monitorização das máquinas de jogo nos casinos, promovendo

a substituição gradual do modelo de fiscalização *in loco* efectuada pelos inspectores destacados para o efeito, por uma fiscalização electrónica, procedendo-se à inspecção rigorosa da situação financeira das operadoras de jogo através da contagem dos seus bens imobilizados conforme as normas estipuladas. Foi intensificada a fiscalização dos promotores de jogo, tendo sido concluída a introdução informática das informações sobre os sócios, administradores e principais empregados na base de dados relativa aos promotores de jogo e seus colaboradores, efectuando-se ainda fiscalização à aplicação das normas legais sobre o limite máximo das comissões pagas aos promotores de jogo. Empenhou-se ainda no reforço da fiscalização das lotarias desportivas; no prosseguimento da auditoria prevista nos “Requisitos Mínimos de Controlo Interno” relativamente às operadoras de jogo, prevendo-se a conclusão, em finais do corrente ano, da avaliação dos procedimentos relativos à contagem e ao registo dos fundos de todas as operações de tesouraria das seis concessionárias de jogo; na promoção contínua do jogo responsável; na aplicação da Lei sobre o “Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos”, e no desenvolvimento de estudo para a elaboração do regime de registo e de posse de carteira profissional para o exercício da profissão de croupier.

Concertação entre a oferta e a procura de recursos humanos. Neste contexto, empenhou-se na promoção do emprego no sentido de manter uma baixa taxa de desemprego; no aumento da eficácia do serviço de colocação profissional, tendo sido prestados, até finais de Setembro do corrente ano, serviços de conjugação imediata de emprego, de encaminhamento e de aconselhamento a 3.164 candidatos a emprego; no reforço da comunicação e cooperação entre as parte patronal e laboral, promovendo a conciliação entre a oferta e a procura de recursos humanos; na intensificação do aconselhamento profissional, prestando apoio na integração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade; no prosseguimento das acções que visam encorajar os empregadores na contratação de indivíduos com deficiência; na implementação contínua de cursos destinados a aliviar pressões económicas sentidas pelos trabalhadores; no reforço da garantia do direito ao emprego dos trabalhadores locais, procedendo apreciação rigorosa aos pedidos de importação de mão-de-obra não residentes, nos termos da lei e efectuando fiscalização da situação de utilização de pessoal nas empresas. No decurso deste ano, o mercado de emprego tem apresentado, de forma contínua, um comportamento satisfatório, com taxa de desemprego mantida a um nível relativamente baixo, ou seja, 2.0% entre Junho e Agosto p.p.

Intensificação da formação profissional. Deu-se continuidade à organização de cursos de formação profissional diversificados para diversos sectores. Até Setembro do corrente ano, a DSAL organizou um total de 360 cursos de formação, tendo contado com a participação de 9.502 formandos (pessoas físicas). O Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM), por seu turno, realizou, entre Janeiro e Junho, 503 cursos onde participaram 10.796 formandos (pessoas físicas). Foram reforçadas continuamente as acções de formação destinadas aos indivíduos de meia-idade, organizando cursos ao abrigo do “Programa de Formação e Apoio ao Emprego para Pessoas de Meia-idade” e da

“Série de Formação para Pessoas de Meia-idade”, promovendo a formação contínua do pessoal empregado e dando continuidade ao “Programa de Incentivos para a Elevação de Recursos Humanos”. Foi dado impulso para a criação do regime de avaliação técnica e a realização de exames profissionais com certificação, tendo Guangdong e Macau colaborado empenhadamente no alargamento dos tipos de trabalhos abrangidos no âmbito de avaliação técnica segundo o modelo “1 Teste 2 Certificados”, bem como no estudo da implementação do modelo “1 Teste 3 Certificados”. Deu-se ainda prosseguimento às “Acções de Formação da 2.ª Aptidão Profissional”, promovendo mais empresas para a co-organização de cursos de formação e desenvolvendo novos cursos em consonância com as políticas definidas para a diversificação adequada da economia local.

Aprofundamento da cooperação regional. Promoveu-se a concretização eficaz do Acordo CEPA, com vista à criação de uma relação mais estreita com o Interior da China na área económica e comercial. Logo após a implementação formal do Suplemento VIII ao Acordo CEPA em Abril p.p., foi celebrado, posteriormente em Julho passado, o Suplemento IX que vai entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro do próximo ano. Com a celebração deste documento, encontra-se liberalizado, no âmbito do comércio de serviços, um total de 48 sectores de serviços e foram concedidas, acumulativamente, 318 medidas de liberalização. No âmbito da implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, fomentando plenamente a cooperação entre as duas partes, foi celebrado em Fevereiro p.p., o “Memorando de Trabalho 2012 sobre o Aprofundamento da Implementação do CEPA para a Promoção da Cooperação Guangdong-Macau”, no sentido de impulsionar a cooperação bilateral no âmbito do sector dos serviços. Deu-se continuidade às acções tendentes ao impulso da exploração conjunta da Ilha de Montanha (Ilha de Hengqin), proporcionando activamente apoio às câmaras/associações de Macau nas visitas de estudo à mesma Ilha. Desde Agosto do ano passado até ao mês de Setembro do corrente ano, foi recebido um total de 169 consultas e 40 projectos de investimento de empresas/instituições, tendo prestado apoio a 14 câmaras de comércio/associações locais nas visitas de estudo a Hengqin. Relativamente ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Guangdong-Macau, os respectivos projectos estão a desenrolar-se a bom ritmo, tendo já sido concluídos os processos do concurso para a atribuição do direito de uso do terreno, da sua entrega e recepção e do respectivo pagamento, e finalizados os trabalhos de elaboração e apresentação dos relatórios de planeamento industrial e do projecto da primeira fase do Parque, etc. A cooperação Guangzhou-Macau no desenvolvimento de Nansha, Guangzhou, conheceu progressos satisfatórios, contribuindo, assim, para o fortalecimento da cooperação bilateral nos domínios económico e comercial. Além disso, notaram-se também avanços significativos na parceria Guangdong-Macau nas áreas das convenções e exposições, da cooperação entre PME's, da propriedade intelectual, das actividades financeiras, entre outras, tendo as duas partes organizado delegações empresariais conjuntas das duas localidades para o desenvolvimento das actividades de promoção comercial em Portugal e na Itália. Organizaram-se delegações de empresários locais para a participação nas acções de promoção económica e comercial nas províncias e regiões da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, procurando criar uma plataforma de cooperação

entre as indústrias de protecção ambiental internacionais e da Região, empenhando-se ainda na promoção do papel de plataforma desempenhada por Macau, em prol das empresas da Região, na prospecção de mercados externos, especialmente os dos Países de Língua Portuguesa e da União Europeia. Foram desenvolvidas acções para aprofundar o intercâmbio e a cooperação económicos e comerciais Fujian-Macau, Chongqing-Macau, Jiejiang-Macau, bem como com outras províncias e cidades do Interior da China. No âmbito da consolidação e aprofundamento da criação da plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum de Macau tem vindo a empenhar-se na prestação de apoio, em sintonia com o funcionamento do Secretariado Permanente, desempenhando efectivamente o seu papel de plataforma de serviços para fomentar a cooperação e o intercâmbio entre a China e os países lusófonos nas áreas económica e comercial. Assim, foram organizadas, de forma contínua, pelo IPIM várias delegações empresariais de Macau e do Interior da China para efectuarem visitas aos Países de Língua Portuguesa e participarem em feiras aí realizadas.

Acompanhamento e garantia da qualidade de vida da população. Para fazer face à inflação, foram organizadas delegações locais e prestados apoios ao sector para a realização de visitas a diversas localidades com vista à procura de novas fontes de abastecimento de produtos alimentares. No intuito de estabilizar os preços dos produtos alimentares, foi criado o Grupo de Trabalho Interdepartamental para os Preços dos Produtos Alimentares para proceder à investigação e estudo dos processos de importação, de distribuição e de venda a retalho dos produtos alimentares, e publicar atempadamente os respectivos preços praticados em diferentes locais para efeitos da elevação da sua transparência. No âmbito da estabilização do abastecimento de mercadorias, foram envidados esforços para o combate à fraude no comércio de mercadorias e ao açambarcamento de produtos para especulação. Foi reforçada a inspecção da segurança de produtos, particularmente produtos alimentares. Deu-se continuidade à implementação das medidas provisórias de subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos, de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais e do plano de comparticipação pecuniária.

Aperfeiçoamento da administração financeira pública. Foram implementado o “Regime Jurídico da Reserva Financeira” e concluídas a mobilização dos recursos financeiros da reserva e a capitalização da reserva cambial, estando em curso o estudo sobre a revisão de parte do articulado da Lei de Enquadramento Orçamental, tendo ainda sido procedida optimização ao processo orçamental relativo ao Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA). Além disso, foram assinados acordos de troca de informações fiscais com os representantes dos Governos da Índia e da Jamaica.

Melhoria da supervisão financeira. Neste contexto, realizaram-se acções de supervisão contínua às instituições financeiras, tendo dado acompanhamento aos problemas detectados na sequência das inspecções realizadas. Foi promulgado, em Julho p.p., o “Regime de Garantia de Depósitos”. Desenvolveram-se esforços para a implementação eficaz do “Novo

Acordo de Capital” determinado pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB) e a finalização dos planos de inspecções “on-site” às seguradoras do ramo vida, em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e do plano anual de inspecções “on-site” às seguradoras, em matéria de gestão do risco. Foram lançado o “Portal do Consumidor de Seguros” e concluída a versão preliminar do “Guia do Consumidor de Seguros”. Foram elaboradas e publicadas as “Orientações relativas aos pedidos de licenças” que visam aperfeiçoar o processo de apreciação dos pedidos de licença para a exploração da actividade financeira, implementando medidas diversas para o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, tendo ainda reforçado os trabalhos da produção legislativa na área do combate à lavagem de capitais.

Reforço das acções da defesa dos direitos e interesses dos consumidores. Foram tratadas atempadamente reclamações e consultas sobre consumo, tendo sido reforçados os trabalhos de recolha de preços de produtos postos à venda nos supermercados. Diligenciou-se para a valorização eficaz das funções do “Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo”, no sentido de elevar a eficácia de execução dos seus trabalhos, tendo sido aperfeiçoado o mecanismo de funcionamento das “Lojas Certificadas” e prestado apoio na definição do respectivo “código de condutas” relativo a diferentes sectores de actividade económica. No primeiro semestre do corrente ano, registou-se um total acumulado de 1.426 “Lojas Aderentes”, das quais 1.191 eram também “Lojas Certificadas”.

Reforço dos trabalhos estatísticos. Em Abril p.p., foram publicados os “Resultados Pormenorizados dos Censos 2011” e lançado, em simultâneo, o “Sistema de Informação Geográfica dos Censos 2011”. Em Novembro, foram publicadas as “Projecções da População de Macau 2011-2036”, tendo o “Inquérito aos Orçamentos Familiares 2012/2013” com a duração de um ano, sido lançado no passado mês de Setembro. Os “Valores Preliminares da Conta Satélite do Turismo de 2010” serão disponibilizados em Dezembro próximo, a fim de facultar um cálculo mais preciso do contributo económico dos serviços turísticos produzidos localmente.

Revisão dos diplomas e regulamentos legais relacionados. Foram concluído o projecto do regulamento administrativo sobre o “Regime Jurídico das Máquinas de Jogo” e, finalizadas as propostas de revisão da “Lei do Comércio Externo”, do “Regulamento das Operações de Comércio Externo” e do “Regulamento da Certificação de Origem”. A proposta da lei sobre a revisão do “Regime dos Direitos de Autor e Direitos Conexos” que foi aprovada pela Assembleia Legislativa em Fevereiro p.p., entrou já em vigor no primeiro dia do passado mês de Junho.

Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013

Em 2013, a economia da RAEM irá ter de enfrentar um número elevado de factores instáveis e incertos, pelo que se torna uma missão relativamente difícil de se concretizar a manutenção da estabilidade do desenvolvimento.

Linhas gerais da acção governativa da área da economia e finanças. Prevenção de riscos, estabilização do crescimento, reforço da cooperação, promoção da diversificação sectorial e garantia da qualidade de vida da população. Perante um ambiente económico mundial complexo e movimentado, com agitações constantes na conjuntura financeira internacional, tendo ainda em atenção o agravamento da pressão concorrencial das regiões vizinhas, irão ser, em termos concretos, tomadas medidas activas e eficazes para a prevenção dos riscos económicos e financeiros, internos e externos, para assegurar a solidez das indústrias privilegiadas, procurando assim manter a estabilidade do desenvolvimento económico local. Será promovida a diversificação adequada da economia, reforçada a cooperação económica regional, prestado apoio eficaz às PME's, assegurado o pleno emprego e garantida a qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, será ainda concretizado o posicionamento do desenvolvimento económico traçado e aperfeiçoado o ambiente de negócios, procurando promover a competitividade geral local, para que possam ser progressivamente concretizadas as metas definidas em termos da criação do centro mundial de turismo e lazer e da plataforma de serviços comerciais regional.

Prevenção dos riscos financeiros para manter um crescimento estável

- 1) Reforço da supervisão financeira para assegurar a estabilidade e a solidez do sistema financeiro, esforçando-se para minimizar os impactos provocados pelas agitações do mercado financeiro internacional sobre o sistema financeiro local, reforçando constantemente a capacidade de prevenção do risco financeiro. Continuar-se-á a efectuar uma supervisão contínua às instituições autorizadas, mediante inspecções "on-site", "off-site" e demais métodos de supervisão, promovendo a implementação efectiva do diploma legal sobre o Regime de Garantia de Depósitos, e o acompanhamento dos respectivos trabalhos concretos subsequentes. Irá ser criado um mecanismo de avaliação interna relativamente científico e objectivo, dando continuidade à implementação, por etapa, do "Novo Acordo de Capital" determinado pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB), gerindo, com eficácia, a Reserva Financeira nos termos da lei, com vista à elevação dos retornos provenientes da aplicação dos respectivos fundos, procedendo-se à supervisão da segurança e estabilidade do sistema monetário e financeiro, no sentido de elevar a capacidade da supervisão e prevenção dos riscos financeiros.
- 2) Manutenção do crescimento estável da economia. Neste contexto, irão ser realizadas as seguintes acções: prestação de melhores serviços a investidores estrangeiros para a captação dos seus investimentos e manutenção do investimento público de dimensão apropriada; empenhamento em acompanhar e manter a estabilidade e o desenvolvimento dos sectores predominantes e das empresas relacionadas, evitando grandes flutuações no respectivo desempenho; promoção activa do desenvolvimento dos sectores emergentes, designadamente

as convenções e exposições, a medicina tradicional chinesa, entre outros, no sentido de cultivar novos pontos de crescimento económico; prestação de acompanhamento aos efeitos subsequentes da crise financeira internacional e à evolução do desenvolvimento económico mundial, intensificando os estudos sobre a nova conjuntura e novos problemas relacionados com o mercado financeiro local, com vista à adopção atempada de medidas de contingência.

Apoio às pequenas e médias empresas para a vitalização empresarial

- 1) Concretização e aperfeiçoamento das medidas de apoio. Irá diligenciar para a implementação com eficácia dos planos de apoio a PME, planos de garantia de crédito e políticas de incentivos financeiros e monetários, continuando a facultar apoio ao desenvolvimento dessas empresas através do FDIC, ajudando-as na criação de *website* empresarial e na atenuação efectiva das suas dificuldades em matéria de falta de mão-de-obra.
- 2) Aumento da competitividade empresarial. Neste sentido, será empenhado em impulsionar a modernização da gestão das empresas mediante a disponibilização às mesmas de cursos de formação sobre criação de negócios e desenvolvimento empresarial, promovendo a reforma e a reconversão das suas actividades. Irá apoiar as PME na conquista de novos mercados, no reforço da cooperação externa, na criação de plataformas de cooperação e no alargamento de canais de cooperação, diligenciando para ajudá-las a participarem no desenvolvimento da Ilha de Hengqin, promovendo a implementação das medidas relativas ao desenvolvimento das PME no âmbito do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, dando-lhes apoio no desenvolvimento e na exploração de produtos e serviços de marca de Macau. Continuar-se-á a prestar ajuda na realização de uma série de actividades, no âmbito da “Semana Dinâmica de Macau”, nas províncias e cidades no Interior da China, para a promoção e publicidade dos produtos e serviços de Macau e produtos com características próprias do territórios e dos Países de Língua Portuguesa, no sentido de proporcionar às PME locais meios para a identificação dos espaços de expansão no Interior da China.
- 3) Reforço dos diversos serviços destinados às empresas. Assim, para além de promover a valorização plena das funções do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do Núcleo de Serviços às PME (SMEC), irá melhorar, de forma contínua, os serviços das bolsas de contacto para a promoção da cooperação empresarial, incentivando a utilização do serviço electrónico comercial por parte das PME para alargar as suas redes de publicidade.

Aceleração do desenvolvimento do sector de convenções e exposições para promover a diversificação adequada da economia. A aceleração do desenvolvimento dos sectores de turismo e lazer, de convenções e exposições de natureza comercial, da

medicina tradicional chinesa, dos serviços educativos, da indústria cultural e criativa, entre outros, constituem os principais conteúdos da promoção da diversificação adequada da economia de Macau, pelo que, as acções a desenvolver a este respeito serão focadas no seguinte:

- 1) Promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições. Empenhar-se-á na valorização plena do papel de entidade responsável pelo sector de convenções e exposições; na implementação e aperfeiçoamento eficazes do “Plano de Estímulo às Convenções e Exposições”; na continuação dos trabalhos de atracção para a vinda e a realização de feiras de marca do exterior em Macau; na criação de feiras e exposições de marca de Macau, realizando, com sucesso, a “Feira Internacional de Macau (MIF)”, o “Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental (MIECF)”, a “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau” e a “Exposição de Franquia de Macau (MFE)”, para promover o profissionalismo e a internacionalização das mesmas, bem como a sua adaptação ao mercado, tornando-as, quanto possível, em feiras e exposições de marca no contexto regional; na formação activa de pessoal qualificado do sector de convenções e exposições e no reforço da cooperação regional nesta matéria.
- 2) Fomento da reconversão industrial. Nesta área, será proporcionado apoio à indústria do vestuário para a sua reconversão em direcção à produção de artigos de alto valor acrescentado e para o desenvolvimento de marcas próprias, promovendo a elevação da competitividade dos seus produtos e a reforma da sua gestão adoptada.
- 3) Coordenação na promoção do desenvolvimento do sector logístico moderno e das indústrias cultural e criativa e de medicina tradicional chinesa. Assim, será empenhado em participar nos trabalhos da Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico, promovendo a definição de políticas estratégicas e medidas vocacionadas para o fomento e apoio à expansão dessas actividades, continuando a instalação na MIF do “Pavilhão de Criação de Macau”, delineando uma zona de exposições dedicada exclusivamente à indústria cultural e criativa e organizando actividades temáticas relacionadas com este sector. Esforçar-se-á pela valorização eficaz do papel do “Centro de Exposição de Produtos de Macau (Macao Ideas)”, reforçando as acções de conjugação empresarial e apoiando os operadores do campo cultural e criativo locais na industrialização das suas actividades e na identificação de mercados. Relativamente ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau, serão desencadeadas actividades, mediante a “Guangdong-Macau Traditional Chinese Medicine Technology Industrial Park Development Co., Ltd.”, para promover a sua construção, envidando ainda esforços para encorajar as empresas locais na aplicação do seu investimento ou no desenvolvimento das suas actividades no Parque, prestando ainda apoio ao desenvolvimento do sector dos serviços, nomeadamente a venda a retalho, os serviços turísticos, a restauração, entre outros.

- 4) Lançamento de outras políticas e medidas destinadas ao fomento do desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Neste sentido, irá empenhar-se na valorização das funções do FDIC, lançando oportunamente planos de apoio, captando projectos favoráveis à diversificação adequada da estrutura industrial mediante serviços prestados aos investidores, e definindo políticas de recursos humanos vocacionadas para os sectores propícios ao fomento do processo da diversificação adequada da economia.

Aprofundamento da cooperação regional e promoção da construção de plataformas

- 1) Aprofundamento da implementação do CEPA, dando apoio ao sector empresarial no aproveitamento das medidas preferenciais estabelecidas no CEPA para conquistar mercados nacionais e estrangeiros, empenhando-se em tirar proveito do referido acordo para a captação de investimentos.
- 2) Implementação do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, com maior esforço no fomento da cooperação entre as duas partes. No âmbito da promoção da participação na exploração da Ilha de Hengqin, será fomentada, através da sociedade denominada “Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A.”, a construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa e da Zona dos Parques Industriais de Cooperação Guangdong-Macau, prevendo-se a conclusão das tarefas principais do plano geral de construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no início do ano de 2013, estando a encetar-se os trabalhos preparativos para a construção dos edifícios principais do Parque. E mediante os respectivos grupos de trabalho especializados e a constituição da comissão de avaliação de projectos, será dado apoio para que os projectos de investimento de Macau que satisfaçam as condições pre-definidas, particularmente os de grande dimensão, possam desempenhar um papel impulsionador da participação das PME's locais no desenvolvimento da Ilha, recorrendo ao modelo de “grandes investimentos promovem pequenos investimentos”. Irá empenhar-se no aprofundamento da cooperação económica e comercial entre Guangzhou e Macau, tendo a “Zona Integrada de Nansha para a Implementação Piloto do CEPA” por plataforma e suporte de relevância no impulsionamento da cooperação bilateral, com foco no maior intercâmbio e cooperação nas áreas económica e comercial, de convenções e exposições, do turismo e da educação e cultura; no fomento do desenvolvimento coordenado entre Guangdong e Macau no sector de convenções e exposições, dando apoio à comunidade empresarial de ambas as partes para a participação recíproca nos eventos de convenções e exposições realizadas, além da organização conjunta de feiras; na promoção da cooperação Guangdong-Macau nos domínios financeiro, de propriedade intelectual, de critérios, entre outros, incentivando a cooperação das PME's de ambas as regiões, procurando ser concretizada, básica e primeiramente, a liberalização do comércio de serviços entre o Interior da China, Hong Kong e

Macau até finais de 2014, dando prosseguimento às acções vocacionadas para a exploração conjunta dos mercados dos Países de Língua Portuguesa e do resto do mundo.

- 3) Criação da plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. O Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa irá prosseguir os seus esforços na prestação de assistência coordenada ao funcionamento do Secretariado Permanente para o lançamento dos diversos trabalhos definidos. Em virtude da valorização do papel de plataforma de serviços desempenhado, será empenhado na organização contínua de delegações empresariais aos países lusófonos para visitas de estudo, participação em feiras e conferências, promoção comercial e captação de investimentos, dando apoio às empresas dos países lusófonos na prospecção de negócios no Interior da China, a fim de fomentar o intercâmbio e a cooperação económica e comercial entre o Interior da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa.
- 4) Continuidade na participação activa na cooperação económica da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas. As acções a realizar incluem: prestação de apoio à Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas no reforço das relações económicas e comerciais com a Lusofonia e os Países da União Europeia; reforço da cooperação entre Macau e a Região nos domínios de propriedade intelectual, de protecção ambiental, entre outros, dando continuidade aos trabalhos tendentes ao aprofundamento da cooperação Fujian-Macau; valorização plena das funções dos Gabinetes de Ligação do IPIM nos Municípios de Hangzhou, Jieyang, Chengdu, Shenyang e Fuzhou, promovendo ainda a cooperação com as demais províncias e municípios do Interior da China; fomento da cooperação económica e comercial entre Macau e Taiwan, intensificando as ligações económica e comercial com a ASEAN mediante a organização de delegações empresariais de Macau para visitas de estudo e intercâmbio nas localidades da ASEAN; promoção contínua da expansão da rede de cooperação e ligações económicas e comerciais internacionais, desencadeando acções em articulação com os trabalhos de apreciação por parte da Organização Mundial do Comércio da política do comércio da RAEM a realizar no ano de 2013, participando activamente nas actividades da iniciativa da UNESCAP e da APEC.

Manutenção do pleno emprego e garantia eficaz da qualidade de vida da população

- 1) Continuação da promoção do emprego, mantendo uma relativamente baixa taxa de desemprego: continuar a otimizar o serviço de colocação profissional, simplificando os procedimentos administrativos e elevando a eficácia dos serviços prestados; reforçar a comunicação e cooperação entre as partes laboral e patronal, promovendo activamente a concertação entre a oferta e a procura de recursos

humanos e exortando as empresas para a contratação e a promoção prioritárias de trabalhadores locais (TRs); continuar a reforçar o acompanhamento e apoio na integração e reintegração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade, intensificando o serviço de aconselhamento profissional aos jovens que se vão integrar no mercado de trabalho e encorajando os empregadores para a contratação de indivíduos com deficiência; promover, através das acções de formação a proporcionar, a elevação das qualificações profissionais e níveis técnicos dos TRs, no sentido de impulsionar a sua ascensão profissional, nomeadamente a dos trabalhadores de base.

- 2) Reforço da fiscalização e controlo dos trabalhadores não residentes (TNRs), assegurando o direito ao emprego dos TRs. Nestes termos, serão apreciados, rigorosamente e nos termos da lei, os pedidos de TNRs, fazendo ajustamento ao número de TNRs de acordo com a evolução da procura e oferta de mão-de-obra no mercado laboral, melhorando o conteúdo das informações divulgadas sobre TNRs importados, efectuando fiscalização às entidades empregadoras que procederam à importação de mão-de-obra não residente, para verificação da existência ou não de TRs ao seu serviço em quantidade correspondente à estipulada nas respectivas autorizações de contratação de TNRs entretanto emitidas. Irá também estreitar a cooperação com os serviços competentes nas acções de combate ao trabalho ilegal, melhorando o respectivo mecanismo de denúncia.
- 3) Reforço da formação profissional e aumento da capacidade de integração laboral dos TRs. Para o efeito, dar-se-á continuidade à organização de cursos de formação profissional diversificados, realizando cursos de aperfeiçoamento especializado e continuando a desenvolver cursos para a certificação de qualificação profissional. Irá também reforçar a formação destinada aos indivíduos de meia-idade, através da implementação contínua das “Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional”, promovendo o alargamento de testes de técnicas profissionais para diferentes tipos de trabalho e aumentando as acções de formação profissional para as classes mais carenciadas.
- 4) Adopção de medidas de apoio, aliviando as dificuldades de sobrevivência dos residentes. Assim, irá empenhar-se na implementação atempada de cursos destinados à atenuação de dificuldades, dando continuidade aos cursos de formação subsidiados para pescadores durante o período de defeso da pesca. No que toca à implementação eficaz e ao estudo para a implementação atempada de medidas que visam aliviar as pressões sobre a vida da população local, será dada continuidade às políticas de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, bem como às medidas do subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos, envidando esforços para acompanhar os efeitos da inflação sobre as condições de vida da população, assegurando a estabilidade da oferta de produtos no mercado mediante a exploração de mais canais de abastecimento de produtos alimentares,

no sentido de garantir a quantidade em estoque, a oferta e a estabilidade dos preços praticados no mercado local dos artigos de primeira necessidade. Além disso, irá também reforçar a fiscalização do mercado e o controlo da segurança dos produtos, com destaque para a segurança alimentar.

Reforço da administração científica e empenho na realização das acções governativas nos termos da lei

- 1) Reforço da fiscalização das actividades do jogo. As acções a realizar incluem: ajustamento e controlo da dimensão do desenvolvimento do sector do jogo, promovendo o desenvolvimento adequado e ordenado do mesmo sector; reforço da fiscalização dos casinos, empenhando-se na implementação eficaz das normas legais sobre as comissões pagas aos promotores de jogo não superiores a 1,25% do montante total de apostas realizadas, e na intensificação da auditoria aos registos contabilísticos das concessionárias de jogo; reforço da fiscalização exercida sobre os promotores de jogo, continuando a criar e aperfeiçoar a base de dados sobre os promotores de jogo e seus colaboradores; prosseguimento da auditoria prevista nos “Requisitos Mínimos de Controlo Interno (RMCI), realizando a auditoria aos procedimentos do controlo interno relativamente às receitas brutas provenientes das máquinas de jogo nos casinos; promoção com empenho do jogo responsável, procedendo fiscalização às seis concessionárias sobre a implementação das directivas emitidas no âmbito da promoção do jogo responsável, no sentido de prevenir os problemas do jogo patológico e do jogo problemático; e execução com eficácia dos trabalhos relativos à remoção dos recintos de máquinas de jogo das zonas residenciais.
- 2) Reforço da fiscalização do mercado de trabalho. Neste contexto, irá empenhar-se na aplicação rigorosa da legislação vigente na área do trabalho, assegurando, nos termos da lei, o direito ao emprego dos residentes e os demais direitos e interesses com eles relacionados, mantendo eficazmente a ordem legítima do mercado de emprego. Serão intensificados continuamente os trabalhos sobre segurança e saúde ocupacional, aperfeiçoando a respectiva legislação e criando um ambiente de trabalho seguro e saudável.
- 3) Aperfeiçoamento da administração financeira pública. Para além de prosseguir de forma determinada a sua administração científica, irá também empenhar-se em intensificar e regulamentar a cobrança e a administração de impostos, controlando as despesas financeiras, continuando a proceder aperfeiçoamento ao regime de administração financeira e ao sistema fiscal, no sentido de promover a modernização do modelo de funcionamento do regime de administração financeira e a facilitação do acesso ao mesmo. Serão também desencadeadas acções para reforçar a gestão patrimonial, intensificando a fiscalização contabilística e definindo normas do sector e respectivas instruções técnicas.

- 4) Reforço da supervisão financeira, promovendo a regularização, modernização e internacionalização dos respectivos trabalhos e esforçando-se pelo combate às actividades de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo, nos termos da lei.
- 5) Prosseguimento dos trabalhos de revisão e aperfeiçoamento de diplomas e regulamentos legais relacionados:
 - Área do sector do jogo: realizar estudos para a elaboração do diploma legal que define a localização, características, regras de permanência e funcionamento das áreas de jogo.
 - Área do comércio externo: concretizar, de forma progressiva, os trabalhos de revisão da “Lei do Comércio Externo”, do “Regulamento das Operações de Comércio Externo” e do “Regulamento de Certificação de Origem”, entre outros.
 - Área da propriedade intelectual: proceder à revisão do “Regime Jurídico da Propriedade Industrial”.
 - Área das finanças públicas: rever de forma global a legislação tributária vigente, elaborar o texto legal relativo às “Normas de Desempenho Profissional dos Contabilistas”, proceder à alteração do “Estatuto da Comissão de Registo dos Auditores e dos Contabilistas” e rever as “Normas de Contabilidade”.
 - Área das actividades financeiras: continuar a revisão do “Regime Jurídico do Sistema Financeiro” e respectivas normas legais, alterar o regime legal da actividade seguradora, continuar a coordenação dos trabalhos referentes à revisão da lei sobre o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.
 - Área do trabalho: estudar a alteração da “Lei das Relações de Trabalho” e do “Regime Jurídico da Reparação por Danos provocados por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais”, estudar e elaborar o “Regime de Trabalho a Tempo Parcial”, continuar o acompanhamento dos trabalhos legislativos referentes à proposta de lei sobre a “Garantia de Créditos Emergentes das Relações Laborais” e ao projecto do regulamento administrativo do “Fundo de Garantia Salarial”.

Empenho na defesa dos consumidores e na regulamentação do mercado de consumo. Serão reforçados e regulamentados os trabalhos destinados à protecção dos direitos e interesses dos consumidores, intensificando a fiscalização do mercado de bens de consumo e a investigação de preços, com vista a elevar a transparência dos preços dos produtos praticados no mercado. Irá aumentar a eficácia administrativa e o grau de utilização do “Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo”, procurando atrair a adesão de mais empresas no programa de “Lojas Aderentes”. Relativamente às “Lojas

Certificadas”, serão aperfeiçoados o processo de inspecção e o mecanismo de avaliação a elas aplicados, esforçando-se ainda pelo melhoramento das diversas medidas de inspecção e de apoio adoptadas, com base nas experiências vividas durante mais de dez anos após a implementação do respectivo programa. Irá também fortalecer e popularizar os trabalhos educativos sobre a defesa dos direitos do consumidor, para que estes conheçam melhor os seus legítimos direitos como consumidor de produtos ou serviços, empenhando-se ainda no alargamento às unidades empresariais das actividades educativas e de sensibilização realizadas.

Melhoramento dos trabalhos da produção estatística consoante as necessidades resultantes do desenvolvimento. Irá concluir os trabalhos da recolha de informação do “Inquérito aos Orçamentos Familiares 2012/2013”, preparar a revisão do período base do índice de preços no consumidor, lançar os trabalhos de análise e estudos específicos no domínio demográfico e reforçar a promoção dos “Resultados Pormenorizados dos Censos 2011” e da aplicação do “Sistema de Informação Geográfica dos Censos 2011”.

Área da Segurança

O Balanço de execução das linhas de acção governativa para 2012 na área de Segurança Interna

Percorrendo em retrospectiva as políticas públicas definidas como objectivos para a área de governação da segurança interna, nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2012, podemos concluir por um notório incremento da aproximação harmoniosa das autoridades de segurança à população, de onde resultou um acervo de informação com inquestionável utilidade para boa ordem social, com reflexos na melhoria das condições de vida e de trabalho dos cidadãos, factores de muita importância no contexto da afirmação internacional de Macau, particularmente como centro cosmopolita, de lazer e turismo.

1. Coordenação das operações policiais, alargamento da cooperação policial

Constatou-se a efectiva implementação das funções de coordenação dos Serviços de Polícia Unitários (SPU), no sentido de uma melhor interacção e cooperação dos órgãos de polícia subordinados (Polícia Judiciária e Corpo de Polícia de Segurança Pública), o que se mostrou fundamental para a análise de informação e para boa partilha dos recursos e sinergias disponíveis, assim concorrendo para uma melhor atitude de prevenção e um mais eficaz combate ao crime.

Os SPU coordenaram a instalação dos sistemas de videovigilância nos espaços públicos, cabendo-lhe, também, a elaboração normas de conduta relativas à recolha, conservação e tratamento das imagens recolhidas. Em Maio de 2012, realizou-se, em Macau, a segunda edição do Fórum, Policiamento Macau-Zhuhai, a temática é “Desenvolvimento da cooperação policial no “Acordo-Quadro de Guangdong-Macau”. Em Junho realizou-se em Macau, o 18.º encontro de Chefes da Investigação Criminal, com o objectivo de fortalecer a cooperação policial bilateral e multilateral entre Macau e Guangdong e Hong Kong. Houve lugar logo ao “Thunder 12 – acção conjunta das polícias dos três lugares”. Durante 9 de Julho a 8 de Agosto, as polícias de três lugares participaram em operações conjuntas contra as actividades criminais relativas às seitas, ao tráfico transfronteiriço de droga, particularmente à utilização do corpo humano para o respectivo transporte, ao tráfico de pessoas, em particular o relacionado com a exploração sexual de mulheres, aos grupos que se dedicam ao furto organizado transfronteiriço e, ainda, ao branqueamento de capitais, o que contribui para um efectivo desanuviamiento do ambiente de segurança de Guangdong, Hong Kong e Macau, com bons resultados para a segurança e estabilidade das áreas sob responsabilidade policial das partes envolvidas.

2. Promoção e desenvolvimento das operações alfandegárias, facilitação do trânsito de mercadorias

No âmbito do “Acordo-Quadro de Cooperação de Guangdong-Macau”, tem havido lugar a um debate intenso, bem como a proveitosas consultas bilaterais, com vista à promoção, construção e desenvolvimento da região de Nansha de Guangzhou, debate esse

em que os Serviços de Alfândega (SA) têm participado activamente com a apresentação de uma série de temas, os quais abrangem um elevado leque de assuntos que se estendem do alargamento do horário de funcionamento das alfândegas à uniformização da documentação aduaneira. Os serviços alfandegários de Hong Kong e Macau, através do Selo Verde confirmam reciprocamente os resultados dos respectivos actos de inspecção, tendo em vista evitar a duplicação inspectiva, assim aumentando a eficiência das operações de desalfandegamento das mercadorias que entram ou saem. A alfândega da China Continental está a estudar a possibilidade de unificar os impressos de declaração, a qual será implementado, a título experimental, no posto transfronteiriço da Zona Industrial de Zhuhai-Macau, já no ano próximo

Em articulação com a medida de controlo de tabagismo, os SA empenham-se na introdução de medidas de controle do contrabando de tabaco, adoptando programas adequados. Nas Portas do Cerco e posto fronteiriço da Ponte Lotus, os SA instalaram um equipamento de raios-X próprio para inspecionar os veículos, levando a cabo um programa global de fiscalização, tendo em conta os dados de avaliação de risco sobre o trânsito de veículos de mercadorias e outras viaturas.

O policiamento marítimo na orla costeira acolheu novos e grandes desafios, fruto das obras da ilha artificial de Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau, das obras do Terminal Marítimo Pac-On, e da passagem subaquática da Universidade de Macau em Hengqin. O tráfego marítimo intensificou-se, o que conduziu a um incremento do patrulhamento dos SA, estendido, também, às embarcações de pesca, cuja actividade registou um grande aumento, visando a dissuasão de actividades ilícitas.

3. Promoção de garantias de segurança pública, consolidação da relação de confiança dos cidadãos para com as autoridades de segurança

O Corpo de Policia de Segurança Pública evidenciou o seu empenho denodado no sentido de manter a paz social proporcionando uma vida tranquila aos cidadãos. Facilitando o trabalho do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e permitindo-lhe que assegure o harmonioso desenvolvimento em ambiente de segurança, o Corpo da Polícia de Segurança Pública vem cumprindo as suas atribuições de prevenção e combate ao crime, o que, aliás, faz por rotina. Desenvolveu um trabalho prospectivo através de implantação, por exemplo, de um patrulhamento eficaz. Procedeu a uma análise projectiva de todos os crimes possíveis por forma a encontrar o melhor conceito de resposta, com incidência nos pontos negros onde as manchas de criminalidade são mais evidentes e preocupantes, por forma a melhor monitorizar afloramentos de crimes de roubo, furto, fogo posto, identificando e detendo os criminosos, no sentido de assegurar uma ordem pública estável.

O ano em curso foi também muito profícuo quando á cooperação com as entidades bancárias tendo o CPSP agilizado as formas de pagamento electrónico das infracções rodoviárias, bem como outros serviços ou encargos, no sentido da efectiva implementação de um serviço de one-stop. Na gestão do tráfego, reforçou a cooperação com a Direcção

dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, no sentido de melhor coordenarem as questões relativas à coordenação do tráfego rodoviário.

No que diz respeito ao serviço de imigração, foi expandido e melhorado constantemente o sistema de consulta on-line. Implementou um sistema de reserva on-line destinado a facilitar o público. A fim de melhor lidar com as eventuais vulnerabilidades do mecanismo de tratamento do pedido de cartão de trabalhadores não residentes. Desde Fevereiro deste ano que, com aquelas entidades, foi agilizado o controlo de trabalhadores não residentes, oriundos da China Continental, no sentido de evitar que aqueles que perderam o emprego em Macau sejam elegíveis para reentrar em Macau. Este mecanismo de verificação tem-se mostrado satisfatório até agora.

Alcançou os compromissos assumidos. Através de actividades comunitárias fomentaram a recolha informações, sensibilizaram a população fazendo propaganda e combateram, efectivamente, o crime. As polícias envolvem-se com as comunidades, independentemente do seu extracto social, contactando com as respectivas associações cívicas e com as escolas, com vista a colher e prestar informações úteis sobre a prevenção criminal, certos de que esta sua atitude proactiva contribui para o reforço da confiança junto dos cidadãos.

4. Reforço do papel das informações na prevenção e investigação criminal, especialmente no tocante aos crimes mais graves

A Polícia Judiciária tem-se esforçado por se dotar da mais moderna e alta tecnologia de auxílio à investigação criminal, particularmente importante na detecção de crimes mais graves. Durante o ano ainda em curso fomentou os programas de formação e treino, no sentido de obter uma melhor configuração técnica e também teórica das suas equipas de investigação, isto para se tornar mais eficaz a acção e facilitar a coordenação operacional. A aposta numa melhor qualidade do laboratório e numa melhor gestão das bases de dados de informação criminal facilitam o trabalho de pesquisa.

Implementação da intelligence: Com o objectivo de construir uma rede de *intelligence*, a PJ activou e fortaleceu o intercâmbio e cooperação de com os seus congéneres policiais, aproveitando para observar de perto o desenvolvimento das ferramentas de trabalho por eles utilizados e proporcionar ao seu pessoal o contacto com essas realidades e o treino na operação desses equipamentos de vanguarda, especialmente os relacionados com as tecnologias da informação. Esta postura permitiu o desenvolvimento das reais capacidades de colheita e análise de informação e, conseqüentemente, as estratégias anti-crime muito beneficiaram. A actividade de intelligence lidera, efectivamente, o processo de recolha e análise de informações contribuindo para uma melhor racionalização das diversas estratégias de combate ao crime. Para assegurar uma resposta imediata aos crimes do jogo. A PJ ajustou a organização dos recursos de investigação, prevenção e combate aos crimes do jogo existentes. Foram redistribuídos os recursos humanos e reformulado o sistema de ocorrência a emergências, através da criação de um grupo de resposta rápida dirigida a todos os casinos e que opera 24/24 horas.

A aplicação da análise de DNA na investigação criminal e na prática da ciência forense vem-se tornando cada vez mais comum. Nesse sentido a Polícia Judiciária lançou em Abril deste ano um estudo legislativo para criar, extrair, gerenciar o recurso ao banco de dados de DNA individual.

5. Reforço da segurança contra incêndios e da vertente de socorro e salvamento

O Corpo de Bombeiros (CB), programou os seus trabalhos em conformidade com as políticas públicas definidas pelo Governo da RAEM para o ano de 2012, tendo alcançado êxito na execução. Face ao crescente incremento das urbanizações e em particular de uma maior utilização do espaço subterrâneo que a instalação do metro ligeiro vai induzir o CB levou a cabo em Abril uma palestra com especialistas do Continente, subordinada ao tema “combate e salvamento a incêndio no espaço subterrâneo”, de onde resultou a elaboração de um Plano operacional específico, muito útil para a prevenção de desastres e reforço das capacidades de intervenção. Em resposta ao início das obras de construção de metro ligeiro, o CB criou uma equipa especial para supervisionar as influências do projecto no tráfego circundante e elaborou planos de contingência para reforçar a resposta rápida e capacidade de resgate. Em relação às obras de construção de campus da Universidade de Macau em Hengqin e do correspondente posto operacional nesse mesmo campus universitário, vem-se trabalhando em cooperação com o respectivo departamento que acompanha a evolução daquela instalação.

Tendo por objectivo melhorar a eficácia na resposta e a capacidade de resgate nos acidentes rodoviários graves, activou o mecanismo de acidente grave para execução dos trabalhos de resgate, tendo resultado em êxito a sua acção operacional. Em matéria de resgate e emergência, os planos do CB, com vista ao socorro relacionado com as mercadorias perigosas vêm produzindo efeitos. Ocorreram incidentes de emissão de gás tóxico, tendo sido accionados os planos de emergência respectivos e de contenção de danos com vista à redução do número de vítimas.

6. Incremento dos conhecimentos dos profissionais, por via da intensificação das acções de formação

A Escola Superior das Forças de segurança de Macau continua a reforçar todos os níveis, a formação de talentos, ministrando curso de alta qualidade, em conformidade com as necessidades públicas, tendo por objectivo alcançar um balanço equilibrado entre a qualidade e o número da formação e, ainda que os adquiram competências que lhes permitam uma prestação funcional mais eficiente e um confiança em si próprios mais determinada.

Para implementar o conceito de servir melhor o cidadão promovido pelo Governo da RAEM, além do treino convencional foram levados a cabo cursos de curta duração, como cursos de línguas, cursos de direito, cursos voltados para a qualidade do serviço, cursos de práticas oficiais, de técnicas de recepção de reclamações; foram ainda organizados

workshops sobre o stress laboral e controlo emocional, além de outros, destinados, como vimos de dizer, não só à melhoria das capacidades profissionais, mas também ao reforço das condições psicológicas no exercício de funções.

7. Racionalização os equipamentos, reforço das infra-estruturas

A Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau coordena vários projectos de grandes infra-estruturas, tendo em vista um acompanhamento que garanta um bom apetrechamento físico e técnico. Durante o ano, em cada posto fronteiriço, foram substituídos pórticos de leitura óptica de passaporte e documentos, destinando-se este novo equipamento a uma maior abrangência de documentos de viagem, para que o equipamento substituído já se encontrava obsoleto. Começamos a instalar o sistema de auto-passagem no edifício no novo Terminal Marítimo da Taipa.

Relativamente ao aconselhamento psicológico nas forças de segurança, além de acções de natureza terapêutica e de aconselhamento, organizaram-se na ESFSM e na Escola de Policia várias iniciativas e workshops e lançaram-se inquéritos psicológicos visando o despiste de situações de risco e uma intervenção oportuna na saúde mental dos militarizados, face ao stress emocional que vivem.

8. Aperfeiçoamento a gestão dos assuntos prisionais, no sentido da melhor reinserção social

O Estabelecimento Prisional de Macau tendo por referência as experiências externas, procedeu-se ao levantamento de uma Equipa de Resposta Tática, com 25 elementos. Além disso, 13 elementos do Corpo de Guardas Prisionais estiveram presentes, em Março de 2012, no “2.º Concurso de Desafio perante motins em prisões asiáticas”, organizado pelo Departamento Penitenciário da Singapura”. Em Fevereiro último convidou-se o responsável pelo Departamento de Prisões da Singapura para dirigir uma “formação anti-motim para a equipa de guardas” sendo que, no 4º trimestre serão enviados guardas prisionais a Portugal para receber a formação tática.

Prossegue-se o programa dedicado aos “cuidados de apoio social”, sensibilizando os reclusos para o voluntariado. A fim de reforçar a sensibilização para a segurança nas oficinas do EPM, organizou-se cursos de sensibilização para a higiene e segurança no trabalho, aos quais compareceram todos os reclusos envolvidos nessas actividades oficiais.

9. Ajustamento dos planos de contingência, promovendo melhor coordenação de acções da protecção civil

O Gabinete Coordenador de Segurança durante o ano de 2012 prosseguiu o reforço da prevenção em matéria de protecção civil e melhorou o plano de contingência de acidente nuclear. A fim de melhor responder às ameaças que surgem aquando de incidentes naturais, como o Tufão, realizou-se, em Abril, sob o patrocínio do Centro Operacional da Protecção Civil um exercício, destinado a testar a capacidade de resposta

dos departamentos participantes e dos dois Postos Operacionais (Macau e nas Ilhas), nos acontecimentos emergentes, a capacidade de comando, controlo, coordenação, comunicação, processamento de dados e de distribuição de recursos, ao mesmo tempo que se visou aprofundar a capacidade de compreensão e entendimento entre os diversos intervenientes, neste âmbito específico, da actividade de protecção civil. Em articulação com o trabalho de publicidade prevenção do ciclone tropical, produziu-se uma nova série de curta-metragem sobre tempestades tropicais, usando efeitos de computador, pautados pelos ritmos modernos para atrair a sensibilidade de mais pessoas, de modo a aumentar a sua consciência de protecção civil. Perante vários incidentes de Tufão no último Verão, foi sistematicamente activada a estrutura da protecção civil, do que resultou a redução efectiva dos danos.

10. Esforço conjunto na garantia de segurança pública

A Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas trabalha activamente para coordenar os serviços competentes no combate ao crime do tráfico de seres humano. No ano passado, A Comissão colaborou com vários serviços para co-organizar cursos de combate a esta actividade ilícita, dos quais destaca, workshop “Combate ao tráfico de pessoa”, palestra “Crime de tráfico de pessoa” no sentido de estudar os conhecimentos sobre prevenção e combate ao tráfico de pessoa e de melhorar as competências do pessoal da linha de frente para melhor identificar e lidar com os traficantes de seres humano e, bem assim, com as suas vítimas. Foram afixados e distribuídos cartazes para transmitir criminalização do tráfico de pessoas e alertar para as precauções a tomar. Em Março, o CPSP e o órgão de segurança pública da China Continental desmantelaram em conjunto um grupo transfronteiriço de tráfico de pessoa, foram detidos sete suspeitos, e resgatadas um conjunto de potenciais vítimas.

É de realçar que as autoridades de segurança respeitam o papel da Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau(FSSM), reflectindo de uma forma proactiva as recomendações dela oriundas.

Linhas de Acção Governativa para 2013

Para lidar com estes desafios e reforçar a manutenção da lei e da ordem, as autoridades de segurança continuarão a tomar medidas específicas no ano que vem. A orientação política geral para a área de governação de segurança pública interna, para 2013, é o combate eficaz às actividades criminosas que afectam a vida das pessoas e o ambiente de paz e harmonia social que queremos proporcionar a toda a população de Macau.

Para lograr atingir esse objectivo percorreremos 3 passos nas nossas políticas públicas: 1. Prevenir e combater o crime, refinar os índices de segurança da comunidade; 2. Promover uma relação harmoniosa entre a Polícia e o cidadão; 3 Melhorar o desempenho da polícia para garantir uma vida segura.

1. Reforçar a coordenação das operações policiais, otimizar a gestão interna

O plano de actividades da polícia para 2013 vai continuar a ter por objectivos e orientações estratégicas já estabelecidas. Sobre a organização, atribuições legais e funções da autoridade policial, aponta-se para os seguintes 4 objectivos estratégicos: fortalecer a coordenação das forças policiais para melhorar o controle, comando e coordenação dos órgãos policiais na prevenção e combate ao crime, na protecção da segurança pessoal e da propriedade; optimização das normas internas de gestão de recursos, por forma a melhor os gerir, quer nas áreas do pessoal, quer relativamente aos recursos financeiros e aos materiais, visando, quanto a estes, uma boa execução orçamental, guiada por conceitos modernos de racionalidade; Introduzir preocupações científicas e de modernidade na estruturação da formação profissional, promovendo a organização local, e no exterior, d acções de treino para melhorar a qualidade dos recursos humanos existentes, promover a inovação científica e tecnológica, consolidar e garantir o desempenho das funções dos organismos policiais, bem como a introdução de novas informações e tecnologias de comunicação.

Em conformidade com as orientações estratégicas da segurança interna os SPU definem como seus objectivos, uma boa coordenação do trabalho da PJ e do CPSP, nas tarefas de prevenção e combate à criminalidade afim de para garantir a estabilidade a longo prazo da sociedade de Macau.

Continuar a acompanhar o plano de instalação do sistema de CCTV e de instalação de dispositivos electrónicos, a fim de equilibrar os valores da segurança pública e da privacidade pessoal. De acordo com as fases do programa, vai instalar-se o CCTV em vários locais da Península de Macau, nas Ilhas e nas vias rodoviárias, expandir a rede de fibra óptica transmissora de dados, e implementar criar um centro temporário de monitorização no edifício sede da Polícia de Segurança Pública.

2. Zelar pela tranquilidade pública e promover a paz comunitária nos Bairros

As autoridades de segurança prosseguem esse serviço de interesse público de manutenção da paz e segurança da comunidade, proporcionando-lhe a fruição de uma vida próspera. Para tanto, vimos actualizando os planos de contingência, sobre os quais assenta o trabalho policial, na lide com as demandas que a segurança das pessoas nos coloca e os cidadãos da Região Administrativa Especial de Macau nos solicitam.

Melhorar o patrulhamento policial na comunidade e retirar dele as maiores virtualidades possíveis, designadamente ajudando as pessoas a resolver seus problemas. Na cidade velha, na área residencial mais populosa, destacaremos pessoal para organizar reuniões regulares da prevenção do crime para os moradores a fim de os sensibilizar sobre a prevenção dos furtos e das fraudes, colher informações úteis á sua actividade, dialogar com as empresas administradoras de condomínios e com elas agendar reuniões e operações de prevenção e segurança face às ameaças de crime.

Durante os feriados e grandes eventos, fortaleceremos o posicionamento policial com vista ao combate e à prevenção criminal, designadamente incrementando o dispositivo humano quer de dia quer de noite, e fazendo operações de fiscalização diárias. Procederemos as operações regulares e inopinadas visando a fiscalização de actividades ilegais em estaleiros de obras, locais de entretenimento, monumentos históricos, zonas comerciais de grande afluência, karaoke, bares, cafés de Internet e centros de jogos de diversão, estabelecimentos de sauna de sauna e massagem.

Fazer análise projectiva sobre as tendências da criminalidade, por forma a implementar as melhores estratégias de combate ao crime de roubo, furto e fogo-posto, tudo no sentido de uma melhor estabilidade. Usaremos meios avançados e adequados equipamentos, para inspecção, detecção e investigação de tráfico de drogas, produtos perigosos, trabalhadores ilegais e imigrantes ilegais.

3. Reforçar o software e hardware, incrementar o trabalho de investigação e prevenção criminal

Para a implementação de um programa de “subsídios da intelligence para a investigação criminal” e outro de “ reforço da polícia com modernas tecnologias científicas”, a Policia Judiciária, com base na análise das informações e sua troca com congéneres do exterior, prossegue um caminho de modernização que se apoia também num evoluído suporte tecnológico, convencidos que estamos de que será por esta via que conseguiremos um efectivo êxito na actividade da investigação criminal, particularmente a que tem por alvo os gangues criminosos.

Continuar a reforçar a inteligência criminal e recursos de segurança de colheita de informações através da ampliação da rede de fontes. Optimizar o recurso ao sistema de mensagens via internet, bem como promover uma maior proximidade com o Departamento de Coordenação de Informática e Telecomunicações com a Divisão de Investigação de Crimes Informáticos, com vista ao conhecimento dos últimos desenvolvimentos de tecnologia da Internet que possam enriquecer o conteúdo de intelligence criminal, o que constituirá mais um contributo para optimizar a estratégia da luta contra o crime. Fortalecimento da comunicação, intercâmbios e a cooperação dos serviços de inteligência dos serviços policiais dos países vizinhos e regiões.

Em relação aos crimes de roubo e furto, irá implementar medidas de prevenção adequadas, matéria em que se conta com a colaboração das administrações de condomínio. Perante a ocorrência de crime de fogo-posto criminoso, procedemos a um contacto regular com as lojas de câmbio no sentido de desenvolver o seu espírito de colaboração e a consciência de prevenção criminal.

Em relação à prevenção e investigação da criminalidade económica, a PJ fortalecerá o diálogo com as instituições bancárias e realizará seminários e palestras destinadas a alertar para este tipo de e riscos. Recomenda-se a criação de um mecanismo de alerta.

Aumentar a necessidade de reforçar cooperação com as respectivas autoridades no sentido da investigação policial desses casos. Paralelamente, fomentar-se-á a troca de informações policiais e a coordenação de esforços no sentido de combater o crime transfronteiriço e organizado de fraude.

Na prevenção e investigação do crime relacionado com o jogo, pretendemos reforçar os recursos humanos de acordo com as necessidades reais. As “equipas especiais de patrulha e inspecção de casino” trabalham já de acordo com o novo modelo. Além disso, serão proporcionados cursos de formação para combater a criminalidade relacionada com o jogo aos investigadores criminais recentemente admitidos.

4. Incrementar o recurso às novas tecnologias com vista a elevar a eficiência policial

“Ciência e tecnologia são importantes forças produtivas”. No futuro, iremos continuar a implementação da filosofia de policiamento moderno e científico, por forma a acompanhar os avanços tecnológicos com que a criminalidade se nos vem apresentando. Através de prevenção e investigação da Divisão de Informática Forense, perseguimos o crime relacionado com a alta tecnologia, acompanhando a respectiva evolução, mantendo sob a análise, os dados recolhidos e armazenando-os quando relevantes para a prova forense.

A tecnologia moderna é uma prioridade pelo que no próximo ano procederemos à aquisição de equipamentos que se coadunem com o evoluir dos grandes projectos, especialmente aqueles que se traduzem em infra-estruturas de grande envergadura, acompanhando o evoluir das obras, tudo por forma a que as forças de segurança estejam dotadas de meios e recursos que possam responder aos desafios que enfrentam e integrarem-se naquela que é a vontade política do Governo da RAEM.

Para o prosseguimento deste padrão ou conceito de policiamento moderno promoveremos activamente a modernização das técnicas de polícia científica, com acreditação das nossas perícias forenses e uma avaliação técnica sistemática das nossas práticas e gestão das novas tecnologias, a fim de garantir a qualidade e credibilidade do trabalho de investigação. Vamos fortalecer ainda mais a formação dos peritos de criminalística no sentido de melhorar os procedimentos e aprofundar os conhecimentos de inspecção ao local do crime e otimizar os padrões de trabalho de investigação, numa interacção positiva com as demais vertentes da investigação.

A criação de normas técnicas para o Laboratório de Informática Forense contribuem para garantir a credibilidade do trabalho. No sentido de colher, nesta matéria, o melhor das experiências dos congéneres, vamos incrementar o intercâmbio com o exterior e introduzir o que de mais moderno houver em termos de tecnologia de investigação, proporcionando aos nossos técnicos o contacto e a formação fora de Macau para que sejam confrontados com uma maior diversidade de casuística, designadamente no que se refere aos mais sofisticados

crimes informáticos, assim aprendendo as mais avançadas técnicas de preservação da prova forense.

5. Promover a segurança rodoviária, prevenindo e reprimindo a condução perigosa

O enorme crescimento do número de automóveis em Macau sobrecarrega a rede viária, tornando-se difícil num território com esta pequena dimensão fazer fluir o trânsito, o que obriga a uma permanente monitorização de estradas e da sua segurança. Esta situação, nos próximos anos, com o início das obras de construção de metro ligeiro, agravar-se-á. Além disso é natural, nesta situação de congestionamento, surgirem conflitos entre a circulação automóvel e a circulação dos transeuntes apeados, o que se agrava pelo incumprimento do Código da Estrada e acrescenta muita dificuldade ao controlo por parte dos agentes policiais do Departamento do Trânsito.

Sendo competência e dever da Polícia zelar pela fluidez e segurança do trânsito, cabe-lhe tomar medidas preventivas no sentido de reduzir os inconvenientes. Nesse sentido tomaremos medidas de sensibilização, em conjugação de esforços com outras áreas do governo no sentido do reforço da segurança nos pontos mais nevrálgicos e sensíveis para o tráfego rodoviário, procurando, acima de tudo reduzir a sinistralidade e oferecer às pessoas mais garantias na sua circulação, sendo, por último, implacáveis na luta contra as infracções rodoviárias, designadamente a condução perigosa.

6. Elevar o nível de eficácia dos serviços de migração, com recurso ao aperfeiçoamento do respectivo regime e ao melhoramento dos equipamentos informáticos

As autoridades de segurança têm prestado atenção à melhoria do nível de serviços de migração, aumentando a formação do pessoal, racionalizado a distribuição do pessoal bem como adquirindo o equipamento. Mas a sociedade desenvolve-se rapidamente, os diversos factores intensificam a pressão sobre os serviços de migração, colocando grandes desafios à fluidez nos postos fronteiriços. Tudo junto redonda num trabalho árduo e penoso para os agentes dos serviços de migração.

Para aliviar a pressão, manter e elevar o nível de serviços de migração, o pessoal está determinado quanto ao esforço de informatização e de modernização científica do serviço que prestam, por forma a acelerar e dar mais eficiência ao serviço prestado aos cidadãos. Para tanto desenvolve os seguintes projectos ou programas.

Perante a actualização de diversos documentos optimizar-se-á, em tempo oportuno, o hardware e software do sistema de migração. Em articulação com nova geração do Bilhete de Identidade de Macau inteligente, com o passaporte electrónico chinês e o futuro de salvo-conduto electrónico vamos implementar equipamento de leitura óptica de documentos de viagem e instalará moderno software nos novos equipamentos informáticos já adquiridos, melhorando todo o sistema de procedimentos

7. Melhorar o serviço público de prevenção e combate ao incêndio, bem como os serviços de emergência e salvamento

Em 2013 entra-se no décimo quarto ano após o estabelecimento do Governo da RAEM. Olhando o rápido crescimento económico que Macau alcançou nos últimos anos, evidenciamos, pela sua importância, os projectos de construção das infra-estruturas. Incluímos aqui, especialmente, o projecto de metro ligeiro, do núcleo de transportes da Barra, da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e dos novos aterros, e, nesse contexto, olhamos para a difícil tarefa do Corpo de Bombeiros, cujo serviço encontra cada vez mais dificuldade e complexidade na sua execução. O CB socorre-se da evolução tecnológica para instituir um serviço público de qualidade, que se enquadre bem nos mais avançados métodos de resposta aos acidentes registados em todo o mundo, visando a integração nas políticas públicas do governo.

O Corpo de Bombeiros mantém-se em sintonia com o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, e é nesse sentido que formula o plano de trabalho para 2013, orientando-se para a formação do pessoal especialmente nas capacitações relacionadas com o socorro, para o reforço dos equipamentos especiais de prevenção e combate a incêndios, otimizando, também, os procedimentos administrativos que permitam melhor servir os cidadãos.

Nos últimos anos, os visitantes de Macau aumentaram constantemente. A taxa de solicitação de serviços de ambulância está a aumentar, ao passo que diminui o número de vítimas de fogo. O número de incêndios, em comparação com os últimos anos, revela estabilidade, o que projecta uma imagem pública positiva. Os casos graves de incêndio têm diminuído mas isso não significa que os Bombeiros não estejam preparados para qualquer eventualidade. No ano que se aproxima planeamos um fortalecimento do treino do pessoal da linha da frente, envolvido em exercícios que põem em prática os planos de emergência, a fim de garantir que os cidadãos possam usufruir de um serviço de socorro qualificado.

Acompanhar o desenvolvimento social com o recurso a equipamentos avançados e às mais modernas tecnologias de combate a incêndio que permita reduzir os danos decorrentes deste tipo de acidentes. Por outro lado, há que ter em conta o apetrechamento com novas técnicas e treino de socorro em ambiente subterrâneo, tendo em conta a tendência para a construção de túneis. Integrar a política de cooperação regional, especialmente no que diz respeito aos meios de transporte na nova de Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e na ligação a Hengqin e realizar operações conjuntas de projecção do combate a incêndio e do socorro no âmbito dessas obras.

8. Incrementar os módulos de gestão científica do Estabelecimento Prisional, facilitando a reinserção social dos reclusos

Promovendo uma melhor e sólida gestão prisional incrementaremos a segurança das instalações e a respectiva manutenção. Sensível às mudanças que ocorrem na sociedade, o EPM promoverá as condições mais favoráveis à reconstrução da vida dos reclusos,

procurando reduzir a propensão para a reincidência e assegurar que, quando em liberdade, eles se integram nas normas padrão de respeito pelos outros cidadãos e, bem assim, pelo seu património.

Temos esperança em que a alteração da regulamentação orgânica do EPM, torne mais atractivo o preenchimento das necessidades de recursos humanos, no que empenharemos, também, alguns meios de promoção da imagem do Corpo de Guardas Prisionais. No âmbito dos recursos humanos continuaremos as operações de recrutamento de novos guardas prisionais, na esperança de gradualmente suprir esta carência, e aliviar a pressão sobre o pessoal da equipa guardas prisionais.

Vão ser instalados equipamentos de facilitação da vida aos deficientes por forma a amenizar as necessidades especiais dos reclusos. Continuar a implementação do plano de emprego para reclusos, por forma a que quando saiam em liberdade tenham, desde logo, uma ocupação laboral. O “Programa de Cuidados de Apoio Social” merece uma boa avaliação, o que representa um bom indicador para o seu regresso à liberdade. Continuar a organizar as actividades de familiarização com filhos no dia da criança. Paralelamente e contando com as organizações de voluntários, queremos continuar a organizar a festa de Ano Novo Chinês. Organizar as palestras e actividades sobre a reinserção social, e actividades culturais e de lazer para os reclusos, reforçando as medidas relativas aos cuidados de saúde dos reclusos na cadeia.

Na área da formação profissional foram instaladas várias oficinas com vista a dar capacidades e competências aos reclusos, programando-se a abertura de 10 cursos de formação profissional de que são exemplo: esteticista; culinária, estilista, etc.. cursos estes que terminam com exame com vista á certificação profissional. Por último, prevemos a realização de um curso de técnicas de procura de emprego, que julgamos de utilidade após a libertação.

9. Modernizar em permanência os modelos de trânsito alfandegário, facilitando, também, a circulação de mercadorias

Com a entrada em funcionamento do campus da Universidade em Hengqin que marca a entrada deste local numa era de desenvolvimento substancial, prevê-se, também, a inauguração de um parque temático instalado num importante resort, e o que pressupõe a construção de efectiva de uma rede viária. Também os projectos de infra-estrutura do centro de investigação de medicina chinesa, em cooperação de Guangdong e Macau vão ser iniciados, o que coloca em agenda os temas do Acordo-Quadro de cooperação “Guangdong-Macau, no qual se inserem assuntos de interesse comum como a gestão do fluxo automóvel, o horário de posto fronteiriço e a sua tendência para o funcionamento pleno de 24 horas por dia. Além disso, para promover o desenvolvimento e construção de Nansha do distrito de Guangzhou, estuda-se em conjunto a logística de transporte de carga e da “circulação livre” de iates em Guangdong e Macau.

Nos últimos anos, os Serviços de Alfândega, têm-se concentrado no desenvolvimento da facilitação do desembarço aduaneiro, através do modelo da declaração electrónica (EDI), de que são beneficiários principais o sector de transporte e logística. Por outro lado, o combate do contrabando também constitui objectivo importante dos SA nos dois postos fronteiriços terrestres, onde foram instalados dois equipamentos de rastreio de raio X tendo em atenção os alvos prioritários da inspecção.

Com o rápido desenvolvimento da Internet, a violação de uma larga panóplia de direitos através da rede, tornou-se mais difícil de investigar, tanto mais que assume uma transterritorialidade que dificulta qualquer acção ou intervenção. Sendo assim, só a cooperação regional e internacional pode providenciar um eficaz combate as actividades ilegais e as ciberameaças. Nesse domínio os SA procurarão otimizar os seus recursos tecnológicos por forma a melhor proteger os direitos de propriedade intelectual em Macau.

No próximo ano, concluiremos, também, a substituição da flotilha dos SA, o que se reputa de grande importância para manter a segurança da navegação nas águas sob jurisdição de Macau. Nos últimos anos, os casos de contrabando marítimos têm sido pouco significativos, como o têm sido, igualmente, os números de casos de imigração ilegal, porém, com o decurso de projectos de grande envergadura na orla costeira como a ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau, o novo Terminal Marítimo da Taipa, o projecto do túnel subaquático junto da Universidade de Macau, as obras de aterro etc., não podemos descuidar a segurança dessas zonas, porquanto estão mais expostas ao risco. Os SA vão intensificar as patrulhas e actualizar as embarcações e seus equipamentos com vista a conferir maior eficiência ao serviço.

10. Promover uma sistemática prospecção de talentos e incrementar as acções de formação profissional

A formação e treino de pessoal das forças de segurança devem ser constantemente actualizadas para se adaptar às mudanças sociais, jurídicas e tecnológicas. Em resposta às necessidades específicas dos departamentos e suas prioridades, o reforço da competência profissional dos agentes de polícia nas áreas tecnológicas constitui o foco dos cursos de formação para 2013. Portanto, as prioridades de formação em técnicas policiais para o próximo ano são: Investigação Criminal (crime em geral, crime informático, crime relacionado com o jogo, crime económico, crime de branqueamento de capitais etc.); tráfego rodoviário; tecnologia de operações especiais; Unidade Tática de Intervenção da Polícia: cursos de especialização para Grupo de Operações Especiais, Divisão de Intervenção, remoção e neutralização de substâncias explosivas, pelotão cinotécnico, e controlo de fronteira. Também continuaremos a investir recursos para as seguintes áreas-chave de formação: formação de formadores; divulgação de comunicação social (porta-voz); controle psicológico e gestão do stress emocional.

No ano de 2013, a ESFSM vai continuar a reforçar a formação nos diversos escalões, de acordo com as necessidades reais da comunidade e definir padrões de formação de

alta qualidade. A fim de equilibrar a qualidade e a quantidade da formação e de dotar os formandos com uma notável eficiência de conhecimentos, bem como de um perfil psicológico saudável.

11. Incrementar o policiamento comunitário e de proximidade e fomentar a cooperação policial

“Os recursos da força policial é limitada, os recursos de população são infinitos”, o reconhecimento desta realidade induz-nos a que nos envolvamos com a comunidade por forma a aproveitar as suas sinergias em benefício da segurança pública. Na sociedade civil contactamos com grupos, escolas, edifícios residenciais a fim de promover uma boa rede de comunicação que permita a difusão de informação preventiva. Propagar a mensagem de luta contra o crime é fundamental para que chamemos até nós os moradores e que estes se envolvam com as preocupações de policiamento.

A afirmação do cosmopolitismo de Macau e o conseqüente aumento da população estrangeira contribui para o agravamento das preocupações das autoridades sobre a segurança dos cidadãos. Projectando no futuro as nossas preocupações e partindo de uma análise da evolução de criminalidade, construimos um programa comunicacional visando a prevenção destes fenómenos desviantes que passam pelos seguintes temas: furto nos transportes, nos edifícios, nas zonas turísticas e estabelecimentos de comida, abuso de droga, burla a idosos e outras fraudes, para além, em geral, da delinquência juvenil, da ordem pública e da segurança rodoviária. As rápidas mudanças que se registam na sociedade de Macau, impõem que as preocupações anunciadas sejam objecto de medidas preventivas urgentes.

A fim de promover a segurança pública interna e a paz social as autoridades de segurança continuarão a prestar serviços de qualidade à população de Macau e visitantes. No próximo ano de acordo com os objectivos políticos do Governo da RAEM, as autoridades de segurança disponibilizam os recursos dos seus vários departamentos dependentes a essa nobre causa, para concluir efectivamente o escopo de tarefas de segurança e planos de contingência apropriados, assegurando que a população continue a viver e trabalhar em paz, mantendo a prosperidade e o desenvolvimento da RAEM. Temos a capacidade e firme determinação em garantir uma vida social segura e harmoniosa à população que servimos, os cidadãos de Macau.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

Em 2012, de acordo com o princípio de acção governativa “promover uma diversificação adequada da economia e elevar a qualidade de vida da população” e com uma atitude pragmática e científica, foram estabelecidas várias políticas e medidas adequadas e oportunas, para os trabalhos da área dos assuntos sociais e cultura, tendo-se assim tratado e prestado atenção a todos os assuntos ligados à vida da população e concretizado os objectivos determinados.

Em 2013, relativamente aos trabalhos a desenvolver por todas as áreas da tutela dos assuntos sociais e cultura, dar-se-á continuidade ao melhoramento e à preocupação com a vida da população bem como à elevação do seu nível de bem-estar em geral como objectivos prioritários. A todos os domínios desta área, com o aperfeiçoamento de mecanismos eficazes a longo prazo da governação, fornecer-se-ão instalações de boa qualidade e prestar-se-ão melhores serviços, tendo como prioridades a preocupação com os grupos em situação económica mais vulnerável, o aperfeiçoamento do sistema de saúde, a melhoria da qualidade educativa, a intensificação dos trabalhos de acção social, a melhoria do regime de segurança social, o aumento da qualidade do turismo, a promoção do desenvolvimento da cultura e o fomento da saúde física e mental da população.

No futuro, face a desafios difíceis resultantes da complexidade e das constantes mutações verificadas na conjuntura sócio-económica, a equipa do trabalho da área dos assuntos sociais e cultura, prestará, como sempre, serviços a toda a população em observância do princípio «ter por base a população e tomar decisões políticas fundadas em critérios científicos» e em cumprimento da linha orientadora “melhorar-se o bem-estar da população e criar-se condições para um desenvolvimento a longo prazo”, persistindo-se nos princípios de uma acção governativa legal, íntegra, diligente, zelosa, pragmática e eficaz. Estaremos empenhados na concretização dos diversos planos de desenvolvimento e resolveremos concreta e seriamente os problemas relacionados com a vida da população, servindo toda a população, de modo a que seja criada uma base sólida e firme no que é relativo ao aumento da qualidade da vida dos residentes de Macau e à sustentabilidade do desenvolvimento local.

No domínio da Saúde

No ano de 2012, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) continuou a aplicar, como base orientadora da sua acção, o princípio de “tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção”, e a acompanhar as mudanças económicas e sociais, tendo reforçado a prestação dos cuidados de saúde destinados aos idosos. Foi criada a Unidade Associada de Cuidados Continuados, efectuada a recategorização do regime de triagem adoptado pelo Serviço de Urgência, prolongado o horário de prestação de consultas externas no âmbito da medicina tradicional chinesa, acupunctura e saúde oral e aumentadas a contratação e a formação de pessoal, no intuito de inovar e aperfeiçoar permanentemente os serviços de prestação de cuidados de saúde.

Com base numa gestão de qualidade, o Centro Hospitalar Conde de São Januário (CHCSJ) tornou-se o primeiro hospital na RAEM internacionalmente acreditado, mostrando que o nível dos serviços de prestação de cuidados de saúde de Macau ganhou apreço e reconhecimento. Através da optimização dos serviços clínicos, apoio logístico e sistema de gestão hospitalar, tem-se melhorado progressivamente a qualidade, a eficiência e a segurança dos serviços hospitalares, proporcionando assim uma protecção de saúde mais abrangente e de melhor qualidade.

O Governo da RAEM está a acelerar as obras de construção das diversas instalações destinadas à prestação de cuidados de saúde. As obras do Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ vão concluir-se em breve e, tendo em conta a recalendarização da conclusão da construção do Hospital de Urgência das Ilhas e dos novos centros de saúde, pretende-se, mediante a definição de medidas provisórias e planos abrangentes, bem como com o alargamento da colaboração com os organismos médicos sem fins lucrativos, assegurar que não seja afectada a prestação de cuidados de saúde.

A nova lei relativa ao “Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo” entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2012. Através de meios diversificados, designadamente, a legislação e a execução da lei, a educação, a divulgação de informação, bem como o encorajamento de desabituacão tabágica, o Governo da RAEM tem-se esforçado pela criação dum ambiente livre do tabaco e conseguiu um bom início, o que, por sua vez, reflecte a determinação do Governo quanto ao controlo do tabagismo. Os Serviços de Saúde têm atribuído grande importância à prevenção e controlo das doenças crónicas, tendo intensificado os esforços para a divulgação em relação à prevenção das principais doenças fatais, tendo-se empenhado, em particular, na eliminação de diversos factores de risco para a saúde, mediante a realização de vigilância e análises da base de dados das doenças crónicas, programas de escolas promotoras de saúde e de edifícios saudáveis, que foram reconhecidos pelos peritos da Organização Mundial de Saúde (adiante designado por OMS), assim como a promoção de modos de vida saudáveis. Concomitantemente, esforçou-se pelo desenvolvimento dos trabalhos de saúde fronteiriça para consolidar a prevenção e o controlo no âmbito da saúde pública de Macau, promover a defesa contra eventuais surtos da febre de dengue, do enterovírus e da influenza sazonal, bem como intensificar as intervenções em determinadas doenças transmissíveis ou em doenças transmissíveis graves.

No tocante ao aperfeiçoamento de regimes jurídicos da área da saúde, foram publicadas as normas relativas a boas práticas de distribuição de medicamentos e a boas práticas de fabrico de medicamentos, de forma a promover o nível de controlo da qualidade e gestão na indústria farmacêutica. Foram aprovadas as disposições relativas aos modelos de rótulos das unidades de embalagem do tabaco e à criação de áreas para fumadores nos casinos, bem como os diplomas legais complementares das carreiras dos trabalhadores e prosseguem os trabalhos relativos à Lei do Erro Médico, no sentido de proteger melhor os direitos e interesse de ambas as partes,

Para além disso, o Governo da RAEM continuou a desenvolver os recursos comunitários para a saúde, a promover o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, a

consolidar o mecanismo de colaboração com o exterior, bem como a desenvolver o plano de cooperação com a OMS no âmbito da medicina tradicional, tendo desenvolvido esforços no sentido de proteger a saúde física e mental dos residentes e elevar o nível dos serviços de prestação de cuidados de saúde em Macau.

Em 2013, o Governo da RAEM continuará a concretizar as políticas de serviços de saúde abrangentes, esforçando-se por estabelecer em Macau uma rede pública de segurança nos cuidados de saúde, com vista a proteger a saúde física e mental dos cidadãos. Na sequência da mudança do ambiente da sociedade e dos modos de vida, tem-se verificado um aumento contínuo de pessoas portadoras de doenças crónicas. O Governo da RAEM, em conformidade com as recomendações da OMS, dedicar-se-á à eliminação e ao controlo dos factores de risco da maior parte dessas doenças crónicas, através das medidas de detecção precoce e de intervenção activa, integrando os recursos em todas as camadas da sociedade e criando o Centro de Apoio a Doentes, no sentido de reforçar a sua prevenção e o seu tratamento. Em simultâneo, continuará a reforçar as acções de prevenção e tratamento da SIDA, tuberculose e de outras doenças transmissíveis graves, aperfeiçoando o mecanismo de inspecção sanitária nos postos fronteiriços, estudando a viabilidade de integração da vacina do papilomavírus humano (HPV) no Programa de Vacinação de Macau, bem como consolidando o mecanismo de prevenção e controlo das doenças.

Baseado no facto do CHCSJ ter obtido a acreditação internacional, o Governo da RAEM reforçará a introdução do sistema de gestão de qualidade, estando a planear a criação de uma equipa especializada para coordenar os trabalhos de requerimento de acreditação, no sentido de melhorar continuamente a qualidade dos serviços de prestação de cuidados de saúde e o nível dos exames laboratoriais e da inspecção sanitária. Melhorar-se-ão os trabalhos de gestão de saúde pós-hospitalar e de gestão de medicamentos destinados aos idosos, estudar-se-ão o aditamento de medidas facilitadoras para os idosos e o desenvolvimento dos cuidados em medicina tradicional chinesa, de forma a aperfeiçoar os serviços de prestação de cuidados de saúde. A par disso, manter-se-ão as diligências para a criação do processo clínico electrónico individual para toda a população de Macau e, através da aplicação das tecnologias da informação, intensificar-se-á de forma geral a vigilância da segurança no uso de medicamentos e a monitorização dos medicamentos.

Com base nos trabalhos anteriores, prosseguir-se-ão os trabalhos relativos à aplicação da lei de controlo do tabagismo e à educação e divulgação desta matéria, executar-se-ão rigorosamente as disposições relativas aos modelos de rótulos das unidades de embalagem do tabaco e à criação de áreas para fumadores em casinos, ajustando adequadamente as estratégias publicitárias em prol da prevenção, no sentido da protecção da saúde dos cidadãos. Concomitantemente, enriquecer-se-á e aprofundar-se-á continuamente o conteúdo do Projecto de Cidade Saudável.

A entrada em funcionamento do Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ contribuirá para o aumento da capacidade de assistência médica emergente de Macau e a melhoria do ambiente de serviço. Tendo em consideração a conclusão da construção e o nível de

ocupação das habitações públicas de grande escala, os Serviços de Saúde definirão planos ou medidas provisórias correspondentes. Além disso, proceder-se-á à formação activa de internos gerais e complementares, bem como se melhorará a distribuição do pessoal, para se adaptar ao desenvolvimento dos diferentes tipos de serviços.

Por outro lado, em tempo oportuno, rever-se-á a actual estrutura orgânica dos Serviços de Saúde, promover-se-ão activamente os trabalhos da Lei do Erro Médico, acompanhar-se-á de forma ordenada a revisão do Regime Legal dos Internatos Médicos e diversas disposições após a criação do Conselho para os Assuntos Médicos. Melhorar-se-á a estruturação do sistema de saúde de Macau, de modo a elevar o nível geral de prestação de cuidados de saúde. Reforçar-se-á o mecanismo de colaboração com as entidades médicas sem fins lucrativos e com o exterior, prosseguir-se-á a distribuição de vales de saúde, de modo a incentivar um desenvolvimento conjunto com o sistema de saúde privado.

No domínio da Educação

Em 2012, o Governo da RAEM acompanhou, de forma activa, os trabalhos legislativos sobre a lei do “Regime do Ensino Superior”, tendo iniciado a elaboração dos respectivos diplomas legais e melhorado, de forma constante, o regime do ensino superior. Instituições especializadas foram encarregadas de definir um critério unificado sobre a avaliação do ensino superior, organizando colóquios e realizando, da melhor forma, os trabalhos preparatórios para a execução do Regime de Avaliação do Ensino Superior.

Concluiu-se a construção da “Base de dados para o ensino superior”, tendo o sistema dos indicadores do ensino superior de Macau sido construído, numa primeira fase. Os sistemas sobre os dados do ensino superior continuaram a ser otimizados. Encarregaram-se instituições académicas de realizar um estudo preparatório da criação da referida base de dados. Recolheram-se, ainda, os dados sobre as áreas especializadas escolhidas pelos estudantes de Macau que prosseguem os seus estudos tanto nas instituições do ensino superior locais como nas do exterior, a fim de se iniciar um estudo mais aprofundado no âmbito da construção desta base de dados.

Acompanharam-se os trabalhos preparatórios com vista à instalação de uma forma unificada de acesso às instituições do ensino superior de Macau, tendo-se coordenado um grupo preparatório para discutir esta questão. Concluíram-se os trabalhos respeitantes à atribuição do “Subsídio para a aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior no ano lectivo 2011/2012”. Foram, também, aumentados o número e o montante das bolsas de mérito a atribuir aos estudos de pós-graduação. Manteve-se a comunicação com os respectivos serviços quanto aos planos transitórias em relação à integração das várias bolsas de mérito na área do ensino superior, no sentido de reforçar o apoio aos estudantes para frequentarem cursos.

Manteve-se a ligação com os estudantes através da página electrónica do “Blog para os Estudantes de Ensino Superior de Macau”. Convidaram-se dirigentes de serviços públicos

e personalidades sociais para conversas na Internet com estudantes e para divulgação de informações que lhes eram úteis. Subsidiaram-se as associações de estudantes para organizarem visitas ao exterior e actividades que promovessem o crescimento individual dos estudantes, como o concurso de empreendedorismo e o projecto de voluntariado. Seleccionaram-se os estudantes excelentes para participarem em actividades de intercâmbio com o exterior e em cursos de formação sobre o desenvolvimento do País, assim como para, no âmbito de um plano-piloto, conhecerem *in loco* o funcionamento de vários organismos e instituições, dando-lhes, assim, a oportunidade de adquirirem diferentes experiências de aprendizagem.

As instituições do ensino superior continuaram, de forma dinâmica, a formação dos quadros qualificados para corresponder ao desenvolvimento sustentável da sociedade de Macau, de acordo com os seus tipos de ensino, tendo vindo a alterar, de forma gradual, os seus estatutos e promover os seus planos de desenvolvimento, a fim de criarem boas condições para o desenvolvimento.

Em 2013, o Governo da RAEM continuará a implementar a linha orientadora “Promover a prosperidade de Macau através da Educação”, atribuindo, adequadamente, mais recursos para o ensino superior, melhorando, de forma contínua, os respectivos regimes jurídicos, acompanhando a produção e a aplicação da lei do “Regime do Ensino Superior” e dando impulso, de forma ordenada, aos processos legislativos inerentes. Estudar-se-á a elaboração de um plano, a médio e longo prazo, para a área do ensino superior em resposta à situação real. Proceder-se-á à preparação da criação do “Fundo do Ensino Superior”, ao reajustamento da organização e do funcionamento dos serviços administrativos desta área e ao estudo sobre o enquadramento do mecanismo de garantia da qualidade do ensino superior local, fomentando, deste modo, o seu desenvolvimento estável e sustentável.

Optimizar-se-ão a recolha e a gestão dos dados do ensino superior, estabelecer-se-á um sistema dos seus indicadores. Prosseguirá a construção da base de dados dos recursos humanos qualificados e serão realizados estudos sobre a procura de quadros qualificados profissionais nas várias áreas, com vista à clarificação dos objectivos e do rumo do ensino superior na formação desses quadros.

Mais recursos serão investidos para diminuir os encargos financeiros dos estudantes do ensino superior com a aquisição de material escolar. Estudaremos o aumento do número e do montante das bolsas de mérito a atribuir aos estudantes que frequentem cursos de pós-graduação e outras formas de apoio ao prosseguimento de estudos. Proceder-se-á à preparação da integração dos projectos que concedem bolsas de mérito, bolsas de estudo e bolsas-empréstimo e aperfeiçoar-se-ão, gradualmente, as políticas que beneficiam e apoiam os estudantes na frequência do ensino superior.

Continuar-se-á a coordenação, na discussão aprofundada sobre a matéria, das instituições de ensino superior que pretendem aplicar a prova de acesso unificada. Dar-se-ão aos estudantes diversas informações para os ajudar a iniciarem o planeamento da sua vida. Melhorar-se-á, de forma constante, a sua orientação. Através de uma plataforma

aperfeiçoada na Internet, dar-se-lhes-á maior atenção, intensificando-se o contacto com eles. Iremos apoiar os estudantes, através de subsídios, para prestarem serviços de voluntariado e para concretizarem, na prática, os seus projectos profissionais bem como para realizarem actividades que favoreçam a sua saúde física e mental e o alargamento dos seus horizontes, assim promovendo o seu desenvolvimento integral.

As instituições do ensino superior vão acompanhar, de forma dinâmica, os trabalhos de revisão dos seus estatutos, segundo as suas linhas do rumo e necessidades de fomento, para assim um desenvolvimento sustentável. Para além disso, estas instituições promoverão, de forma continuada e activa, actividades diversificadas para os estudantes, a fim de lhes permitir um desenvolvimento saudável.

No âmbito do ensino não superior, em 2012, o Governo da RAEM, em conformidade com as linhas orientadoras “Promover a prosperidade de Macau através da Educação”, concretizou, de forma ordenada, as diversas políticas e medidas do “Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)” (adiante designado por “Planeamento Decenal do Desenvolvimento do Ensino”). Aumentaram-se os subsídios da escolaridade gratuita, das propinas e do ensino recorrente, entre outros recursos educativos, deu-se impulso à implementação do “Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior” (adiante designado por “Quadro geral”), concederam-se subsídios para o desenvolvimento profissional do pessoal docente e aumentaram-se, significativamente, os montantes dos subsídios, alargando os limites dos rendimentos médios *per capita* dos agregados familiares dos candidatos à bolsa de estudo para o ensino superior; desenvolveu-se, ainda mais, o papel orientador do Fundo de Desenvolvimento Educativo para as políticas educativas, de modo a criar para os alunos um ambiente educativo de melhor qualidade.

Foi estimulado o aumento da qualidade educativa, promovendo-se a criação do sistema de indicadores de autoavaliação das escolas, concluíram-se a avaliação específica do ensino especial e a da promoção da leitura, bem como o teste do “Programa Internacional de Avaliação de Alunos” (PISA), aumentando, de forma contínua, a eficácia da gestão financeira das escolas; iniciou-se a avaliação intercalar do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, subsidiou-se a aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência e dos idosos com 60 anos, para aumentar a sua qualidade de vida.

Foi criado o “Conselho Profissional do Pessoal Docente” e desenvolvidos os respectivos trabalhos. Foi introduzido um novo mecanismo para atrair os alunos com melhor aproveitamento escolar para a frequência de cursos do ensino superior na área da Educação, reforçando a criação do corpo docente. Foi fortalecida a equipa do pessoal da Educação Moral, promovendo, continuamente, a educação moral e cívica, a educação sexual e a educação dos pais, entre outros.

Foi promovida a revisão da lei da escolaridade obrigatória, valorizando a garantia do direito à educação dos alunos. Promoveu-se, de forma firme, o processo legislativo

do “Quadro da organização curricular da educação regular”, impulsionou-se, de forma dinâmica, o estudo e a elaboração do plano-piloto dos currículos, das exigências das competências académicas básicas de cada nível de ensino e das instruções dos currículos e investigaram-se as exigências curriculares para o ensino recorrente; estudaram-se, de forma gradual, as orientações para o desenvolvimento do regime do ensino técnico-profissional, tendo havido, ainda, um grande empenho no aumento das capacidades linguísticas dos alunos.

Foi incentivada, de forma eficaz, na área da Educação, a cooperação com o Interior da China e com as outras regiões, tendo-se concluído as instalações decorrentes do apoio de Macau à reconstrução cultural e educativa de Sichuan, depois do terramoto; concederam-se subsídios de propinas aos alunos de Macau que frequentam cursos da educação regular em Zhuhai e Zhongshan e foi enviado pessoal à Europa, para se inteirar do desenvolvimento do respectivo ensino técnico- profissional e ensino das ciências.

No âmbito da Juventude, tendo como linha orientadora “Juntar as forças de todos os sectores da sociedade, cuidar do crescimento dos jovens”, continuou-se a desenvolver as funções do Governo, das instituições cívicas e das escolas, incentivando os trabalhos favoráveis ao crescimento e desenvolvimento dos jovens. Iniciou-se a consulta pública sobre a “Política da Juventude de Macau (2012-2020)”, fomentando a criação de um mecanismo permanente e eficaz para os trabalhos juvenis. Foi realizado, também, pela primeira vez, o fórum da juventude sob o tema “Políticas e Desenvolvimento Integral da Juventude nas Quatro Regiões dos Dois Lados do Estreito”, tendo sido convidados, para o efeito, especialistas, académicos e representantes das instituições juvenis, que assim tiveram oportunidade de expressar as suas opiniões sobre o desenvolvimento dos jovens e as respectivas políticas. Promoveu-se a criação do mecanismo dos serviços das informações juvenis; em todos os centros de actividades juvenis da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude foi criada uma “zona de informações juvenis”, desenvolvendo, de forma estável, a plataforma de intercâmbio dessas informações.

Reforçaram-se as relações de cooperação e de parceria entre o Governo da RAEM, as associações juvenis e as instituições envolvidas, apoiando-as tanto financeiramente como ao nível das instalações e da formação do pessoal. Continuou-se a aumentar e a otimizar as instalações para os jovens, a incentivar-lhes o contacto com a Natureza, reforçando também nos alunos o conhecimento sobre educação física e saúde; começou-se a implementar o “Plano de promoção da nova geração do Sol”, concluiu-se o primeiro ano do plano “Viver em movimento 1, 2, 3” e a “Actividade de protecção dos olhos e dos dentes”. Levou-se a cabo, com sucesso, mais uma edição do Festival Juvenil Internacional de Dança.

Realizou-se a primeira edição do “Plano de Incentivos para Jovens Distintos – Estimular a Energia Positiva”, tendo, através de selecção, distinguido as histórias mais comoventes, destacando as melhores como bons exemplos para o crescimento dos jovens. Estimulou-se a energia positiva dos jovens, promoveu-se a sua participação nos serviços de voluntariado.

Em 2013, de acordo com as linhas orientadoras que apostam no desenvolvimento prioritário da Educação, na melhoria da sua qualidade, na formação pessoal como eixo central e na promoção da igualdade de acesso, o Governo da RAEM empenhar-se-á em promover a execução do Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino, valorizando a formação de talentos em línguas, promovendo o desenvolvimento da educação contínua e reforçando o trabalho da educação dos pais.

Continuar-se-á a aumentar o investimento nos recursos, apoiando as escolas numa execução eficaz do disposto no “Quadro geral”. Estudar-se-á a rentabilização das funções da reserva financeira do Fundo de Desenvolvimento Educativo e a valorização do seu papel orientador nas políticas educativas, promover-se-á a revisão do regulamento do Fundo de Acção Social Escolar; considerar-se-ão os aumentos dos montantes dos subsídios da escolaridade gratuita, para o pagamento de propinas, para o ensino recorrente e para aquisição de manuais escolares, entre outros; alargar-se-á o montante limite do rendimento médio mensal do agregado familiar dos alunos com dificuldades económicas, para a candidatura aos subsídios, aumentando o número das vagas e o montante das bolsas de mérito.

Será reforçado o corpo docente, desenvolver-se-ão as funções do Conselho Profissional do Pessoal Docente. Empenhar-nos-emos em apoiar as escolas na implementação do regime do fundo de previdência do pessoal docente e do regime da diferença do salário básico, entre diferentes níveis do pessoal docente dentro da escola, bem como do regime de avaliação do desempenho do pessoal docente. Alunos e docentes de línguas serão subsidiados quando participarem nos exames de credenciação de línguas e fomentar-se-á o desenvolvimento do regime de investigação pedagógica das escolas.

Será impulsionado o desenvolvimento diversificado e global do sistema escolar, desenvolvendo, prioritariamente, o sistema da escolaridade gratuita, revendo o diploma legal do “Estatuto das escolas particulares”, continuando-se a promover a avaliação escolar global, incentivando a utilização eficaz dos recursos educativos. Será, de forma ordenada e a título experimental, executado o “Quadro da organização curricular da educação regular”, com enfoque no estudo e na elaboração das exigências das competências académicas básicas e das instruções sobre os currículos de cada nível de ensino, continuando-se a promover o plano-piloto dos currículos, bem como se promoverá o estudo e o desenvolvimento dos materiais didácticos com características locais.

Será criada, gradualmente, entre o governo, a escola, a família e a sociedade, uma forma de coordenação e apoio mútuos sobre o trabalho da Educação Moral, reforçando o trabalho de aconselhamento aos alunos, a educação moral e cívica e a educação sexual, entre outros. Será melhorado o sistema do ensino especial; empenhar-nos-emos em formar alunos com talentos especiais, estudar-se-á uma forma de desenvolver o ensino técnico-profissional, para que corresponda às futuras necessidades de Macau e aumentar-se-á o investimento em recursos para apoiar o desenvolvimento deste tipo de ensino.

As experiências do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, serão resumidas com vista ao planeamento das políticas sistemáticas desta área da educação e será mais impulsionado o desenvolvimento do ensino recorrente. Será criado o “Plano de incentivo 100% Pais”; em cooperação com as instituições profissionais, promover-se-á uma formação sistemática para os pais, fomentando, de forma significativa, a sua educação; promover-se-á a educação comunitária, encorajando as instituições na organização de cursos, para enriquecer a vida dos mais velhos.

Com o esforço conjunto do governo e das escolas, será aprofundada a cooperação com o Interior da China, na área da Educação, nomeadamente no que respeita à promoção do intercâmbio nas áreas do ensino técnico-profissional, da formação de docentes e dos alunos; reforçar-se-á a cooperação com Zhuhai e a zona de Nansha, em Guangzhou e conceder-se-ão, de forma ordenada, subsídios de propinas aos alunos de Macau que frequentam cursos em Guangdong; continuar-se-á a reforçar o intercâmbio com a Região Administrativa Especial de Hong Kong, Taiwan e países de língua portuguesa. O ambiente educativo próximo será bem aproveitado para oferecer aos alunos, através da experiência prática, mais oportunidades de aprendizagem.

No âmbito dos assuntos da Juventude, o Governo da RAEM continuará a ter como linha orientadora “Juntar as forças de todos os sectores da sociedade, cuidar do crescimento dos jovens”. Assim, numa óptica de melhorar, a longo prazo, o mecanismo eficaz para o trabalho dos jovens, será definida a “Política da Juventude de Macau (2012-2020)”; serão desenvolvidas as funções de consulta e de comunicação do Conselho de Juventude, aprofundando as relações de parceria com as instituições cívicas, concentrando, ainda mais, a força social dos jovens, encarregados de educação, instituições cívicas e escolas, para a promoção conjunta do desenvolvimento dos trabalhos para jovens.

Impulsionar-se-á, de forma contínua, o plano de trabalho “Trata-se de um professor e trata-se também de um amigo”, divulgando ao mesmo tempo as histórias emocionantes dos jovens, de modo a incentivar, neles, a energia positiva. Desenvolver-se-ão uma série de jornadas educativas e outras actividades. Reforçar-se-á, nos jovens e encarregados de educação, o conhecimento sobre os problemas associados ao jogo, a educação sexual e comportamentos desviantes, Fortalecer-se-á a sensibilização para a educação física, saúde, protecção dos olhos e dentes, subsidiando-se as escolas para a aquisição de equipamentos de primeiros socorros e dando-se a necessária formação. Através do aperfeiçoamento do “Plano de promoção da nova geração do Sol”, empenhar-nos-emos em formar uma nova geração com boas condições físicas e excelente conduta moral.

Continuar-se-á a adoptar o sistema de louvores e de prémios relativamente aos jovens participantes no serviço de voluntariado; através da formação profissional e de intercâmbio no exterior, alargar-se-á o campo de visão dos jovens e agentes dedicados aos trabalhos juvenis, aumentando o alcance da participação deste serviço. Reforçar-se-á a participação dos jovens na sociedade, melhorando o serviço de informações que lhes é dedicado, continuando a realizar-se o colóquio “Os Jovens reflectem sobre a Sociedade”,

aumentando-se o seu sentimento de missão de participação nos assuntos do Governo da RAEM e o sentido de pertença a Macau. Em cooperação com as respectivas instituições, será aprofundada a educação sobre a generalização das leis. Será promovida a realização do “Fórum da Juventude” criando, em conjunto com os jovens, uma plataforma de intercâmbio e de discussão, com mais temáticas e maior participação.

Os jovens de Macau serão organizados para se deslocarem às zonas adjacentes, para participarem numa série de actividades sobre experiências de vida e ensino voluntário, realizando, ao mesmo tempo, em Macau, diversas actividades sobre experiências de vida, que visam dar a conhecer as mudanças sociais que podem ocorrer, ensinando-os a resistir às situações desfavoráveis e a manterem-se firmes nos seus objectivos. Reforçar-se-ão as diversas formações e intercâmbios, também no sentido de aumentar a sua capacidade de participação activa na vida social e nos assuntos sociais. Desenvolver-se-ão, amplamente, diversas actividades extracurriculares, prestar-se-á atenção e apoio aos jovens na elaboração do seu plano de vida positiva e procurar-se-á dotá-los de espírito crítico e independente e capacidades criativas e construtivas.

No domínio da Acção Social

Em 2012, o Governo da RAEM dedicou-se ao aperfeiçoamento do regime de apoio social e dos seus diversos serviços, bem como à promoção do bom desenvolvimento dos serviços sociais, tendo concluído o estudo sobre a estrutura do valor do risco social e o seu mecanismo de ajustamento, que permite construir e aperfeiçoar o sistema de apoio social, de forma a dar uma garantia mais eficaz às famílias em situação vulnerável.

Para enfrentar a subida da inflação e permitir que mais famílias necessitadas obtenham apoio adequado e oportuno, foi aumentado, por duas vezes, o valor do risco social. Simultaneamente foram adoptadas várias medidas de protecção focalizadas em grupos sociais vulneráveis, a saber: aumento do limite máximo de rendimento para aquisição do apoio alimentar de curto prazo, aumento dos montantes do apoio especial para os três tipos de famílias em situação vulnerável e atribuição, em Janeiro e em Setembro, de mais uma prestação do subsídio às famílias beneficiárias do subsídio regular. Foi ainda aumentado o montante do subsídio para idosos.

No âmbito dos serviços de apoio às famílias, realizaram-se não só uma série de actividades subordinada ao tema “Harmonia comunitária e famílias felizes” como também o Projecto Especial da Educação de Vida, de forma a aumentar a atenção da população para a importância do conceito de uma boa família e da vida comunitária. Quanto ao planeamento do serviço de prevenção e tratamento do vício do jogo, utilizou-se um estudo sobre a participação dos residentes de Macau e das suas famílias nas actividades do jogo, que irá permitir um melhor planeamento das medidas para o seu futuro desenvolvimento.

Para responder à necessidade do serviço das creches, está em preparação a criação de mais cinco novas creches, o que irá proporcionar cerca de 1.200 vagas. Com o intuito

de elevar as técnicas de prestação de cuidados aos idosos, através da concessão de apoio pecuniário às instituições de serviço social, foram realizadas diversas palestras, acções de formação e *workshops* para cuidadores de idosos e doentes com demência senil. Está previsto o aumento de vagas destinadas ao serviço de apoio a doentes com demência senil e à respectiva área específica nos equipamentos sociais para idosos a construir progressivamente nos próximos anos. Relativamente ao “Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão” e ao “Regime do subsídio de invalidez e dos cuidados de saúde prestados em regime de gratuidade” dá-se continuidade à sua execução e ao seu aperfeiçoamento.

No que é relativo à prevenção e tratamento da toxicodependência, a exibição do filme “A Verdade”, baseado em casos reais, contribuiu para um aumento da sensibilidade social e das famílias relativamente à problemática do abuso de drogas e para o seu conhecimento, ajudando à construção em conjunto de famílias saudáveis sem droga. Relativamente à criação de uma instalação, de grande envergadura, destinada à prevenção da toxicodependência, foi definido o projecto-base do Centro de Educação de Vida Sadia, estando a proceder-se ao acompanhamento dos respectivos trabalhos. Atendendo à tendência para a diminuição da idade dos jovens toxicodependentes e à natureza oculta desta conduta, foi dada continuidade à cooperação com os vários serviços públicos e com as associações particulares, no sentido de se organizarem acções de formação e palestras, destinadas aos profissionais da área, tendo em vista alargar a intervenção precoce em casos de abuso de drogas por parte dos jovens. Entretanto, criou-se na Ilha Verde um complexo de serviços com o objectivo de prestar aos jovens serviços extensivos ao exterior e de aconselhamento durante a noite, tendo-se lançado na respectiva zona um plano de promoção desses serviços.

Como apoio ao desenvolvimento contínuo dos serviços prestados pelas instituições particulares, foi aumentado o montante do subsídio periódico que lhes é atribuído. Paralelamente, foi criado o subsídio para o pessoal de chefia dessas instituições, no sentido de dar mais apoio à estabilização das suas equipas de trabalho. Concluiu-se ainda a consulta pública do projecto de lei relativo ao Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais, que contou com uma forte participação do próprio sector, dos especialistas e académicos e do público em geral. O relatório final sobre a referida consulta ficará concluído e será divulgado ao público antes do final do ano de 2012.

Em 2013, será reforçado o apoio aos grupos vulneráveis e lançar-se-ão, no domínio da acção social, os trabalhos de elaboração do plano de desenvolvimento para dez anos (de 2015 a 2024) destinado aos serviços de apoio aos idosos e aos serviços de reabilitação, a fim de dar relevância ao seu planeamento a longo prazo. Serão ainda intensificados os trabalhos sobre a prevenção da problemática do jogo.

O Governo da RAEM estabeleceu com eficácia o mecanismo de ajustamento do valor de risco social. A criação desse mecanismo de ajustamento permanente permite que os grupos vulneráveis possam ter uma maior protecção. Além disso, ir-se-á elaborar uma série

de medidas oportunas e flexíveis correspondentes às necessidades da população, a fim de apoiar, de forma adequada e em tempo oportuno, os grupos sociais mais carenciados a enfrentarem a pressão de vida a curto prazo e resultante da mudança súbita do ambiente económico.

No tocante ao serviço de apoio à família e à comunidade, serão realizados de forma contínua diferentes projectos educativos, com vista a aumentar a força de apoio a nível da comunidade. Serão conjugadas as sinergias dos diferentes serviços públicos e das diversas instituições de apoio à família e à comunidade, de forma a poder alcançar os melhores resultados.

Quanto aos serviços de apoio às crianças e jovens, a fim de responder às necessidades sentidas por parte da população, relativamente às creches, será aumentado o número de vagas, bem como serão ministrados cursos para pais e filhos e preparado o projecto-piloto dos serviços de creches junto da comunidade; serão desenvolvidos os trabalhos de prevenção e de tratamento dos jovens anónimos e o projecto-piloto sobre a prevenção do vício da Internet. Simultaneamente, proceder-se-á à optimização dos serviços prestados pela equipa dos jovens comunitários, de modo a aperfeiçoar gradualmente os serviços de apoio aos jovens.

Relativamente aos serviços de apoio aos idosos, serão aumentadas, nas Ilhas, as vagas dos centros de dia de cuidados especiais e dos lares de cuidados especiais. Em cooperação com as instituições particulares, proceder-se-á ao lançamento do plano de atribuição de prémios aos voluntários idosos e à realização de uma série de actividades subordinadas ao tema “Vamos todos respeitar e dar carinho aos cidadãos seniores”, de modo a valorizar o excelente contributo prestado pelos idosos e a despertar a atenção das novas gerações para que os compreendam e respeitem.

Relativamente aos serviços de reabilitação, realizar-se-ão os trabalhos de avaliação e de crítica geral relativos ao “Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão”, a fim de, oportunamente, se poder rever o referido regime, bem como melhorá-lo de forma contínua. Pretende-se proporcionar recomendações aos serviços públicos, de modo a que estes prestem, de forma adequada e em tempo oportuno, os serviços às pessoas portadoras de deficiência. A par disso, promover-se-ão, de forma activa, actividades destinadas à educação comunitária sobre o autismo.

No que diz respeito à prevenção da toxicodependência e do vício do jogo, continuar-se-á a promover os trabalhos de prevenção e de tratamento, como também a reforçar a capacidade dos trabalhadores da linha de frente, no sentido de que possam ser capazes de identificar precocemente os jovens toxicodependentes e, para além disso, proceder-se-á a um estudo sobre a “Participação das mulheres nas actividades do jogo de fortuna e azar e o seu estado de saúde psicológica”, para investigar as influências trazidas para si próprias e para família depois da sua participação em actividades do jogo de fortuna e azar, por forma a elaborar as políticas mais eficazes da prevenção desta problemática.

O Governo da RAEM continuará a aproveitar as diversas políticas e medidas, para apoiar activamente o desenvolvimento dos serviços prestados por instituições particulares. Com o objectivo de aperfeiçoar o actual regime de subsídio dar-se-á relevância à realização das diversas fases do estudo sobre o regime do subsídio destinado às instituições de serviço social, bem como se optimizará o actual “Plano de Participação Financeira do Seguro de Saúde das Instituições Particulares de Solidariedade Social Subsidiadas” e o “Projecto de Desenvolvimento Profissional dos Trabalhadores de Serviço Social”. Além disso, dar-se-á ainda continuidade à promoção do processo legislativo do “Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais”.

No domínio da Segurança Social

Entrou-se no segundo ano de vigência da Lei n.º 4/2010 (Regime da Segurança Social), estimando-se que, até ao final de 2012, o número total de beneficiários da pensão para idosos seja de cerca de 60 mil. A fim de assegurar o funcionamento sustentável e desenvolvimento estável do Fundo de Segurança Social, além da dotação do Governo para suportar o seu funcionamento, a longo prazo, as despesas da pensão para idosos devem ser suportadas conjuntamente pelas contribuições e dotação do Governo. Deste modo, no 4.º trimestre, o FSS apresentou uma proposta sobre o aumento do montante da pensão para idosos e o aumento das contribuições.

O trabalho de atribuição da dotação do Regime de Poupança Central de 2012 foi iniciado em Julho, estimando-se que 320 mil residentes preencham os requisitos de atribuição de dotação.

O FSS procedeu, pela primeira vez, à realização de prova de vida do ano 2012 através de quiosques automáticos, conjuntamente com o Instituto de Acção Social e o Fundo de Pensões. Foram criados postos de atendimento no Centro de Serviços da RAEM na zona norte e no NAPE, com vista a prestar continuamente serviços de boa qualidade aos residentes.

Com vista a fomentar a criação do regime de segurança social de dois níveis e um desenvolvimento sustentável do FSS, será, gradualmente, ajustado o montante das contribuições, procurando-se um equilíbrio de direitos e responsabilidades entre trabalhadores, empregadores e Governo. Em 2013, o Governo da RAEM começará a efectuar uma injeção de dinheiro extra para o FSS, com a finalidade de consolidar os recursos financeiros. Ao mesmo tempo, o FSS continuará a impulsionar a criação do regime de previdência central não obrigatório do segundo nível, procedendo à compilação e organização das opiniões relativas às contribuições e aplicação das verbas, bem como preparando e promovendo o trabalho legislativo relativo ao regime de previdência central. Divulgar-se-á, em diferentes fases, junto dos cidadãos, um conceito de gestão financeira ao longo da vida, e procurar-se-á incentivar, através de vários meios, a participação dos empregadores, trabalhadores e indivíduos no regime de previdência central, com vista a constituir um regime de protecção de aposentação eficaz e de longo prazo.

No domínio do Turismo

A Direcção dos Serviços de Turismo, em 2012, utilizou diferentes vias para abordar o posicionamento estratégico de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, bem como, de acordo com as recomendações dos vários estudos, criou grupos de trabalho internos. Em 2012, foi convidada uma equipa de especialistas da PATA para apresentar em Macau um relatório especial. Através da organização do “1.º Fórum de Economia de Turismo Global” em Macau, recolheu opiniões de especialistas provenientes de diferentes regiões sobre a construção de Macau com um Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Para facilitar a deslocação e acessibilidade ao Centro Histórico de Macau, iniciaram-se os trabalhos do “Estudo da Optimização das Sinalizações Turísticas”, prevendo-se a compilação das instruções específicas em 2013. Por outro lado, tem também participado em vários grupos interdepartamentais de trabalho e, do ponto de vista dos visitantes, emitiu pareceres sobre projectos de planeamento tais como a optimização da área do núcleo do Património Mundial, dos vários postos fronteiriços e do centro de transportes da Barra.

No âmbito da melhoria do enquadramento jurídico, prosseguiu o acompanhamento à revisão do diploma regulador da actividade das agências de viagens e da profissão de guia turístico. Em relação à revisão do diploma que regula a actividade hoteleira e de restauração, após tratamento e análise das opiniões recolhidas durante o período de consulta pública, foi aperfeiçoado o projecto de diploma, com adaptações e alterações. Considerando que o desenvolvimento dos estabelecimentos hoteleiros mais económicos tem sido alvo da atenção da sociedade e dos vários sectores, os Serviços de Turismo têm colaborado com as associações do sector turístico, no sentido de encontrar formas de apoio ao desenvolvimento desses estabelecimentos, o que resultou na criação de um Website para promoção e reserva de quartos on-line.

Para assegurar a qualidade do turismo e defender os direitos dos turistas foram realizadas acções de inspecção aos estabelecimentos e actividades sujeitos à fiscalização dos Serviços de Turismo e a diversos pontos de interesse turístico. Continuou, em cooperação com o grupo de actuação conjunta inter-serviços, a realizar-se acções de combate à prestação ilegal de alojamento, bem como se aumentou a divulgação da informação a este respeito.

Em 2012, os Serviços de Turismo criaram um novo tema turístico e continuaram as promoções, sob o tema e *slogan* “Momentos Memoráveis – Sentir Macau”. Para além dos meios tradicionais de comunicação social, foram desenvolvidas, em conjunto com os nossos representantes no exterior, promoções turísticas através das principais redes sociais, *blogs* e *websites*. Para incentivar os turistas com visto individual a visitarem as atracções turísticas de Macau, os Serviços de Turismo desenvolveram um “Serviço de Guia Áudio”. No tocante ao desenvolvimento dos produtos turísticos, através da cooperação com departamentos governamentais e outras entidades, desenvolveram-se diversas actividades turísticas relacionadas com as áreas de cultura, educação, religião, festivais e ecoturismo, entre outras,

para manter e intensificar o “Plano de Desenvolvimento de Novos Produtos Turísticos de Macau”.

No que respeita ao turismo de negócios, tem-se continuado a participar em feiras de turismo no exterior, juntamente com os operadores turísticos. Ao mesmo tempo, através do “Plano de Estímulo do Turismo de Incentivos”, procurou-se incentivar mais empresas do exterior a organizar grupos em turismo de incentivos escolhendo Macau como destino.

Além disso, foi impulsionada a cooperação regional, destacando-se a participação activa na compilação do “Plano de Cooperação Turística entre Guangdong, Hong Kong e Macau” e a realização periódica de reuniões com várias províncias e cidades. Na sequência do contínuo aprofundamento e concretização do “Acordo-Quadro de Cooperação entre Guangdong e Macau”, foi reforçada a cooperação entre as duas regiões, tendo sido realizada, uma actividade conjunta de promoção, a “Semana de Macau em Guangdong”. Por outro lado, as autoridades do turismo de Guangdong, Hong Kong e Macau, promoveram, dinamicamente, os itinerários “multi-destinos”, bem como, conjuntamente, realizaram acções de promoção turística dos itinerários “multi-destinos” e participaram em feiras no exterior. A nível internacional, a DST, em representação do Governo da RAEM, tem participado nos trabalhos envolvidos na liderança do núcleo das organizações internacionais, tais como a PATA e a WTCF; através das oportunidades criadas pela participação em organizações internacionais de turismo, elevou-se o nome de Macau e obtiveram-se as mais recentes informações turísticas mundiais.

Em articulação com o objectivo do Governo da RAEM de transformar Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, em 2013 os Serviços de Turismo acompanharão todos os resultados dos vários planos de estudos relevantes, bem como compilarão as valiosas opiniões, que poderão servir de referência para o futuro rumo do desenvolvimento turístico. Analisarão o desenvolvimento dos trabalhos relacionados com o “Plano Geral do Desenvolvimento Turístico” e apresentarão um plano de desenvolvimento turístico a médio e longo prazo, a fim de definir um projecto de trabalho abrangente para a indústria turística e para si próprios, tendo presentes as diferentes áreas das funções dos grupos de trabalho internos.

Quanto ao impulsionamento do turismo de qualidade e à optimização da gestão da indústria, serão acompanhados os trabalhos de revisão do diploma regulador das actividades hoteleiras e de restauração. Serão criadas condições favoráveis para a modernização e diversificação do desenvolvimento da indústria e estabelecido um mecanismo eficaz de fiscalização, que permita otimizar a conjuntura turística e impulsionar a qualidade dos serviços. Para aumentar a qualidade dos serviços de turismo, trabalhar-se-á em estreita colaboração com as indústrias e entidades de formação, apoiando a indústria na realização de formação no posto de trabalho, aos trabalhadores efectivos, com vista a aumentar a qualidade dos serviços prestados. O Gabinete de Gestão de Crises do Turismo estenderá e melhorará o seu trabalho, respondendo, com eficácia, às exigências do exterior.

Serão desenvolvidos os elementos turísticos com características locais e fomentada a diversificação dos produtos, visando o desenvolvimento do turismo cultural. Organizar-se-ão grupos artísticos locais para actuarem nos vários pontos turísticos da cidade, a fim de enriquecer o turismo cultural. Através da cooperação com outros departamentos governamentais, aprofundar-se-ão, em conjunto, todos os produtos no âmbito do “Plano de Desenvolvimento dos Novos Produtos de Macau”. Para estabelecer Macau como uma “Cidade de Festividades”, a DST continuará a organizar e a co-organizar vários eventos e festividades, com destaque para o “25.º Concurso Internacional de Fogo de Artifício”, o “60.º Grande Prémio de Macau” e a Parada do Ano Novo Lunar, entre outros. A fim de reforçar a capacidade de atracção do turismo de compras, será dada continuidade ao apoio da realização do “Festival de Compras”, entre outros.

Deve-se prestar forte apoio à conjugação da indústria turística com a comunidade local. A DST continuará a apoiar as associações comunitárias locais na organização de actividades turísticas e culturais e focará a nossa atenção no impulsionamento do desenvolvimento das pequenas e médias empresas, combinando diferentes elementos como o comércio a retalho, as comidas e bebidas, o alojamento e o entretenimento, entre outros, para aumentar a atracção turística das áreas comunitárias, criando assim uma zona antiga apelativa, e desenvolvendo a economia social. Serão divulgadas, atempadamente, informações relacionadas com o plano e o andamento da construção de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, permitindo à população e à comunicação social um melhor conhecimento. Além disso, a DST prestará grande atenção à questão da capacidade de suporte dos visitantes e, através do intercâmbio e cooperação com as referidas entidades, realizará um estudo adicional.

No que diz respeito à promoção turística, para além da continuação do uso dos temas Momentos “Encantadores”, “Fascinantes”, “Surpreendentes” e “Deliciosos”, está planeado o lançamento de um novo tema, “Momentos Vibrantes”, com produção de vídeos promocionais sobre as festividades de Macau para serem divulgados no exterior. Promoveremos amplamente a nova página electrónica da Direcção dos Serviços de Turismo, bem como investiremos mais recursos promocionais, lançando uma série de anúncios em páginas electrónicas bem conhecidas em todo o mundo, para reforçar a promoção.

Recorrer-se-á ao uso de formas multimédia interactivas, fornecendo informações turísticas sobre Macau. Planear-se-á o lançamento de mais aplicações de turismo introduzidas nos telemóveis inteligentes, bem como a criação de páginas electrónicas independentes para os recursos turísticos característicos. Planear-se-á também a renovação dos balcões de informações turísticas de Macau, tornando-os locais agradáveis e personalizados de prestação dessas informações.

Continuaremos a focar-nos na diversificação dos mercados fonte de visitantes e exploraremos novos mercados no mundo, especialmente os do Sudeste Asiático e da Rússia, que estão a emergir. A DST planeia instalar uma representação na Rússia. Acompanhando a ligação da linha de comboio intercidades Guangzhou-Zhuhai com a de alta velocidade

Wuhan-Guangzhou, planear-se-á a organização de itinerários turísticos para Macau através do comboio de alta velocidade, abrindo, assim, novos segmentos de mercado no Interior da China.

A DST continuará a participar activamente nas organizações internacionais, reforçando assim a participação de Macau nos assuntos turísticos a nível internacional. No que respeita à cooperação regional, continuaremos a acompanhar os trabalhos da área do turismo inseridos no “Acordo-Quadro para a Cooperação entre Guangdong e Macau” e, em resposta ao desenvolvimento de Hengqin e Nansha, definiremos activamente projectos. Ao mesmo tempo, acompanharemos, de forma activa, os pareceres relacionados com o documento do “Plano de Cooperação Turística entre Guangdong, Hong Kong e Macau”, apresentando destaques do desenvolvimento turístico das três regiões, para se poder tornar numa referência prática para o futuro desenvolvimento da indústria turística da Região.

No domínio da Cultura

Em 2012, a Acção Governativa da área cultural reforçou a salvaguarda e a transmissão do património cultural, tendo dado prioridade à consolidação das características locais para estimular o desenvolvimento cultural de Macau.

Na promoção da salvaguarda do património cultural, a Lei de Salvaguarda do Património Cultural foi submetida para apreciação final à Assembleia Legislativa. No âmbito da salvaguarda e valorização do património cultural imaterial, foram incluídos, em 2012, na Lista de Património Cultural Imaterial de Macau, as Crenças e Costumes de “A-Ma” e de “Na Tcha”, a Gastronomia Macaense e o Teatro em Patuá. Entre as obras já iniciadas para restauro e reaproveitamento dos edifícios de interesse histórico, as relativas à Galeria “Na Tcha” e ao “Arquivo Histórico da Associação Beneficência Tung Sin Tong” terminaram e estão já abertos ao público. Os espaços criativos inaugurados incluem o “Pavilhão de Criatividade de Macau”, a “C-Shop” e a “Galeria da Moda de Macau”. Além disso, também foi inaugurada a Biblioteca do Mercado Vermelho e melhorado o ambiente cultural da comunidade.

No reforço da cultura local, o Festival de Artes de Macau empenhou-se em incentivar a criação local, sendo mais de metade dos espectáculos constantes dos seus programas apresentados por grupos locais. O Arquivo Histórico empenhou-se na realização de exposições bibliográficas temáticas e *workshops* relacionados com vista à intensificação da descoberta e pesquisa da história local. Na promoção do desenvolvimento literário local, foi realizada a Conferência “Literatura de Macau: Teorias, História e Documentação”, fornecendo desta forma uma fundamentação sólida para a criação do Centro de Literatura de Macau. Simultaneamente, foram compiladas e publicadas as melhores obras literárias e colecções de crítica literária deste ano, nomeadamente a “Seleccção de Obras Literárias de Macau 2011” e a “Seleccção de Críticas sobre as Artes Performativas de Macau 2010-2011”. Na formação dos quadros qualificados locais, foi dada continuidade à ministração do Curso de Certificado em Administração das Artes e, para responder às necessidades do público na área de educação

artística, foi melhorada a qualidade pedagógica dos cursos de formação profissional e de divulgação do Conservatório de Macau.

Em 2013, o Governo da RAEM dará a prioridade da acção governativa na área cultural ao desenvolvimento do “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e de uma “cidade culturalmente rica e sustentável”, o que pressupõe a conservação do património cultural, o desenvolvimento de um ambiente cultural na comunidade, a promoção da divulgação artística, o melhoramento do ambiente artístico-cultural, a realização de mais acções de intercâmbio cultural e a valorização da cultura local, com vista a constituir uma boa base para a construção cultural e o desenvolvimento culturalmente sustentável de Macau, numa perspectiva de médio e longo prazo.

A educação e a divulgação da salvaguarda do património cultural serão plenamente iniciadas na comunidade e nas escolas de Macau. Simultaneamente, será dado início à inventariação dos edifícios de interesse cultural de Macau, com vista a aperfeiçoar a “Lista dos Edifícios Históricos” e a “Base de Dados do Património Cultural”. Manter-se-á o estímulo à pesquisa do património cultural imaterial de Macau, iniciar-se-á o trabalho preparatório da inventariação deste património e planear-se-ão exposições temáticas.

Relativamente ao restauro e reaproveitamento de edifícios de interesse cultural, será dada prioridade às obras de restauro na zona nuclear das Ruínas de São Paulo. Com a abertura ao público destes edifícios restaurados, aumentarão os espaços culturais e criativos com características próprias da zona. A fim de salientar melhor o valor histórico e humanista dos locais de Património Mundial, serão incentivados os grupos artísticos no sentido de demonstrar, pelas mais diversas formas de expressão artística, a criatividade contemporânea nesses mesmos locais. Simultaneamente, será dada continuidade ao estudo da história local e à prospecção arqueológica na zona do núcleo da Ruínas de S. Paulo e na Ilha de Coloane.

Uma outra prioridade será a promoção do desenvolvimento cultural no seio da comunidade, detectando e protegendo a unicidade da cultura comunitária, aumentando a participação em actividades culturais por parte dos moradores, incentivando as associações culturais a utilizar a comunidade como palco, desenvolvendo as suas potencialidades culturais.

Na promoção das indústrias culturais e criativas, o apoio prioritário será dado às indústrias culturais e criativas locais com mais potencialidades. Estudar-se-á o lançamento do “Programa de Subsídio à Confecção de Mostras de Moda” e do “Programa de Apoio à Produção e Criação de Desenho Animado”, com vista a promover o desenvolvimento geral das indústrias culturais e criativas com base no sucesso obtido em determinados sectores.

No alargamento de espaços culturais e criativos, serão concluídos, e inaugurados em 2013, o “Cinema de Arte” e o “Centro Cultural e Criativo da Associação Hó-Sông-I-T’óng”. Estão planeadas a remodelação e a transformação das “Oficinas Navais” não só num

local cultural e criativo mas também num espaço de exposições de arte contemporânea, aumentando assim a coesão cultural nos respectivos bairros.

Na formação de quadros qualificados, para além de se dar continuidade aos programas existentes de educação artística, serão ainda desenvolvidos alguns programas de formação especialmente orientados para determinados grupos de pessoas, tais como o “Programa de Especialização Técnica na Área Cultural” e o “Programa de Formação de Recursos Humanos em Gestão Cultural e das Artes”, entre outros. Em simultâneo, criar-se-á o “Programa de Apoio aos Estudos Culturais e Artísticos” que visa apoiar os jovens locais a prosseguirem o estudo das artes, da cultura e das indústrias culturais e criativas até ao grau de mestrado em estabelecimentos de ensino do exterior. Será criado o Projecto de Entrega Especial de “Palestras Culturais”, em que será organizada a deslocação às escolas de académicos e artistas para a apresentação de palestras temáticas sobre a cultura e história local, bem como as artes clássicas e contemporâneas, quer da China quer estrangeiras.

Na introdução e promoção de projectos culturais de fora para Macau, o “Festival Internacional de Música de Macau” e o “Festival de Artes de Macau” empenhar-se-ão em alargar os horizontes do público, seleccionando os programas clássicos e mais inovadores, em termos artísticos, de todo o mundo para serem apresentados em Macau. Serão convidados, ainda, académicos de renome mundial para a realização de palestras ou *masterclasses*. Simultaneamente, promover-se-á activamente a participação dos grupos e artistas locais em acções de intercâmbio cultural com o exterior, no sentido de aí demonstrar a capacidade de Macau neste domínio e ajudar o crescimento dos grupos artísticos locais.

No domínio do Desporto

Em 2012, o Instituto do Desporto continuou a empenhar-se na concretização da política do desenvolvimento paralelo do desporto de rendimento e do desporto para todos. A articulação mútua, entre o Governo e as entidades da sociedade civil, proporcionou um bom desenvolvimento tanto no desporto de rendimento como no desporto para todos. Através da organização regular de diferentes actividades do desporto para todos, da disponibilização ao público de instalações e equipamentos desportivos e da cooperação com as entidades da sociedade civil, promoveu-se a generalização do desporto para todos, proporcionando à população meios para a prática frequente do desporto.

Com a finalidade de promover melhor a generalização do desporto para todos, está a preparar-se um conjunto de exercícios físicos com vista à sua divulgação em formas diversificadas, sensibilizando para a participação de mais cidadãos no desporto. No âmbito do desporto de rendimento, através da estreita cooperação com as associações desportivas e da atribuição de apoios financeiros e técnicos, proporcionou-se às diversas associações desportivas um apoio adequado e oportuno em diferentes áreas, a saber: planeamento sobre o seu próprio desenvolvimento a longo prazo, desenvolvimento das modalidades desportivas, formação de pessoal e participação em organismos e em competições

desportivas internacionais, entre outros. Além disso, através do melhoramento do “Plano de talentos do desporto”, foram introduzidos o regime de apoio financeiro em diferentes categorias e o projecto de apoio financeiro à formação, visando prestar um melhor apoio aos atletas. Tendo criado e desenvolvido as escolas de formação desportiva novas e existentes para jovens, de diferentes modalidades, iniciaram-se muitos intercâmbios e competições desportivos junto dos jovens, proporcionando assim, uma formação contínua aos jovens atletas locais.

Em 2012, foi implementado o protocolo de cooperação com as associações de pessoas portadoras de deficiência da China Continental e enviou-se uma delegação desportiva à edição dos Jogos Paralímpicos de Londres, promovendo, de forma contínua, o desenvolvimento do desporto para estas pessoas de Macau. A organização de várias competições e actividades desportivas internacionais e a realização das reuniões e das acções de formação do Conselho Olímpico da Ásia e da Federação da Ásia-Pacífico de Desporto para Todos em Macau contribuíram para a criação de uma relação de cooperação e de intercâmbio mais estreita entre Macau e o sector desportivo mundial, assim fomentando o desenvolvimento do desporto local.

Em 2013, no domínio do desporto, aprofundar-se-á a política do desenvolvimento paralelo do desporto de rendimento e do desporto para todos. Através do desenvolvimento do desporto para todos, será não só reforçada a condição física dos cidadãos, mas também melhorado o desenvolvimento do desporto de rendimento. Neste sentido, face aos resultados da avaliação da condição física da população de Macau, será intensificada em 2013 a divulgação do desporto para todos. Através da combinação entre o desporto para todos e a aplicação de dados científicos à prática desportiva, reforçar-se-ão os conhecimentos dos cidadãos quanto aos benefícios da prática do desporto, promovendo uma activa participação da população. Além disso, estabelecer-se-á cooperação com as instituições de ensino para iniciarem actividades publicitárias e promocionais, realizando promoções itinerantes do desporto nas escolas, no sentido de sensibilizar os alunos para a prática activa do desporto, melhorando assim a sua aptidão física. Por outro lado, rentabilizando as instalações, os espaços e as redes das sociedades civis, em que se tem registado uma boa experiência na prestação de serviços ao público, realizar-se-ão regularmente diferentes actividades do desporto para todos, dando assim orientações aos cidadãos na sua prática desportiva em função das condições de cada local.

Será promovido um modelo de formação especializada do desporto de rendimento, pelo que, será reforçado o Plano de talentos do desporto. Através do apoio financeiro em diferentes categorias e do projecto de apoio financeiro à formação, mais atletas de elite poderão participar. Por outro lado, será melhorado o nível dos treinos através da contratação de treinadores especializados; a implementação da formação de treinadores e juízes, sensibilizando os treinadores e juízes locais para participarem em provas para a obtenção do certificado internacional das respectivas modalidades, que permitirão expandir progressivamente os elementos das equipas técnicas do desporto de Macau. Será

dada continuidade ao desenvolvimento das escolas de formação desportiva de diferentes modalidades para jovens, formando, deste modo, constantemente, atletas da nova geração, assim optimizando a formação de gestão do pessoal desta área.

No âmbito do aperfeiçoamento da gestão das instalações desportivas, serão lançados, a título experimental, “a gestão e o reconhecimento verdes” das instalações desportivas. Além disso, serão intensificadas as obras de construção de várias instalações desportivas, de forma articulada com as necessidades do desenvolvimento profissionalizado do desporto local. Será dada continuidade à cooperação com as associações de indivíduos portadores de deficiências, ao desenvolvimento regular do desporto para pessoas com deficiência de Macau, à organização persistente de vários eventos desportivos internacionais e à procura de intercâmbios e cooperação desportivos com o Interior da China e o exterior, promovendo o desenvolvimento do desporto para todos e do desporto de rendimento de Macau.

Apoio à reconstrução de Sichuan

Quanto ao apoio de Macau à reconstrução de Sichuan, os 103 projectos prometidos pelo Governo da RAEM à reconstrução estão completamente prontos. Em princípio, o trabalho remanescente centrar-se-á na apreciação e avaliação final dos relatórios de auditoria, tendo por objectivo assegurar que os projectos tenham sido desenvolvidos de acordo com o espírito e as exigências do Governo da RAEM na concessão do apoio e cumpram as normas e critérios nacionais de qualidade e de segurança.

No domínio dos Assuntos das Mulheres

Para compreender e acompanhar constantemente as necessidades das mulheres de Macau e o seu desenvolvimento, a CAM irá, progressivamente, criar uma base de dados sistemática, a fim de colocar à disposição dos investigadores científicos e dos organismos governamentais valiosa informação de referência. Além disso, a CAM prosseguirá com a divulgação e transmissão, sob diversas formas, junto da sociedade, do papel importante da mulher, quer no emprego quer na família. Através de intercâmbio com os serviços envolvidos e os trabalhadores desta área, dará atenção a políticas favoráveis à família, ou seja, equilibra o papel dos trabalhadores na família e no emprego, valorizará a capacidade das mulheres de participar em diferentes actividades e promoverá a harmonia na família e na comunidade.

Área de Transportes e Obras Públicas

Prefácio

Em 2012, “Ter por Base a População” e o “Desenvolvimento Sustentável” constitui o principal objectivo das Linhas de Acção Governativa da tutela de Transportes e Obras Públicas, de acordo com as orientações já previamente estabelecidas, foi dado início uma série de acções para distribuir eficazmente os recursos, satisfazer as necessidades de desenvolvimento do turismo, promovendo a sua competitividade, melhorar a qualidade de vida da população, bem como aumentar número de equipamentos de apoio e instalações turísticas.

Balanço da Execução da Acção Governativa no ano 2012

1. Cooperação Regional

O Governo da RAEM tem-se empenhado em fazer de Macau um centro mundial de turismo e lazer e tem participado activamente em planos para desenvolvimento, a longo prazo, da cooperação regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Temos acompanhado os trabalhos da elaboração do “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas”, do “Plano de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau” e do “Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas”.

De forma célere estamos a proceder à construção do Novo Campus da Universidade de Macau, na Ilha da Montanha (Hengqin). Os Governos de Guangdong e Macau promoveram a divulgação da ideia do projecto de construção de um novo acesso entre Guangdong e Macau. O Governo da RAEM, juntamente com o Governo de Guangdong, submeteram o respectivo pedido ao Governo Central, tendo abordado com os relevantes ministérios e comissões a concretização dos trabalhos, e por outro lado, realizado vários estudos preliminares.

Em articulação com a inauguração da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, os governos dos três territórios constituíram o grupo de estudo e coordenação da política de trânsito transfronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, assim como deram início ao estudo das diversas soluções relativas ao trânsito transfronteiriço e promoveram o avanço dos trabalhos nos dois territórios.

Quanto ao trânsito transfronteiriço de veículos automóveis, tiveram já início os estudos de viabilidade do plano dos transportes públicos urbanos e do plano que permite aos veículos motorizados de Macau entrarem e saírem da Ilha da Montanha (Hengqin). Continuamos a promover a intercomunicabilidade na utilização dos passes nos transportes públicos de Macau, Guangdong e Hong Kong, e no que se refere ao mecanismo de troca de cartas de condução tiveram já início contactos e troca de informação entre ambas as partes, fazendo esforços para a concretização, este ano, de uma solução de gestão e outras medidas. Paralelamente, procedeu-se a uma profunda análise sobre a localização das

estações e do traçado do Metro Ligeiro nas Portas do Cerco e na Zona Norte, bem como aos estudos de viabilidade referentes à interface de ligação directa do Posto Fronteiriço de Flor Lótus à Ilha da Montanha (Hengqin).

Promover a construção das instalações hídricas e, simultaneamente com a entrada em funcionamento o sistema hídrico de Zhuyin, empenhamo-nos em acompanhar o andamento e a execução da construção do empreendimento hídrico de Datengxia. Além disso, relativamente à reabilitação do Canal dos Patos, foi apresentada a proposta para a reabilitação integrada do ambiente hídrico do Canal. A interligação da transmissão eléctrica ligou a subestação do Canal dos Patos com a subestação Flor de Lótus, através da rede primária de 220 KV e proporcionou o fornecimento de energia eléctrica a Macau, tendo sido elevada em 50% a capacidade de importação de electricidade na interligação regional de Macau.

2. Planeamento Urbanístico

Após a recolha das opiniões no âmbito da auscultação pública da segunda fase do plano director das novas zonas urbanas, compilaram-se todas as opiniões e sugestões num livro, para referência na elaboração de projectos do planeamento. No 2º semestre de 2012 realizaram-se reuniões de intercâmbio e reuniões de discussão específica por parte dos especialistas, prevendo-se a terceira fase da auscultação pública inicia entre finais do corrente ano a início do próximo ano. Actualmente, decorre na Assembleia Legislativa a apreciação na especialidade da proposta de Lei do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos. Elaborámos faseadamente vários planos de pequenas zonas e estudos de projectos cruciais, nomeadamente, o Plano Pormenor dos Estaleiros Navais de Lai Chi Yun de Coloane, o Plano conceptual urbanístico geral e ambiental do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e da zona circundante, o Plano de Reordenamento da Zona do Porto Interior, o Estudo sobre o Plano da Zona Noroeste de Macau etc.

3. Gestão de Solos e Urbanização

Deu-se início de uma forma contínua à elaboração da “Lei do Planeamento Urbanístico”, à revisão da “Lei de Terras” e à revisão dos respectivos diplomas complementares, estando-se actualmente a fazer todos os esforços para que ambas as leis entrem ao mesmo tempo em processo legislativo, no 4.º trimestre do corrente ano.

Combater rigorosamente as ocupações ilegais de terrenos públicos, para proteger os recursos de solos do Governo. De facto, desde 2009 até aos primeiros nove meses do corrente ano, foram revertidos para a RAEM um total de 52 terrenos ilegalmente ocupados com uma área global aproximada de 210 000 metros quadrados.

Paralela e empenhadamente, temos reforçado o acompanhamento dos trabalhos de tratamento dos terrenos não aproveitados tendo-se, até ao Agosto do corrente ano, iniciado os procedimentos legais de declaração da caducidade das concessões, em 12 casos.

Com recurso a vários meios, tratar os casos de proliferação de construções clandestinas e dos edifícios deteriorados. Em Maio de 2012, implementámos as “Instruções para as Instalações de Segurança e Prevenção de Furtos nos Edifícios”, clarificando a regularização das protecções legais dos edifícios, e deu-se início aos trabalhos da fase preliminar da criação do Sistema de Gestão de Dados sobre Edifícios em Estado de Degradação.

Na sequência da entrada em processo legislativo, em 2012, da proposta de lei do Regime Jurídico da Construção Urbana, foram concluídos o regulamento administrativo complementar à proposta de Lei do Regime Jurídico da Construção Urbana (normas de natureza administrativa), ao mesmo tempo foram iniciados os trabalhos de revisão do Regulamento Geral da Construção Urbana (normas de natureza técnica), prevendo-se que este seja submetido a consulta pública no 4º trimestre do corrente ano. Quanto ao Regulamento de Segurança contra Incêndios, prevê-se que a respectiva proposta de lei entre no processo legislativo em 2013.

Quanto à apreciação e aprovação dos projectos de obras particulares, no início de 2012 foram implementadas medidas de simplificação relativamente a obras que não são de construção, combinando a apresentação de três pedidos num só, isto é, apreciação e aprovação de projectos, emissão de licença e início de obra num só único pedido. Foram lançadas em meados do corrente ano as “Orientações para o Preenchimento da Memória Descritiva das Fracções Autónomas e Critérios de Denominação das mesmas”. O “Regime de acreditação, registo, inscrição e qualificação para o exercício de funções profissionais nos domínios da construção civil e do urbanismo” entrou já na última fase da sua elaboração.

No corrente ano continuamos a envidar esforços na ampliação das redes rodoviárias como por exemplo a abertura da Rua de Lei Pou Ch’ôn e o prolongamento da Avenida do Ouvidor Arriaga e da Rua Nova do Patane, a ligação da rede rodoviária entre a zona do Ouvidor Arriaga e a zona da Ilha Verde, a remodelação da rede rodoviária da zona adjacente à Avenida Marginal do Lam Mau, abrindo e prolongando a Avenida Marginal do Patane etc.

Paralelamente, criar gradualmente um sistema pedonal livre de barreiras arquitectónicas através da optimização dos equipamentos de travessia pedonal. O sistema pedonal que liga a Avenida da Baía da Nossa Senhora da Esperança entrou em funcionamento no corrente ano, a passagem inferior de trânsito ligando a Estrada da Baía de Nossa Senhora da Esperança e a Avenida Wai Long já entrou na sua fase crucial.

Ao mesmo tempo, em articulação com a inauguração das habitações públicas, melhorar as instalações sociais, instalar pela primeira vez em Macau uma rede de tubagem para a água reciclada a concluir em conjugação com o empreendimento de habitação pública de Seac Pai Van.

4. Habitação

Em 2012 acelerar a construção dos empreendimentos de habitação pública, bem como iniciar faseadamente a atribuição antecipada das fracções e o alojamento. Actualmente,

encontram-se construídas 4 189 fracções, estando em construção 15 071 fracções, totalizando 19 260 fracções. Após o projecto de 19 000 habitações públicas, o Governo dispõe terrenos reservados para habitação pública, onde poderão ser construídas mais de 6 000 fracções, das quais aproximadamente 3 800 fracções já estão na fase de planeamento e a que se seguirão os processos de concurso público. Até ao final de Setembro de 2012, foram seleccionados 7 298 agregados familiares da lista de espera para escolha das fracções de habitação económica e 4 757 agregados familiares prometeram adquirir as respectivas fracções. Simultaneamente, temos continuado a organizar os alojamentos de habitação social para agregados familiares na lista de espera, e foram tratados um total de 1 483 agregados familiares em lista de espera, dos quais, depois de retirados os agregados familiares desistentes, os que não reuniam os requisitos, os que foram transferidos para o último lugar da lista de espera geral e ainda aqueles que solicitaram a renovação dos dados do processo, por alteração dos membros familiares, foram autorizados 555 agregados familiares para terem arrendamento de habitação social.

O Conselho para os Assuntos de Habitação Pública vai continuar a desempenhar o papel de plataforma e da apresentação estratégias, com vista a promover a discussão de vários assuntos. Já procedeu-se a consulta pública sobre a Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública, a compilação das opiniões recolhidas durante o período de consulta, procurando-se que esteja concluída no final do corrente ano.

O Governo isentou o pagamento da renda, por parte de mais de 7 300 arrendatários de habitação social durante o ano 2012. Continua a atribuir o abono provisório de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social, bem como aumentou o montante do abono mensal. Desde a implementação desta medida de 2008 até ao final de Setembro de 2012, 7 110 agregados familiares foram beneficiados, orçando o total de abono atribuído em \$223 milhões de patacas.

Além disso procedemos à revisão do Regulamento de Candidatura para Atribuição de Habitação Social, melhorando assim a eficácia do alojamento das habitações sociais, aumentando o número dos beneficiários de habitação social, criando assim uma condição do alojamento de habitação social mais liberalizada para os agregados familiares com idosos.

Até ao Setembro do corrente ano, o Centro de Arbitragem de Administração Predial, recebeu 74 pedidos de consulta, havendo já um caso resolvido através da conciliação e arbitragem.

O Centro de Inter-serviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios e o Fundo de Reparação Predial estão anualmente a obter mais resultados porque os casos de reparações efectuadas por iniciativa própria dos proprietários e moradores têm aumentado anualmente, de 50% no ano 2009 para 73,76% em Setembro do ano 2012. Paralelamente, no sentido de avaliar integralmente a eficácia do funcionamento do Fundo de Reparação Predial, foi concluído no final de Outubro do corrente ano, o estudo das propostas de melhoria.

Para promover o desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário, em Outubro de 2012, o Grupo de Trabalho lançou novas medidas estratégicas, em três níveis: gestão de procura, aumento do número de oferta e melhoria do mecanismo de funcionamento do mercado; e quatro direcções principais, a partir das quais foram estabelecidas 8 medidas, quais sejam: percentagem de empréstimos bancários para aquisição de imóveis habitacionais, impostos, formas da venda de fracções autónomas de edifícios em construção e aumento do número de oferta de habitações. No sentido de prevenir a especulação no mercado imobiliário por capitais estrangeiros, estabelecem-se restrições nos empréstimos bancários para não residentes de Macau na compra de fracções habitacionais. Relativamente ao “Imposto do selo especial sobre a transmissão de bens imóveis destinados a habitação” abrange agora a transmissão de loja, escritório e lugar de estacionamento.

O Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção, estando a ser apreciado na especialidade pela Assembleia Legislativa. A Lei da Actividade de Mediação Imobiliária foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa.

5. Trânsito e Transportes

Sendo 2012 a primeira meta anual planeada para a primeira fase da “Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau”, as prioridades são o reordenamento do sistema dos transportes públicos e as respectivas medidas de melhoria. Ao fim de um ano, depois do lançamento dos novos serviços dos transportes públicos, o número dos passageiros dos autocarros atingiu um novo patamar, a frequência de partidas aumentou aproximadamente de 36% comparativamente ao mesmo período do ano passado.

Para melhor fiscalizar a operação das empresas dos autocarros, foi introduzido um mecanismo de avaliação e criou uma plataforma para a participação directa dos cidadãos denominada por “Amigos dos Autocarros”, bem como aproveitando a plataforma de interacção do Conselho Consultivo do Trânsito, no sentido de recolher de melhor forma as opiniões e sugestões dos sectores sociais. No corrente ano, foi concluído o processo do concurso público para a concessão de 200 alvarás de licença de exploração de táxis por oito anos.

Em 2012, o Projecto de Metro Ligeiro entrou na fase prática de execução, as obras de construção dos três segmentos da Taipa e o Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro encontra-se em pleno andamento. Em conjugação com a agenda de construção do projecto da 1.ª fase do Metro Ligeiro, já se iniciou a obra de construção do centro modal de transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira.

Quanto às áreas portuária e aviação, em 2011 o Governo passou a ser directamente responsável pela gestão do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, iniciando-se no 4º trimestre do corrente ano o plano de melhoramento do espaço do terminal marítimo.

Para progressivamente concretizar o “Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau” até 2030, bem como reforçar o desenvolvimento da rede de rotas

aéreas internacionais, foram convidadas quatro novas companhias aéreas estrangeiras para operarem vários serviços.

6. Protecção do Ambiente e Energia

A melhoria da qualidade do ar e do tratamento dos resíduos são dois dos grandes objectivos para o ano 2012. Neste ano, foi compilado e publicado o documento definitivo do “Relatório da Consulta de Opiniões Sobre o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau”, e no segundo semestre do ano 2012 foram iniciados os estudos mais aprofundados com o intuito de implementar o primeiro plano ambiental de Macau. A “Compilação das Opiniões Recolhidas sobre o Texto Exploratório para a Criação de Um Regime de Avaliação do Impacto Ambiental” já foi concluída, bem como foi iniciada a 2.ª fase das medidas complementares.

O Regulamento Administrativo – “Fixação dos Limites de Emissão de Gases de Escape a que Devem Obedecer os Automóveis Novos aquando da Sua Importação” foi publicado neste ano. Terminado o plano do “Estudo e Teste sobre a Instalação de Filtro de Partículas dos Gases de Escape nos Veículos com Motor Propulsionado a Diesel”, definiram-se as “Normas Técnicas Propostas sobre a Instalação de Dispositivo de Tratamento Posterior dos Gases de Escape nos Veículos com Motor Propulsionado a Diesel” no sentido de articular com a instalação do respeitante dispositivo com as entidades de Macau patrocinadas pelo Plano do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética.

Por outro lado foi estabelecido um plano de consulta sobre os parâmetros de emissão de gases dos veículos em circulação, o respectivo regime e método de teste, o estudo sobre política de eco-veículos, e foi concluída a recolha de opiniões sobre as “Normas Relativas à Gasolina sem Chumbo e Diesel Leve para Veículos». Relativamente aos fumos e cheiros de estabelecimentos de restauração e bebidas e a outras fontes de poluição atmosférica, foram desenvolvidos estudos sobre os respectivos critérios e a lista de emissão. Foi elaborado o “Estudo sobre a Estratégia da Redução de Emissão de Carbono e o Quadro de Desenvolvimento de Baixo Carbono”.

No início do ano, terminamos a consulta pública sobre o “Sistema Tarifário de Electricidade e Fixação dos Preços da Electricidade”, tendo sido feita a organização e análise das opiniões recolhidas e o novo programa revisto será posteriormente apresentado. Todos os esforços irão ser desenvolvidos no sentido de poder implementar o novo sistema tarifário em 2013.

Nos finais deste ano, o Governo da RAEM lançará uma consulta pública do “Plano Director de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau”, para preparar o plano que visa desenvolver a aplicação da água reciclada de Macau nos próximos 10 anos.

7. Telecomunicações, Correios, Ciência e Tecnologia

No sentido de acompanhar a plena liberalização do mercado das telecomunicações, a “Aprovação do regulamento específico do concurso público para o licenciamento de

instalação e operação de redes públicas de telecomunicações fixas na Região Administrativa Especial de Macau” foi publicada no início de 2012, o correspondente licenciamento está a avançar.

Na sequência do estudo efectuado no ano passado, o “Grupo de trabalho para a regulação dos serviços de antenas comuns” continua a analisar e investigar aprofundadamente, sob vários aspectos, os planos viáveis, tendo sugerido que seja acrescentada uma sanção pela descodificação ilegal dos programas televisivos na “Alteração ao regime do direito de autor e direitos conexos”, a legislação relevante entrou em vigor em Junho deste ano. Além disso, estamos a rever o âmbito de aplicação da “Lei de Bases das Telecomunicações”, prevendo-se a conclusão da elaboração do respectivo projecto de revisão e o início de uma consulta ao sector no final deste ano.

Num contínuo aperfeiçoamento do serviço postal, foi melhorada a rede postal e respectivas instalações, foram mais diversificados os serviços prestados e consolidadas as relações e a cooperação com o exterior, procurando explorar todas as potencialidades deste sector.

Quanto a promoção do desenvolvimento da ciência e tecnologia de Macau, o “Inquérito sobre a Situação Actual do Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Macau” foi concluído, e iniciou-se o trabalho preparatório sobre o estudo de estratégias do desenvolvimento científico e tecnológico de Macau.

Paralelamente, os dois laboratórios de referência do Estado, estabeleceram conselhos académicos. Neste ano, recomendamos 20 especialistas de Macau para entrar na base Nacional para os Prémios da Ciência e Tecnologia. Além disso, em articulação do novo avanço da indústria aeroespacial do Estado, em Agosto realizou-se a Conferência sobre a Missão da Cápsula Espacial Tripulada de Shenzhou-9, dando conhecimentos aprofundados a população sobre a indústria aeroespacial do Estado.

Linhas de Acção Governativa para 2013

Os trabalhos dos vários serviços da área dos transportes e obras públicas, cuja execução se fará a partir de estudos e planos já concluídos, irão entrar numa nova fase em 2013. Os trabalhos já empreendidos serão progressivamente ampliados e aprofundados e, nalgumas áreas, o plano de trabalho começa já a mostrar resultados. No âmbito da construção urbana iniciar-se-á a execução de obras de grande envergadura, com aperfeiçoamento dos mecanismos de natureza interdepartamental, para fortalecimento da comunicação entre os vários serviços, iniciar e concluir os respectivos trabalhos de acordo com o plano geral.

1. Cooperação Regional

A promoção da cooperação regional contribuirá para a implementação de um espaço de desenvolvimento e uma base relevantes para o futuro da RAEM. Em 2013, iremos aprofundar a cooperação regional mútua, estudamos em conjunto a viabilidade de

concretização do “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas”. Juntamente com Guangdong dar-se-á início à fase de auscultação pública do “Planeamento de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau” no sentido de se recolherem as opiniões do público, bem como promover os trabalhos de elaboração do “Planeamento de Desenvolvimento da Zona da Margem Ocidental do Delta do Rio das Pérolas”.

Em 2013 dar-se-á seguimento aos estudos preliminares das ideias do projecto de construção do novo acesso entre Guangdong e Macau, estudando a concretização dos vários pormenores do projecto. Na primeira fase irá proceder-se principalmente à realocação do Mercado Abastecedor de Macau Nam Yue do respectivo lote para a Zona de Macau do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau.

Actualmente o projecto preliminar para a distribuição geral, rede viária e infra-estruturas da zona de administração do Posto Fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte de Hong Kong – Zhuhai – Macau encontra-se já concluído. Prosseguir-se-á no próximo ano a elaboração das propostas de controlo relativamente ao regime de contingente de veículos que circulam através da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, organização do transporte, portagem para veículos, sistema jurisdicional, habilitação dos condutores, matrículas dos veículos, assim como regime de indemnização dos seguros, manutenção e gestão do tráfego e medidas de contingências na Ponte, fazendo-se esforços para finalizar no próximo ano o plano de políticas do controlo dos veículos em trânsito na Ponte.

Quanto à troca de cartas de condução para veículos ligeiros de forma conveniente para as partes de Guangdong e Macau, serão feitos esforços para chegar a um consenso. Relativamente ao “estudo da gestão dos veículos em trânsito de uma vez só” e à “elaboração das estipulações da gestão dos veículos motorizados de Macau que entram e saem da Ilha da Montanha (Hengqin) (a circulação limita-se apenas à Ilha da Montanha (Hengqin))”, prosseguir-se-á o estabelecimento de contactos directos, com as entidades homólogas do interior da China, definindo a metodologia de prática nas actividades substanciais.

Em 2013, continuar a impulsionar o Eixo de Ligação Este do Sistema de Metro Ligeiro entre Macau e a Taipa, a articulação entre o Sistema de Metro Ligeiro e o Novo Acesso, bem como o planeamento geral da articulação de transporte ferroviário regional entre outros trabalhos de estudos. Em paralelo, iremos também manter uma comunicação mais estreita com Guangdong para aprofundar o estudo sobre a viabilidade da articulação entre a ferrovia interurbana Guangzhou-Zhuhai e o Sistema de Metro Ligeiro.

As partes de Guangdong e de Macau vão continuar com base nos trabalhos avançar na cooperação das construções das instalações hídrica, avançando em conjunto a construção do empreendimento hídrico de Datengxia, vão avançar com os trabalhos relativos ao relatório do estudo sobre a viabilidade do projecto à construção da quarta rede de fornecimento de água a Macau. Além disso, será escolhida uma estação de monitorização da qualidade do ar de Macau para ser integrada na rede de monitorização da qualidade do

ar do Grande Delta do Rio das Pérolas, visando assim, alcançar o objectivo de controlar e prevenir conjuntamente a poluição atmosférica, a nível regional.

Para garantir a estabilidade a longo prazo do fornecimento de energia, de acordo com o plano de transmissão Guandong-Macau, promover-se-á a construção de infra-estruturas de transmissão de electricidade entre as duas regiões, antes de 2015 será adicionado o terceiro circuito da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, concluir-se-ão as obras de transmissão e transformação de electricidade de Jialin em Zhuhai, de 500 kV bem como as obras relacionadas com os respectivos circuitos, entre outras obras.

No campo do gás natural, dar-se-á acompanhamento à construção célere do Projecto de Gás Natural Liquefeito (GNL) do Porto de Gaolan, iniciando-se também o estudo para a ligação com a rede principal de gás natural da Província de Guangdong.

2. Planeamento Urbanístico

Promovermos activamente os trabalhos de feitura da “Lei do Planeamento Urbanístico”, empenhamos esforços nos trabalhos de elaboração do projecto do “Plano Director das Novas Zonas Urbanas”. Iremos em 2013 envidar esforços para fazer a compilação das opiniões recolhidas em diferentes fases do Plano dos Novos Aterros Urbanos, e a sua concretização. Em simultâneo, iremos elaborar progressivamente os planos de pormenor das respectivas zonas por forma a garantir a execução e o início de forma programada do plano das novas zonas urbanas.

Continuar de forma activa a melhorar os planeamentos de algumas zonas pequenas e de bairros antigos, bem como em resultado dos estudos iniciados na zona norte, ir-se-ão melhorar o planeamento e reordenamento daquela zona, segundo as sugestões apresentadas pelos residentes. Paralelamente, o grupo interdepartamental específico mediante a coordenação dos trabalhos de todas as áreas técnicas envolvidas serão definidas estratégias gerais de execução para o problema das inundações da Zona do Porto Interior, será feita uma proposta de visionamento em termos de planeamento e serão realizadas consultas públicas e seminários para discussão entre os especialistas, tudo isto no intuito de se encontrarem propostas viáveis para tratar o problema das inundações da Zona do Porto Interior.

3. Gestão de solos

O projecto de revisão da Lei de Terras julga-se que poderá ser submetido no fim do corrente ano à apreciação da Assembleia Legislativa. Em paralelo, demos já início aos estudos da revisão das legislações complementares relativas à Lei de Terras e os respectivos trabalhos prolongar-se-ão em 2013. Relativamente ao preço do domínio útil e ao foro, bem como à composição e funções da Comissão de Terras, têm sido apresentadas propostas de revisão, prevendo-se assim que as mesmas entrem já na fase de revisão dos respectivos articulados.

Para o aproveitamento completo dos terrenos, iremos continuar a estudar e a implementar medidas que ajudarão a reforçar a gestão de solos, iremos acrescentar novas cláusulas de penalidades aos contratos de revisão de concessão de terrenos e aos novos contratos de concessão. Paralelamente empenhamo-nos em construir uma plataforma de fiscalização interdepartamental para reforçar mais ainda a fiscalização no cumprimento dos contratos de concessão de terrenos por parte dos concessionários.

No intuito de conhecer melhor a classificação dos terrenos, como base o “Estudo de Classificação das Finalidades dos Terrenos de Macau” foram escolhidas a nova zona de aterro A, a zona da Ilha Verde e a zona da Barra como zonas experimentais de estudo. A entidade profissional já concluiu a investigação in loco e a recolha de dados dos aterros, prevendo-se a entrega do relatório preliminar no 2º trimestre do próximo ano.

4. Urbanização

No próximo ano, continuaremos a aperfeiçoar a legislação relativa à construção urbana e iremos criar um regime de fiscalização promovendo assim os trabalhos de gestão urbana. Criar mecanismo e resolver progressivamente as questões sobre obras ilegais, serão prioritariamente combatidas os novos casos de obras ilegais que aparecem e as renovações que se fazem, as obras ilegais que ponham em perigo a segurança da estrutura do edifício, que originem problemas higiénico-sanitários e que infrinjam as disposições em termos de segurança contra incêndios, entre outras.

Será implementado o Plano de Apoio Financeiro para Demolição de Edificações Ilegais, a fim de estimular os proprietários, através do apoio financeiro, a procederem à demolição das edificações ilegais por si próprios. Paralelamente, reforçar junto dos cidadãos as acções de divulgação das “Instruções para as Instalações de Segurança e Prevenção de Furtos nos Edifícios”, melhorar o mecanismo de fiscalização dos edifícios, pelo que no “Regime Jurídico do Regulamento Geral da Construção Urbana” e nas “Disposições de Natureza Administrativa do Regulamento Geral da Construção Urbana”, que estão a ser revistos, serão introduzidas cláusulas que visem promover de forma eficaz a reparação de edifícios, criar um sistema de tratamento de situações de edifícios em ruínas, através de um fluxograma, e estudar a forma de efectuar um levantamento de todos os edifícios em ruínas de Macau.

Quanto à apreciação e aprovação das obras privadas, ir-se-á dar continuidade à implementação de um regime de trabalhos aberto e transparente, e proceder a uma maior divulgação dos critérios de apreciação para auxiliar os sectores na elaboração de projectos de obras com mais qualidade. Ir-se-á lançar as instruções sobre “a elaboração dos diferentes projectos de especialidade de construção”, e otimizar o sistema de rastreamento através de computador, alargar a plataforma de comunicação entre os serviços, aperfeiçoando deste modo todas as tramitações de apreciação e aprovação.

Paralelamente, iremos reforçar o mecanismo de comunicação entre a Comissão de Vistoria dos Edifícios e os respectivos sectores, e em articulação com os “Critérios para a

Vistoria às Obras Concluídas de Construção ou Ampliação” permitir aos sectores conhecer melhor os critérios administrativos e técnicos de apreciação e aprovação.

Vai continuar a dar o acompanhamento à legislação e ao melhoramento do regime jurídico sobre o “Regime de acreditação, registo, inscrição e qualificação para o exercício de funções profissionais nos domínios da construção civil e do urbanismo”, e visa-se proporcionar aos respectivos especialistas uma articulação com os padrões internacionais, garantindo o desenvolvimento sustentável do sector.

Paralelamente, quanto à segurança e de monitorização da utilização de equipamentos electromecânicos já foi concluído um relatório de orientações sobre o “Regime de monitorização da qualidade dos equipamentos mecânicos especiais e electromecânicos de Macau”. Na primeira fase vão ser divulgadas as respectivas instruções, através da elaboração de um sistema de monitorização administrativa e de critérios técnicos respeitantes às diferentes etapas dos equipamentos electromecânicos nomeadamente, a concepção, a fabricação, a detecção, a vistoria e recepção e a reparação e manutenção dos equipamentos electromecânicos.

Quanto às obras públicas, com o início da construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e das obras de aterro da zona A e zona E das Novas Zonas Urbanas de Macau e da Taipa que terão lugar neste ano, demos já início ao estudo de viabilidade da quarta passagem entre Macau e a Ilha da Taipa e do túnel subaquático entre as zonas A e B, concretizando o planeamento para o trânsito a médio e longo prazo. Para além disso, deu-se também início à obra de construção do Túnel de Ká Hó que permitirá a ligação entre Ká Hó e a zona leste do COTAI. Continua-se a proceder ao planeamento da futura ligação do túnel da Taipa Grande à quarta passagem entre Macau e a Ilha da Taipa e que permitirá a ligação à zona A dos novos aterros.

Nos últimos anos, o Governo tem envidado esforços no melhoramento e optimização das deslocações dos cidadãos. Em 2013, iremos aperfeiçoar as redes rodoviárias para a construção de um ambiente sem barreiras arquitectónicas.

Na península de Macau, a combinação de elevadores e das passagens superiores e inferiores para peões da Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues/Pavilhão Cheok Kun será o centro do sistema pedonal, que fará a ligação aos sistemas pedonais da ZAPE e da Colina da Guia até ao centro da cidade. Além disso, serão construídos sistemas pedonais automáticos ao longo da Rua de Tomás da Rosa. Nas Ilhas, planeamos construir uma passagem superior para peões em forma circular na Rotunda do Istmo. Planeamos construir um sistema de transporte vertical composto por elevadores para ligar o Conjunto Escultórico da Taipa Pequena da Estrada de Sete Tanques à encosta junto ao Restaurante Bee Vee, situada na Rotunda Leonel Sousa.

Com a conclusão da construção no Lote TN27 da habitação económica, designada por “Edifício do Lago”, iremos estabelecer nas vias circundantes um sistema de separação entre o trânsito pedonal e o trânsito rodoviário, que consistirá na construção de vias tridimensionais rodoviárias que ligarão a Estrada Coronel Nicolau de Mesquita à Avenida Olímpica. Prevê-

se a instalação de um auto-silo na construção do Centro Comunitário da Povoação de Chun Su Mei, da Taipa, com o objectivo aliviar eficazmente o grande fluxo de trânsito causado pela entrada dos moradores do Edifício do Lago.

5. Habitação

A situação habitacional dos residentes é um ponto importante na vida da população que tem merecido continuamente a atenção do Governo da RAEM. Procede-se à concretização do projecto da oferta de 19 000 habitações públicas, simultaneamente, o Governo iniciou os trabalhos relativos à oferta de habitações públicas. Com base no resultado do trabalho de consulta sobre a Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública (2011-2020), em 2013 serão definidas as estratégias relativas ao desenvolvimento de habitação pública. No primeiro semestre irão iniciar-se os trabalhos do novo concurso de candidatura a habitação social e no próximo ano irá lançar-se um novo concurso de candidatura a habitação económica para as fracções de T1 que restaram do projecto de dezanove mil habitações públicas. Além disso, prevê-se no próximo ano concluir a construção de mais de 5 000 fracções de habitação social.

Após a concretização da oferta de 19 000 habitações públicas, o projecto da oferta de habitação pública entra na fase seguinte, prevendo-se a disponibilização de mais de 6 000 fracções de habitação pública, conforme os terrenos disponíveis reservados para o efeito. Em Julho do corrente ano procedeu-se à abertura das propostas para construção de habitação pública dos lotes 1 e 2 da Ilha Verde, permitindo atribuir 2356 fracções de habitação económica. Com a habitação pública em planeamento: lote E e lote F de Fai Chi Kei, lote L4 e L5 da bacia norte de Fai Chi Kei, lote na Estrada Nordeste da Taipa, prevê-se a atribuição de 4 mil fracções de habitação pública, e far-se-ão todos os esforços para a conclusão da obra em 2015.

No próximo ano, iremos intensificar as funções do Conselho para os Assuntos de Habitação Pública, de modo a apoiar o Conselho na realização dos projectos de estudo específicos relativos ao desenvolvimento de habitação pública.

Relativamente ao mercado imobiliário privado, em 2012 ampliou-se o âmbito de aplicação do "Imposto do selo especial sobre a transmissão de bens imóveis destinados a habitação". Em articulação com a "Lei da Actividade de Mediação Imobiliária", em 2013, vão iniciar-se uma série de trabalhos, e continua a acompanhar-se o "Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção", implementando todas as medidas para promover o desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário, dando acompanhamento às medidas implementadas.

Quanto à administração de edifícios, promover junto dos proprietários de edifícios a resolução de litígios sobre os assuntos de administração de edifícios através da conciliação do Centro de Arbitragem de Administração Predial. Será construído um centro de serviços de administração de edifícios no Edifício do Lago, habitação económica da Taipa, no qual se planeia fazer a promoção dos serviços de administração de edifícios de carácter comunitário.

Continuaremos a acompanhar o trabalho legislativo do Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro. Por outro lado, iremos continuar a dinamizar as funções do Centro de Inter-serviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, a fim de apoiar na resolução dos problemas de infiltrações nas instalações comuns dos edifícios, bem como, em conjugação com os resultados de estudos do Fundo de Reparação Predial, procederemos ao ajustamento dos planos, a fim de que os montantes de apoio financeiro possam ser aplicados com um aproveitamento eficaz.

6. Política de transportes terrestres

Iremos em 2013 reforçar o conceito de “primazia dos transportes públicos” como núcleo, bem como melhorar a rede de transporte públicos, otimizar o ambiente da circulação das rodovias, elevar o nível do serviço público e dar maior acessibilidade a deslocação dos residentes.

Tendo em conta o início progressivo das obras das diversas instalações de grande dimensão, nomeadamente o desdobramento geral do projecto do metro ligeiro, será feita uma boa coordenação no apoio ao trânsito, controlo dos transportes públicos e arranjo da execução das obras através de uma comunicação estreita entre diversos serviços competentes.

Para melhorar o serviço dos autocarros, ir-se-á dividir faseadamente a rede das carreiras de autocarros em linha principal e linha subsidiária. Com o transbordo articular todas as zonas de Macau, abrangendo assim o itinerário dos autocarros. Com a inauguração do conjunto de habitações públicas de Seac Pai Van, prevê a reserva de espaço para terminais de grande dimensão de autocarros e instalações de estacionamento. Planeia-se a criação da via rápida para transportes públicos que circulem entre Seac Pai Van, o campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (Hengqin) e as Zonas Central e Sul, com vista a construir gradualmente uma rede de transportes públicos constituída por rede de carreiras rápidas como “esqueleto”. Para as deslocações dos idosos em transportes públicos, serão criadas carreiras que facilitem o transporte de idosos para os hospitais. Tenciona-se também realizar o plano de experiência de autocarros eléctricos ligando, sobretudo, com as novas zonas da Taipa e a vila da Taipa, implementando a política de promoção das deslocações ecológicas.

Para beneficiação da gestão dos existentes espaços para estacionamento, será considerada preferencialmente a criação das instalações de estacionamento tarifado para ciclomotores e motociclos nas vias públicas estreitas, com vista a regularizar a disciplina do estacionamento e aumentar a rotatividade de ocupação dos lugares.

Com a entrada em funcionamento de vários parques de estacionamento públicos recém-construídas, tenciona-se instalar o sistema de divulgação de informação dos autosilos, e prosseguir-se-á a extensão do sistema de orientação do estacionamento em maior número dos parques de estacionamento público. Será alargada a aplicação da tecnologia

científica na fiscalização rodoviária, tenciona-se, pois, instalar o sistema de detecção do estacionamento ilegal em 16 locais.

No ano de 2013, será concluída no essencial a concepção final do Sistema e Material Circulante da 1.^a Fase do Sistema de Metro Ligeiro. Seguidamente, entrará na fase de fabrico dos respectivos equipamentos.

No início do ano de 2013 irão iniciar-se os trabalhos de fabrico do primeiro comboio, iniciando-se os testes na respectiva oficina. O fabrico dos comboios em série encontrar-se-á em pleno desenvolvimento. Prevê-se que os comboios da primeira série chegarão progressivamente a Macau em 2014. Prevê-se que a obra de melhoramento da Ponte de Sai Van será concluída no essencial em 2014, procedendo-se, seguidamente, aos testes e à integração dos equipamentos.

Por outro lado, iremos reforçar e aprofundar o trabalho do Posto de Contacto Comunitário do Metro Ligeiro.

Para minimizar os transtornos do trânsito causados ao público durante o período de execução das obras do Metro Ligeiro, coordenar-se-á melhor a obra por forma a reduzir ao mínimo os impactos do trânsito ocorridos ao longo do traçado em execução. Em simultâneo, serão aperfeiçoados o enquadramento do trânsito e a arborização ao longo do traçado aproveitando a oportunidade da construção do Metro Ligeiro. Por outro lado, iremos iniciar os trabalhos necessários do concurso para os serviços da operação comercial e manutenção destinada à 1.^a Fase do Metro Ligeiro.

Quanto aos assuntos portuários e aviação, elaborar um plano razoável e eficaz para os espaços e as instalações existentes no Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior. Paralelamente, em articulação com os trabalhos preparatórios para a entrada em funcionamento do TMPT, realiza-se ensaios e simulacros.

Com vista a melhor aproveitar a oportunidade do desenvolvimento da indústria de aviação, o Governo da RAEM continuará a implementar uma política de aviação de céu aberto e a coordenar com o desenvolvimento da região do Delta do Rio das Pérolas. De acordo com o “Plano geral do desenvolvimento do aeroporto”, irá ampliar, por fases, as infra-estruturas e facilitar o transporte dos passageiros que atravessam as fronteiras para utilizar o aeroporto, fazendo uso dos serviços de Express-link marítimo-aéreo e terrestre-aéreo, e atrair residentes da Região do Delta do Rio das Pérolas para optarem por Macau como ponto de transferência nas suas viagens de longa distância.

7. Protecção do ambiente e Energia

Em 2013 iremos continuar com a concretização dos grandes objectivos a que nos propusemos: o reforço do controlo da poluição do ar e a melhoria do nível de tratamento de resíduos, iremos dar continuidade à optimização do sistema de gestão ambiental, ao aperfeiçoamento dos diversos diplomas legais, ao reforço da implementação do regime de avaliação do impacto ambiental a fim de aumentar o nível de supervisão.

Após o lançamento, em 2012, do regulamento administrativo que fixa os limites de emissão de gases poluentes a que devem obedecer os automóveis novos aquando da sua importação, no próximo ano o trabalho a ser desenvolvido será acerca dos veículos em circulação. Ir-se-á elaborar a legislação para reforçar o controlo da inspecção de veículos e estabelecer normas para controlo das emissões de poluentes, no intuito controlar da melhor forma, a partir da fonte, a poluição originada de emissão de gases de escape de automóveis. Por outro lado, ir-se-á estudar o aceleramento da eliminação de veículos em circulação altamente poluidores e a introdução de eco-veículos através de aplicação de medidas com incentivo.

Face às principais fontes poluidoras do ar que afectam a qualidade atmosférica de Macau, ir-se-á dar continuidade à melhoria da lista de fontes de emissão de gases poluentes bem assim como à definição de soluções da redução de emissão a curto, médio e longo prazo.

Tendo por objectivo estimular o desenvolvimento da economia regional de reciclagem, tratar adequadamente de diversos tipos de resíduos produzidos, o Governo da RAEM e a Província de Guangdong chegaram ao consenso preliminar sobre o tratamento dos materiais de construção inertes resultantes das actividades de demolição em Macau como a principal acção da respectiva deposição, a nível transfronteiriço. A cooperação das partes na matéria será ainda reforçada em conformidade com a necessidade do desenvolvimento no futuro. Além disso, ir-se-á, também, efectuar abordagem com as autoridades do Interior da China sobre o tratamento de veículos antigos e inúteis elaborando, de modo ordenado, o respectivo fluxo de procedimentos e as instalações complementares.

Iremos promover a execução ordenada e faseadamente de todas as acções do «Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)», em base na consulta de opiniões sobre o “Texto Exploratório para a Criação de Um Regime de Avaliação do Impacto Ambiental” que já foi realizada, ainda antes da implementação plena do regime de avaliação do impacto ambiental, e dar-se-á, no próximo ano, a prioridade à publicação da lista de tipos de empreendimentos sujeitos à avaliação do impacto ambiental.

Com a implementação das leis e diplomas ambientais, sobre “Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental”, iremos dar continuidade à fortificação da capacidade de fiscalização ambiental e da execução da lei e ao reforço do pessoal de execução da lei. Em articulação com a execução experimental das instruções para a construção ecológica, foi proposto que as obras públicas devam, em primeiro lugar, adoptar os métodos das obras de construção ecológica que produzam baixo nível de ruído.

Iremos rever constantemente o funcionamento do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, analisar as opiniões e sugestões da sociedade e tomar em consideração a ampliação do âmbito de cobertura do Plano de acordo com as necessidades reais. Além disso, para criar uma sociedade economizadora de água, iremos instaurar o regime de água reciclada, iremos gradualmente implementar as medidas do “Programa de

Poupança de Água em Macau” para explorar novas fontes de água e conservar água, lançar o “Plano Director de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau”.

Quanto às políticas energéticas, iremos promover a construção de infra-estruturas de fornecimento de electricidade, de acordo com o plano será construída a rede de gasodutos de gás natural, como energia limpa.

Reforçamos a implementação do novo sistema tarifário de electricidade, com a terminação dos trabalhos relativos à segunda consulta e análise do sistema tarifário, será dado início à alteração da respectiva legislação, implementando, o mais breve possível, o novo sistema tarifário e os novos preços da electricidade durante o ano.

8. Políticas de telecomunicações, correios, ciência e tecnologia

Através da liberalização do mercado, bem como da melhoria do mecanismo de regulação, iremos incentivar Macau a criar um mercado com serviços de telecomunicações avançados, diversificados, de qualidade e a preço razoável.

Na sequência do início da construção da nova rede pública de telecomunicações fixa e do respectivo serviço, bem como da conclusão do processo arbitral que opõe a TV Cabo Macau à RAEM, a convergência já reveste as condições básicas para o seu desenvolvimento.

Além disso, após o procedimento de consulta do projecto de revisão da “Lei de Bases das Telecomunicações” no final do ano de 2012, esforçamos a apresentação das propostas de revisão da mesma com a maior rapidez possível.

Em resultado do processo arbitral intentado pela TV Cabo Macau em relação ao cumprimento do “Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição”, por parte do Governo, por um lado, vamos iniciar a revisão do “Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição”, e por outro lado, planeamos regulamentar os serviços de transmissão dos sinais televisivos, de modo a resolver o conflito histórico entre a TV Cabo Macau e as companhias de antena comum.

Relativamente aos serviços de correios, para acompanhar o desenvolvimento urbano e aperfeiçoar a rede postal, será reaberta a Estação Postal no bairro antigo da Taipa e criada a nova Estação Postal de Seac Pai Van em Coloane e será adoptada um maior desenvolvimento do sistema de automatização da rede de balcões das Estações Postais.

Paralelamente, continuaremos a participar activamente no âmbito da Cooperativa Telemática da UPU, tendo em vista promover a normalização da especificação funcional S52 do Correio Electrónico Registado Postal, com o Grupo de Utilizadores de Serviços Electrónicos Avançados da UPU.

Em 2013, continuaremos a desenvolver actividades da divulgação de ciência, aprofundar as estratégias científicas e tecnológicas, desenvolver o espírito de “Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro”, aperfeiçoando continuamente o processo de financiamento. Relativamente aos prémios locais das ciências e da tecnologia, estudamos e procedemos a revisão do “Regulamento dos prémios para o desenvolvimento das ciências

e da tecnologia”, continuamos a proceder aos trabalhos de recomendação dos prémios nacionais para ciências e tecnologia.

Por outro lado, através do regime de “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau”, vamos promover os cientistas de Macau para entrar na Base de especialistas de programas nacionais de ciência e tecnologia; estimular os grupos de trabalhos do Conselho para desenvolver mais cooperações práticas. Promover o período de construção dos dois laboratórios de referência do Estado de Macau.

Conclusão

O ano de 2013 marca uma viragem dos trabalhos na área de Transportes e Obras Públicas, plasmada numa integração regional mais estreita. Por outro lado, e tendo por base os trabalhos preliminares passar-se-á à fase de execução do plano das novas zonas urbanas e dos novos aterros. Apesar dos grandes obstáculos colocados, com sentido de serviço público, seguimos o objectivo de “elevar os benefícios dos residentes, atento o desenvolvimento a longo prazo de Macau”, envidando todos os esforços para cumprir os objectivos definidos em cada área.

Comissariado contra a Corrupção

I. Introdução

Em 2012, o CCAC continuou a privilegiar tanto o combate à corrupção e à ilegalidade administrativa como a prevenção daquelas na prossecução dos objectivos de fiscalização dos diversos níveis, actuando com independência, objectividade e dentro da legalidade no desempenho das funções que lhe estão confiadas.

No âmbito da anti-corrupção, o CCAC executou a lei com rigor para combater os crimes de corrupção. No ano em análise, foram detectados vários casos referentes a crimes de corrupção no sector privado e a crimes de corrupção e fraude praticados pelos funcionários públicos. Além disso, o CCAC reforçou os conhecimentos do seu pessoal com acções de formação sobre matérias jurídicas e sobre técnicas de investigação, de forma a elevar a sua capacidade de investigação.

No âmbito da provedoria de justiça, o CCAC tratou, activamente, queixas, pedidos de informação e consultas dos cidadãos. A par disso, realizou investigações sobre a legalidade e a razoabilidade dos actos e procedimentos administrativos junto dos serviços e entidades públicas. Em relação a determinados assuntos, o CCAC emitiu recomendações ou apresentou ao Chefe do Executivo relatórios de investigação, de forma a desempenhar o papel de fiscalização, reforçar os trabalhos de edificação administrativa e defender os direitos e interesses legítimos dos cidadãos.

No âmbito da sensibilização, o CCAC aperfeiçoou ainda a educação da integridade junto dos trabalhadores da Administração Pública, reforçando igualmente as acções de divulgação da honestidade e o cumprimento da lei junto das entidades privadas, das associações dos sectores profissionais, da juventude e da população em geral.

Para além disso, o CCAC tomou iniciativas para desenvolver a cooperação e intercâmbio com o exterior e participar, na qualidade do membro de conselho de direcção, nas actividades desenvolvidas no âmbito do Instituto Internacional de Ombudsman e da Associação Asiática de Ombudsman, cumprindo assim os deveres internacionais e promovendo o desenvolvimento dos trabalhos de provedoria de justiça. Por outro lado, o CCAC participou, activamente, nas actividades de outras organizações internacionais, nomeadamente, a Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção e o Grupo de Iniciativa Anti-Corrupção da Ásia-Pacífico. Através desta participação, o CCAC pretende divulgar ao exterior os trabalhos de combate à corrupção e a promoção da integridade na RAEM e colher as experiências internacionais, de forma a desempenhar melhor as suas atribuições na promoção e construção de uma sociedade íntegra na RAEM.

Em 2013, o CCAC continuará a envidar todos os esforços na promoção de um sistema íntegro junto da comunidade. A par disso, considerando a realização das eleições para a 5.ª Assembleia Legislativa da RAEM, o CCAC vai utilizar a experiência adquirida ao longo dos anos, utilizando da melhor forma os recursos materiais e humanos, para a prevenção e combate à corrupção eleitoral.

II. No âmbito do combate à corrupção

- (1) Reforçar-se-á a fiscalização e a execução das leis no domínio das actividades da Administração Pública mais expostas ao crime de corrupção. Elevar-se-á a consciencialização dos trabalhadores da função pública para a necessidade de cumprir as leis e de evitar os conflitos de interesses, procurando assim criar uma equipa de funcionários públicos íntegros e cumpridores das leis.
- (2) Serão intensificadas as acções destinadas a prevenir e combater os actos de corrupção no sector privado, dando importância tanto às acções de sensibilização como à execução das leis, por forma a estabelecer um sistema de gestão da integridade e ainda uma cultura de gestão empresarial assente na integridade, permitindo assim criar um ambiente empresarial íntegro.
- (3) Para fazer face aos crimes de corrupção, que se tornam cada vez mais complicados e escondidos, o CCAC irá reforçar as acções de formação interna, por forma a que os seus trabalhadores possam aumentar as suas competências profissionais através da aquisição tanto dos conhecimentos jurídicos como das técnicas de investigação criminal e de recolha da informação, particularmente das técnicas sofisticadas a serem aplicadas no processo de investigação. No que se refere à gestão de pessoal, será introduzido um modelo moderno que permite uma divisão de trabalho de forma científica. Em simultâneo, serão reforçados os apoios técnicos dirigidos ao pessoal de investigação e optimizados, ainda, as instalações e equipamentos destinados à investigação, no intuito de elevar o nível de qualificação profissional e de desempenho das funções da equipa de investigadores no seu todo.
- (4) Decorrerão em 2013 as eleições para a 5.^a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, pelo que o CCAC irá assumir como prioritário o combate à corrupção eleitoral. No quadro do ajustamento do funcionamento do CCAC a este processo eleitoral, foram criadas estruturas que permitam reforçar a recolha da informação e actuar com prontidão, nomeadamente o Grupo de informação e o Grupo operacional. Em simultâneo, será criada uma linha aberta de 24 horas no sentido de combater os actos de corrupção eleitoral, empenhando-se em garantir a incorruptibilidade, a justiça e a imparcialidade dos actos eleitorais.
- (5) A par disso, serão promovidas acções de sensibilização junto das diversas listas candidatas às eleições legislativas, no intuito de criar um ambiente propício à realização de eleições limpas.
- (6) Promover-se-á, em colaboração com a Região Administrativa Especial de Macau, o cumprimento das disposições previstas na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Reforçar-se-á, de acordo com a lei e a política geral da Região, a cooperação transfronteiriça na investigação de casos. No âmbito da cooperação inter-regional e frente ao desafio colocado pela globalização, empenhar-se-á em participar e apoiar na promoção da cooperação judiciária internacional.

III. No âmbito da provedoria de justiça

- (1) Praticará actos de investigação em relação às participações e queixas apresentadas pelos cidadãos, com vista à verificação da legalidade e da razoabilidade dos actos e dos procedimentos administrativos e, por conseguinte, à reparação das ilegalidades ou irregularidades administrativas, assegurando desta forma que os serviços públicos actuam de acordo com a lei, em prol dos legítimos direitos e interesses dos cidadãos.
- (2) Cumprirá as funções que lhe são cometidas por lei. Pronunciar-se-á sobre as deficiências de normas jurídicas que verificar e ainda o cumprimento do princípio da legalidade por parte dos serviços públicos, com vista a elevar a eficiência da Administração e apoiar os serviços públicos na construção do sistema administrativo.
- (3) Continuará a promover o Plano para uma Gestão Íntegra no sentido de apoiar os serviços públicos a melhorar internamente a gestão da integridade, sensibilizando os seus trabalhadores para consolidar o sentido do cumprimento da lei, de autodisciplinar e de integridade.
- (4) Reforçará a promoção das funções da provedoria de justiça junto da população, sensibilizando-a para a defesa dos seus direitos e interesses.
- (5) Continuará a participar activamente nas actividades das organizações internacionais no âmbito de provedoria de justiça, por forma a que os procedimentos e modelos adoptados no exterior para o tratamento das participações e queixas possam servir de referência para o desenvolvimento e melhoramento da provedoria de justiça local.

IV. No âmbito da sensibilização

- (1) Reforçar a educação da integridade dos trabalhadores da Administração Pública, especialmente o nível de cumprimento da lei no âmbito da prevenção de conflitos de interesses e elevar a conduta íntegra da equipa de funcionários públicos.
- (2) Continuar a realizar acções promocionais da Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado junto das entidades privadas e das organizações dos diferentes sectores profissionais, aumentar a sensibilização dos mesmos sobre a importância do cumprimento das leis e estabelecer relações de parceria com os respectivos sectores, de forma a assegurar um ambiente empresarial justo.
- (3) Intensificar os trabalhos de promoção da integridade junto da juventude e dos cidadãos, reforçar, através de diferentes meios, a divulgação dos valores da integridade e do cumprimento da lei, com o intuito de expandir a rede de relações

comunitárias, colaborar com a população em geral na construção conjunta de uma sociedade íntegra e envidar esforços na construção de uma sociedade incorruptível.

- (4) Com o aproximar das eleições da 5.^a Assembleia Legislativa, o CCAC vai desenvolver, especialmente, no próximo ano, acções promocionais sobre eleições limpas, com vista a aumentar a sensibilização dos cidadãos sobre a importância das mesmas, de forma a promover a auto-consciência junto dos diferentes sectores profissionais para assegurar a integridade durante as eleições.

V. Outros assuntos

- (1) De acordo com o calendário estabelecido, prevê-se em 2014, uma avaliação por parte dos peritos das Nações Unidas, na qual será prestada particular atenção ao cumprimento por parte da República Popular da China (incluindo Região Administrativa Especial de Macau e Região Administrativa Especial de Hong Kong) da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Para dar resposta a esta tarefa jurídico-política, o Governo Central criou, em 2012, um grupo de trabalho especializado, composto por especialistas provenientes de treze Ministérios e Comissões, ou seja, cada um destes nomeia um especialista representante, mais um especialista da RAEM e outro da RAEHK. O CCAC, na qualidade de especialista que se encontra incorporado na respectiva equipa de trabalho, vai dar todo o seu empenho e prestar a devida colaboração com o intuito de cumprir eficiente e eficazmente esta missão no âmbito da aplicação do respectivo Protocolo.
- (2) Continuará a propor medidas junto do Governo com vista a assegurar o cumprimento e a aplicação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, tal como medidas legislativas e medidas de aperfeiçoamento do regime administrativo.
- (3) O CCAC vai estreitar as relações de cooperação com os órgãos de supervisão (órgãos de supervisão disciplinar) do interior da China, especialmente o Ministério de Supervisão, com o intuito de reforçar a troca de informações e a formação do pessoal, bem como aprofundar a cooperação em outras áreas.

Comissariado da Auditoria

Primeira Parte

Execução das Linhas de Acção do Comissariado da Auditoria no Ano de 2012

“Aprofundar a reforma, aperfeiçoar as técnicas e reforçar a promoção da cultura de auditoria” foram os principais objectivos traçados pelo Comissariado da Auditoria (CA) para o ano 2012, com vista ao ajustamento da sua organização interna, ao aperfeiçoamento das técnicas e integração dos recursos de auditoria e à divulgação da cultura da auditoria. Nas vertentes de desenvolvimento referidas, o CA reforçou o intercâmbio com os serviços e organismos públicos e continuou a aprofundar e alargar os trabalhos de auditoria pública com vista a fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e a contribuir através das auditorias para a reforma da administração e da gestão financeira públicas.

Implementar, a título experimental, a auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação e incrementar a informatização da gestão financeira

A auditoria às contas do Governo é um trabalho de relevância permanente do CA. Em 2012, tal como nos anos anteriores, o CA auditou as contas com incidência na legalidade, regularidade e rigor das receitas e despesas, tendo concluído o «Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2011» conforme a calendarização estabelecida. Paralelamente, o CA, pelo segundo ano consecutivo e de forma progressiva, alargou o número dos serviços públicos cujas informações contabilísticas foram totalmente examinadas, a fim de se assegurar, com maior grau de certeza, da legalidade das operações financeiras e das contas públicas.

No domínio da auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação (TIC), o CA, com o amplo apoio do Centro de Tecnologia Informática do Gabinete de Auditoria Nacional, deu por concluída a primeira fase de concepção e desenvolvimento do “Programa Informático de Auditoria *in loco*” e, realizados os subseqüentes ajustamentos técnicos resultantes dos inúmeros ensaios efectuados, deu início à aplicação do programa na auditoria às contas, num âmbito restrito e experimental e tendo em conta as condições efectivas dos trabalhos de auditoria às contas. Entretanto, o CA no ano 2012 deu início ao planeamento da segunda fase de concepção e desenvolvimento do programa, bem como os subseqüentes trabalhos de validação, com o objectivo de ampliar o âmbito de cobertura da auditoria financeira apoiada em TIC, dando, assim, mais um passo na redução dos procedimentos clássicos de verificação de mapas, livros e outros documentos em papel.

Em resposta às exigências colocadas pelas “Normas sobre a Estrutura, os Elementos e a Elaboração do Orçamento Geral da Região Administrativa Especial de Macau” e pelas “Normas sobre a Estrutura, os Elementos e a Elaboração da Conta Geral da Região Administrativa Especial de Macau”, aprovadas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 121/2011, e para criar atempadamente as bases com vista à futura implementação da auditoria apoiada

nas TIC, o CA concluiu os trabalhos de revisão do Despacho da Comissária da Auditoria n.º 5/2007 com vista a dar uma maior normalização às contas entregues pelos serviços e organismos públicos ao CA.

Prosseguir no desenvolvimento das auditorias concomitantes e manter a execução regular das auditorias específicas e de resultados

Como órgão independente na supervisão de projectos governamentais que envolvem avultados investimentos e com período de execução prolongado, o CA tem vindo a efectuar auditorias concomitantes a esses projectos. Neste desenvolvimento, o CA divulgou, entre outros, o segundo relatório de auditoria específica à construção da primeira fase do metro ligeiro. Através deste acompanhamento concomitante ao processo de construção, ao apresentar atempadamente opiniões de auditoria, o CA tem vindo a exercer a sua acção de supervisão com maior eficácia.

O CA empenhou-se na afectação de pessoal especializado em diversas valências técnicas e profissionais necessárias à realização das auditorias concomitantes, tendo, para o efeito, promovido a frequência de cursos de formação específica realizados no Gabinete de Auditoria Nacional (GAN) e no Instituto de Auditoria de Nanjing. Ainda no decurso de 2012 o CA iniciou estudos de viabilidade de realização de auditorias concomitantes a outros grandes empreendimentos.

Por outro lado, no cumprimento da sua função de supervisão, o CA tem continuado a acompanhar a utilização e gestão dos recursos públicos nos diversos sectores da Administração através de auditorias específicas e de resultados, apresentando, aos sujeitos a auditoria envolvidos, opiniões e sugestões científicas e adequadas, em conformidade com as normas e orientações emitidas pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI), com vista a elevar a eficiência, a eficácia e o grau de economia na gestão dos recursos públicos. No ano em curso o CA elaborou e divulgou vários relatórios de auditorias específicas e de resultados, incentivando desta forma os serviços públicos envolvidos a enfrentar os problemas e riscos de funcionamento há muito existentes e a resolvê-los com base nas sugestões de auditoria apresentadas. Os relatórios de auditoria divulgados incidiram sobre situações típicas na gestão e execução da atribuição e pagamento de subsídios, na gestão financeira e nos trabalhos de liquidação em grandes empreendimentos e, ainda, na orçamentação de despesas em obras públicas. O CA está convicto que outros serviços públicos irão reflectir sobre as insuficiências e sugestões apontadas nos relatórios e procurar exercer com mais empenho as suas funções, melhorando consequentemente os resultados.

Aperfeiçoar a equipa de auditoria e elevar a qualidade de auditoria

O GAN tem mantido, em geral, o apoio técnico ao reforço da formação do pessoal do CA, e, em particular, ao aperfeiçoamento da sua equipa de auditoria. Neste contexto, o CA enviou este ano trabalhadores para participar nos cursos de “Auditoria a Projectos

de Construção", "Auditoria Informática – nível intermédio", "Auditoria Informática – nível intermédio (continuação)" e "Formação de Jovens Quadros Auditores", todos realizados pelo GAN, com o objectivo de os colocar em contacto com experiências inovadoras e de elevar a sua qualidade técnica em auditoria. Com o apoio do GAN, o CA colocou técnicos auditores a estagiar num projecto de auditoria ambiental, com vista a aprofundar os seus conhecimentos técnicos bem como aumentar a sua capacidade em trabalhos de campo nesse domínio. Por outro lado, o CA recebeu especialistas dos Departamentos de Agricultura e de Segurança Social do GAN como oradores nos seminários de "Auditoria Ambiental" e "Auditoria à Segurança Social", com o objectivo de consolidar os conhecimentos do pessoal de auditoria nestas duas áreas.

O CA mobilizou recursos humanos para participar em cursos de formação profissional nas áreas de auditoria apoiada nas TIC e de auditoria a investimentos em capital fixo, realizados, respectivamente, pelo Instituto de Auditoria de Nanjing e pelo Departamento de Auditoria de Guangdong. O CA tem continuado a convidar especialistas do pólo de formação da Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia (ASOSAI) para realizar acções integradas no programa de formação permanente do pessoal do CA, com vista a aprofundar a aprendizagem e o intercâmbio com os profissionais homólogos internacionais e das regiões vizinhas.

Para a elevação da qualidade dos trabalhos de auditoria, o CA tem aplicado com rigor as medidas de controlo da qualidade de auditoria e, paralelamente, tem impulsionado o desenvolvimento progressivo da auditoria interna, de forma a que seja examinada eficazmente a organização de todos os trabalhos de auditoria, obtendo resultados mais rigorosos.

Regularizar os procedimentos para responder às exigências do trabalho

Em resposta às crescentes exigências das auditorias, o CA prosseguiu a optimização da sua gestão interna, elevando, desta forma, a eficiência do trabalho. Em 2012, após exaustivos estudos e diagnósticos, o CA implementou uma série de medidas de simplificação de procedimentos com vista, nomeadamente, à sua actualização, ao funcionamento eficiente do sistema de gestão, à afectação adequada dos recursos humanos e actualização atempada das estratégias de gestão, com o objectivo de introduzir uma nova dinâmica nos trabalhos do CA e realizar auditorias mais rigorosas e qualificadas a disponibilizar ao Governo da RAEM.

Integrar as palestras sobre a cultura de auditoria na formação de trabalhadores da Administração Pública

Para promover a motivação dos trabalhadores da Administração Pública no que respeita à gestão e aplicação do erário público, o CA tem continuado a realizar sessões de esclarecimento e *workshops* sobre a cultura de auditoria, com a profundidade e a abrangência compatíveis com os níveis de qualificação e experiência dos trabalhadores

destinatários. Nessas acções, é apresentada a função de controlo que a auditoria consubstancia, é salientado o contributo das auditorias na resolução mais eficaz dos problemas existentes nos serviços públicos e incentivam-se os trabalhadores, independentemente das funções que exercem, a conceder uma maior importância aos recursos públicos e aos resultados do seu trabalho.

Para melhor promover a cultura de auditoria no seio da equipa de trabalhadores da Administração Pública e com o objectivo de proporcionar aos trabalhadores conhecimentos neste domínio, aquando da sua admissão ou de promoção na carreira, o CA cooperou com a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública na realização de acções de formação sobre temas específicos. Paralelamente, o CA tem vindo a intensificar o intercâmbio com os serviços públicos, através do qual o pessoal de auditoria recolhe informações sobre novos projectos, facultadas pelos respectivos serviços públicos, procurando deste modo obter informação suficiente desses projectos desde a fase inicial.

O CA continuou a reforçar a divulgação de conhecimentos e dos valores de auditoria junto dos estudantes do ensino superior.

Reforçar o intercâmbio com profissionais homólogos locais e internacionais

O CA continuou a manter relações estreitas com o GAN, com a Sociedade de Auditoria da China, com o Instituto de Auditoria de Nanjing, com a INTOSAI, com a ASOSAI e com a Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP). Em Fevereiro deste ano, a convite do GAN e na qualidade de membro da delegação da China, o Comissário da Auditoria participou na “XII Assembleia Geral da Organização Asiática das Instituições Superiores da Auditoria”, realizada na cidade de Jaipur, Índia. Em Outubro, o Comissário da Auditoria foi convidado pela OISC/CPLP a participar, como observador, na “VII Assembleia Geral da OISC/CPLP”, realizada em Cabo Verde.

O CA fez-se também representar no “Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau”, organizado pela Sociedade da Auditoria da China e realizado em Xian, bem como no “Seminário sobre a auditoria em Guangdong, Hong Kong e Macau”, subordinado ao tema “Auditoria a investimentos em infra-estruturas” no qual os representantes do CA apresentaram comunicações e trocaram pontos de vista com os profissionais homólogos.

Para reforçar o intercâmbio com a auditoria do sector privado de Macau, o CA e a Associação de Auditores de Contas Registados de Macau realizaram, conjuntamente, um seminário sobre “Auditoria Interna”, estabelecendo assim a primeira plataforma de formação comum para os auditores públicos e para os profissionais de contabilidade do sector privado.

O CA mantém uma linha de telefone e uma caixa de correio electrónico exclusivas, através das quais os cidadãos podem apresentar as suas opiniões. As opiniões recebidas

sensibilizam o pessoal de auditoria para os problemas subjacentes, podendo o CA acompanhá-los directamente ou encaminhá-los para os serviços públicos competentes para tratamento, contribuindo assim para o aumento da qualidade do serviço prestado. Até Outubro do ano corrente, o CA recebeu 50 queixas visando diversos serviços e organismos públicos, tendo encaminhado, para tratamento, 36 para os respectivos serviços e organismos.

Segunda Parte

Linhas de Acção do Comissariado da Auditoria para 2013

Em 2013, a par do máximo empenhamento na execução das suas actividades regulares, o CA vai ainda iniciar uma série de trabalhos com valor prospectivo, com vista a reforçar a acção de supervisão da auditoria sobre os diferentes sectores da Administração.

Estabelecer o plano director de desenvolvimento da auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação

Concluída a implementação da primeira fase do “Programa Informático de Auditoria *in loco*”, o âmbito de cobertura da auditoria apoiada nas TIC alargou-se à elaboração de mapas-resumo dos documentos de trabalho de auditoria, ao exame das receitas do imposto do selo e ao exame às despesas orçamentais da Caixa do Tesouro. Com a conclusão da concepção e desenvolvimento da segunda fase do mesmo programa, seguida da sua execução, prevê-se que as contas dos organismos autónomos, as contas centrais e a conta integrada do Governo possam ser examinadas com recurso a técnicas de auditoria apoiadas em TIC. Além da realização das tarefas mencionadas, o CA vai debruçar-se sobre o estabelecimento dum plano director de desenvolvimento sustentado da auditoria baseada em TIC, em cujo quadro vai explorar a conjugação entre os seus trabalhos de auditoria e o desenvolvimento do sistema electrónico de operações financeiras da RAEM, com vista a criar as bases técnicas para uma auditoria baseada em TIC mais eficaz.

Intensificar as auditorias concomitantes

Com base na experiência acumulada, ao longo dos três anos, na realização de auditorias concomitantes, o CA vai aumentar a eficácia e a eficiência da sua execução de forma a poder apresentar atempadamente opiniões e sugestões práticas e viáveis, procurando assim atingir os objectivos das auditorias concomitantes.

O CA vai continuar a reforçar a formação, a alargar a equipa de auditoria, a aprender com a experiência bem sucedida das entidades homólogas vizinhas, a aplicar apropriadamente os conhecimentos técnicos adquiridos e, ainda, a diversificar o seu campo de

aplicação com vista a maximizar a eficácia das auditorias concomitantes na promoção da valorização dos recursos e da boa aplicação do erário público por parte dos serviços públicos envolvidos.

Reforçar a formação de pessoal

Em resultado do cruzamento da análise aos recursos humanos disponíveis e da formação de pessoal ministrada nos anos anteriores com a exigência crescente dos trabalhos a desenvolver, o CA vai intensificar o diálogo com GAN, com o Instituto de Auditoria de Nanjing e com o pólo de formação da ASOSAI com vista à organização de cursos de formação profissional ajustados ao pessoal de auditoria. O CA pretende incentivar a autovalorização e o reforço das competências técnicas com vista ao aperfeiçoamento contínuo e estável da equipa de auditoria.

Garantir a qualidade dos trabalhos de auditoria

Face ao desenvolvimento da Administração Pública da RAEM, o CA vai reforçar e melhorar a gestão e a organização das auditorias. Serão aplicados métodos científicos para aperfeiçoar o planeamento, a organização, o acompanhamento, o controlo e a supervisão dos projectos de auditoria, por forma a que sejam executados com maior eficiência e qualidade.

O «Manual de Auditoria Financeira», o «Manual de Auditoria de Resultados», as «Medidas de Controlo de Qualidade» e os procedimentos de auditoria interna existentes serão revistos e actualizados, com vista a garantir a qualidade dos relatórios de auditoria, aperfeiçoar a gestão dos projectos de auditoria e aumentar a capacidade de prevenção dos riscos de auditoria.

Reforçar as actividades de divulgação e promoção

O CA vai continuar a realizar palestras e *workshops* para que os trabalhadores dos diversos níveis possam aprofundar os seus conhecimentos sobre os trabalhos de auditoria e contribuir para a sua motivação no que respeita à boa utilização dos recursos públicos.

O CA irá proceder à actualização atempada do material didáctico utilizado nas actividades de divulgação e promoção. O CA vai continuar a incluir auditores nas actividades de divulgação com vista a intensificar o diálogo com os participantes dos serviços públicos, revelando, assim, com a sua experiência, a importância e viabilidade desta metodologia na disseminação da cultura de auditoria.

**Projecto de Orçamento
das Receitas e Despesas da
Região Administrativa Especial
de Macau para o ano de 2013
— Síntese —**

SÍNTESE

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2013 Proposta	OR/2013 Proposta
Receita Ordinária Integrada do Governo	Despesa Ordinária Integrada do Governo		
RECEITAS CORRENTES			
01 - Impostos directos	01-01 Governo da RAEM	\$113,756,744,000.00	14,585,000.00
02 - Impostos indirectos	01-02 Gabinete do Chefe do Executivo	99,487,379,600.00	251,135,400.00
03 - Taxas, multas e outras penalidades	01-03 Conselho Executivo	4,199,932,000.00	24,373,000.00
04 - Rendimentos da propriedade	01-06 Gabinete da Secrétria para a Administração e Justiça	1,313,207,200.00	37,937,700.00
05 - Transferências	01-07 Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	1,749,739,200.00	41,671,100.00
06 - Venda de bens duradouros	01-08 Gabinete do Secretário para a Segurança	5,662,774,200.00	24,990,500.00
07 - Venda de serviços e bens não duradouros	01-09 Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	1,074,016,600.00	216,181,600.00
08 - Outras receitas correntes	01-10 Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	268,330,700.00	59,660,900.00
	01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	14,837,753,100.00	14,615,000.00
	01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	2,791,324,100.00	4,950,000.00
	01-15 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Psquim	1,000.00	23,605,100.00
	01-17 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	279,191,000.00	11,724,900.00
	01-19 Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	11,748,266,400.00	36,661,600.00
	01-20 Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	18,970,600.00	88,987,100.00
	01-21 Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	128,594,497,100.00	35,893,100.00
	01-22 Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa		140,411,300.00
RECEITAS DE CAPITAL	01-23 Gabinete de Informação Financeira		20,324,900.00
	01-24 Gabinete para os Recursos Humanos		44,950,200.00
	01-25 Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes		59,799,100.00
09 - Venda de bens de investimento	01-28 Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau		45,816,600.00
10 - Transferências	01-29 Delegação Económica e Cultural de Macau		21,047,100.00
	01-30 Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos		97,664,000.00
	03-00 Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública		443,383,700.00
11 - Activos financeiros	05-00 Direcção dos Serviços de Educação e Juventude		3,973,001,700.00
13 - Outras receitas de capital	07-00 Direcção dos Serviços de Estatística e Censos		175,416,000.00
14 - Reposições não abatidas nos pagamentos	08-00 Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações		93,467,100.00
	09-00 Direcção dos Serviços de Finanças		365,960,000.00
	11-00 Pensões e Reformas		29,166,400.00
	12-00 Despesas Comuns		12,869,210,300.00
	13-00 Gabinete de Apoio ao Ensino Superior		259,778,700.00
	14-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos de Trafego		2,015,590,900.00
	16-00 Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional		100,402,000.00
	18-00 Direcção dos Serviços de Identificação		247,150,200.00
	19-00 Direcção dos Serviços de Economia		177,435,800.00
	20-00 Estabelecimento Prisional de Macau		430,504,400.00
	21-00 Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau		528,815,300.00
	22-00 Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos		72,892,000.00
	23-00 Direcção dos Serviços de Turismo		243,013,000.00
	24-00 Gabinete de Comunicação Social		123,924,100.00
	25-00 Serviços de Polícia Unidades		33,684,400.00
	26-00 Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos		202,726,900.00
	27-00 Capitania dos Portos		513,129,700.00
	28-00 Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau		3,163,791,000.00
	29-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais		339,734,000.00
	30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais		620,000.00
	31-00 Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro		68,555,800.00
	32-00 Polícia Judiciária		747,222,000.00
	33-00 Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental		195,831,700.00
	34-00 Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça		226,900,600.00
	35-00 Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes		348,303,300.00
	37-00 Instituto do Desporto		144,570,000.00
	38-00 Instituto Cultural		336,090,700.00
	40-00 Investimentos do Plano		17,911,783,300.00
	50-00 Contas de Ordem - Consignações, Participações e Transferências Orçamentais		226,505,900.00
	50-03 Fundo de Acção Social Escolar		441,672,000.00
			48,367,218,100.00
Receita Ordinária Integrada do Governo			
Rendimentos dos Organismos Especiais			
11-00 Receitas legais e transferências do OR		4,400,040,700.00	
12-00 Réditos de vendas e de prestações de serviços		184,206,500.00	
13-00 Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos		1,871,423,300.00	
14-00 Outros rendimentos		64,337,200.00	
Agregado dos Rendimentos dos Organismos Especiais		6,520,007,700.00	
Ajustamento		306,522,700.00	
Receta Global		134,807,982,100.00	
A transportar		134,807,982,100.00	

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013

- SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2013 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2013 Proposta
Transporte.....	134,807,982,100.00	Transporte.....	48,367,218,100.00
		50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	48,154,400.00
		50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	1,048,226,000.00
		50-06 Fundo de Turismo	937,554,400.00
		50-07 Instituto de Acção Social	2,061,067,100.00
		50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	6,551,300.00
		50-11 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	32,520,000.00
		50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	198,000,000.00
		50-17 Imprensa Oficial	72,615,000.00
		50-20 Fundo de Segurança Social	8,514,900.00
		50-21 Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	448,834,100.00
		50-23 Instituto de Habitação	61,980,000.00
		50-25 Autoridade de Aviação Civil	369,969,000.00
		50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	262,000,000.00
		50-27 Comissariado contra a Corrupção	4,702,820,000.00
		50-28 Serviços de Saúde	1,672,070,200.00
		50-29 Universidade de Macau	606,061,100.00
		50-31 Instituto Politécnico de Macau	557,725,200.00
		50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	460,183,600.00
		50-33 Fundo de Cultura	39,477,000.00
		50-35 Conselho de Consumidores	249,891,600.00
		50-36 Instituto de Formação Turística	25,007,100.00
		50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	7,152,000.00
		50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	105,680,000.00
		50-41 Comissariado da Auditoria	326,994,000.00
		50-42 Gabinete do Procurador	399,920,000.00
		50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	127,129,300.00
		50-44 Assembleia Legislativa	2,138,373,200.00
		50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	3,794,800.00
		50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	176,969,500.00
		50-48 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	2,808,200.00
		50-49 Obra Social da Capitania dos Portos	90,000,000.00
		50-50 Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	206,460,000.00
		50-51 Fundo de Reparação Predial	695,039,000.00
		50-52 Fundo de Desenvolvimento Educativo	7,100,000.00
		50-53 Fundo dos Paudas	149,200,000.00
		50-54 Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética	
		Despesa Ordinária Integrada do Governo	77,985,747,100.00
		Gastos dos Organismos Especiais	
		50-15 Direcção dos Serviços de Correios	272,049,000.00
		50-15 Caixa Económica Postal	46,725,100.00
		50-18 Fundo de Pensões	1,038,257,400.00
		50-22 Autoridade Monetária de Macau	1,454,456,800.00
		50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	4,268,400.00
		50-45 Fundação Macau	2,078,394,400.00
		50-55 Fundo de Garantia de Depósitos	2,630,000.00
		Agregado dos Gastos dos Organismos Especiais	4,896,781,100.00
		Ajustamento	306,522,700.00
		Despesa Global	82,576,005,500.00
		Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	
		Saldo do Orçamento Central	41,080,731,400.00
		Saldo Orçamental dos Organismos Autónomos	9,528,018,600.00
		Resultado do Exercício dos Organismos Especiais	1,623,226,600.00
		Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	52,231,976,600.00
Recetita Global	\$134,807,982,100.00	Despesa Global e Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	\$134,807,982,100.00